

Humanidades

NÚMERO 55 • AGOSTO 2008 • ISSN 0102-9479

Duzentos anos de imprensa no Brasil

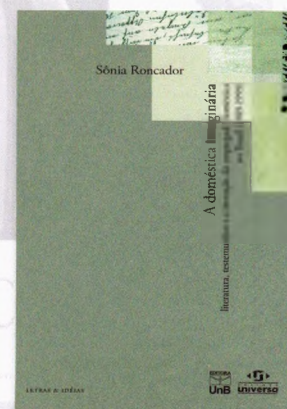
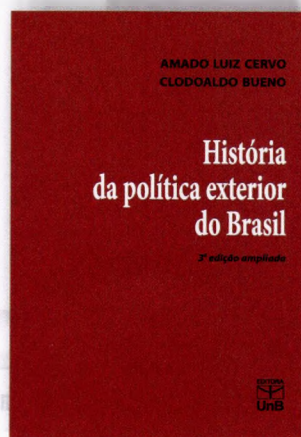
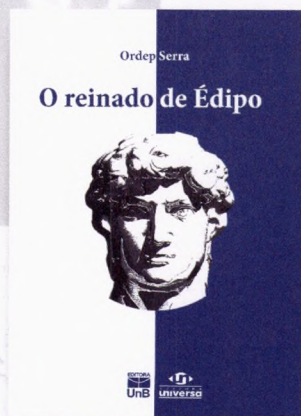
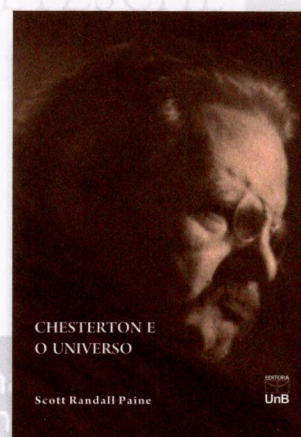
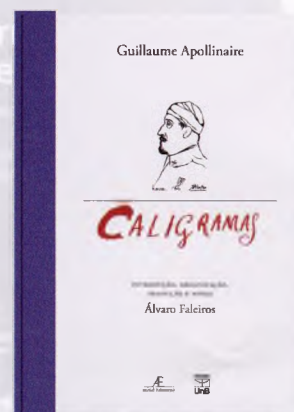
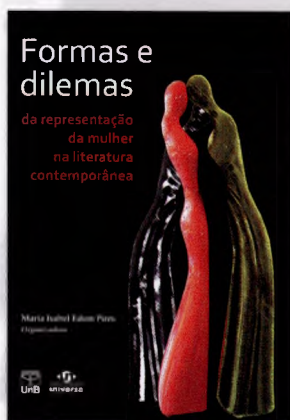
NAU MEDUSA. NELA VIERAM OS PRIMEIROS PRELOS,
QUE DERAM INÍCIO À IMPRENSA BRASILEIRA.

EDITORA
UnB




Editora Universidade de Brasília

LANÇAMENTOS



Imprensa brasileira: 200 anos



Que imprensa é essa? Libertária, manipuladora, chapa-branca, revolucionária, marrom, vermelha, verde, alienadora, engajada? No dossiê desta edição, Humanidades traça a linha do tempo da notícia no Brasil, desde o desembarque dos prelos, em 1808, trazidos por Antonio Araújo de Azevedo, o conde da Barca, na nau Medusa, até o advento do jornalismo on-line, vedete dos nossos dias de pós-modernidade. Professores e pesquisadores se debruçam sobre a história da imprensa no Brasil e analisam a diversidade da mídia e sua marcante influência social.

Mais que se unir ao coro das comemorações do seu bicentenário, se faz necessária, porém, uma nova reflexão acerca da informação como produto midiático e da forma como ela chega ao leitor. Max Weber, ainda em 1910, afirmava que um crítico de teatro e de cultura de um jornal seria capaz de, nas suas palavras, criar e destruir existências. Devemos, contudo, evitar tentações que incorram no risco de repetir afirmações banalizadas, como a que atribui à imprensa, sozinha, poderes para abalar as instituições públicas. Nesse caso, a lição histórica mostra que prevalece o jogo das forças sociais.

É verdade que muitos percalços marcam esses duzentos anos. Ora contestadora, ora subserviente ao Estado, ora porta-voz de interesses empresariais... Porém, em todo o processo de evolução da imprensa brasileira, nenhuma imagem marcou tanto quanto a do assassinato do jornalista Wladimir Herzog, nas dependências do DOI-Codi, em 25 de outubro de 1975. Ela e a farsa que se seguiu ao fato. Em todo totalitarismo, a informação estará sempre entre as primeiras vítimas. Por isso, as ditaduras costumam punir severamente jornais e jornalistas que ousem afrontar a ordem estabelecida. Felizmente, há resistências.

Hoje, a pauta é repensar não só a imprensa como instituição, mas também o papel do jornalista, para que se defina instrumentos que possam garantir o exercício consciente e responsável da profissão. Nesse contexto é que lembramos o saudoso jornalista-cronista João do Rio. Para ele, jornalismo não é parte da politicagem, mas é o exercício de tornar comum, cotidianamente, notícias que têm interesse para a coletividade. Aprendemos com ele: “O literato do futuro é o homem que vê, que sente, que sabe porque aprendeu a saber, cuja fantasia é um desdobramento moral da verdade, misto de impossibilidade e sensibilidade, eco de alegria, de ironia, de curiosidade, da dor do público – o repórter”.

Inês Ulhôa
Editora de Humanidades

Humanidades

Sumário

ARTIGOS

LITERATURA

- 5 **Visões da floresta**
Sara Almarza

- 12 **Só o literário nó da questão**
Hermenegildo Bastos

MÚSICA E POESIA

- 21 **Misturas contemporâneas**
Robson Coelho Tinoco e Marília de Alexandria

CIDADES E COTIDIANO

- 29 **Formação do campo artístico na capital federal**
João Gabriel L. C. Teixeira

CULTURA E SOCIEDADE

- 41 **Utopias sociais: imaginário e insígnias**
Luiz C. Borges

SEGUNDA LEITURA

- 53 **Culturas regionais, minorias étnicas
e os meios de comunicação**
Washington Novaes

DOSSIÊ 200 ANOS DE IMPRENSA NO BRASIL

- 62 **Origem e desenvolvimento da
imprensa brasileira no século 19**
Lavina Madeira Ribeiro

Agosto de 2008**Universidade de Brasília***Reitor pro tempore* – Roberto A. R. Aguiar*Vice-Reitor* – José Carlos Balthazar**Editora Universidade de Brasília***Diretor* – Norberto Abreu e Silva Neto**Revista Humanidades****Expediente**

A revista *Humanidades* é uma publicação da Editora Universidade de Brasília.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Editora.

Conselho Editorial

Estevão Martins

Francisco Martins

Gerson Brea

Gustavo Lins Ribeiro

Jader Soares Marinho Filho

Luiz Martins

Sylvia Cintrão

Sylvia Ficher

Conselho Consultivo

Arnaldo Antunes

Boris Schnaiderman

Eric Nepomuceno

José Mindlin – *Presidente*

Jerusa Pires Ferreira

Luciana Stegagno Picchio

Manuel da Costa Pinto

Sonia Lacerda

Editora

Inês Ulhôa

Subeditor

Paulenir Constância

Apoio

Gláucia Almeida

Direção de arte e diagramação

Sinesio Correia de Brito

Capa

Ivanise Oliveira de Brito

2ª e 3ª capa

Stéphane Karla Maia Nogueira

Revisão

Gláucia Almeida e Carlos Felipe Wanderley

Preço

R\$ 15,00 (exemplar avulso)

R\$ 45,00 (assinatura, quatro números)

Endereço**Revista Humanidades**

SCS, Q. 2, nº 78, Ed. Ok, 2º andar, 70302-907,
Brasília-DF, (61) 3035-4200 • Fax: (61) 3225-5611
E-mail: revistas@editora.unb.br

- 69 **Mídia e poder no Brasil depois de 1930**
Venício A. de Lima
- 75 **Censura e liberdade de imprensa –
uma alternância histórica**
Carlos Chagas
- 100 **Da comunicação popular à imprensa alternativa no Brasil**
Cicilia M. Krohling Peruzzo
- 109 **Da linotipia à era digital**
Fernando Tolentino
- 111 **Jornalismo na internet: uma década de mutações**
Zélia Leal Adghirni
- 120 **Ágora nova: imprensa, estado e cultura
no Brasil e na América hispânica**
Sebastião Guilherme Albano
- 128 **Memória da imprensa: o legado
paradigmático de Alfredo de Carvalho**
José Marques de Melo

LIVROS

- 136 **Resenhas**



Banca de jornal, Rio de Janeiro, 1959

Visões da floresta: o paraíso encontrado

SARA ALMARZA

O desejo de Euclides da Cunha, autor de Os sertões, era escrever um livro sobre a Amazônia. É esse o ponto de partida para uma breve análise dos olhares literários sobre aquela região, seus povos e seu gigantismo.

Amazonas,
capital de las sílabas del agua,
padre patriarca, eres
la eternidad secreta
de las fecundaciones
[...]

Pablo Neruda, Canto general

Euclides da Cunha teve sempre o desejo de escrever um livro sobre sua viagem à Região Amazônica. O título que

ele havia escolhido era *Um paraíso perdido*¹. Como se vê, com o título deste artigo parafraseio, ao avesso, o grande Euclides. Antes de focar como a arte escrita tem representado essa região em diversos romances, não deixa de ser útil lembrar a sua conformação e o sopro mitológico que leva seu nome.

Os territórios que fazem parte da bacia amazônica são for-

mados pelos países – nunca é demais lembrá-los – que têm afluentes que alimentam o rio Amazonas: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa (território), Peru, Suriname e Venezuela. O rio nasce nos Andes peruanos com o nome de Vilcanota e, ao longo do seu percurso, recebe outras denominações: Ucayali, Urubanda e Marañón. No território brasilei-

À época da consolidação da República, os ensaios de Euclides da Cunha mostraram com extrema crueza a situação na floresta amazônica, buscando chamar a atenção para os problemas sociais da região. Como engenheiro, geógrafo, jornalista e grande narrador, ele reconhece o trabalho semi-escravo existente nos seringais do Acre, em crônicas fundamentais para a época e que só postumamente foram compiladas e publicadas.

ro, ganha primeiramente o nome de Solimões, e a partir da confluência com o rio Negro passa a chamar-se Amazonas. Se suas dimensões e percurso impressionam, seu nome também comove, pois provém de uma cultura tão rica quanto longínqua. A designação dessas terras está impregnada por um matiz legendário vindo do termo grego *amazonas*, que significa mulher guerreira. Acredita-se que essas mulheres existiram, pois Heródoto já tinha conhecimento de uma região ao Leste do Mar Cáspio, a Sarmatia, a qual denominou “terra das amazonas”.² No século passado, e depois de longas pesquisas, a arqueóloga Jeannine Davis-Kimball descobriu na região da Ásia vários túmulos de mulheres enterradas com armas de bronze da época, cujos esqueletos apresentavam feridas provocadas por objetos pontiagudos e as pernas

estavam arqueadas, como quem passou um bom tempo a cavalo. Seriam as mulheres guerreiras? A pesquisadora norte-americana fundamenta e afirma que os indícios levam a acreditar que sim, já que também comparou as evidências genéticas com a população do Cazaquistão, encontrando vínculos parecidos.³

Quando o espanhol Francisco de Orellana navega o rio pela primeira vez, em 1542, afirma ter avistado essas mulheres, que, segundo a interpretação grega, cortavam um dos seios para melhor apoiar o arco no momento da luta ou da caça; e com esse nome batiza o rio. Essa e outras representações que circulavam pela Europa – continente que conserva até o Século das Luzes o imaginário medieval – povoaram a mente dos conquistadores europeus, levando-os a empreender façanhas arriscadas com o intuito de alimentar a sua imaginação. Não somente essas mulheres aguerridas foram procuradas no continente americano, também buscavam-se seres humanos feitos de ouro – o ambicionado *homem dourado* –, a cidade *Eldorado*, a fonte da juventude e a platônica ilha submersa – Atlântida –, que serviu também de nome ao oceano.

Esses são os ingredientes com que se nutria o imaginário europeu e a bagagem cultural com

que viajaram os conquistadores para se lançar à exploração do continente. A procura das riquezas esteve acompanhada de uma mentalidade inundada de fantasia, construída diante do que lhes era desconhecido.

Agressão à natureza

Na segunda metade do século 19, com a exploração do látex extraído das seringueiras e do caucho, ambas árvores nativas da área, a floresta viveu um grande apogeu comercial, tanto do lado brasileiro quanto do colombiano e peruano. Junto a uma exploração desmedida da natureza, também veio, como não podia deixar de acontecer, a exploração das populações nativas, situação que levantou fortes protestos contra o tratamento dado ao nativo.

Reivindicações que tinham começado muito mais cedo; já no século 16, quando levantaram a voz o frei dominicano Antonio de Montesinos e o padre Las Casas. Depois, vieram os sermões do padre Vieira, que retratavam os “mil modos de servidão e cativo”, como ele dizia, referindo-se à relação abusiva do branco com os indígenas no Maranhão. Terras, aliás, de onde Vieira foi expulso por não se adequar aos princípios dos colonos portugueses.⁴

À época da consolidação da República, os ensaios de Euclides da Cunha mostraram com extrema crueza a situação na floresta



A exploração da Amazônia esteve acompanhada de fantasias, como as de seres humanos feitos de ouro e a lenda da Atlântida

amazônica, buscando chamar a atenção para os problemas sociais da região. Como engenheiro, geógrafo, jornalista e grande narrador, ele reconhece o trabalho semi-escravo existente nos seringais do Acre, em crônicas fundamentais para a época e que só postumamente foram compiladas e publicadas.⁵ Nelas, revelava a situação dos seringueiros, os quais, segundo Euclides, viviam como numa “prisão sem muros”, encurralados pelas dívidas. E o aspecto mais grave dessa situação, dizia ele, era que suas vidas representavam o maior paradoxo jamais visto, pois eram homens

que “trabalhavam para escravizar-se”.⁶ O escritor carioca foi um verdadeiro desbravador, tanto pela observação das mazelas sociais da região amazônica quanto pela consolidação das fronteiras com os países vizinhos, já que fez o reconhecimento hidrográfico e desenhou os mapas do rio Alto Purus. Esses trabalhos ajudariam o barão do Rio Branco nas negociações com o Peru, em 1909, com o fim de dirimir o conflito fronteiriço.

Paisagem infinita

Numa carta escrita de Manaus, Euclides manifesta sentir-se

como um forasteiro diante do panorama incomensurável da Amazônia, pois essa paisagem pareceu-lhe “um infinito que deve ser dosado”.⁷ Aproveitemos dessa nítida imagem euclidiana para penetrar na vastidão da floresta, agora do lado colombiano. A mata amazônica colombiana tem 403.000 km² e abrange as regiões (departamentos) do Caquetá, Putumayo, Vichada, Guaviare Guainía, Amazonas e Vaupés. Para nos aproximarmos da Amazônia colombiana e conhecermos a condição de trabalho nos seringais da outra margem da floresta, convido o leitor

Na década de 1990, a arte escrita apresenta a Região Amazônica com uma mirada cuidadosa e cheia de respeito pela selva. É a nova visão ecológica adotada, entre outros, pelo chileno Luis Sepúlveda, na obra *Um velho que lia romances de amor*, que retrata o espaço das populações nativas shuar e oferece uma clara mensagem de defesa da Amazônia. O autor compartilha a esperança do sindicalista Chico Mendes e de Miguel Tzenke, dirigente indígena.

a adentrar as veredas de um romance, *La vorágine* (1924), talvez “a matriz ficcional” das representações que viriam depois, como assinala Hardmann.⁸

O escritor José Eustasio Rivera (1888-1928), com um ofício similar ao de Euclides, foi inspetor das explorações de petróleo na região do rio Magdalena e trabalhou também na delimitação de fronteiras entre a Colômbia e a Venezuela. Foi uma espécie de advogado-escritor-viajeiro e um grande conhecedor da selva colombiana, a qual lhe deu a matéria-prima fundamental para que escrevesse seu primeiro e único romance.

La vorágine é uma narrativa de denúncia social e de aventura, que teve grande sucesso entre leitores, tradutores e crítica na América Latina.⁹ A trama, muito simples, tem como narrador o personagem central, Arturo

Cova, que, por amor, deixa Bogotá com sua noiva e se interna no *llano*, onde descobre o mundo dos caucheiros, realidade que, nos centros urbanos, era desconhecida. Como grupo social marginalizado, os extratores do caucho viviam sem lei, só com o código escrito pelas armas, e, da mesma forma, a extração desenvolvia-se sem normas nem regulamentações. O lucro é que determinava o padrão de comportamento. Cova descreve a violência extrema em que viviam os caucheiros e os permanentes conflitos suscitados com as comunidades indígenas como consequência da derrubada de árvores, prática que destruía seu *habitat*.

Na Região Amazônica existem diversas maneiras de extração do látex. Na Colômbia, para extrair-se a borracha derruba-se a árvore, prática que contrasta com a brasileira, de fazer incisões no tronco para sangrá-lo periodicamente, assegurando a produção durante anos. Esse método é o indicado para os seringais próprios das terras inundadas da Amazônia brasileira. Na mata colombiana, porém, as variedades de árvores são diferentes, geralmente o caucho morre se são feitas incisões. A destruição é, então, a única maneira de extrair quantidades suficientes de látex.

Euclides da Cunha, em 1905, explicou claramente essas diferenças e percebeu, como argu-

to sociólogo que também foi, as consequências de uma exploração diferenciada. Assim, resultaram “duas sociedades novas e originais” na mata amazônica: o caucheiro, forçosamente um nômade, um errante, e o seringueiro, homem sedentário e fixo, explicava.¹⁰ Essa realidade foi, em muitas ocasiões, a causa dos grandes conflitos na região, pois, historicamente, como é sabido, as populações nômades são vistas com desconfiança pelos grupos assentados.

Conflitos sociais

A luta entre a produção industrial da borracha, a preservação do *habitat* das populações autóctones e os conflitos sociais entre os grupos de desbravadores têm sido constantes até a atualidade. Com uma clara visão de futuro, Euclides da Cunha percebeu a magnitude do dano feito à natureza e o acirramento das agitações sociais que tal prática ocasionava. Talvez, por isso, ele acusou de verdadeiros “homúnculos da civilização”, os exploradores do látex.

O protagonista de *La vorágine*, ao descobrir a selva, percebe um país sem fronteiras, no qual não se sabe, ao fim, quem são os oprimidos: se os caucheiros, os aliciadores, os grupos nativos ou os jovens citadinos que vão em busca de um horizonte ilimitado. Desiludidos pela situação aberrante que encontram, pela horri-

vel realidade dos trabalhadores e pela impenetrável mata que não conseguem dominar, os personagens, sem poder enfrentar essa vastidão, são engolidos pela vegetação. A frase final do texto, “a selva os devorou”, fica aberta às mais diversas interpretações (um final aberto, conforme proposto por Umberto Eco).

José Eustasio Rivera conhecia de perto essas terras, ele não foi desses escritores de “ouvir” falar, como os cronistas de outras épocas. Ao contrário, integrou uma comissão oficial encarregada de estabelecer as fronteiras, como já diz, entre a Colômbia e a Venezuela, percorreu os rios Orenoco e Amazonas e se familiarizou com a vida dos índios, com os rios e com as miseráveis condições de vida dos seringueiros.¹¹ Essas últimas palavras do romance, a meu ver, assinalam não só a resposta condizente com uma leitura textual; vão além, e vinculam-se tanto ao tremendo *eu acuso* presente, em forma subliminal no texto, quanto ao desinteresse das autoridades de Bogotá em desconhecer esses territórios deixando aquelas comunidades sem ordem nem lei.

O final do romance aponta também para a visão que se tinha do espaço gigantesco, a selva como uma energia inexorável que transforma o homem, não somente pela força vegetal ainda não dominada, mas também pela crueldade e a

cobiça humana. Assim também apreciava Neruda quando no canto sobre o rio Amazonas – nos extrapolamos para toda a região –, manifesta, “la luna no te puede vigilar ni medirte”.¹²

Floresta ficcional

Anos depois, os escritos de Mario Vargas Llosa proporcionam uma perspectiva bem diferente no panorama que apresenta a selva. O romance *A casa verde* (1966) tem como cenário a Amazônia

peruana. Seus protagonistas se movem por um amplíssimo espaço, desde a cidade de Piura, na região andina, onde se encontra o prostíbulo – a casa verde – até o Alto Marañón, lugar do povoado de Santa Maria de la Nieva, terra das etnias aguarunas, huambisas e shapras. Temos aí um ambiente social organizado e a própria selva sendo conquistada, povoada e refreada pelo homem branco.

Embora a paisagem da floresta como “deusa implacável” – como



Com uma clara visão de futuro, o escritor Euclides da Cunha percebeu a magnitude do dano feito à natureza e o acirramento das agitações sociais na Região Amazônica

diz uma personagem de Rivera – ainda deslumbre, a exploração da região com o comércio do caucho é a criadora de profundos conflitos que dividem o povoado. Logo, o peruano escreve *Pantaleón e as visitadoras* (1973), em que o cenário é novamente a selva representada pela força e a sensualidade da mais bela das prostitutas, a Colombiana. O romance vai além de mostrar a paisagem vasta, incomensurável e conflituosa de um território sem lei, ele se atém a enfocar a rigidez e a hipocrisia dos grupos urbanos, o exército, perante a liberdade que existe na natureza.¹³

Depois desses romances, o escritor peruano publica *O falador* (1987), que também tem a floresta como espaço fictício e no qual um anônimo contador de histórias relata os mitos dos machiguengas,¹⁴ povo da Amazônia peruana fortemente ligado às tradições ancestrais. O narrador é um ex-estudante de direito que sai da cidade e se interna, como etnólogo, na selva peruana, decidido a conviver com a etnia nativa e assim relatar os mitos desse povo. Como podemos observar, no final do século 20, a representação da selva e do homem branco é bem diferente daquela proposta por Rivera. Agora, o homem urbano, conhecedor das tribos ancestrais de seus territórios, tem uma interiorização bem diferente. Por um lado, é capaz de dominar o espaço, já não se dei-

xa devorar. Por outro, faz as vezes de transmissor e testemunha das culturas tradicionais que o precederam. No entanto, a exploração e o *eu acuso* dos excessos capitalistas estão assinalados com força.

Nova visão ecológica

Na década de 1990, a arte escrita apresenta a Região Amazônica com uma mirada cuidadosa e cheia de respeito pela selva. É a nova visão ecológica adotada, entre outros, pelo chileno Luis Sepúlveda, na obra *Um velho que lia romances de amor* (1993), que retrata o espaço das populações nativas shuar, localizadas na fronteira entre o Equador e o Peru, e oferece uma clara mensagem de defesa da Amazônia.

O autor compartilha a esperança do sindicalista Chico Mendes e de Miguel Tzenke, dirigente indígena, e a esses dois amigos dedica esse que é seu primeiro livro.¹⁵ Ele assinala, desde o começo, que o texto é uma denúncia da cruel devastação feita pelo homem branco. O civilizado, representado pelas autoridades e por expedicionários gringos, é o depredador, e os aborígenes, com seu conhecimento milenar, defendem o meio ambiente, pois lutam para manter seu código de sobrevivência.

O protagonista, o velho Antonio José Bolívar Proaño, que não pertence à etnia, mas é salvo pelos shuar, depois de ser

atacado por uma cobra, decide ficar por lá quando compreende que a sabedoria dos indígenas e a relação estreita e afetiva com a selva é tão oposta à do homem branco. Decide enriquecer-se com a sensibilidade dos shuar e com a grande descoberta que ele faz entre a assombrosa vegetação: ele percebe, aos poucos, com muito sacrifício, juntando cada sílaba e repetindo cada frase, que também podia ler.

E o que ele quer ler? Só romances de amor, de amor sofrido e doloroso, mas com um desfecho feliz, o mesmo sentimento que ele dedica a cada uma das matas da selva amazônica. Nas últimas linhas do romance, o narrador nos diz que o velho Bolívar Proaño, nas suas leituras de amor, encontra *palabras tan hermosas que a veces le hacían olvidar la barbarie humana*.¹⁶

Sem dúvida, há muitos outros textos que têm como referente a Região Amazônica e que poderiam ser mencionados, no entan-

No final do século 20 a representação da selva e do homem branco é bem diferente daquela proposta por Rivera. Agora, o homem urbano, conhecedor das tribos ancestrais de seus territórios, tem uma interiorização bem diferente. É capaz de dominar o espaço, já não se deixa devorar. Faz as vezes de transmissor e testemunho das culturas tradicionais que o precederam.

to quis somente assinalar, com breves exemplos, os grandes momentos de inflexão no olhar para a floresta. Se, no início, as imagens mostravam um cárcere verde para o homem, logo depois, era a vastidão, que, além de ser aproveitada comercialmente, foi povoada e dominada. Hoje, no entanto, aprecia-se outro olhar, que eu denominaria um olhar ético, segundo o qual o homem “civilizado” respeita a natureza ao tentar mudar seu próprio comportamento. ✱

Notas

- 1 Ele pergunta ao amigo José Veríssimo, “acha bom o título *Um paraíso perdido* para meu livro sobre a Amazônia?”. Carta de 10/3/1905, *Um paraíso perdido. Reunião dos ensaios amazônicos* (seleção Hildon Rocha). Petrópolis: Vozes, 1976, p. 320.
- 2 Ver mapa de 1770, onde aparece escrito o nome “Amazonas”. Disponível em www.armenica.org/cgi-bin/armenica “270 Year Old Map Engraved on Copper. Acesso em 8 de dezembro de 2007.
- 3 “Warrior Women of Eurasia”, *Archaeology* (1997), vol. 50, nº 1. Também seu livro, *Warrior Women: An Archaeologists Search for History's Hidden Heroines*. New York: Warner Books, 2002.
- 4 “Sermão da Epifania”, *Sermões*, vol. II. Porto: Lello e Irmão, 1951.
- 5 “Na Amazônia” e “Terra sem história”. In *À margem da história* (1909). São Paulo: Cultrix, Brasília, INL, 1975, p. 25-106.
- 6 Euclides da Cunha, “Entre os seringais” (1906). In *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, 2 vols.

- 7 Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti (orgs.), *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 268.
- 8 “A Amazônia como voragem da história: impasses de uma representação literária”. In *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, nº 29, 2007, p. 141-152.
- 9 *A voragem*. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- 10 “A região e seu povoadores” (1905), *Um paraíso perdido. Reunião dos ensaios amazônicos*, op. cit., p. 235-236. Ver também o estudo de Camilo Domínguez y Augusto Gómez, *La economía extractiva en la Amazonia colombiana 1850-1930*. Bogotá: Corporación Colombiana para la Amazonia Araracuara, 1990.
- 11 O documento dessa viagem, “El Informe de la Comisión de Límites con Venezuela”, Camilo Domínguez y Augusto Gómez, op. cit., págs. 127-139.
- 12 “a lua não te pode vigiar nem te medir”. “Los ríos acudem”, *Canto general I*. Buenos Aires: Losada, 1955, p. 16.
- 13 *Pantaleão e as visitadoras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- 14 *O falador*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- 15 São Paulo, Ática, 1995.
- 16 Palavras tão bonitas que às vezes o faziam esquecer a barbárie humana.

Referências

- CUNHA, Euclides da. “Carta de 10/3/1905”. In *Um paraíso perdido. Reunião dos ensaios amazônicos*. Seleção Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. “Na Amazônia” e “Terra sem história”. In *À margem da história* (1909). São Paulo: Cultrix, Brasília: INL, 1975.
- _____. “Entre os seringais” (1906). In *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, vol. 1.

DAVIS-KIMBALL, Jeannine. “Warrior Women of Eurasia”, *Archaeology* (1997), vol. 50, nº 1.

_____. *Warrior Women: An Archaeologists Search for History's Hidden Heroines*. New York: Warner Books, 2002.

DOMÍNGUEZ Camilo y GÓMEZ, Augusto. *La economía extractiva en la Amazonia colombiana 1850-1930*. Bogotá: Corporación Colombiana para la Amazonia Araracuara, 1990.

HARDMANN FOOT, Francisco. “A Amazônia como voragem da história: impasses de uma representação literária”. In *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, nº 29, 2007.

NERUDA, Pablo. *Canto general I*. Buenos Aires: Losada, 1955.

NOGUEIRA GALVÃO, Walnice e Oswaldo Galotti (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.

RIVERA, Jose Eustasio. *A voragem*. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

SEPÚLVEDA, Luis. *O velho que lia romances de amor*. São Paulo: Ática, 1995.

VARGAS LLOSA, Mario. *A casa verde*. São Paulo: Círculo do livro, 1983.

_____. *O falador*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

_____. *Pantaleão e as visitadoras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

VIEIRA, Antônio. “Sermão da Epifania”. In *Sermões*, vol. II. Porto: Lello e Irmão, 1951.

Sara Almarza é PhD e MA na State University of New York. Pós-doutoramento na Biblioteca Nacional de Santiago, Chile. Professora associada no Departamento de Teoria Literária e Literaturas da UnB.

salmarza@unb.br

Só o literário nó da questão: amplidão e confinamento em *Pedro Páramo*

HERMENEGILDO BASTOS

Juan Rulfo trata, em sua principal obra, a relação homem-natureza. Essa representação processa-se de forma lírica, em que se percebe claramente a presença do autor em seu próprio romance. Ele se insere em sua obra, insere o seu próprio drama, a obra como acontecimento da sua própria vida.

Para quem lida com a literatura, com o imaginário, a questão que se coloca a cada página, a cada linha, é a sua historicidade inapelável. Isso, entretanto, se coloca de duas maneiras que podem ser, em alguns casos, antagônicas. A presença, numa narrativa da história, é, ao mesmo tempo, a evidência da sua condição histórica e ânsia por dela se libertar. As narrativas

evidenciam essas contradições, mesmo quando não é intenção do autor fazê-lo. Aqui também se define a dimensão política de uma obra. Entendo que o crítico, para estar à altura da obra que procura interpretar, deve rastrear os passos que se dão em torno desse ponto nodal. Cabe ao crítico fazer conexões, acompanhando o ritmo dessa duplicidade: a ânsia por se libertar da clausura do

condicionamento histórico é também forma de evidenciar a historicidade, mas o antagonismo pode dar a ver mais do que se mostra à primeira vista. Em *Pedro Páramo*, Susana San Juan, que, segundo Rulfo, não é propriamente um personagem,¹ é o ponto em que a pertença e a ânsia se articulam.

Retomo aqui os estudos que venho desenvolvendo sobre representação na obra do escritor mexicano

Juan Rulfo,² a partir agora de uma leitura dos fragmentos seis e sete de *Pedro Páramo*.

Fragmento 6

“El agua que goteaba de las tejas hacía un agujero en la arena del patio. Sonaba: plas plas y luego otra vez plas, en mitad de una hoja de laurel que daba vueltas y rebotes metida en la hendidura de los ladrillos. Ya se había ido la tormenta. Ahora de vez en cuando la brisa sacudía las ramas del granado haciéndolas chorrear una lluvia espesa, estampando la tierra con gotas brillantes que luego se empañaban. Las gallinas, engarrunadas como si durmieran, sacudían de pronto sus alas y salían al patio, picoteando de prisa, atrapando las lombrices desenterradas por la lluvia. Al recorrerse las nubes, el sol sacaba luz a las piedras, irisaba todo de colores, se bebía el agua de la tierra, jugaba con el aire dándole brillo a las hojas con que jugaba el aire.

— ¿Qué tanto haces en el excusado, muchacho?

- Nada, mamá.

- Si sigues allí va a salir una culebra y te va a morder.

- Sí, mamá.

“Pensaba en ti, Susana. En las lomas verdes. Cuando volábamos papalotes en la época del aire. Oíamos allá abajo el rumor viviente del pueblo mientras estábamos encima de él, arriba de la loma, en tanto se nos iba el hilo de cáñamo arrastrado por el viento. “Ayúdame, Susana.” Y

unas manos suaves se apretaban a nuestras manos. “Suelta más hilo.”

“El aire nos hacía reír; juntaba la mirada de nuestros ojos, mientras el hilo corría entre los dedos detrás del viento, hasta que se rompía con un leve crujido como se hubiera sido trazado por las alas de algún pájaro. Y allá arriba, el pájaro de papel caía en maromas arrastrando su cola de hilacho, perdiéndose en el verdor de la tierra.

“Tus labios estaban mojados como si los hubiera besado el rocío.”

-Te he dicho que te salgas del excusado, muchacho.

-Sí, mamá. Ya voy.

“De ti me acordaba. Cuando tu estabas allí mirándome con tus ojos de aguamarina.”

Alzó la vista y miró a su madre en la puerta.

- ¿Por qué tardas tanto en salir? ¿Qué haces aquí?

-Estoy pensando.

-Y no puedes hacerlo en otra parte? Es dañoso estar mucho tiempo en el excusado. Además, debías de ocuparte en algo. ¿Por qué no vas con tu abuela a desgranar maíz?

- Ya voy, mamá. Ya voy.

Fragmento 7

-Abuela, vengo a ayudarle a desgranar maíz.

-Ya terminamos; pero vamos a hacer chocolate. ¿Dónde te habías metido? Todo el rato que duró la tormenta te anduvimos buscando.

-Estaba en el otro patio.

-¿Y qué estabas haciendo? Rezando?

-No, abuela, solamente estaba viendo llover.

La abuela lo miró con aquellos ojos medio gris, medio amarillos, que ella tenía y que parecían adivinar lo que había dentro de uno.

-Vete, pues, a limpiar el molino.

“A centenares de metros, encima de todas las nubes, más, mucho más allá de todo, estás escondida tú, Susana. Escondida en la inmensidad de Dios, detrás de su Divina Providencia, donde yo no puedo alcanzarte ni verte y adonde no llegan mis palabras.”

-Abuela, el molino no sirve, tiene el gusano roto.

-Esa Micaela ha de haber molido molcates en él. No se le quita esa mala costumbre; pero en fin, ya no tiene remedio.

-¿Por qué no compramos otro? Éste ya de viejo ni servía.

-Dices bien. Aunque con los gastos que hicimos para enterrar a tu abuelo y los diezmos que le hemos pagado a la Iglesia nos hemos quedado sin un centavo. Sin embargo, haremos un sacrificio y compraremos otro. Sería bueno que fueras a ver a doña Inés Villalpando y le pidieras que nos lo fiara para octubre. Se lo pagaremos en las cosechas.

-Sí, abuela

-Y de paso, para que hagas el mandado completo, dile que nos empreste un cernidor y una podadera; con lo crecidas que están las matas ya mero se nos meten en las trasi-jaderas. Si yo tuviera mi casa grande, con aquellos grandes corrales

que tenía, no me estaría quejando. Pero tu abuelo le jerró con venirse aquí. Todo sea por Dios: nunca han de salir las cosas como uno quiere. Dile a doña Inés que le pagaremos en las cosechas todo lo que le debemos.

-Sí, abuela.

Había chuparrosas. Era la época. Se oía el zumbido de sus alas entre las flores del jazmín que se caía de flores.

Se dio una vuelta por la repisa del Sagrado Corazón y encontró veinticuatro centavos. Dejó los cuatro centavos y tomó el veinte.

Antes de salir, su madre lo detuvo:

-¿Adónde vas?

-Con doña Inés Villalpando por un molino nuevo. El que teníamos se quebró.

-Dile que te dé un metro de tafeta negra, como ésta – y dio la muestra

-. Que lo cargue en nuestra cuenta.

-Muy bien, mamá.

-A tu regreso cómprame unas cafiaspirinas. En la maceta del pasillo encontrarás dinero.

Encontró un peso. Dejó el veinte y agarró el peso.

“Ahora me sobrará dinero para lo que se ofrezca”, pensó.

-Pedro! – le gritaron –. Pedro!

Pero el ya no oyó. Iba muy lejos.”
(Rulfo, 2003, pp; 74-76)”.

Sugestão lírica

O fragmento seis inicia com uma sugestão lírica: a chuva espessa cai no telhado da casa e nas árvores do campo, sacudindo os

galhos; quando a chuva se vai, o sol lança luz às pedras. Não há sugestão de algo malévolo, nem se apresenta qualquer situação de pena, dor, medo, nem se alude a qualquer situação problemática. O leitor vê que se trata de um lugar no campo onde há galinhas e minhocas. O lugar, onde cabem dois quintais ou pátios, é grande. Por enquanto não há personagens nem ações. Há sugestões, contudo. O mundo é a natureza, mas uma natureza já plena de significados humanos. A chuva, como sabe o leitor de Rulfo, é um símbolo constante da lógica vital. As galinhas se alimentam das minhocas, e isso indica o movimento inexorável da vida. O sol bebe a água da terra. O equilíbrio se refaz.

Em seguida, um diálogo vem quebrar o equilíbrio da paisagem, um diálogo entre um *muchacho* (que está num espaço confinado, o *excusado*) e sua *mamá*. O diálogo é curto, mas dura o tempo suficiente para que a mãe admoeste o menino e lhe mande sair de onde está. Agora há personagens e ações; além disso, há um conflito que gira em torno do lugar onde se encontra o menino. Aí não se deve permanecer muito tempo. O *excusado* é um espaço de confinamento. É também perigoso, pois nele há cobras que podem morder o menino. Ao contrário das galinhas que se alimentam

das minhocas como num gesto natural e de equilíbrio cósmico, as cobras são o desequilíbrio, e se associam ao mundo humano e a esse lugar especificamente.

O diálogo, por sua vez, é interrompido por um texto entre aspas com forte carga lírica e que traduz uma visão de *locus amoenus*. São recordações de Pedro Páramo e aparecem no texto como uma espécie de revanche do menino Pedro Páramo confinado.

O trecho entre aspas é uma interpolação no sentido conceituado por Boixo.³ Pedro Páramo adulto, e já perto da sua morte, recorda-se da sua infância ao lado de Susana San Juan. Ele aparentemente se dirige a ela. Na verdade, porém, o “tu” a quem se dirigiriam os enunciados é um tu fantasmal como tantos outros e em tantas outras ocasiões de *Pedro Páramo*. Outro dado que vale a pena

Segundo Bakhtin, temos dois acontecimentos: aquele que nos é contado na obra e aquele da própria narração. Enquanto leitores, nós participamos deste último. Esses acontecimentos se desenvolvem em momentos e lugares diferentes. Ao mesmo tempo, porém, eles são inseparáveis e estão reunidos num único acontecimento que pode ser designado como a “obra na sua plenitude acontecimental”.



A chuva é para o escritor mexicano Juan Rulfo um símbolo constante da lógica vital

reter é que as interpolações se sobrepõem à narrativa; assim, temos, além do narrador Pedro Páramo das interpolações, um narrador em terceira pessoa. O que lemos é, pois, uma narrativa comentada. Esse jogo de planos narrativos – narrativa em terceira pessoa, discurso direto e comentário à narrativa – funciona de maneira a estabelecer a ambigüidade, mas também, e paradoxalmente, de maneira a desqualificar as diversas vozes do mundo representado e concentrar a atenção na obra mesma, na sua produção.

Observei em outro ensaio (Bastos, 2004) que essas inter-

polações se configuram como verdadeiros poemas árcades. Elas são marcas da presença excessivamente literária da tradição e se encaminham, assim, num sentido oposto ao ideal rulfiano de “escribir como se habla”. No ensaio citado, assinalo esta que pode ser a grande contradição da obra de Rulfo: o choque (mais ou menos estilizado) entre a “ficcionalização da oralidade” e o confinamento do escritor numa tradição literária de que ele não pode escapar, embora se empenhe nisso.⁴

Essa contradição ganha proporções significativas. Os “poemas árcades” destoam do personagem

que tem as recordações, afinal Pedro Páramo em nada lembra um personagem com veleidades literárias.⁵ Essas interpolações (outro tipo de espaço confinado, embora projetem a amplidão do *locus amoenus*) são marcas do autor.

Ao mundo do autor, por contraposição ao mundo representado no texto, Bakhtin (1978) chama mundo representante. Esses dois mundos são rigorosamente separados, mas são indissociáveis um do outro. Encontram-se em ação recíproca constante, havendo entre eles trocas ininterruptas. Bakhtin chama essa ação de cronotopo criador em torno do qual se dá a troca entre obra e vida.

O autor (sua atividade), nós o encontramos fora de sua obra enquanto homem que vive sua existência biográfica, mas o encontramos também na obra, embora do lado de fora dos cronotopos representados. Segundo Bakhtin, temos dois acontecimentos: aquele que nos é contado na obra e aquele da própria narração. Como leitores, nós participamos deste último. Esses acontecimentos se desenvolvem em momentos e lugares diferentes. Ao mesmo tempo, porém, eles são inseparáveis e estão reunidos num único acontecimento que pode ser designado como “a obra na sua plenitude acontecimental” (Bakhtin, 1978, p. 395).

Há um tempo que representa e outro que é representado. Mas, aqui, segundo Bakhtin, surge um problema: a partir de que ponto espaço-temporal o autor considera os acontecimentos que ele representa? Ele o faz a partir de sua época contemporânea inacabada, encontrando-se ele mesmo sob a tangente da atualidade da qual ele nos dá a imagem.

A contemporaneidade do autor compreende, antes de qualquer coisa, o domínio da literatura, não apenas a contemporânea no sentido restrito do termo, mas também a do passado que continua a viver e a se renovar no presente. A re-

lação do autor com as diversas manifestações da literatura e da cultura tem um caráter dialógico. A percepção do mundo do autor, ele nos dá através de um personagem, do narrador ou do autor-substituto, ou ainda, diretamente sem intermediário.

Como encontramos Rulfo em *Pedro Páramo*? De várias maneiras, mas entre elas uma tem importância especial para este ensaio: a maneira como o autor se insere na obra, acrescentando aos temas e problemas tratados pela obra o tema da escrita, a literatura como acontecimento e acontecimento vivido como problema em torno do qual gira o romance.

Os temas, símbolos e arquétipos da tradição ocidental como também da indígena, as técnicas requintadas da fragmentação, da ambigüidade do ponto de vista, da diluição de tempo e espaço, tudo isso é literatura, sim, mas é mais que literatura, porque é o problema da literatura tomado e vivido como coisa mortal para o autor.

No ensaio anterior já citado, dizia que o autor se insere na obra, insere o seu próprio drama, a obra como acontecimento da sua própria vida. O problema de escrever. O ideal rulfiano de “escribir como se habla” está travado pela tradição literária. Que os “poemas árcades” surjam ligados ao espaço do con-

finamento, embora projetem a amplitude do *locus amoenus*, isso parece ser significativo.

Tempos antagonônicos

Tempos e espaços diferentes e até mesmo (ao menos à primeira vista) antagonônicos. Dois cronotopos, o do sítio, que é o presente da história, e o das recordações, que é o presente da narrativa. Ao primeiro está ligado o *muchacho* Pedro Páramo, ao segundo, o adulto Pedro Páramo. Assim considerados, porém, não deixam ver o que talvez seja o mais importante aí: a contraposição amplidão/confinamento. A amplidão está no sítio (no presente da história), mas também nos trechos que chamei “poemas árcades” (no presente da narrativa); o confinamento, por sua vez, está no *excusado* (presente da história), mas também na limitação textual que sofrem as recordações, que são, portanto, interpolações ou inclusões, isto é, nos próprios “poemas árcades”. Vendo assim, convém entender a contraposição como interna ao ato mesmo da escrita. Isso, entretanto, ainda não resolve tudo, porque o ato da escrita não diz respeito a Pedro Páramo e sim ao autor.

Há alguma coisa de cômico ou farsesco nesses fragmentos. O leitor perceberá o tom proposital disso. Ao leitor se impõe o trabalho de unificar uma disparidade. A cena do *excusado* se choca com o tom elevado dos trechos entre aspas que identificamos como

A lembrança do adulto é marcada pela dor e é com esse ponto de vista que as cenas do passado são narradas. Alguém, distante de si mesmo no tempo, rememora seu passado e o faz chegar até o leitor contaminado pela dor do presente. Este que narra – Pedro Páramo adulto – analisa a história e acentua alguns significados que provavelmente não se evidenciavam para o menino, sua mãe e os demais.

recordações de Pedro Páramo centradas em Susana San Juan. A seguir, o mundo dos personagens na sua faina diária conduz a atenção do leitor para o mundo não solene das coisas pobres e baixas. O propósito é o de chocar o leitor que não sabe inicialmente se se penaliza com o sofrimento do sujeito das recordações ou se acompanha o ritmo da narrativa em direção ao mundo baixo e vulgar.

O *excusado* (ou casinha, ou quartinho no Brasil) é um lugar reservado para necessidades fisiológicas. É aí que Pedro Páramo se isola, segundo ele, para pensar e pensar em Susana San Juan. É um espaço de confinamento, um espaço fechado, reservado, não usado ordinariamente, recortado do espaço maior que é o sítio. Ao mesmo tempo, porém, o espaço do *excusado* permite ao *muchacho* Pedro Páramo que dê asas à sua imaginação e, dessa

forma, vá além do espaço do sítio, projetando-se num mundo sem limites. Nesse sentido, pode-se dizer que o sítio é também um lugar de confinamento e que, de modo paradoxal, é menor que o *excusado*.⁶

O presente da história é o da ação centrada na vida do sítio, na faina da sobrevivência, na exposição dos instrumentos de trabalho, na convivência de Pedro Páramo menino com sua avó e sua mãe, na visão da rota do comércio que leva o menino até a venda de Inés Villalpando. Mas tudo isso está no passado de quem narra. A voz que diz “Pensaba en ti, Susana” não é de Pedro Páramo menino, mas de Pedro Páramo adulto. Esse fala de outro tempo para o qual aquelas ações são passadas.

A lembrança do adulto é marcada pela dor e é com esse ponto de vista que as cenas do passado são narradas. Alguém, distante de si mesmo no tempo, rememora seu passado e o faz chegar até o leitor contaminado pela dor do presente. Este que narra – Pedro Páramo adulto – analisa a história e acentua alguns significados que provavelmente não se evidenciavam para o menino, sua mãe e os demais. A compreensão desses fatos se oferece ao leitor.

Oferece-se, então, ao leitor a duplicidade de dois cronotopos,⁷ um de Pedro Páramo menino, outro de Pedro Páramo adulto.

Bakhtin observa que nos limites de uma única obra podem-se observar inúmeros cronotopos. Na pluralidade, há, entretanto, um que recobre o todo, sendo este então predominante.

As inter-relações entre os diversos cronotopos têm um caráter dialógico. Esse diálogo, porém, não pode penetrar na imagem representada, nem em nenhum dos cronotopos. Ele entra nos mundos do autor e dos leitores, mundos que também são cronotopos.

Mescla de estilos

Nesses e em vários outros momentos de *Pedro Páramo* – na verdade, na obra de Rulfo como um todo –, a mescla de estilos alto e baixo é uma constante e uma determinante. A teoria da mescla de estilos (*Stilvermischung*), elaborada e trabalhada por Auerbach em suas obras (entre outras, Auerbach, 1971), funciona como um conceito de unidade da literatura ocidental. A literatura ocidental sintetiza o estilo elevado da tradição grega e a tradição hebraica do estilo baixo. O primeiro põe em cena personagens elevados na escala social; no segundo dominam os personagens das camadas baixas ou personagens postos em situações prosaicas ou cotidianas. Na literatura ocidental, esses estilos se mesclam, mas sem anularem suas diferenças.

Há de se perguntar como se pode falar de literatura ocidental a propósito de textos como esses de Juan Rulfo em que entram elementos não ocidentais como a tradição indígena e onde a tradição ocidental é apropriada de modo, pode-se dizer, em princípio desvantajoso.

Na perspectiva crítica aberta por Antonio Candido e que teve continuidade em Angel Rama, Antonio Cornejo Polar, Roberto Schwarz e outros, a literatura brasileira e a latino-americana em geral se define em termos do choque entre modelo estrangeiro e matéria local.

A reunião do estilo elevado das recordações de Pedro Páramo adulto com o estilo baixo próprio ao ambiente e aos personagens populares tem uma qualidade peculiar na literatura latino-americana. O estilo das recordações não é somente elevado, é precioso, passadista e até mesmo kitsch.⁸ Tem traços de arcadismo, na sua referência à natureza edênica. Ora, a natureza do espaço do sítio é tudo menos edênica. Aí o leitor depara com a escassez e a necessidade. Deve-se trabalhar para sobreviver. E trabalhar em condições pesadas e lastimáveis.

O estilo elevado tem algo de forçado e alheio. É como uma tradição postiça que, entretanto, não pode ser descartada. Para um escritor como Rulfo, cujo lema era “escribir como se ha-

bla”, cujo ideal era aproximar-se o máximo da oralidade, não deixa de ser uma contradição significativa. Essa oralidade é próxima de personagens em situações corriqueiras e banais ou mesmo chulas (como em “Anacleto Morones”, por exemplo) ou de personagens cujas situações trágicas são emolduradas por um contexto vulgar e baixo (como em “Talpa”, por exemplo).

Se os estilos se mesclam sem anular suas diferenças, quer-me parecer que, nos fragmentos estudados, o estilo baixo, num primeiro momento, assimila o elevado e o explica. Em seguida, bem observadas, as situações vulgares e corriqueiras não se explicam apenas como coisas pontuais e totalmente imanentes, ainda que puxem e arrastem o significado do texto para baixo e para a imanenência mais declarada. Vejamos como isso se dá na continuação do fragmento sete.

A força do lirismo

No fragmento sete, enfim o *muchacho* sai do *excusado* e se oferece a sua avó para “desgranar maiz”. A avó lhe responde que este trabalho já está feito. Ralha com ele, que se defende, dizendo que estava vendo chover, com o que volta a referência à natureza e o lirismo recobra sua força. Reforçando a necessidade de que o *muchacho* se ocupe em algo, a avó lhe manda limpar o moinho.

Outra vez o texto lírico, entre aspas, interrompe o diálogo: a voz lírica diz que Susana San Juan está acima de todas as nuvens, na imensidade de Deus, lá aonde não chegam as palavras. O tom e, mais do que o tom, a evocação é árcaico-romântica: a amada confunde-se com a natureza, é a linguagem além das palavras, e a natureza é divina. A voz lírica é prisioneira da dimensão terrestre e não pode alcançar a amada. Antes, quando eram jovens e estavam juntos, identificavam-se com esse universo, faziam parte dele em condição semelhante aos seres naturais.

Entretanto, no espaço do sítio se desenvolve uma outra história. O *muchacho* não pode limpar o moinho, porque este tem uma peça quebrada. A avó lhe diz que vá à venda de Inés Villalpando comprar a peça quebrada. Como pagar? Que ele diga à Dona Inés

As relações mercantilizadas entre os personagens, de parentesco e de trabalho, pessoais e familiares, o meio ambiente, os meios de produção, a estrutura de poder baseada na posse da terra, a ação de engano e embuste da igreja, as ilusões e os desejos, tudo isso que nos chega pelas vozes e pelos murmúrios gravados nas pedras, nas paredes, nos quartos e nas ruas, tudo isso compõe a unidade de uma formação social.

Villalpando que a peça será paga com a colheita. O *muchacho* encontra a mãe, que lhe pede que compre outras coisas. Diz-lhe que pegue dinheiro no vaso que está no corredor. Ele encontra um *peso* e pensa que agora lhe sobrá dinheiro para o que for necessário. Vai saindo, quando alguém lhe chama Pedro, Pedro, mas ele já ia muito longe, não podia ouvir.

A avó se lamenta que o sítio onde agora moram é pequeno, que já não é aquele onde moravam e onde havia grandes currais. A avó faz referência ao pouco dinheiro, às despesas feitas com a morte do avô e ao erro deste em mudar-se do espaço mais amplo para a casa atual.

O estilo elevado das recordações de Pedro Páramo aponta para um espaço que está além do humano: “...donde yo no puedo alcanzarte ni verte y adonde no llegan mis palabras” (p. 75). Este espaço infinito se contrapõe ao espaço do *excusado*, o do confinamento. Contrapõe-se, mas ao mesmo tempo se projeta a partir dele, porque é lá que Pedro Páramo menino pensa em Susana San Juan. Esta é, ao mesmo tempo, a amplidão e o confinamento.

A leitura nos leva a formular uma pergunta com duas entradas. Primeira: qual a relação entre o espaço dos “poemas árcades” e a casa que a *abuela* lamenta ter

deixado? Segunda: que sentido tem a contraposição entre o sonho de Susana San Juan (que é o mesmo dos “poemas árcades”) e o mundo mercantil para onde o menino Pedro Páramo decididamente caminha abrindo uma rota de transição entre o feudalismo e o capitalismo?

Aquilo de que se lamenta a *abuela* não é somente a perda da casa mais espaçosa onde havia currais, mas também o fim de uma época. A transição para outra época causa a ela e a todos inúmeros transtornos. O sonho de Susana San Juan se configura como um poema árcade, isto é, ele é um sonho literário, literariamente elaborado, vivido e sofrido. A época que se vai tem existência literária. O sonho é literário, confinado pelas aspas, seccionado do fluxo da narrativa.

O mundo representado de Comala é uma unidade. As relações mercantilizadas entre os personagens, de parentesco e de trabalho, pessoais e familiares, o meio ambiente, os meios de produção, a estrutura de poder baseada na posse da terra, a ação de engano e embuste da igreja, as ilusões e os desejos, tudo isso que nos chega pelas vozes e pelos murmúrios gravados nas pedras, nas paredes, nos quartos e nas ruas, tudo isso compõe a unidade de uma formação social. Mas é uma unidade desconjuntada. Sem deixar de ser uma unidade,

contém no seu interior o desencontro próprio de um momento de transição para o capitalismo. Infra-estrutura e superestrutura estão em desacordo. Há alguma coisa em mutação. A história caminha, mas caminha pelo lado mal, como disse Marx. O símbolo dessa mutação é Susana San Juan.

A literatura faz parte desse mundo da escassez e da necessidade evidenciado pelos personagens na sua luta pela sobrevivência. As relações são já as do mundo mercantilizado, regidas pelo dinheiro. Susana San Juan não está fora disso. Pelo contrário: é um lugar onde essas relações se formulam de maneira ao mesmo tempo lírica e cruel. À sua maneira é o literário nó da questão não literária. ✱

Notas

1 Reproduzo a seguir parte da entrevista que Rulfo concedeu aos estudantes da Universidad Central de Venezuela em 13 de março de 1974:

Pregunta: – Podría hablarnos un poco de Susana San Juan? J. R.: – Eso no es un personaje... Pregunta: –No es un personaje? J. R.: – Digo que nos es un personaje que pueda yo ahora ubicar... Me dicen que hable de Susana San Juan, que le interesa que hable de ella... Pues, ya se murió Susana San Juan!... En esa novela hay muchos nombres que son símbolos; simbolizan ciertas cosas, ¿no? Susana San Juan simboliza el ideal que tiene todo hombre de esa mujer que piensa encontrar

alguna vez en su vida.” (Rulfo, 1996, p. 454) Susana San Juan permanece isolada depois de morta porque foi enterrada a mando de Pedro Páramo em um mausoléu a prova de ruídos.

- 2 Bastos (2003, 2004). Este ensaio dá continuidade às pesquisas que desenvolvi, como investigador invitado del Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Nacional Autónoma de México, no período de 2003/2004.
- 3 Interpolação, segundo Boixo, é a inclusão dos pensamentos e recordações de determinados personagens, sua presença pode ser identificada pelo leitor como séries de unidade narrativa. Como unidade de discurso completo, embora cortado e colocado em diferentes lugares da narração, diferencia-se da mera presença do pensamento ou recordação do personagem. Boixo distingue três séries de interpolação. A que aqui nos interessa se centra nas recordações de Susana San Juan que tem Pedro Páramo adulto. Aí as interpolações parecem anotações à narração básica, como se fossem comentários que Pedro Páramo vai fazendo, de forma superposta, ao que se vai narrando, como se fosse um leitor que se recordasse no momento da leitura de diversas situações que se iniciam com episódios de sua infância. Boixo diz ainda que essas recordações são “pensadas” já nos momentos da morte de Pedro Páramo. (Boixo, 2003, p. 25).
- 4 Sobre isso ver, entre outros, Perus (1997).
- 5 Curiosamente, nesse sentido (e em alguns outros), Pedro Páramo é um per-

sonagem ao mesmo tempo muito semelhante e muito diferente do Paulo Honório de S. Bernardo. Semelhantes porque ambos parecem ser inverossímeis: são dois homens rudes, sem literatura. Diferentes porque, enquanto Graciliano Ramos se vale de Paulo Honório para criar uma obra marcada pela oralidade e distante da tradição beletrista, Juan Rulfo vale-se das interpolações dos *recuerdos* de Pedro Páramo para dar vazão ao ímpeto lírico. (Por esse aspecto, Rulfo se aproxima mais de Guimarães Rosa e os dois se distanciam significativamente de Graciliano Ramos).

- 6 No dicionário de María Moliner, há dois registros diferentes: *escusado*, com o sentido de retrete, privada; *excusado*, como o particípio de excusar. Em *Toda la obra* (1996), está *escusado*; na edição da Planeta (2000) está *excusado*. Em Boixo, está *excusado*. Nas “anotaciones a los fragmentos”, Boixo observa que, embora no dicionário da Real Academia Espanhola só figure *escusado* com o sentido de retrete, privada, “otros diccionarios sí incluyen la variante que ofrece Rulfo. En realidad, es la forma habitual de escritura y pronunciación en México, donde este término, a diferencia de en España, por ejemplo, es el que se utiliza normalmente”. (Boixo, op. cit., p. 193). Na tradução brasileira de Eric Nepomuceno (2004) está ‘banheiro’.
- 7 Segundo Bakhtin (1978, p. 390 e ss.), o cronotopo como unidade do espaço-tempo, é o centro da concretização figurativa e princípio organizador dos fenômenos artísticos.
- 8 Sobre isso ver ver Bastos (2004).

Referências

- AUERBACH, Erich. *Mimesis, a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: EDUSP, 1971.
- BAKHTIN, Mikhail. Formes du temps et du cronotope. In: *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1978.
- BASTOS, Hermenegildo. Dos criminosos e seus relatos. Negatividade e aporia em Juan Rulfo. In: *Cerrados*, nº. 15, ano 12, 2003.
- _____. “Tu sabes cómo hablan raro allá arriba, pero se les entiende”. Mentira y método en las voces de Susana San Juan. In: *Reliquias de la casa nueva. (La narrativa latinoamericana: el eje Graciliano-Rulfo)*. No prelo.
- BOIXO, José Carlos González. Introducción a Rulfo, Juan. *Pedro Páramo*, edição citada.
- PERUS, Françoise. En busca de la poética narrativa de Juan Rulfo (oralidad y escritura en un cuento de *El llano en llamas*). *Poligrafías*, 2, 1997.
- RULFO, Juan. Juan Rulfo examina su narrativa. In: *Toda la obra*. Edición crítica. 2ª ed. Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX, Colección Archivos, 1996.
- _____. *Pedro Páramo*. Edición de José Carlos González Boixo. Madrid: Ediciones Cátedra, 17ª ed., 2003.
- Hermenegildo Bastos** é doutor em Letras pela USP. Professor associado no Instituto de Letras da UnB.
hjbastos@unb.br

Misturas contemporâneas

ROBSON COELHO TINOCO E MARÍLIA DE ALEXANDRIA

Uma análise da interface música-poema, sob a ótica do dialogismo de Mikhail Bakhtin, serve de base para uma proposta melopoética a ser aplicada em ambiente escolar, capaz de uma melodia/harmonia com ritmo/mensagem.

Ao considerar na literatura e na música uma estética intersemiótica, revela-se, como expressão característica de organismo artístico ativo, a imagem de um todo indivisível impressa nas partes componentes de suas estruturas.

Na música, enquanto produto normalmente criado sem predeterminação de limites definidos (ao nível melódico, ao nível político etc.), cada uma de suas partes se constituem em elementos inseparáveis de apreensão rítmico-harmônico¹ integrado a uma dada sensação estética.

Também na literatura, arte gráfica de ritmo-musicalidade

subjetivamente implícita, repete-se essa integração inscrita na relação todo-partes constitutivas como elemento próprio de compreensão da mensagem veiculada que, tomando termo de Paul Steven Scher (1981, *apud* Oliveira, 2002), pode-se chamar melopoética.²

Tal sentido de globalidade integrada é nitidamente percebido em alguns gêneros musicais que, sob sua estrutura de progressão melódica,³ sugerem mesmo um tipo de discurso narrativo, como se nota em algumas expressões de MPB (p.ex., *Faroeste caboclo*, do grupo Legião Urbana).

Sob tal visão, entre as novas categorias propostas para estudos de textualidades poéti-

cas vocalizadas e cantadas, podem-se destacar dois conceitos (Matos, 2001): um, proposto pela semiótica lingüístico-musical de Luiz Tatit (1986), em que se considera o *equilíbrio* entre a celeridade ruidística e periódica da voz falante com perfis sonoros estabilizados pela música; outro, o de *performance*, base dos estudos sobre poesia vocal, de Paul Zumthor (2000), ao reivindicar em diferentes textos a centralidade da voz no ato poético.

Pois os atos de escrever ou ler poesia se tornam performáticos na medida em que seriam a presentificação de uma voz.

Sob esse duplo percurso – poesia musical; música poética – entenda-se que estruturas es-

téticas explícitas se evidenciam, em formas interdominantes, já desde o século 18, ou mesmo bem antes (Oliveira, 2002).⁴ Nesse século, a fuga e vários outros gêneros tendem a empregar temas e variações – sobretudo em forma de sonata – fornecendo determinados modelos musicais.

Tais modelos, segundo Solange Ribeiro de Oliveira (op. cit.), equivalem a formas literárias renascentistas como o soneto, a elegia e a épica, os quais foram substituídos por outras representações ao longo dos séculos 19 e 20.

Revelação divina

A concepção da música como tipo de linguagem poética sempre encontrou defensores como, por exemplo, Carlos Daghlían (1985), Lewis Rowell (1990) e José Miguel Wisnik (2004).

Para algumas sociedades primitivas e civilizações passadas, a música era a linguagem de revelação divina: para Platão, e antigos filósofos do Oriente, repre-

sentava a linguagem das paixões e emoções, o que reflete na concepção renascentista da música como linguagem e discurso dos afetos humanos.

A música, além de seu significado estético próprio, expresso em suas formas, comunica determinados sentidos que, de alguma maneira (intencional ou não), reportam-se ao mundo extramusical dos conceitos, personalidades, ações e estados emocionais.

O leitor de uma obra musical pode representar vários papéis de recepção/ação, desde o mais simples ao mais erudito ouvinte, até ao de várias espécies de intérprete: um instrumentista popular ou clássico, o cantor de um *lied*, o regente de uma banda, coral ou orquestra sinfônica.

A *performance* desses papéis tem seu início em uma *leitura* ou interpretação, ação criada do ouvinte/intérprete, ambos “executantes” da partitura-texto. Nesse sentido, chega-se ao que alguns musicólogos denominam como abordagem institucional da obra musical – expressão utilizada por George Dickie (citado por Oliveira, op. cit.) – que nos estudos literários, sob proposta desta análise, tenderia a corresponder ao conceito de dialogismo, formulado por Mikhail Bakhtin.

No Brasil, o ainda incipiente estudo dessa área em que se considera a intersecção música e literatura, deve-se à simplifi-

cação geral de análises muito centradas em letras de canções e mesmo grande desconhecimento teórico-musical.

Sob tal (des)orientação, a referencial percepção melopoética passa a ser uma ferramenta metodológica que precisa ser devidamente utilizada a partir de leituras pertinentes, e com apurado senso crítico, tanto da área de poética quanto à de música.⁵

Assim, ao se pesquisar nos estudos literários algumas dessas ferramentas para análise musical, é imprescindível a escolha daquela que seja compatível com a concepção e conhecimento musical do pesquisador. Por exemplo, para os que entendem a cultura como elemento central para a construção musical, deve-se optar pela análise de linha cultural.

Sentido dialógico

Quanto a escolhas teórico-referenciais prévias, o sentido dialógico bakhtiniano atende mais eficazmente aos que notam a composição musical – entenda-se, como potencial elemento de percepção da natureza humana. O sentido dialógico dessa percepção, como já avaliado, pode ser vivenciada por diferentes tipos de *leitor* enquanto ouvinte, executante de peças instrumentais, regente de sinfonia, cantor, letrista etc.

Considere-se, ainda, em tal processo, a importância do mo-

A pertinência de estudos referentes à música e poema, hoje em dia, além da complexidade de suas relações, revelam-se mesmo em fenômenos de expressão melódica relativamente simples e repetitiva, tais como a dos textos de cordel, os chamados poemas-pímulas contemporâneos; também no repente, em letras de rap, de sambas-enredo.

mento sócio-histórico da recepção desenvolvida por esse *leitor*, como elemento inserido em um dado grupo e local social.

A pertinência de estudos referentes à música e poema, hoje em dia, além da complexidade de suas relações, revelam-se mesmo em fenômenos de expressão melódica relativamente simples e repetitiva, tais como a dos textos de cordel, os chamados poemas-pílulas contemporâneos; também no repente, em letras de *rap*, de sambas-enredo. Todavia, como avalia Gilda de Mello e Souza (2003), num outro extremo de análise, a suíte (composições instrumentais, do período barroco, com sequência de movimentos de caráter diverso) e variações mais complexas se constituem integrantes básicos no processo modernista de construção rapsódica⁶ do *Macunaíma*, de Mário de Andrade.

Na música moderna tal “articulação” se renova, por exemplo, quando Claude Debussy se inspira em Baudelaire, Verlaine e Mallarmé ou Schönberg em Lord Byron; quando Strauss compõe poemas sinfônicos, neo-romanticamente, baseados em Cervantes e Nietzsche.

Considerem-se, ainda, poetas que compuseram suas próprias músicas, como Garcia Lorca, Alfred Jarry e o brasileiro Jean Itiberé (Daghlian, 1985).

No Brasil, Heitor Villa-Lobos e Guarnieri musicalizaram poemas de Mário de Andrade; Vinícius de Moraes sustenta boa parte de sua produção poética sobre um cancionário de forte apelo lírico-popular; recentemente, lembre-se dos assim chamados cantores-poetas como Cartola, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda e mesmo Gabriel, o pensador; lembre-se, ainda, dos performáticos multimídias Arnaldo Antunes, Chacal, entre outros.

Presente da natureza

Sob o sentido binário estrutura x conteúdo, notam-se sinais de aproximação entre música e poema por meio da observação da teoria musical e de elementos textuais de literariedade. Tais sinais se apresentam, por exemplo, pela melodia impressa, pelas metaforizações e alegorias compostas, pelo valor compositivo dado, pelo ritmo marcado na linguagem, enfim, pelo centramento na percepção crítica das correspondências interartísticas. Todavia, como elemento dificultador de tal aproximação, o som musical, não sendo mera convenção simbólica, é das manifestações artísticas a mais incapaz da reprodução do belo presente na natureza – no sentido aristotélico da *mimesis* (como representar por meio de

uma música, mimeticamente, as cores de um jardim de rosas?).

Perceba-se, nesse aspecto de reprodução, o perigo de transpor conceitualmente a música para a linguagem poética. Assim, a dificuldade se apresenta quando, por exemplo, ao se tratar de harmonia – entendida como dualidade da melodia – busca-se um possível correspondente frasal representado pelo verso do poema. O ponto-chave na questão dessa integração música-poema é a busca do equilíbrio entre as dadas combinações melodia / harmonia, ritmo / mensagem, tanto no plano geral melopoético, quanto nos específicos fônico e sintático-semântico. É perceber também, sobretudo nesse momento pós-moderno, a necessidade de avaliar o alcance dessas equivalências enquanto expressão sócio-histórica de possível integração das várias manifestações artísticas contemporâneas.

O desenvolvimento da conscientização socioeducacional se estrutura por determinadas atividades – referentes à leitura de poemas e audição de músicas – com o objetivo de reavaliar com os alunos, dialogicamente, sua posição de indivíduos sociais.

Entenda-se, todavia, que, nesse contexto neocultural, o indivíduo-aluno assim se apresenta: desorientado por conceitos estranhos a sua realidade; oprimi-

O ponto-chave da integração música-poema é a busca do equilíbrio entre as dadas combinações melodia / harmonia, ritmo / mensagem, tanto no plano geral melopoético, quanto nos específicos fônico e sintático-semântico. É perceber também, sobretudo nesse momento pós-moderno, a necessidade de avaliar o alcance dessas equivalências enquanto expressão sócio-histórica de possível integração das várias manifestações artísticas contemporâneas.

do por avaliações que exigem o inutilizável; preso a teorias educacionais ultrapassadas por um mundo com novos valores; alheio a processos de articulação música e poema como ferramentas de percepção artística sob os estratos de ritmo e mensagem.

Portanto, com tal viés melopoético – o ritmo musical impresso no verso –, é importante considerar fundamentos teóricos (e práticos) sob a referencialidade da concepção dialógica e interacionista, apontada por Bakhtin (1998), da(s) linguagem(ns) entendida(s) como instrumento eficaz/efetivo de comunicação.

Sob tal consideração, por exemplo, pode-se avaliar melhor uma nova poética da canção, enquanto expressão das atividades de percepção musical e leitura realizadas pelos alunos, e mesmo professores, entendidas como possibilidade de

interlocução com o mundo. Para tanto, em nível sociocultural, é preciso promover a integração da realidade de salas de aula, de teatros, de auditórios à realidade do próprio bairro, cidade, país.

Tal integração interlocutiva se compõe de fases articuladas de um processo de conscientização de base dialógica – indivíduo-mundo – que envolvam atividades de “leituras” de músicas e poemas vários com o intuito de uma percepção / leitura de mundo mais crítica e produtivamente estabelecida.

Ora, com o sentido de se integram expressões de música e poesia (sob o viés melopoético) às idéias de Bakhtin, melhor se estabelece a percepção desse novo contexto de leituras, mundo e, ainda, aponta-se para o fato de que, na vida concreta, trabalha-se sempre com enunciados completos.

Percebe-se, ainda, que quanto mais complexa é uma sociedade (por questões de várias ordens), mais complexa será essa integração, avaliada em sua função dialógica de informatividade e correspondências interartísticas.

Ao buscar a articulação entre a expressão melopoética de uma música, integrada à expressão literária de um texto, tal sentido de diálogo pode residir, por exemplo, na composição de um conjunto de atividades envolvendo músicas e textos-base aplicados.

Tais músicas e textos visariam ao estabelecimento de novos paradig-

mas educacionais, e interartísticos, para a compreensão da sociedade pós-moderna, envolta por ritmos musicais aleo-experimentais.

Esses, estariam pretensamente integrados a questões folclóricas, conceitos e técnicas de informática, cibernética, semiologia, ética e a tão (mal) debatida questão da *leitura dialógica* que integraria tudo em uma rede única de conhecimentos.

Novo caminho

Não obstante tal confusão conceitual instalada, entende-se que é possível, melopoeticamente, a recriação de um novo caminho de percepção interartística. Por ele, mesmo considerar que o valor da educação do indivíduo-aluno será medido por sua capacidade pessoal, integrada ao coletivo, em articular de maneira equilibrada os dados, hipóteses e inferências contidos em uma nova onda informacional – a educação do futuro.

A título de exemplo de um dos vários instrumentos de percepção dessa onda, é importante notar – tanto musical quanto literariamente – a melodia impressa nas frases poéticas, como algo que tende à transição/superação dos limites paradigmáticos do conhecimento socioescolar ainda rotineiramente imposto.

Tal transição não ocorre automaticamente e, portanto, deve ser trabalhada como conjunto



A análise estrutural da obra musical assemelha-se à literária no que ambas possuem de ritmo e mensagem

bem articulado de capacidades sócio-individuais e percepções interartísticas.

Mensagem poética

Assim, a devida integração bakhtiniana artística – impressa subjetivamente nos estratos música x poema – possibilitará, sob a óptica de uma melopoética inovadora, processos efetivos de aquisição-entendimento dessa nova linguagem dialógica.

Nos vários níveis educacionais, músicas e poemas são trabalhados dentro de critérios rígidos tanto quanto obsoletos (por exemplo, análise gramati-

cal de versos, rimas das letras musicais). Desconsideram-se, normalmente, questões diacrônicas relacionadas ao ritmo, sonoridade, melopéia – elementos que ajudam a perceber os sentidos múltiplos da melodia e da mensagem poética.

Sob tal prática didática, entende-se, a música e o poema não revelam a diferenciação efetuada na totalidade cultural de sua época. Mais, negativamente, tornam-se produção artística separada de outras manifestações, como a pintura, a escultura e suas representações socioculturais. Nessa separação,

o indivíduo perde a consciência ético-estética de si e do outro – o poeta, o cantor, o compositor, o arranjador, o instrumentista –, com sua percepção musical de poesia, de mundo, de vida.

A análise estrutural da obra musical, em seu componente melopoético, assemelha-se à literária no que ambas possuem de ritmo e mensagem, índices tão bem destacados por Octavio Paz, em *Arco e a lira* (1982). Assim, pode-se entender uma determinada apreciação do texto musical como tipo de recepção de processo narrativo, considerando seus aspectos re-

lacionados à estética, informação e dialogia – relação comunicacional entre quem produz e quem recebe a mensagem literária e/ou musical. Entenda-se que essa estratégia, baseada nos conceitos de dialogismo de Bakhtin, possibilita harmonizar análises técnicas com dadas dimensões metafóricas presentes em qualquer obra-de-arte.

No sentido mesmo de metodologia melopoética de um curso para o ensino de 3^o. grau ou para o ensino médio, uma relação intersemiótica musical-literária assim proposta consideraria, como elementos de sua estrutura, por exemplo:

- a avaliação da interface música x poema (por exemplo, músicas brasileiras, do século 20 até a atualidade), sob a óptica dialógica bakhtiniana. Nessa linha, centrando-se em aspectos conceituais, de leitura e recepção (Tatit, Santaella);
- a audição de peças musicais populares e eruditas com orientações semióticas sobre seus estratos melódicos, rítmicos e harmônicos. Tal audição se daria por meio, entre outros, da apresentação comentada dessas peças, usando músicas ao vivo e gravadas em CD, além da declamação e análise de poemas (técnicas de respiração e entonação) (Bosi, Arriguci Jr., Griffiths, Tinhorão);
- a análise da dimensão musical, como estrato de literariedade, de poemas oferecidos para leitura,

além da análise (considerando a Teoria da Recepção e do Efeito Estético) de elementos ordinariamente comuns – música x poema – como ritmo e prosódia (Iser, Jauss);

- a proposta de uma metodologia melopoético-dialógica: música (suporte de análise e conteúdo investigado) e poema (estrutura e aspectos conotativos). O objetivo, por meio dessa proposta, seria o de oferecer um ensino contemporâneo em que interagissem elementos como música e poema, aluno e leitura, sociedade e literatura.

Suporte teórico

Ainda, como elementos referenciais de suporte teórico para o desenvolvimento de tal metodologia aplicada, poderiam ser avaliados:

- o sentido do dialogismo de Mikhail Bakhtin – a pessoa em seu mundo; o aluno (e o professor) em sua escola;
- exemplos de músicas e poemas, do século 20 até os dias atuais, com temas comuns em que pudessem ser verificadas questões como estrutura rítmica e estrutura poética;
- análise de aspectos musicais e da musicalidade nas palavras-versos dos poemas, por meio de uma comparação de teor de mensagem e melodia poético-musicais;
- a interação autor-leitor por meio da música e do poema entendidos como expressão de duplicidade unívoca: ritmo e mensagem.

Alguns dos itens que poderiam ser considerados para a composição de um curso como aqui se propõe:

- 1) sentidos do dialogismo de Bakhtin e sua relação com a música enquanto sistema semiótico;
- 2) literatura e música brasileira – do século 20 até a contemporaneidade (textos e peças);
- 3) uma metodologia de ensino dialógico (pontos comuns entre música e elemento musical nas palavras do poema) – proposta de projeto a ser aplicado no ensino médio;
- 4) leituras programadas e pesquisa orientada (pelos professores do curso).

Enfim, duas breves constatações, ainda que não conclusivas. A primeira é a importância de olhar o Brasil percebendo, inscrita em sua cultura, também, uma atualíssima intersecção música e literatura – como dois novos pólos de mesma *matriz verbivocovisual*⁷ – e notar, de fato, tal força de atração interativa em parte considerável dessa dupla produção artística.

Em segundo lugar, considerar-se que essa *matriz*, revalidando *gaia*⁸ análise de Wisnik, deve-se menos a componentes externos (como fatores neomulticulturais), em que melodias servem de suporte a inquietações ditas cultas e letradas, do que a elementos internos (como reflexos da própria identidade nacional) de canções “a serviço do estado

musical da palavra, perguntando à língua o que ela quer, o que ela pode” (2001, p. 190). *

Notas

- 1 *Ritmo*: seqüências sonoras de duração diferentes; a bateria (instrumento musical), por exemplo, só possui ritmo. *Harmonia*: dois ou mais sons expressos ao mesmo tempo. (Med, 1996)
- 2 Do grego *mélōs* (canto) + poética (dado sistema poético).
- 3 *Melodia*: manifestação de um conjunto de sons dispostos em ordem sucessiva; canto, por exemplo, só possui melodia. (Idem). Todo estilo tem um ritmo (“batida”) diferente.
- 4 Já da antigüidade clássica se têm informações sobre algumas célebres metáforas, atribuídas por Plutarco a Simônides de Ceos: a “pintura é poesia muda”; “a poesia, pintura falante”; “a arquitetura, música congelada”.
- 5 É importante considerar a adaptação – enquanto percepção melopoética –, do texto/palavras do poema a conceitos propriamente musicais como *Timbre*: voz (soprano, contralto etc.); *Duração*: longo, curto (tempo das notas musicais); *Altura*: agudo, médio, grave; *Intensidade*: forte, fraco. Por exemplo: as palavras fada/asa, sob comparação melopoética às palavras tûmulo/urubu, além de possuírem um componente sociocultural mais positivo (Bosi, 2003), tenderiam à representação de um som mais “curto, agudo, fraco” (ou forte, dependendo do contexto do poema/música ou intenção do poeta/compositor). (Nota dos autores).

- 6 A rapsódia é uma peça musical de forma livre que utiliza geralmente melodias, processos de composição improvisada e efeitos instrumentais de determinadas músicas nacionais ou regionais; do grego, recitação de poema. (Houaiss, 2001, p. 2385)
- 7 Termo-conceito usado por Décio Pignatari (1974).
- 8 *Adj.*, que revela alegria; jovialidade; gaia ciência, a poesia dos antigos trovadores. (HOUAISS, op. cit.)

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 2ª. ed.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, 3ª. ed.
- DAGHLIAN, Carlos (org.). *Poesia e música*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- MATOS, Cláudia Neiva de; MEDEIROS, Fernanda Teixeira de; TRAVASSOS, Elizabeth (orgs.). *Ao encontro da palavra cantada – poesia, música e voz..* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- MED, Bohumil. *Teoria da música*. Brasília, DF: Musimed, 1996, 4ª. ed. rev. e ampl.
- OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. *Literatura e música*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PIGNATARI, Décio. *Semiótica e literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- ROWELL, Lewis. *Introducción a la filosofía de la música*. Barcelona, Espanha: Romanyà / Valls, 1990.

SCHER, Steven Paul. Comparing literature and music: current trends and prospects in critical theory and methodology. In: KONSTANTINOVIC, Zoran; SCHER, S. Paul and WEISSTEIN, Ulrich (eds.). *Literature and the other arts. Proceedings of the IX congress of the international comparative literature association*. University of Innsbruck, 1981, p. 215-221.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O tupi e o alaúde*. São Paulo: Editora 34, 2003.

TATIT, Luiz. *A canção: eficácia e encanto*. São Paulo: Atual, 1986.

WISNIK, José Miguel. “A gaia ciência – literatura e música popular no Brasil”. MATOS, Cláudia Neiva de; MEDEIROS, Fernanda Teixeira de; TRAVASSOS, Elizabeth (orgs.). *Ao encontro da palavra cantada – poesia, música e voz..* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção e leitura*. São Paulo: Educ, 2000.

Robson Coelho Tinoco é doutor em Literatura. Professor no Departamento de Teoria Literária da UnB.
robson@unb.br

Marília de Alexandria é professora na Escola de Música de Brasília.

A leitura como forma de felicidade



Programa de lançamento de obras da Editora Universidade de Brasília

O objetivo da Editora UnB, com esse Programa, é apresentar suas novas publicações e reedições, de modo a trazer para discussão questões relativas às temáticas das obras, contando com a colaboração de docentes, pesquisadores e especialistas convidados. Os eventos tomam lugar no auditório da reitoria-UnB, *campus Darcy Ribeiro*.

www.editora.unb.br

Evento I

Agosto de 2008

História da política exterior do Brasil

3ª edição revista e ampliada

Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno

Participantes:

Prof. Roberto Aguiar, Reitor *pro tempore*

Prof. Carlos Henrique Cardim, Embaixador

Prof. José Flávio Sombra Saraiva

Prof. Emérito Amado Luiz Cervo

Prof. Norberto Abreu, Diretor da Editora UnB

Evento II

Setembro de 2008

Clássicos Resgatados

Filosofia da história

Hegel

Conjecturas e Refutações

Karl Popper

Como se escreve a história

Paul Veyne

Crime e costume na sociedade selvagem

Bronislaw Malinowski

Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres

Diógenes Laërtios

Apresentação dos Professores Estevão Martins e Luis Eduardo Abreu

Ensino de Línguas

Gramática alemã

Herbert Welker

Língua Latina e

Introdução à teoria e prática do latim

Janete Melasso

Apresentação da Professora Janete Melasso

Evento III

Novembro de 2008

Evento em comemoração ao encerramento da gestão da Reitoria *pro tempore* conduzida pelo Prof. Roberto Aguiar

Lançamentos

A doméstica imaginária

Sônia Roncador

Chesterton e o Universo

Scott Randall Paine

Estruturas de concreto armado (2ª. ed. rev.)

João Carlos Teatini

Formas e dilemas da representação da mulher na literatura contemporânea

Maria Isabel Edom Pires (org.)

Fragmentos do espólio: primavera de 1884 a outono de 1885

Nietzsche (org. e trad. de Flávio Kothe)

Imagem interativa

Mário Maciel e Suzette Venturelli

O reinado de Édipo

Ordep Serra

Revista Participação, nº 13

Lançamento do Decanato de Extensão, editada com o apoio da Editora UnB

Relançamentos

Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio

Maquiavel

Dicionário de política

Norberto Bobbio e outros

Discurso e mudança social

Norman Fairclough

Fragmentos do espólio: julho de 1882 a inverno de 1883/1884

Nietzsche (org. e trad. de Flávio Kothe)

Participantes:

Roberto Aguiar, Reitor *pro tempore*,

José Geraldo de Sousa Jr., Reitor eleito,

Norberto Abreu e Silva Neto, Diretor da Editora UnB,

Alexandre Bernardino Costa, Decano de Extensão

e Professores Flávio Kothe, Maria Isabel Edom Pires, Scott Randall Paine e Marta Helena de Freitas – Diretora da Editora Universa-UCB.

Formação do campo artístico na Capital Federal

JOÃO GABRIEL L. O. TEIXEIRA

"Certa vez, numa tarde de céu carregado de nuvens, a luz do sol filtrou-se, caindo exatamente sobre a cúpula, como um jacto de poderoso holofote. Houve diferentes interpretações de fenômeno natural. Fizeram-se fotografias. Mas muita gente crédula, ligando o destino de Brasília ao misticismo religioso, chegou a interpretar o facho luminoso como um sinal celeste, assinalando o futuro da Capital em construção... E assim para os olhos de quem quer ver e para a alma de quem ama a cidade nova, os espetáculos da arquitetura de Niemeyer, aliada ao urbanismo de Lúcio Costa, são estranhos e vários... Muitas vezes a gente tem a impressão de que saiu de uma rua e entrou num imenso salão de pinturas surrealistas ou num corredor de caleidoscópios coloridos..." (Luz, 1982, p.167 e 168).

Foto: Ivanise O. de Brito



Brasília: de qualquer lugar se avista o horizonte

Este trabalho resulta de projeto de pesquisa cujo objetivo inicial era identificar as razões para uma presumida fertilidade diferencial para a produção e maturação de talentos em um número significativo de áreas artísticas em Brasília, quando comparada com outros centros urbanos brasileiros maiores. Objetivava também investigar a especificidade que responderia por tal diferencial, se existente.

O fato é que, tomando a imprensa local como referência, a apresentação de nomes originários de Brasília como *highlights* é recorrente em um número de diferentes áreas artísticas. Origem aqui significa o ambiente social do período de formação. Isto é, da descoberta e desenvolvimento daquele talento.

A questão principal era então descobrir se essa impressão poderia encontrar apoio em dados objetivos. Contudo, foi descoberto logo no começo da pesquisa que esses dados não estão disponíveis na atualidade. Conseqüentemente, decidiu-se que um procedimento promissor seria a análise dos discursos dos protagonistas do mercado cultural local – as excelências, neste caso – em relação aos seus processos de formação e os passos que seguiram antes de sua projeção nacional.

Uma lista preliminar de áreas foi selecionada e nomes de reconhecida expressão foram iden-

tificados. Uma lista de questões relacionadas aos interesses acima foi organizada, para ser colocada a 23 deles.¹ Esperava-se que esse procedimento detectasse frestas nos seus discursos, as quais permitiriam a percepção de informações que teriam sido recusadas previamente por eles numa primeira aproximação.

Procedeu-se à análise dessas entrevistas, o que conduziu o pesquisador a ensaiar livro sobre a configuração do mundo artístico de Brasília e de sua contribuição para a formação da identidade local. Ou seja, a identidade social de uma cidade de 47 anos de idade, fruto de um projeto urbanístico modernista que representou a construção de um ideal utópico socialista.

Ao se adotar variáveis educacionais, urbanísticas, místicas e ambientais, garimpadas e recuperadas da literatura já produzida sobre Brasília, pretendeu-se definir os elementos de um processo de educação sentimental, inspirado livremente pelo conceito de Bourdieu (1996, p. 24),² ou melhor, quase o parafraseando.

Pretendeu-se fornecer mais que uma visão panorâmica de como as “excelências” responderam às questões colocadas pelo projeto. Primeiramente, é digno de menção o fato de que elas constituem um grupo bastante heterogêneo de artistas, em diferentes gêneros e faixas etárias.

Esperava-se que essa busca na subjetividade das excelências oferecesse uma configuração das disposições artísticas em voga, ou melhor, da constituição de seus *habitus*. Em suma, privilegiou-se a busca pelos trunfos e disposições referidos por Bourdieu.

A literatura

Entre as obras sociológicas sobre Brasília, destaca-se a organizada por Brasilmar Ferreira Nunes, *Brasília: a construção do cotidiano* (1997), que é composta de artigos produzidos por um grupo de estudiosos do Departamento de Sociologia da UnB.

Entre esses estudos destacaram-se trabalhos que lidam com os temas do misticismo, patrimônio arquitetônico, discriminação socioespacial e tribos pós-modernas. É digno de nota que três deles inspiraram alguns dos *insights* que orientaram a execução desse projeto. Contudo, nenhum dos três artigos está diretamente relacionado aos tópicos incluídos inicialmente no projeto de pesquisa original.

O primeiro artigo, da autoria de Lourdes Bandeira e Deis Siqueira, “O profano e o sagrado na construção da terra prometida”, lida com o misticismo e a religiosidade que acompanham a história de Brasília. É projetado um caráter milenarista e utópico, segundo o qual, Brasília seria a capital do Terceiro Milênio. Nes-

se artigo, as autoras mencionam o censo espiritual de 1997, realizado pela Secretaria de Turismo, que revelou a existência, no Distrito Federal, de 1.074 variações de seitas e religiões, incluindo terreiros e centros espíritas.

As autoras também mencionam a estimativa de existência de cerca de 350 grupos ou seitas místico-esotéricas e de 269 templos religiosos, 45 centros *kadercistas*, 42 pentecostais e dez de inspiração oriental (op.cit. p. 228).

O segundo artigo, da autoria de Mariza Veloso M. Santos, *O patrimônio modernista e a diversidade cultural*, discute questões referentes ao patrimônio arquitetônico modernista instalado em Brasília e a – sempre mencionada – diversidade cultural amalgamada na/pela cidade. Isso a partir de uma alentada “densidade simbólica” presente na modernidade urbanística e arquitetônica brasiliense (p. 260).

Já o terceiro artigo, de Angélica Madeira, *Formas de sociabilidade e cultura da festa na juventude brasiliense nos anos 90*, lida com cultura jovem, *rock music* e festas em Brasília, aludindo às formas de sociabilidade que brotaram no Planalto Central.

A influência exercida por esses três artigos refletiu-se na inclusão de perguntas sobre misticismo, patrimônio cultural e formas de sociabilidade, tendo em

vista que se mostravam relevantes e convenientes para a compreensão do desenvolvimento da produção artística em Brasília, principalmente, a compreensão do florescimento do *rock* brasiliense, enquanto fenômeno de repercussão nacional.

Aldo Paviani e Luiz Alberto Gouveia organizaram e fizeram publicar um volume de artigos, *Brasília, Controvérsias Ambientais* (2003), dedicado às controvérsias ambientais de Brasília. Nele, procura-se corrigir lacunas, notadamente no que se referem a tópicos relevantes para a compreensão da problemática urbana. A discriminação desigual da lógica social do seu espaço urbano, da sua qualidade ambiental, no que refletem a imagem da cidade, suas práticas sócio-espaciais e de suas representações.³

Fazer artístico

Em meio a essa especificidade contraditória, traz-se, para iluminar a discussão, manifestações nos *habitus* artísticos,⁴ emitidos, por um grupo de artistas locais, que mereceram algum tipo de distinção social em virtude de suas realizações artísticas.

Assim, apresentam-se fatores de caráter não-material, avaliados de forma contraditória, ora realçando a sua influência na formação dos respectivos *habitus* artísticos, ora relegando a



Ministérios vistos das arcadas do Itamarati

sua relevância à esfera do desconhecido ou do pouco refletido.

A mencionada escassez de estudos acadêmicos vem sendo preenchida, tornando-se particularmente verdadeira apenas quanto ao fazer artístico. Existem muito poucos trabalhos sobre temas artístico-culturais produzidos em e sobre Brasília.

Na verdade, o único livro sobre esses temas, quando do início da pesquisa, fora escrito por Maria de Souza Duarte: *Educação pela Arte: O Caso Brasília* (1983).⁵ Conseqüentemente, qualquer estudo nesse campo estava marcado pelo seu espírito pioneiro, o que constitui em si mesmo um tema sempre presente quando o objeto de estudo é Brasília.

Entrementes, em 2004, Brasília foi finalmente premiada com a publicação de duas novas obras em que sua produção cultural é colocada em relevo. A primeira, *Histórias do teatro brasiliense*, foi organizada por Fernando Pinheiro Villar e Eliezer Faleiros

Carvalho, do Departamento de Artes Cênicas do Instituto de Artes da UnB. Nessa obra, composta por uma miríade de artigos e depoimentos, celebra-se, sobretudo, o esforço paulatino que se empreende para preencher as lacunas na literatura produzida localmente sobre as artes em geral. Menciona-se, por exemplo, a ocorrência de um *boom* espacial das casas de espetáculo a partir da década de 1990, onde já se apresentam, em média, cerca de dez espetáculos semanais.

A segunda obra constituiu-se num luminoso volume apologético sobre a cidade enquanto obra-de-arte. *Abstrata Brasília concreta* (2003), coordenada por Wagner Hermuche, é composta de imagens fotográficas suntuosas do Plano Piloto, visto pelo ângulo de sua geometria, de sua carta celeste, de sua vegetação selvagem e estranha, da terra vermelha do cerrado, de sua luminosidade transcendente, de sua flora e fauna (inclusive a humana) prodigiosos. Essa obra confirmou de forma insofismável o novo interesse pelo cerrado, preconizado na entrevista de Maria Duarte.

Outros trabalhos, como “Imagens do espaço, imagens da vida”, de Lia Zanota Machado e Themis Quezado de Magalhães (in Paviani, 1985), e “A lógica social do espaço de Brasília” (in Paviani e Gouvêa, Orgs., 2003)

e *Brasília, a fantasia corporificada* (2004), de Brasilmar Nunes. Todas enfatizam a discriminação social de classe fomentada pela distribuição espacial desigual dos serviços e equipamentos urbanos, causada principalmente pelas distâncias físicas enfrentadas pela maioria de seus habitantes, especialmente por aqueles que habitam nas cidades satélites. Não obstante, Angélica Madeira, em seu artigo “Música, estilo e cultura urbana” (in Teixeira, J.G.L.C., Org., 2000) uma vez mais chama a atenção para o processo de surgimento de tribos urbanas pós-modernas e da cultura da festa como traço emergente.

Excelências de Brasília

Os fatores que influenciam a formação de excelências em Brasília, na visão de Maria Duarte, são a educação, o acesso à informação, viagens, a estética (noção de beleza), o espaço muito bonito e o excesso de tempo livre e a forma como se aproveita esse tempo.

Ela considera Brasília uma cidade mística que proporciona uma grande tolerância religiosa aos seus habitantes. Observou que grande parte da inteligência nacional e dos artistas bem-conceituados contribuiu de alguma maneira para a construção de Brasília. O contacto com as primeiras excelências e a obra deixada por eles podem ter sido

estimuladoras. Não sabia dizer se Brasília já teria se tornado um celeiro de excelências. Afirmou apenas que o investimento no campo da cultura na época da construção foi grande. Vieram várias excelências de diversas áreas e isto teve uma influência marcante, com um efeito multiplicador.

Ela acredita muito também na contribuição das pessoas que fizeram a UnB: Lúcio Costa, Cláudio Santoro, Oscar Niemeyer, Ana Mae Barbosa, Glenio Bianchetti, Athos Bulcão, Darcy Ribeiro, Nelson Pereira dos Santos e Ferreira Gullar.

As excelências geradas em Brasília, para Maria Duarte, seriam: Françoise Forton, Denise Bandeira, irmãos Guimarães, Hugo Rodas e Chico Expedito no campo das artes cênicas e Ney Matogrosso no campo musical. No campo educacional, citou a Bolsa-Escola, Escola de Música, Escola de Choro Rafael Rabelo, Universidade de Brasília, Escola Parque e alguma coisa do ensino especial.

Um número razoável de teses e dissertações acadêmicas tem sido produzido acerca de Brasília, nela e alhures. Algumas delas foram publicadas em formato de livro: Cláudio Queiroz (1991), Luiz Carlos Lopes (1996) Luiz Sérgio Duarte da Silva, (1997); Antônio Carlos Carpinheiro (1998) Vânia Maria Losada Moreira (1998), Vicente Quintela

Barcellos (1999) e Márcio de Oliveira (2005).

Entre esses trabalhos acadêmicos, é digna de nota a dissertação de mestrado elaborada por Marcelo Coutinho Vargas (1989) que traz o único capítulo acerca do campo da produção cultural em Brasília. Significativamente, este capítulo foi intitulado “O rosto sem face” pelo autor. Cabe aqui o destaque que Vargas atribui à gestão do fotógrafo Luiz Humberto Martins⁶ na direção executiva na Fundação Cultural do Distrito Federal (1985-1986), apresentada enquanto “experiência de democratização da política cultural ligada à questão da cidadania” (p. 370), apesar de sua curta duração.

Note-se que o trabalho realizado pelo embaixador Wladimir Murtinho à frente da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal mereceu o destaque de, pelo menos, duas excelências (Hugo Rodas e Luiz Áquila). Inquerido a respeito das razões para esse destaque, proveniente de dois artistas dos quais, sabidamente, foi o mentor, assim se pronunciou o ex-secretário:

“Fui secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal entre 1974 e 1979. Fiz coisas importantes aqui... Recuperei o Cine Brasília, que era um pulgueiro, literalmente, em um dos mais lindos cinemas do país... com a finalidade de retomar o festival de cinema. Como havia o cinema, ninguém ousou negar a continuação do festival... ficou e

ainda é um extraordinário instrumento... isso permitiu a retomada da tradição que havia de cinema no Distrito Federal... Depois disso, outra coisa que houve foi fechar a Sala Martins Pena para poder completar o teatro que ficou parado quinze anos. Reabrimos o Teatro Nacional que estava fechado, não havia sido acabado e reabrimos a Sala Martins Pena e fizemos aquela pequena sala de música que é a Sala Alberto Nepomuceno. Tudo isto deu um grande movimento a Brasília... Nessa época foi possível criar a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, que era uma coisa importante. Mas, veja bem, tudo isso não faz os grandes de que vocês estão falando... Tudo isso faz com que, no fundo, haja a possibilidade de manter uma programação correta na cidade. O que fizemos também foi apoiar o trabalho dos outros, de terceiros, que foi a consolidação da Escola de Música... Completamos o auditório que era o importante porque você tinha uma escola de música que não tinha onde tocar... Foram muitas exposições... O importante foi a criação do Centro de Criatividade. Esse centro permitiu também que houvesse um lugar onde se encontrassem as pessoas... Eu acho que no fundo deu possibilidades ao Áquila de fazer as coisas, de se revelar a si mesmo... Eu acho que está errada a importação da idéia de que isso é um celeiro e daqui saem coisas. Não creio que seja verdade. Há pessoas, os Hugo

Rodas da vida, os Áquilas... Mas, veja bem, Hugo Rodas fica; Áquila sai e vai se tornar importante na Escola do Parque Lage”.

Alguns preferiram mencionar os horizontes e a luminosidade da cidade ensolarada como grandes estímulos para suas criações artísticas. Para esses artistas, os céus são o oceano de Brasília, e seus dias ensolarados uma graça divina a qual todos deveriam usufruir para melhorar a qualidade dos seus trabalhos de arte.

Sobre o maior tempo livre presumidamente disponível em Brasília assim avaliou Cildo Meirelles:

“Eu acho que Brasília é uma cidade que te permite ter muito tempo... O Rio de Janeiro eu acho uma cidade dispersiva, uma cidade problemática, então você perde muito tempo, quer dizer, fazendo as coisas mais bizarras você perde tempo, você tem que ir à cidade, tem que ir à praia... apesar de eu não ser muito praieiro não... e não sei, mas eu acho que a praia amplia ainda mais a dispersão.”

Discorrendo sobre a mesma questão, Hugo Rodas assim se expressou:

“... A mim o que impressionou foi a solidão. Eu, toda a vida, vivi urbanamente... Se eu trabalhava em um teatro, eu morava a três quadras... Eu não dirijo. Eu odeio perder tempo. Por exemplo, nesses 26 anos, eu passei três anos em São Paulo... mas eu saí porque eu não



Brasília - Teatro Nacional, onde se destaca o trabalho de Athos Bulcão no relevo que encobre a pirâmide

suportava a maneira de administrar o tempo... para ir dar uma aula de uma hora, perdia quase três... Aí Brasília foi muito forte nisso. Eu senti essa falta de necessidade de distração. Porque em uma cidade é impressionante como você se distrai... Mas Brasília me deu... Tudo isso sempre alimentou a minha loucura de uma maneira muito mais sossegada, muito mais centrada. Como que isso começou a me ordenar, sabe? Vontade de viver em um lugar em que eu via o horizonte... E isso me deu uma centrada que evidentemente passou ao trabalho. Passou a concretizar-se de alguma maneira em trabalho. Ai nasceu um respeito enorme por esse espaço, pela cidade e o reconhecimento”.

Inquerido sobre o interesse da mídia em divulgar a idéia de Brasília como “usina de talentos”, Cildo Meirelles respondeu:

“Não, eu não acho que seja um esforço da mídia... Uma série de pessoas teve sua vida profundamente marcada pela experiência em Brasília, mesmo que não continuasse morando aqui, vivendo por aqui. Eu acho que esse sentimento por Brasília é indelével nas pessoas que tiveram a oportunidade de viver essa experiência aqui”.

Ao discorrer sobre a plasticidade arquitetônica que *estetiza* o espaço urbano de Brasília, Rogério Menezes, em *A solidão vai acabar com ela. 60 histórias de*

uma Brasília desconhecida (2003, p.55), destaca o Teatro Nacional e afirma sua predileção pelo relevo que encobre a pirâmide “formado por cubos brancos das mais variadas dimensões que, sob a luz do sol, ganham grandeza transcendental”.

Em seguida, Menezes discorre sobre o autor da obra, Athos Bulcão, carioca, tornado cidadão candango, “honra e glória de Brasília”. Athos Bulcão também considerava esse alto relevo como um de seus trabalhos que mais gostou, em entrevista concedida à *UnB Revista*, da qual transcreve-se o seguinte trecho:

“Aqui em Brasília tinha uma coisa lindíssima que eu só conhecia em Catulo

da Paixão Cearense: *Não há, oh gente, oh não, luar como este do sertão.* O que era lindo é que era escuro e o céu parecia um manto cintilante. Dito assim, soa uma coisa acadêmica, mas parecia mesmo um manto com uma lantejoulas ao lado da outra. Aquilo parecia que ia cair na cabeça da gente de tanta estrela” (p. 56).⁷

Por sua vez, o jornalista Frederico Moraes considera que a obra pública de Athos Bulcão molda “... a sensibilidade artística e cromática do morador de Brasília, educando seu olhar para a arte contemporânea”,⁸ insinuando aqui um elemento formador de um *habitus* estético.

Luiz Áquila, em seu depoimento, também discorreu sobre a influência da luz na sua pintura, quando perguntado sobre sua paisagem de Brasília:

“Olha, Brasília tem essa... Quem vem do Rio de Janeiro, onde se vê tanta montanha, tem uma dificuldade com o cerrado. Quando você começa a entrar no cerrado é uma grande descoberta. Esse cerrado que não pode ser visto de longe. Você tem que penetrar e perceber dentro da escala dele, então aí é uma grande descoberta. As relações de horizonte: horizontais e verticais que você tem em Brasília. Você tem a grande horizontal da natureza e a verticalidade da construção, a geometria, a cultura entrando e essa cunha... Brasília é muito bonita, os reflexos da paisa-

gem nos vidros, nos automóveis, quer dizer... essa luz estourada... Olha, no meu período de Brasília, ela se refletia nessa articulação formal: a horizontal e vertical, a relação entre a nuvem e o prédio. Você vê a quina do prédio e a forma sensual e arredondada das nuvens. Essa paisagem sendo recortada pela janela...”

Cildo Meireles aduziu a respeito da influência do traçado urbano de Brasília sobre seu trabalho:

“Olha só, uma das coisas de Brasília que sempre se fez presente em meu trabalho foi a questão das escalas. Eu acho que Brasília possibilita sobretudo para quem trabalha nessa área visual a experiência de uma escala que talvez aqui no Brasil nenhum lugar te dê. Quando se fala no céu de Brasília, no horizonte de Brasília, a gente está falando também de uma coisa a que eu me referi como essa emoção do longe, “lejos” essa palavra espanhola que eu acho tão bonita. Uma outra coisa, sem dúvida, é a luz de Brasília que eu acho que — e não é o meu caso porque embora tenha feito algumas pinturas, eu considero pintura e sobretudo pinturas a óleo uma espécie de religião quer dizer uma coisa muito à parte — muito singular nesse sentido e eu imagino que para o pintor a luz de Brasília propõe uma dimensão muito interessante”.

Em relação ao misticismo em Brasília, Cildo Meireles afirmou:

“Olha: eu não sou uma pessoa exatamente religiosa... Mas eu acho que Brasília tem alguma coisa estranha em termos de energia. Uma coisa que eu sinto fisicamente e, ainda ontem, eu estava comentando que ia passando na W-3, às cinco da tarde, um trajeto que eu cansei de fazer e de repente você nota que está transitando assim num território absolutamente intenso, de uma força muito misteriosa. Eu acho uma coisa palpável, uma coisa... Eu imagino que é difícil um artista brasiliense não se ligar nesse fato estranho, nessa energia que eu acho que é uma coisa muito presente”.

Deis Siqueira, em seu artigo *Novas religiosidades, estilo de vida e sincretismo brasileiro* (in Siqueira, D. e Menezes, R., 2003, p.145-146) apresenta a realização da I Feira Mística de Brasília em 1997 como uma manifestação singela do sincretismo e do pluralismo religioso no Brasil, sob as formas da pluricomposição, bricolagem e trânsitos das suas religiosidades. A pesquisadora aduz a que “tudo isso indica a

A aura mística de Brasília é considerada uma importante característica da cultura local, com alguma influência na disposição e inspiração no sentido da criação artística. Isso conduziria a um estilo de vida mais introspectivo e tranqüilo, o que resultaria numa maior criatividade.



Dulcina de Moraes

construção e a vivência de um novo estilo de vida que implica uma melhor qualidade de vida” (op.cit., p. 158).

A escolha de Dulcina

Cabe ainda notar que as experiências e nuances místicas que abrangem o mito fundador de Brasília nunca são suficientes de serem exploradas e acentuadas. Nesse sentido, cabe aqui também um registro freudiano de estranheza em relação ao Sonho de Dom Bosco, à incorporação de Dulcina de Moraes e da fundação do Vale do Amanhecer pela vidente tia Neiva. Assim, detalha-se brevemente o caso da incorporação de Dulcina de Moraes, tendo em vista que está mais diretamente relacionado às

circunstâncias de formação do campo artístico brasileiro.

A atriz, professora e diretora de teatro Dulcina de Moraes, quando ainda residindo no Rio de Janeiro, depois de haver tentado infrutiferamente a transferência de sua escola e teatro para Brasília, teria recebido “passes” da senhora Aida Ferreira, genitora da atriz Bibi Ferreira, que era mediúnica.

Segundo conta o bailarino e coreógrafo Fernando de Azevedo, que trabalhou com Dulcina (de quem era amigo e confidente) durante decênios, tendo inclusive lecionado balé na Fundação Brasileira de Teatro em Brasília, essa atuação mediúnica realizou-se no momento da escolha do local para construção do prédio da nova Fundação Brasileira e do Teatro Dulcina em Brasília.

Esse momento histórico do teatro brasileiro e, sobretudo, para a formação do campo das artes cênicas em Brasília é assim narrado por Sergio Viotti (1988:40):

“O senhor amabilíssimo mostrou-lhe uma área: ‘Se quer um terreno para localizar a FBT e uma casa de espetáculos, o local é este aqui. No Setor de Diversões Sul. A senhora pode escolher o terreno que quiser’. Ela não sabia o que fazer. ‘Era uma buraqueira vastíssima. Fechei os olhos. Guiei o meu dedo, meu Pai, Deus meu, por favor. Era a única coisa que eu conseguia pensar naquele

momento. Encolhi as pálpebras. Espetei o indicador. Minha mão avançou. A unha arranhou o fundo de um casulo. Tinha escolhido o meu terreno. Era ali que a Faculdade seria construída. Eu mal podia acreditar. Tínhamos conseguido! Bendita boa educação do Odilon!’”

Os três casos mencionados, incluindo a incorporação de Dulcina, são considerados paradigmáticos da mística de Brasília, no que influenciam e fortalecem a criação do imaginário sobre a cidade e circunstanciam a formação do seu campo artístico.

De qualquer forma, Dulcina era uma diva e os depoimentos de Marcelo Saback e Françoise Forton, seus discípulos e que atualmente fazem parte do elenco de atores das telenovelas do Sistema Globo de Televisão, de repercussão mundial, são ilustrativos de sua importância para a formação do campo das artes cênicas em Brasília.

Françoise Forton deixa clara a influência que Dulcina de Moraes exerceu na sua vida e formação de atriz:

“... eu sou da primeira turma da faculdade e meu vestibular foi com a Dulcina. A minha banca examinadora era Dulcina, o que foi um desespero... Nossa prova prática foi um monólogo da Joana D’Arc... Fiz, passei e comecei a fazer faculdade e eu tinha aula de interpretação com a Dulcina, o que era uma

maravilha, porque ela tinha uma coisa muito forte, evidentemente, que era o talento, a carreira dela etc., mas ela nunca foi uma mulher voltada para o ensino... então você tinha que entender como ela passava essas coisas pra gente. Ela falava muito da disciplina, da formação, do aquecimento, da coisa da dicção que tinha de ser perfeita. A última pessoa lá atrás tinha que ver o suspiro entre uma frase e outra... eu acho que sem dúvida ela foi, assim, um grande presente para Brasília”.

Marcelo Saback assim declarou: “Fui aluno dela... Fazia teatro amador, semiprofissional. Logo no primeiro semestre em educação artística, teve a montagem da Dulcina de Moraes de *Bodas de Sangue*. Eu ia fazer parte do coro de bailarinos e fui escolhido pelo coreógrafo Fernando Azevedo para dizer uma fala... Aí Dulcina que estava na platéia subiu no palco e me aplaudiu. E disse “Você é ator?” . “Não, não, sou aluno de educação artística”. Ela falou “Você tem que fazer faculdade de teatro”. “Mas eu não fiz vestibular pra teatro”. “A faculdade é minha, você faz o que eu quero”... E ela era uma personagem ... Foi quando se desenvolveu minha paixão pelo teatro. Não pelo que ela me ensinou propriamente, mas pelo que ela foi... A personalidade de Dulcina. Eu entrei na Faculdade sem saber quem era Dulcina de Moraes...

A ética da profissão eu aprendi em Brasília. Continuo tendo essa ética de Brasília e estranhando a ética que não existe fora de lá. Porque eu aprendi uma ética de escola, uma ética com Dulcina, uma ética com amigos...”

Mercado artístico

Outros artistas preferiram atribuir razões mais objetivas ao aludido diferencial em sua produtividade, tais como a existência das já mencionadas instituições educacionais e de um mercado artístico relativamente grande, constituído por servidores públicos bem pagos do alto escalão do governo nacional estabelecido na cidade e pelas elites locais estabelecidas no comércio, serviços e nas poucas indústrias existentes. Afinal de contas, os mais altos níveis de ganhos, gastos e consumo no país estão localizados em Brasília, ou mais precisamente, no seu Plano Piloto.

O artista plástico Glenio Bianchetti, gaúcho de Bagé, chegou a Brasília em 1962, por exemplo, assim se pronunciou a respeito dessa questão:

“Mas essa coisa de vender... Brasília é uma das cidades que vende mais nacionalmente, sabia disso? Que mais consome arte. Por quê? Não é privilégio de intelectual nem nada disso não. É dinheiro mesmo. Quem tem um nível salarial melhor que os outros estados podem comprar, é lógica.

E compra. Aqui, por exemplo, acredito, um quadro caríssimo não vende aqui. Há uma grande fortuna do Rio de Janeiro ou de São Paulo que compra. Mas essa média de arte pequena, de arte menor, aqui em Brasília, tranquilamente... Eu vendo aqui e pra gente de fora. Sempre foi assim. Porque tem muita gente de fora que passa por aqui e chega aqui em casa, me telefona e vem comprar coisa. E aqui em Brasília eu vivo na dependência do meu cargo de aposentado da UnB... Porque na realidade de Brasília, a única coisa positiva é que tem um nível salarial médio alto e as pessoas comprem, consomem... Outra coisa que tá faltando aqui é crítica de arte. Não tem jornais e revistas, não tem crítica especializada.”

Na verdade, a construção e permanência do centro brasileiro de decisões políticas em sítio tão longínquo se presta a todos os tipos de afirmação: seu estilo de vida tedioso; a ausência de praia; sua sociabilidade desnaturada; o excesso de tempo livre desfrutado por um número de habitantes do Plano Piloto; sua dinâmica espacial discriminatória; sua arquitetura padronizada e solene; a desumanização do seu espaço público, criada pelas distâncias físicas estabelecidas entre seus habitantes das cidades satélites e aquelas do Plano Piloto; o fato de ter sido centro de poderes políticos autoritários; sua referência como sendo uma ilha da fantasia e assim por diante.

A existência de um grande número de diplomatas estrangeiros, bibliotecas de embaixadas e centros culturais também contribuem decisivamente para o estabelecimento de uma produção artística considerável e respeitável na cidade.

Entrementes, a positividade desse imaginário pode ser encontrada no orgulho de seus pioneiros, expoentes em seus campos específicos; na satisfação que é freqüentemente demonstrada por seus habitantes mais antigos em relação às suas obras, as quais estão quase todas concluídas; seu reconhecimento pela Unesco enquanto parte do patrimônio cultural da humanidade; na beleza de seus jardins, árvores e áreas verdes que parecem transformar quase todos em cidadãos cordiais e arejados; e, por último, mas com igual importância, na afetividade demonstrada por aqueles que nasceram nela pela sua cidade, na qual alguns desfrutaram um grau de conforto e qualidade de vida a serem invejados pelos residentes de outros centros metropolitanos do Brasil.

Aura mística

Indubitavelmente, salvo exceções mais materialistas, a aura mística de Brasília é considerada uma importante característica da cultura local, com alguma influên-

cia na disposição e inspiração no sentido da criação artística. Isso conduziria a um estilo de vida mais introspectivo e tranqüilo, o que resultaria numa maior criatividade. Contudo, essa não é considerada uma vantagem muito relevante, mesmo levando em conta que experiências religiosas e alternativas são parte marcante de sua vida quotidiana. Agências que oferecem oportunidades para visitantes usufruírem de excursões em turismo místico estão proliferando. A própria Universidade de Brasília tem oferecido cursos especiais de formação nesse tipo de empreendimento, através do seu Centro de Treinamento em Turismo.

Outros entrevistados enfatizaram o fato de que, na capital nacional, existe mais circulação de informação e conhecimento acerca das artes e dos movimentos artísticos do que em outras localidades do país. Ou, mais precisamente, circulam mais rapidamente do que em outros centros urbanos do Brasil. Nesse sentido, a existência de um grande número de diplomatas estrangeiros, bibliotecas de embaixadas e centros culturais também contribuem decisivamente para o estabelecimento de uma produção artística considerável e respeitável na cidade.

Outra questão que vale a pena incluir nesse contexto diz respeito à territorialização/desterritorialização da produção artística

no mundo contemporâneo. Seria Brasília um sítio territorializado geográfica e artificialmente para dar conta de uma produção desenraizada e orientada para um mercado desterritorializado? Muitos de seus artistas, afinal, depois de formados (primeira geração) não ficaram na cidade!

Nível de reflexão

A análise das entrevistas demonstra um intrincado e sofisticado nível de reflexão a esse respeito. Por exemplo, de início houve a recusa de três cantoras *pops* selecionadas entre as excelências, de forma diferenciada, a responder à entrevista. Isso deixou claro que a identificação delas como cantoras brasilienses não procedia e que o hábito da mídia local em localizar o seu território artístico, a partir da origem, da residência ou do início da carreira, representa a utilização de critérios contraproducentes no sentido da projeção de suas carreiras e da aceitação pelos seus públicos consumidores.

Em outras palavras, independentemente de suas considerações a respeito de suas fortes ligações familiares, profissionais e afetivas com a cidade, este tipo de territorialização cria um tipo de identificação relacionada a uma fase ultrapassada de suas carreiras. Na verdade, as três artistas prefeririam serem nominadas de cantoras *pops* internacionais.⁹

Entretanto, houve reações contrárias a esse processo de territorialização e criação de identidade cultural, por não acreditarem que a grande maioria dos artistas locais de fato nunca pensam que estão produzindo arte brasileira ou por acreditarem que a arte por ser arte não deve ser regionalizada, o que criaria uma espécie de camisa de força para o artista que procura com maior frequência conceber sua obra como algo a ser projetado nacionalmente e/ou internacionalmente. *

Notas

- 1 Os nomes foram selecionados a partir de *brain storms* realizados com os membros da equipe da pesquisa e informantes privilegiados sobre a produção artística local. Entre eles constam, além dos expoentes fundadores (Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Athos Bulcão, Wladimir Murtinho, Dulcina de Moraes); artistas pioneiros (fotógrafo: Luiz Humberto Pereira, cineasta: Wladimir Carvalho); artistas visuais (Cildo Meireles, Luiz Áquila, Glenio Bianchetti, Evandro Salles e Marília Panitz), artistas cênicos (Hugo Rodas, Françoise Forton, Adriano e Fernando Guimarães, Marcelo Saback), músicos (Fê Lemos, baterista da banda Capital Inicial, Gutze Woortmann da Plebe Rude, Dado Villa Lobos da Legião Urbana, Loro Jones do Capital Inicial); promotores culturais (Maria Duarte); cantor (Ney Matogrosso)..
- 2 Discorrendo sobre o campo artístico, Bourdieu afirma: "Campo de forças

possíveis, que se exercem sobre todos os corpos que nele podem entrar, o campo do poder é também um campo de lutas, e talvez, a esse título, comparado a um jogo: as disposições, ou seja, o conjunto das propriedades incorporadas, inclusive a elegância, a naturalidade ou mesmo a beleza, e o capital sob suas diversas formas, econômica, cultural social, constituem trunfos que vão comandar a maneira de jogar e o sucesso no jogo, em suma, todo o processo de *envelhecimento social* que Flaubert chama de "educação sentimental".

- 3 Trata-se, na verdade, da mais recente publicação da extensa lista escrita ou organizada por Aldo Paviani.
- 4 Sumariamente, *habitus*, segundo Bourdieu (op. cit.), define um sistema de disposições duradouras, absorvidas pelo indivíduo durante seu período de socialização. Acrescenta-se apenas que, se, às vezes, eles de fato funcionam como princípios inconscientes, é de se esperar que alguns dos expoentes entrevistados não os tenha reconhecido ou apontado.
- 5 Maria Duarte, educadora, chegou a Brasília em 1970. Quanto à influência da imigração na produção cultural de Brasília, acredita que atualmente as pessoas que vêm para Brasília trazem uma carga de problemas e não mais as expectativas e a utopia de antigamente. Hoje em dia, eles sabem que Brasília é uma cidade já formada, cosmopolita: uma cidade que já tem a sua cultura. Nos anos 1960 e 1970, a produção cultural era quase toda oficial, financiada pela

Fundação Cultural, de boa qualidade, mas emergia uma produção alternativa, marginal e bastante criativa. Hoje em dia, a produção é realizada com dificuldade, mas os artistas contam com as benesses oficiais. Ela é ao mesmo tempo mais sofisticada e bem-comportada e não há mais um objeto claro a ser contestado.

- 6 Sobre sua passagem pela Fundação Cultural, Luiz Humberto pronunciou: "O meu primeiro projeto foi recuperar e colocar dentro da Fundação todas as pessoas que tinham trabalho de resistência durante a ditadura: o Néio Lúcio, com o Projeto Cabeças; Marco Antonio, com o cinema; Fernanda Mee, no teatro; Tetê Catalão, no jornal. Então, coloquei meu pessoal e tinha uns projetos rodando lá. Aquilo era uma espécie de albergue dos professores da rede pública que saíam da sala de aula e iam pra lá... Não havia um escalonamento de valor para ocupar o Teatro. Nós conseguimos usar o Alberto Nepomuceno que estava encostado, cheio de poeira. Na sala Villa Lobos, conseguimos utilizar o mezanino para as exposições. No foyer, como é uma coisa nobre, nós fizemos às sextas-feiras a Brasília Popular Orquestra que ia pra lá tocar e a gente dançava, uma coisa sadia...".
- 7 O cantor Ney Matogrosso assim se referiu sobre esse fenômeno: "... Agora, o céu de Brasília é particularmente importante... Eu, pelo menos, nunca tinha tido noção de um céu, de uma abóbada celeste. Eu vi algo que ocupava os limites de Brasília. Eu não sei se existe em outros estados. Eu nun-

ca tinha visto. Eu já tinha morado em Salvador, Recife, Mato Grosso, Rio de Janeiro e nunca tinha visto isso. Então, para mim foi muito impactante aquele contato com aquele infinito". 8 *Jornal de Brasília*, Caderno 2 de 2/07/1998.

9 Zélia Duncan, Rosa Passos e Cássia Eller (que faleceu antes de ser de fato contactada para a entrevista).

Referências

- BANDEIRA, Lourdes e SIQUEIRA, Deis. O profano e o sagrado na construção da terra prometida. In NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.) *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- BARCELLOS, Vicente Quintela. *Os parques como espaços públicos de lazer: o caso de Brasília*. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- Carpintero, Antônio Carlos. *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. Tese apresentada para obtenção do grau de doutor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1998.
- DUARTE, Maria de S. *Educação pela arte: o caso Brasília*. Brasília: Editora Thesaurus, 1983.
- HERMUCHE, W. *Abstrata Brasília concreta*. São Paulo, 2003.
- LOPES, Luiz Carlos. *Brasília, o enigma da esfinge: a construção e os bastidores do poder*. São Leopoldo: Editora Unisinos; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*, 2ª. Ed. Brasília: Editora Ebrasa, 1967.
- MACHADO, Lia Zanota e MAGALHÃES, Themis Quezado. "Imagens do espaço, imagens da vida". In PAVIANI, A. (Org.). *Brasília, ideologia em questão: espaço urbano em questão*. São Paulo: Editora Projeto, 1985.
- MADEIRA, Maria Angélica. Formas de sociabilidade e cultura da festa na juventude brasiliense nos anos 90. In NUNES, Brasilmar F. (Org.) *Brasília: a construção do cotidiano*. Op. cit. e Música, estilo e cultura urbana. In TEIXEIRA, J.G.L.C. (Org.) *Performance, cultura e espetacularidade*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- MENEZES, R. *A solidão vai acabar com ela. 60 histórias de uma Brasília desconhecida*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2003.
- MOREIRA, Vânia Maria L. *Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins*. Vitória: Editora Edufes, 1998.
- NUNES, Brasilmar F. "A lógica social do espaço de Brasília". In Paviani e Gouvea (Org.), op. cit. , Brasília, 2003.
- _____. *Brasília, a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- PAVIANI, Aldo e GOUVÊA, Luiz Alberto de C. *Brasília, controvérsias ambientais*. Coleção Brasília. Brasília: Editora UnB, Brasília, 2003.
- QUEIROZ, Cláudio. *Paisagens poderosas e pré-existência*. Dissertação de mestrado IAU/UnB, 1991.
- SANTOS, Mariza Veloso M. O patrimônio modernista e a diversidade cultural. In NUNES, Brasilmar F. (Org.), op.cit.
- Silva, Luis Sérgio Duarte. da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- SIQUEIRA Deis. Novas religiosidades, estilo de vida e sincretismo brasileiro. In SIQUEIRA, D. e LIMA, Ricardo Barbosa de. *Sociologia das adesões, novas religiosidades e a busca místico-esotérica na capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vieira e Garamond Universitária, 2003.
- VARGAS, Marcelo Coutinho. *Estratificação e mudança social em Brasília*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.
- VILLAR, Fernando P. e CARVALHO, Eliezer F. (Org.). *Histórias do teatro brasiliense*. Brasília: Instituto de Artes – UnB, 2004.
- VIOTTI, Sérgio. *Dulcina: primeiros tempos –1908-1937*. Rio de Janeiro: MiNC/Fundacen, 1988.

João Gabriel L. C. Teixeira é professor no Departamento de Sociologia da UnB. limacruz@unb.br

Utopias sociais: imaginário e insígnias

LUIZ C. BORGES

Na cotidianidade, uma profusão de anúncios publicitários nos cerca: de partidos e candidatos, de instituições públicas ou privadas, de produtos industriais, de marcas comerciais ou de indivíduos anunciando suas paixões e fetiches, em claro surto de evasão de privacidade. Em meio a essas insígnias, as camisetas destacam-se como um dos mais populares suportes no qual se inscrevem anúncios de todos os tipos, gerando, nas ruas, um efeito discursivo polifônico.

Diante do espetáculo de anúncios publicitários que nos chegam diariamente, podemos, seguindo Debord, verificar que a sociedade espetacular enaltece as paixões fetichizadas de um indivíduo igualmente reificado e fetichizado por um “devir-mundo mercadoria, que é também o devir-mercadoria do mundo” (1972, p. 57).

Nas camisetas-discurso, é comum lermos a expressão *100%*. Um tipo de enunciado que conota uma idéia de totalidade acerca de alguma coisa ou proprieda-

de, e que remete a uma posição enunciativa com tendência à impermeabilidade ou à irreversibilidade. É um recurso bastante utilizado em publicidade para dar maior credibilidade aos produtos anunciados. Assim, um produto *100% orgânico* cria a imagem de que se trata de um produto cujo manejo é isento de defensivos químicos e assim por diante.

Existe uma grande variedade de enunciados usando o mote *100%*, tais como *100% deus*, *100% carioca*, *100% brasileiro*. Entre essas, chamou-nos a atenção aque-

las em que se inscreve o *slogan 100% negro*.

Trata-se de uma insígnia que identifica um posicionamento político singular no estado atual da luta da população negra perante a sociedade brasileira. Para analisar esse enunciado, utilizamos os procedimentos teórico-metodológicos da análise de discurso (Orlandi, 1999; Pêcheux, 1988), a fim de submeter os enunciados à crítica, visando compreendermos a formação histórico-ideológica que os sustenta, e a partir da qual produzem seus efeitos de sentido.

O autocentrimento pode ser relacionado a uma política fragmentadora, pela qual o sujeito tende a estabelecer uma relação narcísica entre o eu e uma causa. É também o que diz Edelman (1977), ao mostrar que discursos que apelam em favor de interesses coletivos, em geral mascaram interesses particulares de grupos ou frações de grupos que, imaginariamente, se apresentam valores universais.

Afinal, para a análise de discurso que praticamos, falar em discurso é falar de efeitos de sentido entre locutores (Orlandi, 1998), o que é o mesmo que falar na formação histórico-ideológica e nas posições e papéis, na cena discursiva, que sujeitos interlocutores desempenham. Em outros termos, analisar as práticas discursivas de um sujeito significa enfrentar a complexa questão das formações imaginárias que perpassam e cimentam o conjunto da sociedade, pois são elas que sustentam, refletindo e refratando, o processo sócio-histórico e a totalidade do que é dito. Ou seja, o processo de produção e dos efeitos de sentido.

Gostaríamos de apontar alguns elementos que, a nosso ver, indicam para a generalização da exposição exibicionista de slogans, etiquetas de marcas e de outros signos inscritos em camisetas. Entre as muitas hipóteses, podemos aventar as que se referem à espetacularização do

social, pela qual o privado torna-se público, e à fetichização do mercado, ambas relacionadas à estetização da vida social e ao autocentrimento de que se encontra investido o processo atual de construção da subjetividade, como nos mostram Debord (op. cit.), Bauman (1998) e Birman (2001).

Fronteiras simbólicas

Acrescente-se, ainda, segundo Bourdieu (2003), a necessidade de traçar fronteiras simbólicas que demarquem a posição/situação do sujeito consumidor em uma sociedade espetacularizada. Por sua vez, o autocentrimento pode ser relacionado a uma política fragmentadora, pela qual o sujeito tende a estabelecer uma relação narcísica entre o eu e uma causa. É também o que diz Edelman (1977), ao mostrar que discursos que apelam em favor de interesses coletivos, em geral, mascaram interesses particulares de grupos ou frações de grupos que, imaginariamente, se apresentam como valores universais. Desse modo, os setores da sociedade civil que se organizam em torno desse tipo de objeto tornam-se autocentrados, ficando impermeáveis aos movimentos reivindicatórios e emancipatórios de outros segmentos sociais.

O movimento negro, como desdobramento das lutas pelo fim da escravidão, tem se notabilizado pelo esforço em busca da autodetermi-

nação étnica, do reconhecimento do negro como sujeito de sua história, uma vez que a supressão da escravidão não redundou na elevação do sujeito negro à condição plena de cidadania.

Em termos de orientação político-ideológica, o movimento negro no Brasil é formado por um conjunto heterogêneo de frações em disputa, cada uma delas com interesses e diretrizes particulares. Ademais, em decorrência da adesão de algumas dessas frações à política etnocentrada do “primeiro a raça” como estratégia de luta emancipatória, o movimento negro torna-se um movimento dos negros. Essa característica explica por que, usualmente, parte da potencialidade transformadora desse movimento seja dirigida ao protesto simbólico, ao fetichismo e ao autocentrimento da cultura afro-brasileira, como aponta Hanchard (2001).

Ao estampar 100% negro, que efeitos são deflagrados: 100% racial, biologicamente puro (pureza de sangue)?, 100% culturalmente negro, sem influência de outras culturas (pureza cultural)?, 100% política e socialmente negro, propugnando um ideal de sociedade racialmente hegemônica (pureza ideológica étnico-nacional)? Entendemos esses emblemas como reprodução de modelos vigentes de hegemonização, travestida em ideário de defesa e reparação, como inferimos da declaração de



Martinho da Vila, para quem o que “hoje difere o branco do negro não é a cor da pele, mas a atitude política. São negros os que lutam contra a exclusão – sejam eles brancos ou pardos. Negro não engajado, branco é” (citado por Marinho; Cezimbra, 2004, p. 25). Ora, se o que distingue o negro do branco é a atitude política, e ser negro (não importando a cor da pele) define-se pelo engajamento político nas causas raciais, segue-se que o preconceito apenas transfere-se da cor da pele para a postura política. Daí proceder a advertência de Adorno e Horkheimer (1985, p. 181), em relação à tendência que as minorias oprimidas mostram à reprodução absolutizada de modelos de subalternização ou, retornando a Edelman (op. cit.), a investir na radicalização da

estratégia de subsumir valores universais àqueles que são, de fato, particulares.

A despeito desse tipo de autocentrimento, outra característica do movimento negro é a alternância entre luta de movimento e de posição, visando emancipar (política, econômica e culturalmente) a população negra da condição de cidadãos de segunda classe em sociedades cuja hegemonia é exercida pelo segmento branco.¹ Situação que podemos, com Hanchard (op. cit.), caracterizar como tendendo à hegemonia racial. Uma grande parte desse tipo de luta emancipatória incide sobre o direito de ser diferente, de ver aceito e legitimado um modo negro de ser.

A despeito de suas particularizações, as diversas tendências procuram engajar-se em ações afirmativas, cujo cerne é levar à conscientização e ao orgulho de assumir uma identidade e resgatar a auto-estima (Santos, 2007). Todavia, afirmar-se 100% negro, como lema motivador de ações reivindicatórias, ultrapassa a agenda das ações afirmativas. Uma militância afirmativa calçada no 100% negro tende a enveredar por uma tática etnocentrada que, eventualmente, pode levar à mistificação étnica, tais como as invocações rememorativas da terra ancestral (em frases do tipo “afro-x”, por exemplo), ou da identidade de sangue (por exem-

plo, afro-x 100% negro), ou ainda, ideais de reparação histórica.

Nesse campo discursivo, o signifiicante 100% negro remete reativamente a uma rede de sentidos em que também se encontra o racismo, por “referir-se a si na oposição fixada – racismo/não racismo” (Souza, 2000, p. 69), o que, por sua vez, mostra que a formação subjetiva do negro não se autonomiza em relação a um imaginário no qual se acha cristalizada a oposição diferença/desigualdade.

Marchas e contramarchas

Se a questão do negro nos remete histórica e ideologicamente ao racismo, devemos lembrar, com Politzer (1978), que o racismo, assim como qualquer outra racionalização ideologizada, só pode ser efetivamente compreendido e superado quando referido historicamente às condições sociais em que vige. Para a análise que propomos, este momento pode ser resumido na frase *100% negro*, como síntese programática, ou estratégia política, de uma fração do movimento negro.

Veremos que, seja de forma consciente — como tomada de posição na arena de luta; ou inconsciente — sem levar em conta as implicações histórico-ideológicas da síntese programática expressa no enunciado *100% negro* e, especialmente, as consequências como utopia sociopolítica, visando à construção de novas

relações de sociabilidade —, o discurso *100% negro*, além de veicular uma afirmação de igualdade e liberdade, também produz efeitos de sentidos ligados à desigualdade e ao revanchismo.

O revanchismo, expresso na forma do “agora é a nossa vez”, corresponde a um mero rodízio de posições sem, contudo, superar as condições e as razões que levam à dominação e à subalternização de grupos étnicos ou de segmentos sociais. Além de revanchista, uma agenda *100% negro* implica a filiação a uma posição discursiva que se associa a fases históricas e a programas políticos que podem ser melhor descritos como desfavoráveis à autonomia.

Primeiro, afirmar-se *100% negro* é evidenciar uma posição discursiva de irreversibilidade e que

remete a uma representação do ente social como pleno e fechado. O enunciado *100% negro* mostra-se um discurso autoritário porque tende a barrar a conciliação de interesses entre os que são puramente (seja física, seja culturalmente) negros e os demais segmentos étnicos de que uma sociedade pluricultural e plurilinguística, como a brasileira, se compõe.

Um sintoma disso é encontrado no sistema de cotas estabelecido para ingresso de negros em universidades. Mais sintomática ainda é a reivindicação de alguns líderes do movimento negro (como, por exemplo, frei David Raimundo dos Santos, diretor-executivo da Educafro²), de que só devem beneficiar-se dessas cotas aqueles que são negros de pele, ou seja, os que são negros puros (de cor).

Luta segmentada

Em segundo lugar, afirmar-se *100% negro* é reivindicar uma etnicidade totalizada, mas, ao mesmo tempo, significa fragmentar a luta política em geral, uma vez que para o *100% negro*, para o *100% mulher*, ou para o *100% índio*, as questões são postas segmentadamente, comprometendo a conjunção de amplas forças sociais e culturalmente diversas, visando um bem comum. É o que depreendemos da afirmação de Ivanir dos Santos, para quem “(...) a maioria das pessoas do movimento negro

só os discute em termos de sua negritude, da cor de sua pele, e não do significado de suas posturas políticas e da importância dessas posturas para as pessoas negras. Muitos se interessam apenas pelo simbolismo” (citado por Hanchard, op. cit., p. 105).

Terceiro, investir-se de *100% negro* implica uma impermeabilidade diante da diversidade étnica, uma vez que, em sua hipótese forte, ser *100% negro* significa pureza racial. Com isso, observamos a retomada (pelos negros) de um conceito largamente utilizado para colocar os não-brancos na categoria de objeto. Assim, o *100% negro*, em termos de efeitos de sentido, assimila-se ao *100% branco*. Essa auto-afirmação afeta inclusive aqueles que participam do movimento negro, como pode ser deduzido da posição assumida por frei David dos Santos.³

Quarto, reivindicar uma posição política e social baseada na primazia racial é igualar-se a posições políticas excludentes baseadas em ideais de pureza racial, uma vez que ambos se identificam a partir de um ideal fetichizado de pureza racial, a despeito das enormes diferenças de forma e historicidade entre os segmentos em conflito.

Advogar uma “pureza” racial leva ao fortalecimento de um imaginário político, cujo eixo é a formação de uma comunida-

É no processo de auto-emancipação, como *práxis* libertadora, que a população negra poderá libertar-se da opressão, superando a consciência alienada e conscientizando-se do seu papel libertário, contribuindo para que a sociedade como um todo também se liberte de seus preconceitos e irracionalidades. Para tanto, a luta deve ser travada congregando todas as forças sociais, na construção de um mesmo projeto de sociedade em que não haja lugar para *apartheids* de quaisquer espécies.



Uma das consequências do atual modelo civilizatório é a debilitação dos movimentos sociais

de de pessoas de mesma pureza de sangue, ou que compartilham uma mesma tradição cultural (cf. Politzer, 1978). Ora, a ênfase na fórmula “primeiro a raça” leva a um tipo de reducionismo ideológico e a uma reedição caricata da hegemonia do sangue, cujo antípoda é a diversidade étnica.⁴

Assim, é necessário recolocar a relação nação-classe-raça em termos de relações sociais, descolando-a da discussão estéril da herança genética ou de singularidades culturais. Daí que a raça constitui um forte componente da luta de classes e, nesse sentido, a luta pela hegemonia negra, como proposta de luta sociopo-

lítica, reproduz ideologicamente a hegemonia branca, ou qualquer outra hegemonia de caráter racial, justamente porque muitas sociedades se constituíram tendo a raça por matriz. Ao justapor a questão do negro na sociedade brasileira à constituição de uma matriz civilizatória, expurgada de todas as formas de hegemonia racial, nota-se que a política do “primeiro a raça” revela-se um equívoco político-filosófico e um lugar de reprodução ideológica (Hanchard, op. cit.; Löwy, 2001; Politzer, op. cit. e Uemori, op. cit.). O enunciado *100% negro* é um sintoma da discrepância constitutiva entre os *slogans* e os

fatos, a política de reparação e a crítica auto-emancipadora.

É no processo de auto-emancipação, como *práxis* libertadora, que a população negra poderá libertar-se da opressão, superando a consciência alienada e conscientizando-se do seu papel libertário, contribuindo para que a sociedade como um todo também se liberte de seus preconceitos e irracionalidades. Para tanto, a luta deve ser travada congregando todas as forças sociais, na construção de um mesmo projeto de sociedade em que não haja lugar para *apartheids* de quaisquer espécies. Isso certamente não ocorrerá se cada

segmento social isolar-se em reivindicações do tipo “100% x”.

A concretude da utopia

O atual modelo civilizatório tem levado ao açodamento das desigualdades sociais, expressas na dessimetria entre um percentual mínimo de cidadãos-consumidores bem-sucedidos e uma larga maioria de consumidores malsucedidos. Uma das consequências disso é a debilitação dos movimentos sociais e a subsequente pulverização das causas sociopolíticas em frentes fragmentadas centradas em questões particularizantes, como as questões étnicas, de gênero, ecológicas, classistas, corporativas etc. Trata-se de um processo globalizante de fracionamento social e político também destacado por Eagleton (1977), e de que derivam diversas formas atuais de tribalismo. Essa nova configuração do espectro social aponta para “a perda de legitimidade de instituições duramente atacadas pelos efeitos conjugados da desregulamentação, das privatizações (...) e da mundialização” (Bensaïde, 2000b, p. 103), um dos fatores que leva à constituição de novas formas de legitimidade, baseadas em paradigmas etnográficos ou arqueológicos, levando a um frágil equilíbrio entre pressão e cessão, especialmente na forma de políticas públicas proativas.

Uma das consequências do atual modelo civilizatório é a debilitação dos movimentos sociais. Somam-se à autonomização das frações, pautas reivindicatórias baseadas em um princípio segundo o qual o direito dos mortos e das raças se sobrepõe ao dos vivos e das nações (Renan, citado por Bensaïde, op. cit. b) e que tem sido usado como justificativa para políticas de resgate de dívidas históricas, ou para revanchismos. É nesse contexto marcado pela exarcebação tribal, que inscrevemos uma formação discursiva 100% negra. Apesar das alegadas justificativas históricas, devemos considerar que “a infame divisão da humanidade em raças não pode levar se não a guerras de extermínio”, uma vez que a “raça é, politicamente falando, não o começo da humanidade, mas seu fim; não a origem dos povos, mas sua decadência; não o nascimento natural do homem, mas sua morte antinatural” (citado por Bensaïde, op. cit. b, p. 106 e 108, respectivamente de Renan e Hannah Arendt).

Consideramos, assim, os enunciados da absolutização do negro como práticas discursivas que apontam para a cristalização e o fracionamento do segmento social negro, definido e definindo-se pela matriz ideológica sangue e terra e, como tal, reificador, ao tomar o negro (raça/cor) como um valor em si mesmo, além de reforçar o preconceito, ainda que este se transvista de ações afirmativas. Este discurso

Esse tipo de ativismo afirmativo não rompe com a ideologia dominante, ainda que reconhecendo a emergência de uma nova postura afirmativa, com seus óbvios ganhos sociais, políticos e econômicos. Antes, constitui uma forma de afirmação da negritude que a despolitiza exatamente por silenciar acerca da dicotomia dominante/dominado, e por reivindicar, paralelamente à hegemonia branca, sua própria hegemonização no território semântico e político do negro.

particularizador não deixa de ser uma paráfrase da formação ideológica dominante, ou uma forma de neolalismo (Gramsci, 1978), isto é, uma fragmentação do discurso em seus formantes políticos, étnicos, éticos e estéticos. Vemos que essa nova postura não procura localizar-se “nas contradições do sistema, *nos lugares onde ele não é idêntico a si mesmo* [grifos meus] para elaborar a partir deles uma lógica política que, por fim, pode transformar o sistema de poder como um todo” (Eagleton, op. cit., p. 153), mas territorializa-se nos lugares em que o sistema se estrutura e, agindo sobre seus sintomas, assimila-se à ordem vigente.

Portanto, esse tipo de ativismo afirmativo não rompe com a ideologia dominante, ainda que reconhecendo a emergência de uma nova postura afirmativa, com seus óbvios ganhos sociais, políticos e econômicos. Antes, constitui uma

forma de afirmação da negritude que a despolitiza exatamente por silenciar acerca da dicotomia dominante/dominado e por reivindicar, paralelamente à hegemonia branca, sua própria hegemonização no território semântico e político do negro. Ademais, insere-se no deslocamento sociopolítico-discursivo em que o sujeito político se transforma em sujeito consumidor, reduzindo-se o ativismo negro ao *status* recém-outorgado de consumidor pleno.

O neotribalismo evoca uma sociedade fundada em políticas e em ordenamentos socioculturais, baseada na autonomia de frações cada vez mais pulverizadas em seus interesses inconciliáveis com os de outras tribos. Portanto, investir em (re)desenhar um projeto de nacionalidade significa construir uma nação (re) conciliada consigo mesma, cuja homogeneidade não implique uniformidade ou reordenações ideológicas afetadas pelo binômio terra e sangue. Para que isso ocorra, é necessário estabelecer a “primazia da cidadania sobre a nacionalidade; direito à autodeterminação e livre associação (subsidiaridade); garantia de direitos às minorias (linguísticas, escolares, culturais)” (Bensaïde, 2000a, p. 40), especialmente no Brasil, cuja história tem sido marcada pela escravidão, exclusão e desqualificação social, quando não o extermínio, de índios, negros e outras minorias étnicas ou

políticas, como efeito da barbárie planejada e administrada do processo civilizador (Löwy, 2000).

Em um processo histórico marcado por resistência > revolta > revolução – não esquecendo que todo processo de dominação produz correntes contra-hegemônicas (Pêcheux, 1990) — o lema-programa 100% negro constitui uma forma de retransmissão e reterritorialização da ideologia dominante que, por suas próprias características e contradições no interior do movimento negro, em geral atua como freio ideológico. Trata-se de uma estratégia de luta que não é capaz de superar a barreira da revolta>resistência>contraresistência: um verdadeiro círculo vicioso.

Trincheira ideológica

Entendemos que as políticas públicas baseadas no binômio ação afirmativa/atitude positiva funcionam, de um lado, para atender ao imediatismo dos reclamos de frações organizadas da sociedade, incorrendo em uma espécie de maquiagem ou estratégico alívio momentâneo de pressões sociais; e, de outro, para dissimular o fato de que o controle coercitivo do aparelho de Estado atua fortemente no sentido de filtrar qualquer ação crítico-reflexiva que vise transformar, pela base, a sociedade. Segundo Politzer (op. cit., p. 74, 76), “precisamente porque a nação é o povo, uma polí-

tica verdadeiramente nacional não poderia ter por condição medidas anti-sociais. É contra a própria nação que uma medida anti-social se dirige, e é a nação que se enfraquece com semelhante política”. Uma diretriz estatal que se justifique em critérios raciais nega seu caráter nacional justamente por distinguir e separar cidadãos, ou ainda por juridicamente criar segregações sociais, com base na herança genética ou cultural desses cidadãos.

Ademais, se levarmos em consideração que o sistema escolar deriva seus procedimentos da condição/posição de classe, veremos que não é o sistema de cotas que resolverá, em termos nacionalmente abrangentes, a estatística social e educacional desfavorável aos negros (mas igualmente desfavorável a outros segmentos étnico-sociais).⁵ Afinal, como assevera Manolo Garcia Florentino, além de poder levar a um estelionato racial, as cotas são um equívoco político, uma vez que “o problema fundamental da discriminação no Brasil, não é a cor, mas a desigualdade socioeconômica” (citado por Marinho e Cezimbra, op.cit., p. 27-8). Devemos perguntar: Esse tipo de solução não reproduz, em outros níveis, as injustiças já cristalizadas no aparato socioestatal e no imaginário social?

A reivindicação/implantação de um sistema de reparação so-

cial baseado em cotas atende a uma dupla estratégia política. De um lado, dilui o potencial crítico-reivindicatório de uma fração da classe dominada. De outro, estimula a ilusão de ascensão social via mecanismos politicamente controlados pelo Estado.

A esse discurso ascensional mistificante deve-se contrapor o fato de que a ascensão sociocultural de negros não é indicativo de superação das desigualdades sociais, pois o racismo não se esgota em políticas de ascensão individual. Em lugar disso, é preciso lutar por uma democratização efetiva e universal da sociedade brasileira incluindo no processo, do ponto de vista étnico, negros, brancos, pardos e índios e, do ponto de vista sociopolítico e econômico, todos, de qualquer cor, que pertencem à massa dos cidadãos de segunda ou terceira categoria. Para serem realmente efetivas, as políticas públicas de reparação devem beneficiar o conjunto da população que, em termos de Bauman (1988), foram relegados, graças principalmente à lógica da eficiência e do lucro da sociedade do capital, à condição de cidadãos-consumidores frustrados. Isto é, não se trata de uma questão “racial” (em que pesem todas as formas de opressão e desigualdade que, em graus variados, negros, índios e outras frações

étnicas, historicamente sofreram e continuam sofrendo), mas de uma questão político-social, pois “somos uma nação não ‘apesar’ da fusão de raças, mas ‘por causa’ dessa fusão” (Poltzer, op. cit., p. 70). Ou, fazendo coro com Martinho da Vila (2004, p. 10), a utopia que move nossa ação crítico-reflexiva visa à obsolescência dos movimentos fracionados que lutam exclusivamente por seus interesses particulares, enredados por uma espécie de narcisismo político.

Quanto à discussão sobre o sistema de cotas para as escolas públicas no Brasil, baseado em critérios raciais, Weber e Maduell (2006) mostram que a questão nodal recai sobre uma espécie de engenharia social centrada na idéia de raça, a qual pode produzir, especialmente em vista do acirramento passional que o debate provoca, um país dividido em negros e brancos, condição na qual a idéia de pureza racial encontra-se subsumida, inclusive pela exclusão ideológica dos miscigenados cujo lugar histórico-social fica, nesse cenário, silenciado. Para Zarur (2006), além dessa negação histórica, a importação do modelo polarizador entre brancos e não-brancos ou entre negros e não-negros induz a que o direito à diferença, eixo central da democracia, confunda-se com a associação

equivocada entre raça e cultura. Isso sem esquecer que, no Brasil, em geral é muito difícil definir quem é negro ou não-negro.⁶

Ética do silêncio

Ainda com respeito à cor, Mattos (2006) alerta que recai, sobre a cor da população brasileira, uma histórica ética do silêncio. Nesse sentido, defende que a discussão acerca da raça/cor de cada um deve ser a estratégia para a fundação de uma sociedade mais justa e menos marcada por tensões raciais, pois é na afirmação da raça/cor que a questão social e educacional do Brasil devem se fundamentar. No entanto, ao argumentar em termos de “quadro de desigualdade racial” e de políticas afirmativas consubstanciadas em “estatuto de igualdade racial” (grifos meus), mostra filiar-se a uma formação discursiva e histórico-ideológica marcada pelo eixo raça e cor.

Ora, em primeiro lugar, não fica clara a relação substantiva entre a afirmação racial de cada cidadão (qualquer que seja o sentido disso no Brasil) e a construção de uma sociedade justa. Em segundo, a centralidade da raça/cor implica uma unidimensionalização do ser social, reduzido à sua raça/cor, condição da qual estão excluídos outros componentes formadores do sujeito. Em terceiro, reduzir toda a complexidade da questão social à afir-

mação da raça/cor, além de se constituir em uma prática que está longe de ser banal na realidade brasileira, significa um passar ao largo das graves distorções econômico-sociais que instituem a sociedade brasileira. Essas distorções tendem, ao contrário do que supõe Mattos, a agravar-se justamente por enfatizar a igualdade racial em detrimento da igualdade social e por introduzir uma nova arena de conflito. Além disso, como mostra Kamel (2005), o Estatuto da Igualdade Racial investe fortemente no componente racial como determinante para a construção social, mas, ao mesmo tempo, já de saída, produz uma desigualdade ao tratar desigualmente outros grupos raciais, uma vez que claramente assume a perspectiva do negro, conformando, como alerta Ahmad (1999), novas formas de outridade e de dominação.

De todo modo, qualquer política governamental baseada em critérios étnicos ou claramente raciais “tende a enfatizar a separação de culturas dentro de espaços nacionais e a privilegiar a etnicidade na construção” desse espaço simbólico-político, gerando um relativismo cultural em que cada grupo cultural passa a atuar, na condição de etnia separada em seus interesses, muitas vezes conflitantes com os de outras etnias, na constituição da identidade na-

cional. Esse tipo de relativismo, por levar à obliteração das relações historicamente estabelecidas, tende a produzir novas formas de subalternização, pelas quais, cedo ou tarde, “todos se tornam o ‘outro’ de alguém e, pela mesma razão, membros de uma minoria” (Ahmad, op. cit., p. 119, 118). Se, por fim, considerarmos, com Marx e Engels (1975), que fricções e disputas em torno de direitos e emancipações de grupos étnico-sociais, bem como as respostas a elas pelo Estado, também refletem as lutas efetivas das classes e frações de classe entre si, temos motivos suficientes para atribuir às políticas pró-ativas, tais quais vêm sendo propostas, um valor negativo no que concerne às lutas, no campo político-ideológico, em prol da emancipação. Assim, discutir a questão educacional no Brasil a partir de critérios raciais desvia-nos da questão dos pesados investimentos quantitativos e qualitativos necessários à recuperação do sistema educacional e, em última instância, da luta pela reestruturação político-econômica da sociedade brasileira.

Em suma, a questão do negro no Brasil não pode reduzir-se à dimensão subjetivista e demagógico-chauvinista da afirmação étnica ou à prova da cor da pele, pois permanece um componente incontornável da luta de classes e de um projeto político-social de caráter nacional. A depender con-

junturalmente das frentes de lutas, é admissível que o ideário 100% negro sirva como trincheira, mas jamais como fim último da luta emancipatória. *

Notas

- 1 Não é fácil, especialmente em sociedades miscigenadas, falar em dominação étnica. Contudo, a dicotomia negro/branco que domina o debate interétnico no Brasil (com o eventual apagamento dos índios, por exemplo) ressalta mais a herança cultural-ideológica do que propriamente a cor da pele, ainda que esta seja relevante.
- 2 Rede de cursos pré-vestibulares para negros e pobres, no Rio de Janeiro.
- 3 O conceito de ser negro, em frei David (herança genética = pureza negra) e em Martinho da Vila (posição política = negritude ideológica) ilustra bem a diversidade ideológica do movimento negro.
- 4 Não esqueçamos que, no período colonial, um dos objetivos da política de conversão era precisamente ordenar (unificar) a profusão de povos, línguas e costumes que havia no Brasil.
- 5 Na última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio do IBGE, a população brasileira é formada por 52,1% de brancos, 5,9% de negros, 40,5% de pardos e, deduz-se, 1,5% de indígenas/amarelos. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, implantada pelo governo Lula, apurou que, na composição “étnica” dos 1% mais ricos no Brasil, 86% são brancos, 12,6% pardos e 1,4% negros — e nenhum índio (dados citados por Marinho e Cezimbra, op. cit.).
- 6 O Estatuto da Igualdade Racial prevê, em seus artigos 12, 17 e 18, que raça/cor e gê-

nero devem constar dos prontuários do Sistema Único de Saúde, nos documentos da Seguridade Social e nas certidões de nascimento, o mesmo devendo ocorrer nos registros de funcionários públicos e privados.

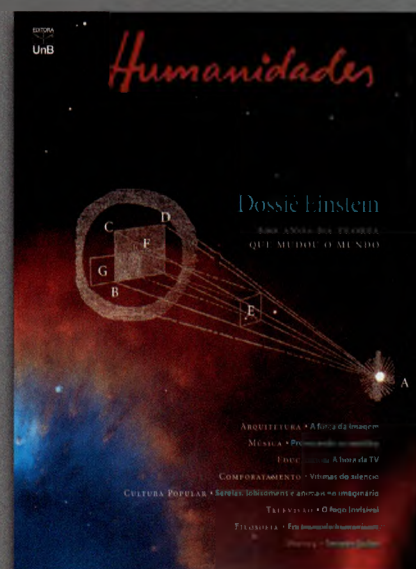
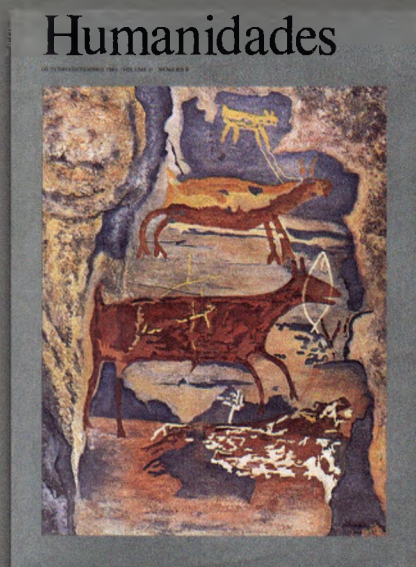
Referências

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. (1985). Elementos de anti-semitismo. Limites do esclarecimento. In: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p. 57-94.
- AHMAD, Aijaz. Problemas de classe e cultura. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da história*. Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 107-122.
- BAUMAN, Zygmunt. (1998). *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BENSAÏDE, Daniel. (2000a). Uma nova época histórica. In: LÖWY, Michel; BENSAÏDE, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã. p. 27-45.
- BENSAÏDE, Daniel. (2000b) Mundialização: nações, povos, etnias. In: LÖWY, Michel; BENSAÏDE, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã. p. 101-23.
- BIRMAN, Joel. (2001). *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. (2003). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- DEBORD, Guy. (1972). *A sociedade do espetáculo*. Lisboa: Afrodite.
- EAGLETON, Terry. (1997). *Ideologia*. São Paulo: Unesp/Boitempo.
- EDELMAN, Murray. (1977). *Political language*. Words that succeed and policies that fail. New York: Academic Press.
- GRAMSCI, Antonio. (1978). *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HANCHARD, Michael George. (2001). *Orfeu e o poder*. Movimento negro no Rio e em São Paulo. Rio de Janeiro: Eduerj.
- HORKHEIMER, Max. (1980). Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter; ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max; HABERMAS, Jürgen. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural. (Os pensadores). pg. 117-54.
- KAMEL, Ali. Não ao estatuto racial. *O Globo*, 29.11.2005, p. 7 (Opinião).
- LÖWY, Michel. (2000). Barbárie e modernidade no século XX. In: LÖWY, Michel; BENSAÏDE, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã. p. 46-56.
- LÖWY, Michel. (2001). O sonho naufragado: a Revolução de Outubro e a questão nacional. *Lutas Sociais*, n. 7, p. 131-41.
- MARINHO, Antonio; CEZIMBRA, Marcia. (2004). O poder negro. *O Globo Revista*, ano 1, n. 16, 14 de novembro, p. 24-31. (suplemento dominical de O Globo).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Crítica da filosofia alemã mais recente. Lisboa: Editorial Presença/São Paulo: Martins Fontes, [1975].
- MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio. *O Globo*, 06.07.2006, p. 7 (Opinião).
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (1992). *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. Campinas: Ed. Unicamp.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. (1990). Il n'y a de cause que de ce qui cloche. In: MALDIDIER, Denise (org.). *L'inquietude du discours. Textes de Michel Pêcheux*. Paris: Éditions des Cendres. p. 261-72.
- POLITZER, Georges. (1978). Raça, nação, povo. In: POLITZER, Georges. *A filosofia e os mitos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 63-76.
- SANTOS, Ivanir dos. Ação afirmativa, atitude positiva. In: LEMOS, Maria Teresa Toribio B., LAURIA, Ronaldo Martins, DANTAS, Aléxis T. *Povos e culturas das Américas*. Política, cultura, etnicidade. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 69-73. (III Fórum de Debates).
- SOUZA, Pedro de. (2000). Reciclagem do corpo, rasgo de negritude no sistema branco de beleza. *RUA*, n. 6: 67-80.
- UEMORI, Celso Noburu. (2004). Escravidão, nacionalidade e "mestiços políticos". *Lutas Sociais*, n. 11/12, p. 85-97.
- VILA, Martinho. (2004). Papo com Zumbi. *O Dia*, caderno 1, 20 de novembro, p. 10.
- WEBER, Demétrio; MADUELL, Itala. Especialistas voltam a criticar cotas. *O Globo*, 06.07.2006, p. 13 (O país).
- ZARUR, George de Cerqueira Leite. Aprendizes de feitiçeiro. *O Globo*, 11.05.2006, p. 7 (Opinião).

Luiz C. Borges é pesquisador do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast/MCT)

cborges@mast.br

LEIA Humanidades



Uma revista de idéias, comprometida com o saber e com o diálogo permanente do pensamento humanístico

PEÇA O SEU EXEMPLAR

(61) 3035 4200

segunda leitura



Pequenos jornaleiros, 1958

Segunda Leitura é uma sessão que reedita artigos já publicados em números anteriores da revista *Humanidades*. O artigo “Culturas regionais, minorias étnicas e os meios de comunicação”, do jornalista Washington Novaes, foi publicado no Vol. 7, nº 3, 1991

Culturas regionais, minorias étnicas e os meios de comunicação

WASHINGTON NOVAES

Nações indígenas, com suas culturas riquíssimas, desapareceram. Outras tantas estão se extinguindo. Ainda outras lutam desesperadamente para sobreviver. Culturas quilombolas e pantaneiras também. Para impedir o massacre da despersonalização é preciso avançar na área da comunicação, sem a qual não haverá proteção para minorias étnicas e culturas regionais.

Vou começar relembrando as palavras de um dirigente da Unesco em relação a minorias étnicas africanas, mas que são igualmente válidas para o Brasil. Na África, dizia ele, naquelas culturas sem linguagem escrita, toda vez que morre um velho, é como se pegasse fogo numa biblioteca.

É preciso começar por esse enfoque, porque ele vai mostrar a necessidade de incluir uma terceira vertente junto aos temas dos quais vamos tratar: é o

da comunicação, principalmente da comunicação de massa, no nosso país, e mais especificamente a comunicação de massa diante das minorias étnicas e das culturas regionais.

Há dois anos e meio, morreu no Alto Xingu, na aldeia Waurá, o chefe Malakuyawá. Em minha vida de jornalista, ao longo de mais de trinta anos, conheci muita gente – presidentes e ditadores, reis e imperadores, artistas e intelectuais, políticos e economistas, líderes religiosos,

papas, salvadores da pátria. Gente simples, do povo, como seu Pedro do igarapé do Pindá, no Amazonas, que se orgulhava, aos 55 anos de idade, de nunca haver tido patrão. Como seu Zé, meeiro de arroz no interior de São Paulo, que descobrira na sua própria carne que nossa sociedade pune com internamento em manicômios os que recusam suas regras, principalmente as do trabalho. Gente como dona Rosa, que preservava quase sozinha as lindas canções do seu povo, os

Maué, que falam da batata, do beija-flor e da amizade. Pessoas como o chefe maué de Molongotuba, no rio Andirá, que em pouco mais de uma hora mostrou como pode ser sofisticada uma sociedade fundada na democracia do consenso – ainda que os cidadãos pareçam pobres e desdentados. Pessoas como Paru, o sábio chefe Iawalapiti, capaz de sair de sua aldeia e ajudar dia após dia um branco desconhecido, por achar que ele vai fazer um trabalho bom para seu povo.

Muita gente, muita riqueza de espírito.

Síntese da cultura

Mas ninguém me tocou mais fundo que o chefe Malakuyawá. E, no entanto, era um homem de pouquíssimas palavras, nenhum desejo de impressionar quem quer que fosse, muito menos um *caraíba* recém-chegado.

Nunca vi um gesto gentil que ele não retribuísse de imediato com outra gentileza – uma penca de bananas, um tucunaré saído da água, guizos de caroços de pequi, um cocar, abrigo em sua casa.

A cultura popular – como já observou um dos grandes pensadores do nosso tempo, o basco Júlio Baroja – não é apenas o nosso passado; ela é também o nosso futuro, a nossa possibilidade de futuro.

Nunca o vi usar um gesto se bastasse um olhar, uma palavra se bastasse um gesto. Preciso, íntegro.

Ele era síntese da cultura, da tradição, da experiência do seu povo. Preparara-se para isso durante toda a sua vida, desde pequeno, ao lado de seu pai, chefe como ele – e é por isso que a sucessão é hereditária em grande parte das nações indígenas: a chefia exige uma preparação, uma experiência, um conhecimento, inclusive do sagrado, que só a proximidade permanente de outra experiência pode dar.

Malakuyawá é que conhecia a história imediata e mitológica de seu povo. Ele é que tinha, mais que qualquer outro, o conhecimento milenar da floresta e das águas. Ele é que sabia as palavras sagradas e podia transitar sem embargo no mundo dos espíritos – era também pajé-grande. Ele podia dizer por que seus antepassados haviam escolhido viver sob a democracia do consenso, onde ninguém delega poder a ninguém, todos são livres e iguais. Ele é que sabia ser chefe, sem necessidade de poder. Por isso, podia mediar e aconselhar conflitos.

Malakuyawá exercia como um mestre – um mestre dos mestres – esse que é um dos fundamentos da maior parte das sociedades indígenas: a chefia sem poder.

Na imensa maioria dessas sociedades, não há delegação de poder. Os indivíduos não dele-

gam poder a ninguém. Por isso, o chefe não manda, não pode dar ordens. É respeitado porque detém o conhecimento, a experiência, a tradição do seu povo.

Um segundo fundamento é a propriedade coletiva da terra. Todos têm a sua roça, a sua casa, mas ninguém é dono da terra, patrimônio coletivo.

O terceiro fundamento é a informação aberta: o que um sabe, todos podem saber. Ninguém se apropria da informação para transformá-la em poder político ou econômico – pelo menos enquanto essas sociedades vivem fechadas em sua própria cultura.

E se é assim, se não há propriedade privada da terra; se ninguém se apropria da informação; e se ninguém delega poder e ninguém acumula poder, não pode haver repressão organizada; sem repressão organizada é impossível a dominação de um indivíduo ou de um grupo por outro indivíduo ou outro grupo – ainda mais que nessas sociedades não se produzem excedentes para comercializar e sequer circula dinheiro nas relações internas.

Então, nessas sociedades igualitárias, nessas democracias do consenso, os indivíduos são educados para ser livres e independentes, autônomos, auto-suficientes. Um índio sabe fazer tudo aquilo de que precisará na vida – sabe fazer roça e fazer casa, sabe fazer canoa,

arco-e-flecha, borduna, esteira, rede, adornos. Sabe caçar e pescar, conhece as espécies vegetais que o cercam, sabe medicar-se para tudo o que não seja doença de branco.

Nessas sociedades sofisticadas, homem não manda em mulher, pai não espanca filho, nem sequer grita com ele – porque o mando e a violência pressupõem um poder ali inexistente.

Malakuyawá era o ponto mais alto do conhecimento numa sociedade assim, a sociedade dos Waurá, talvez o povo mais preservado do Alto Xingu. E, no entanto, quando morreu, não saiu uma linha sequer em jornal ou na televisão. E era uma perda irreparável. Seus filhos, já às voltas com os brancos, sabiam muito menos que ele. Seus netos, menos ainda.

Quando Malakuyawá partiu para a viagem definitiva, em direção à aldeia dos ancestrais, foi de fato como se houvesse se incendiado uma grande, uma enorme biblioteca. E fez-se na aldeia um silêncio como se houvessem morrido dez pessoas – foi assim que um de seus netos falou.

Riqueza cultural

A riqueza cultural dos Waurá nos sugere a existência de vários brasis dentro do Brasil, nações que escapam à ditadura econômica e cultural do Sul-Sudeste, onde se forjaram as crises que nos su-



Índios Waurá tocando flauta Jakui, Alto Xingu/1961

focam. Nações que revelam uma vitalidade, uma alegria, uma inventividade de que poucos suspeitam. Nações como os Kuikuro e os Kalapalo, os Txukarramãe e os Juruna, os Yanomani e os Maué, os Desana e os Tikuna.

E ainda restarão inumeráveis outros brasis na Amazônia e no Centro-Oeste, que, juntos, representam 70 por cento do território brasileiro, ainda não devastados, ainda não irremediavelmente comprometidos. Brasis que exibem um extraordinário vigor na música, na dança, nas artes visuais, em todos os setores da criação. E tudo isso na hora em que só se fala no abismo que engole o Brasil.

O abismo é apenas a cegueira a que chegaram os supostos se-

nhores da cultura brasileira, entendida num sentido amplo, que engloba a política e a economia. Cegueira que, por sua vez, é fruto do fechamento e do isolamento cultural, da concentração do poder e da riqueza.

O Brasil, ao contrário do que pensam e dizem seus supostos senhores, continua grande, fértil e criativo. Só é preciso redescobri-lo. E reintegrá-lo.

O Centro-Oeste brasileiro, por exemplo, está prenhe de possibilidades. Talvez pelo fato de que ainda não desapareceram, ali, as formas populares, capazes de se contrapor ao jugo dos formatos esterilizantes da cultura de massa, que nos fazem crer que o ser humano se desinteressou do lugar em que vive, desinteressou-se

da vida, do sonho, da liberdade, da possibilidade de criar.

A cultura popular – como já observou um dos grandes pensadores do nosso tempo, o basco Júlio Baroja – não é apenas o nosso passado; ela é também o nosso futuro, a nossa possibilidade de futuro.

E não se fala aqui em cultura popular com a pretensão de pureza, de nicho intocado. Não. Até porque muito frequentemente a cultura popular incorpora outros saberes, mas transformados, tocados pela sua criatividade. Incorpora o saber das elites, o saber de culturas vizinhas, até distantes.

O imaginário e o real

A cultura popular brasileira, principalmente no Nordeste, fala muito em reis, príncipes e princesas, condes e viscondes. Incorpora até, às vezes, o saber científico, dá-lhe outra narrativa, transfigura, inclui uma pitada de mistério, outra de aventura. Toca esses saberes com sua criatividade.

O que importa de fato na cultura popular é a sua maior proximidade do concreto. Do real, sua capacidade de manter-se livre e criativa. Sua capacidade de conviver com outras formas culturais e até de incorporá-las, sem perder as suas qualidades específicas. Enfim, o seu caráter democrático, de convívio, em contraposição à cultura de massa, imposta de fora, pronta para ser digerida e

paga. E absolutamente incapaz de qualquer convivência: para sobreviver, tem de esmagar qualquer outra manifestação. A morte das culturas é a sua única possibilidade de vida.

A cultura popular perpassa toda a criação artística do Centro-Oeste e da Amazônia. Impregna de tal forma a criação desses 70 por cento do território brasileiro que redesperta a esperança de que ali se consiga, de fato, experimentar até novas formas civilizatórias, nesse continente não devastado.

Mas para caminhar nessa direção é preciso, de saída, afastar o temor de sermos considerados utópicos.

Se no arsenal atômico existem 15 toneladas de dinamite por habitante da Terra, a nossa sobrevivência como espécie já é uma utopia. Não vamos perder tempo.

Pensar e ousar

Utopia e sonho são expressões marcadas, na linguagem contemporânea, por uma conotação negativa, quando não vergonhosa. Como se o sonho e a utopia fossem defeitos, não desejáveis. Por quê?

Um dos historiadores que mais têm contribuído para o pensamento moderno diz, ao contrário, que um dos maiores suportes que tem encontrado para a interpretação de períodos históricos não aparece na historiografia: o dese-

jo, o inconsciente. E eles são tão concretos quanto uma pegada impressa numa pedra.

Talvez devêssemos retornar ao que os jovens disseram há 20 anos: vamos ousar o impossível. Sem querer o impossível, não chegaremos ao possível.

A primeira inspiração pode estar na palavra do embaixador Miguel Ozório de Almeida: “O pensamento tem de ser insubordinado”.

O pensamento não pode ser subordinado a nada, tem de ser livre, tem de voar acima de qualquer conveniência.

Temos de pensar novo. Criar exatamente esses novos formatos civilizatórios. Não estamos condenados a repetir os erros do Sul, do Sudeste ou de qualquer outra parte. Não estamos condenados a viver em lugares onde começamos perdendo o essencial: o som dos nossos passos, a nossa própria sombra. Nosso destino não precisa ser a vida empilhada em gavetas esfumadas, com ódio dos nossos vizinhos e disputando espaço com eles.

Podemos retomar trilhas perdidas. Mas com urgência, porque uma das características do nosso tempo é a aceleração da História – o que antes levava um século para acontecer, hoje acontece em dez anos, o que levava uma década, acontece em um ano.

Não há tempo a perder. A televisão está chegando às aldeias indígenas da ilha do Bananal, onde

Um dos historiadores que mais têm contribuído para o pensamento moderno diz que um dos maiores suportes que tem encontrado para a interpretação de períodos históricos não aparece na historiografia: o desejo, o inconsciente. E eles são tão concretos quanto uma pegada impressa numa pedra.

existe uma cultura riquíssima, mas que não é escrita, não se transmite pela escrita; uma cultura que luta desesperadamente para sobreviver há quase 400 anos em contato com a cultura branca.

São 390 anos. E nesses 390 anos por lá passaram bandeirantes, garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, missões religiosas, Expedição Brasil Central, hotel de turismo, base aérea. Tudo invadiu a vida dos Karajá. Mas se alguém chegar amanhã a uma aldeia dos Karajá, vai encontrá-los dançando aruanã, introduzindo os meninos na vida adulta no belo e sábio cerimonial do heto-hokan, cujo relato tanto impressionava o saudoso e extraordinário Hélio Pellegrino.

Sabedoria do mito

Hélio se declarava maravilhado com a profunda e arquetípica sabedoria do mito fundamental dos Karajá, que, na sua origem lendária, não eram homens, eram peixes. Aruanãs. Imortais. E viviam no fundo das águas. Mas como em todo mito

fundamental, havia uma interdição, uma proibição: jamais poderiam atravessar um buraco luminoso no fundo das águas.

Um dia, uma aruanã violou a interdição, atravessou o buraco e saiu, do outro lado, nas alvíssimas praias do rio Araguaia. Ficou maravilhado com a beleza, a riqueza, as cores, o esplendor da fauna e da flora.

Voltou e contou aos seus iguais. E eles foram todos, incorporados, pedir ao seu grande herói transformador, Kananciué, que lhes permitisse atravessar o buraco e viver nas praias do rio. Kananciué advertiu-os de que, para isso, eles teriam de deixar de ser aruanãs. E deixar de ser imortais.

Os Karajá escolheram a morte, por amor à beleza do rio Araguaia e de suas praias brancas.

Hélio Pellegrino dizia que não pode haver sabedoria maior que essa, “da aceitação da morte – para nascer como pessoa, como ser humano”.

Mas os Karajá vivem ameaçados de extinção. Ainda há poucas semanas, o governo do novo Estado de Tocantins, onde ficou a ilha do Bananal, anunciou a municipalização da ilha – que evidentemente implicaria a construção de prefeitura e repartições, rodovias e tudo o mais. Em meio a uma reserva indígena e a um parque nacional. Não fossem os protestos

ruidosos dos Karajá e o apoio de alguns grupos a tentativa se teria consumado.

Mas há outras ameaças. As hidrelétricas previstas para o Araguaia. Os grandes projetos de irrigação na margem direita do rio Javaés. A projetada hidrovía do Araguaia. E muito mais.

Como os Karajá, estão ameaçados os Xerente, que tiveram a infelicidade de ver sua reserva ficar ao lado da capital provisória do Tocantins. Os Kraó. Os Apinajé. Os Avá-Canoeiro, já tão poucos, tão tristes, que tiveram sua reserva invadida por garimpeiros.

Direitos violados

E que dizer dos Yanomami, de Roraima, com suas terras invadidas, seus direitos violados, e ainda insultados por um ministro de Estado que tem a obrigação constitucional de respeitá-los e protegê-los? Que dizer dos povos do Baixo Xingu, ameaçados pela arrogância cega e prepotente da tecnocracia da Eletronorte? Que dizer dos Tikuna massacrados. Da riqueza cultural dos Desana, tão desprezada? Dos pobres Uruweu-Wau-Wau, de Rondônia, permanentemente ameaçados pelos tacões das botas dos desbravadores inconscientes? De tantos outros povos da Amazônia?

Só neste século, mais de cem nações indígenas – cada uma

com sua cultura riquíssima – desapareceram, se extinguíram no Brasil. Às vezes, num espaço de duas décadas. E 150 outras culturas lutam desesperadamente para sobreviver.

Se sairmos da área indígena, vamos encontrar culturas como a dos Kalunga, no nordeste de Goiás descendentes de quilombos de escravos que se refugiaram no alto de uma serra e ali vivem isolados há 200 anos, quase sem contato com os brancos, falando uma mistura de português arcaico e palavras de latim, só se reunindo algumas vezes por ano, em festas religiosas. Pois essa preciosidade cultural, esse pedaço vivo da História do Brasil, vai ser sepultada pelas águas da barragem de outra hidrelétrica, de Foz do Bezerra. Como vão ser sepultadas partes das reservas dos Avá-Canoeiro e dos Xerente.

Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, vamos encontrar as culturas pantaneiras ameaçadas por tudo que ameaça a sobrevivência desse pedaço do paraíso que é o Pantanal.

Em Goiás, vamos encontrar culturas que ainda restam do ciclo do ouro, do couro – como restam na Amazônia as do ciclo da borracha – também atropeladas pelo avanço dito civilizatório. A passagem de culturas que vêm da agropecuária e ingressam diretamente na socie-

dade mecanizada e informatizada esmaga valores, subverte a ética, a moral, o modo de viver.

Então, antes que essas culturas tenham de adaptar-se e assumir formas quase subterrâneas para sobreviver, vamos aprender com elas. Vamos observá-las com um olhar curioso e desprovido de preconceitos. A ciência de hoje é a magia de ontem desprezada – já sabemos. Vamos buscar o conhecimento onde quer que ele esteja.

Se for assim, certamente vamos nos empenhar em impedir o massacre das culturas indígenas do Centro-Oeste e da Amazônia. Vamos impedir o desaparecimento dos Kalunga, das culturas pantaneiras, das culturas caboclas do ciclo do ouro, do ciclo do couro, do ciclo da borracha. Como é possível que nós, que vivemos bradando contra o totalitarismo do Estado e de grupos sociais, no capitalismo e no socialismo, não nos interessemos pela organização política de tantas nações indígenas nas quais não existe o poder institucionalizado? Mas, ao contrário do interesse e da solidariedade, o que estamos vendo é o avanço obscuro sobre as terras indígenas. A cobiça vergonhosa, despudorada, de mineradoras, madeireiras e outros inescrupulosos, que sempre encontram apoio na área institucional. Da mesma forma, esse infeliz projeto

Calha Norte, que está expondo ao contato com a cultura branca seu dinheiro, seus badulaques, algumas das poucas culturas indígenas preservadas no norte do país.

Pode-se, aqui, lembrar Edgar Morin: “Esta visão do homem senhor e possuidor da natureza deve ser tida como insensata. Não só porque não estamos no centro do mundo – e sim na sua periferia – como porque a tentativa de sermos senhores do nosso pequeno planeta faz de nós aprendizes de feiticeiros. É preciso renunciar ao projeto gengiskaniano de submeter e conquistar a natureza”.

Tarefa política

A tarefa que nos cabe hoje é repensar a nossa cidade, o nosso Estado, o nosso país, o nosso mundo. Convocar as forças que ainda não se renderam ao massacre da despersonalização para essa tarefa urgente. Dedicarmos à tarefa política de descobrir os lugares por onde passa a cultura popular, a organização popular, a fim de transformar os sonhos, as novas idéias, em projetos políticos. De acordo com a visão, os interesses, os desejos, a vontade do povo.

Mas nada disso se fará antes que sejamos capazes de mudar o nosso enfoque sobre a vida. Antes que sejamos capazes, como recomenda o Prêmio Nobel Ilya Prigogine, de uma *escuta poética da nature-*

za, nesse universo onde somos na verdade estrangeiros. Estrangeiros diante do mistério.

Pouco se fará também antes que sejamos capazes de admitir que a informação é um bem que pertence à sociedade, e não a indivíduos, porque a igualdade na possibilidade de acesso à informação é um dos pressupostos de uma sociedade democrática. Informação é poder. Só pode haver democracia verdadeira se todos os indivíduos, todos os cidadãos, tiverem igual oportunidade de acesso à informação. Não é acaso que a primeira providência de toda ditadura seja estabelecer a censura da comunicação. Suprimindo informações privilegiadas, é que se criam privilégios materiais. É da censura que nascem o poder e a riqueza ilegítimos.

Se é assim, precisamos começar imediatamente uma luta para inscrever no plano institucional, na Constituição mesmo, esse princípio, de que a informação pertence à sociedade. Porque só assim será possível legislar, depois, para proteger esse direito – hoje, absolutamente desprotegido no Brasil. A nova Constituição brasileira, infelizmente, não avançou quase nada na área da comunicação. E sem avanços decisivos aí, não haverá proteção para minorias étnicas e culturas regionais.

Talvez um dos poucos avanços possíveis imediatamente seja exigir a regulamentação do dispositivo constitucional que determina, no

artigo 221, inciso III, a *regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei*. Por aí se poderá conseguir algum alívio no massacre da comunicação de massa.

Democracia na comunicação

Mas não tenhamos dúvida: o avanço democrático no Brasil, a transição completa para uma democracia verdadeira, está na dependência direta de uma reformulação profunda na comunicação, que permita à sociedade exercer o direito que é seu e que hoje está indevidamente apropriado.

Se essa transformação não acontecer, se a sociedade como um todo não ganhar formas de expressão real nos meios de comunicação, não haverá como sustentar o avanço da democracia.

Principalmente se os desposuídos da sorte não ganharem espaço nos meios de comunicação, com certeza viveremos dias muito difíceis. Seria ilusório pensar que os miseráveis da terra continuarão a conviver pacificamente com os cidadãos de primeira classe, seja qual for o regime. Os sinais de que não será assim já estão bem claros diante de nós.

Cada um de nós tem uma contribuição a dar para que a trilha da democracia não seja abandonada. Tenhamos urgência.

Lembrando, talvez, como o escritor Henry Miller, que a sociedade do futuro não será ape-

Informação é poder. Só pode haver democracia verdadeira se todos os indivíduos, todos os cidadãos, tiverem igual oportunidade de acesso à informação.

nas mais uma civilização – será a síntese de todas as formas civilizatórias experimentadas pelo ser humano em sua longa, acidentada e dolorosa trajetória sobre a face da Terra.

Nessa nova civilização. Talvez a máquina desapareça – mas não antes que o ser humano descubra a natureza do mistério que o liga à sua criação, diz Miller. As instituições, como as conhecemos hoje, talvez se tenham transmudado em outras formas. E os povos fluirão livremente pelo nosso planeta.

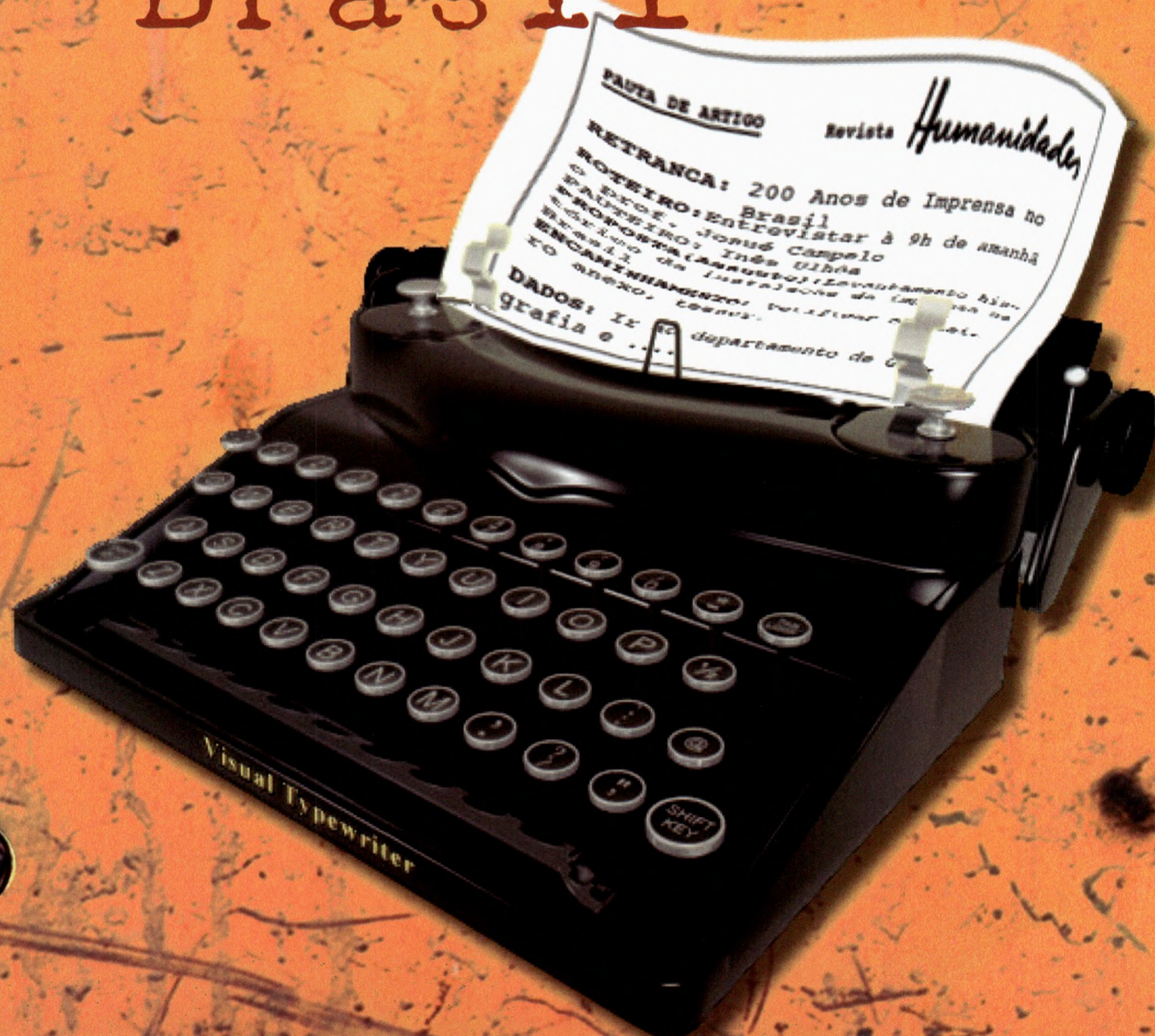
O pensamento de Miller é a utopia, com certeza. É o sonho. Mas o nosso tempo nos coloca progressivamente diante de alternativas radicais. A utopia, o sonho ou o quê?

Todo pensamento novo embarca em uma aventura em que o risco de morrer está presente a cada passo. Mas esse é o preço. *

Washington Novaes é jornalista, produtor independente de televisão.
wlnovaes@uol.com.br

Dossiê

200 anos de imprensa no Brasil



Imprensa, jornalismo e pós-jornalismo

LUIZ MARTINS DA SILVA

E o próximo século?

Esta passou a ser uma pergunta instigante sobre o papel da imprensa no mundo, no momento em que se discute em todo o Planeta qual o futuro não só dos jornais, mas de toda a mídia ainda sobre átomos, aquela que ainda tem no papel o seu principal suporte.

Há quem profetize que o processo de atualização permanente das informações exigirá a migração quase absoluta das comunicações para os meios *on bytes*. O papel e outras plataformas 'moleculares' virariam curiosidade de museus, se bem que eles já são capazes de se democratizar por meio da digitalização de conteúdos. O internauta poderá 'baixar' parte dos acervos e não somente 'ter' para si a Mona Lisa como distribuí-la para uma lista de amigos.

No Brasil, entretanto, as reflexões sobre os 200 anos da nossa imprensa focaram mais o passado, por sinal, cheio de revelações. E o passado é sempre a base mais firme para a projeção do futuro. Que futuro? Certamente, o futuro de um projeto de país, nação, povo, sociedade e identidade e, para tudo isso, qual o papel da imprensa.

A quantidade e a qualidade de matérias, reportagens, documentários, livros e reconstituições da chegada ao Brasil da Família Real e com ela a Imprensa Régia, ilustraram bem o quanto conhecemos pouco da nossa história, muito jovem se contextualizada na cronologia universal. Em 1690, o alemão Tobias Peucer já havia apresentado na Universidade de Leipzig, Alemanha, uma tese doutoral sobre as *relações e relatos de novidades*, trabalho hoje reconhecido como a primeira pesquisa que teve o jornalismo como objeto teórico.

Tal como ocorre em relação aos fenômenos da cultura de massa – ou indústria cultural – o jornalismo também conta com os blocos dos *apocalípticos* e os *integrados* (Umberto Eco). Há os que negam a existência de um jornalismo autêntico, fiel aos princípios éticos, e

há igualmente uma vasta literatura *integrada* a propósito da afirmação da "imprensa livre" como condição *sine qua non* para o exercício da cidadania nas sociedades emancipadas.

Olhando para esses dois séculos de imprensa no Brasil, podemos identificar três vias distintas desse processo, ainda longe do seu amadurecimento. A via técnica, que evolui da tipografia para o webjornalismo (com uma vastidão de fontes que compõem a tipografia digital). A via mercantil, que evolui dos primórdios de uma esfera pública burguesa a uma indústria cultural que, hoje, movimenta mais de 30 bilhões de reais (quase a metade em publicidade) e a via democrática, para a qual nos permitimos identificar três subdivisões: a) o protojornalismo; b) o jornalismo; e c) o pós-jornalismo.

Caracterizaria o **protojornalismo** aquela imprensa nascente, a serviço do Estado (do Reino) e submetida à censura, tanto política, quanto religiosa. Caracterizaria o **jornalismo**, todo um conjunto de fatos e ações em prol da viabilização de uma imprensa independente (do poder e do mercado) e com um papel a desempenhar na sociedade e na democracia, seja o clássico Quarto Poder, seja a imprensa como instituição e espaço público destinado à circulação livre de informações e idéias plurais. Nem é preciso dizer que essa segunda etapa ainda está por amadurecer. E, finalmente, o **pós-jornalismo**, que já desponta no horizonte e que caracterizaria o jornalismo que pretende ir além da obrigação técnica e ética da informação idônea, equilibrada e responsável. Seria a imprensa engajada, mas, desta vez, não o engajamento político-partidário-ideológico, mas o engajamento para com o ser humano e seus aspectos multifacetados: pessoa, cidadão, contribuinte, consumidor e cliente. Seria o jornalismo engajado com as causas sociais, com as campanhas públicas e com uma sociedade justa e ecologicamente correta.

Que venha o próximo século. *

Luiz Martins da Silva é professor da Faculdade de Comunicação da UnB. Fez parte da coordenação deste dossiê.
silvalmd@unb.br

Origem e desenvolvimento da imprensa brasileira no século 19

LAVINA MADEIRA RIBEIRO

Dois séculos de história. No início, sem jornal, o acesso a notícias era para poucos. As autoridades, cientes do poder da informação, mantinham-na sob controle. Hipólito da Costa fura o bloqueio oficial e publica no exterior o Correio Braziliense, ancorado nas premissas da liberdade de imprensa.

Os dois primeiros e atípicos fenômenos característicos do surgimento da imprensa no Brasil são representativos do recente convívio de duas ordens distintas de concepção do exercício da vontade política: a que a corporifica no monarca e a que atribui aos indivíduos privados a competência de legitimação e controle desses instrumentos. Entende-se, assim, porque o primeiro jornal impresso em solo brasileiro, à exceção de algumas tentativas frustradas e de esparsos jornais manuscritos, foi implantado a partir do decreto real de 13 de maio de 1808, que autorizava a criação da Imprensa Régia no Brasil.¹

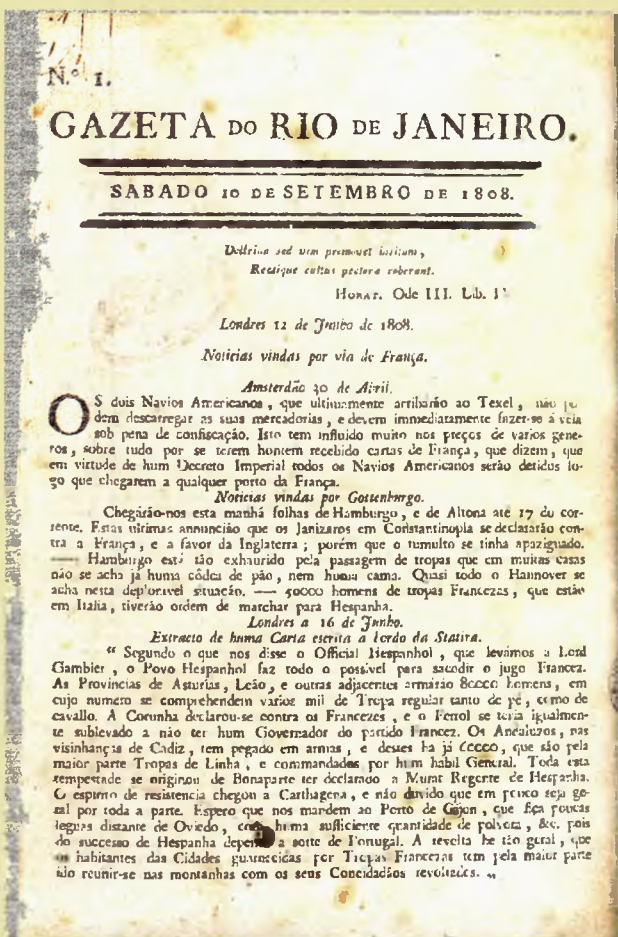
Ao mesmo tempo que se inaugurava oficialmente a implantação dessa imprensa “nativa”,

denominada *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo primeiro número data de 10 de setembro de 1808, já circulavam no Brasil os primeiros exemplares do jornal *Correio Braziliense*, editado em Londres em junho do mesmo ano pelo brasileiro Hipólito da Costa, cujas páginas conclamavam os leitores a abrirem suas portas ao esclarecimento, às luzes do conhecimento e às lutas que engendram contra o “*labyrintho da apathia, da ineptia, e do engano*”.²

A fuga da corte portuguesa para o Brasil, em novembro de 1807, decorrente da invasão francesa, criou uma situação inesperada para o país ao torná-lo, subitamente, a sede da monarquia portuguesa e, mais do que isso, ao expô-lo diretamente aos circui-

tos das práticas econômicas e das idéias políticas e culturais predominantes nas sociedades européias.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi apenas mais uma entre as deliberações tomadas por d. João VI no sentido amplo de “implantar” no Brasil as instituições executivas, jurídicas, militares, diplomáticas e culturais necessárias ao funcionamento da monarquia no país. Seu lançamento, no mesmo ano de chegada da Corte, deve-se, em parte, a fatores fortuitos como, por exemplo, à atitude pessoal do conde da Barca de, na pressa da fuga, mandar embarcar os prelos recém-adquiridos em Londres com a finalidade de servirem à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Quando desembarcados no Brasil, d. João VI, em 13 de maio de 1808, manteve-os ainda sob o controle desta Secretaria,



Primeiro número do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, implantado por decreto real

A *Gazeta* não pode ser considerada como uma prática jornalística genuinamente brasileira. Ela era uma estrangeira, à medida que não abrangia os fatos da realidade local e se dirigia, sobretudo, aos integrantes da corte portuguesa recém-instalada no país. Seu ponto de vista era o da fala monárquica.

destinando-os à impressão de seus atos legislativos e diplomáticos e também, de “todas e quaisquer outras obras”,³ entre elas, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A *Gazeta* pertencia à Secretaria e era redigida por seus oficiais. Nas suas quatro a oito páginas bissemanais, durante os quatorze anos em que circulou, foram impressas notícias do estrangeiro, da família real, atos do governo e muitos anúncios. Apesar de declarar, logo no primeiro número, que não era uma publicação oficial do governo, nada a impelia a deixar de sê-la. Tanto as edições feitas pela Impressão Régia – também dirigida por prestigiados membros da corte portuguesa – como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, além do fato de serem administradas por membros do Estado português, eram ainda submetidas aos seus censores. A tipografia real e a *Gazeta* foram, na verdade, os órgãos precursores da imprensa oficial de todas as formas posteriores de governo do país. Assim como a Impressão Régia, em 1821, passou a denominar-se Imprensa Nacional, a *Gazeta do Rio de Janeiro* desapareceu a 31 de dezembro de 1823 para ressurgir, a 2 de janeiro de 1824, como *Diário do Governo* – assumidamente um órgão oficial estampando inclusive as armas imperiais brasileiras.⁴

A serviço da corte

A *Gazeta* não pode ser considerada como uma prática jornalística genuinamente brasileira. Ela era uma estrangeira, à medida que não abrangia os fatos da realidade local e se dirigia, sobretudo, aos integrantes da corte portuguesa recém-instalada no país. Seu ponto de vista era o da fala monárquica. Ela satisfazia, por um lado, as



A criação da *Gazeta do Rio de Janeiro* foi deliberada por d. João VI

demandas dessa fala de dar conhecimento a toda a corte e afins de seus atos oficiais e, por outro, às expectativas dessa corte de não perder o desenlace de assuntos palacianos e internacionais a que foi provisoriamente coagida a submeter-se de forma tão radical.

Já o *Correio Braziliense*, ou *Armazém Literário*, como também era denominado por Hipólito da Costa, apesar de impresso em Londres, pode ser justamente considerado, neste período de permanência da corte no Brasil, como o fez C. Rizzini, “o nosso único jornal informativo, doutrinário e pugnaz”.⁵

Hipólito nasceu no sul do país, às margens do Prata, estudou leis e filosofia em Coimbra e, em 1798, embarcou para o México e Filadélfia, onde encontrou as bases do seu discurso jornalístico liberal e progressista e o apoio maçônico para seus empreendimentos pessoais.⁶ Esse apoio o levou a ser preso pela polícia portuguesa entre os anos de 1802 e 1805, quando foi para a Inglaterra e lá conseguiu estabelecer-se sob a proteção

do duque de Sussex, chefe da maçonaria inglesa e irmão do príncipe regente da Grã-Bretanha.

O *Correio Braziliense* era um periódico mensal relativamente caro para o poder aquisitivo das populações urbanas livres da época, chegando ao Brasil, por vezes, com três ou quatro meses de atraso,⁷ mas que compensava esses entraves com o grande número de páginas impressas e a novidade de um discurso fundamentalmente informativo, analítico e opinativo. Foi o primeiro periódico a discutir publicamente questões até então particulares do Estado português, ancorado, em certa medida, nas premissas da liberdade de expressão e da igualdade.

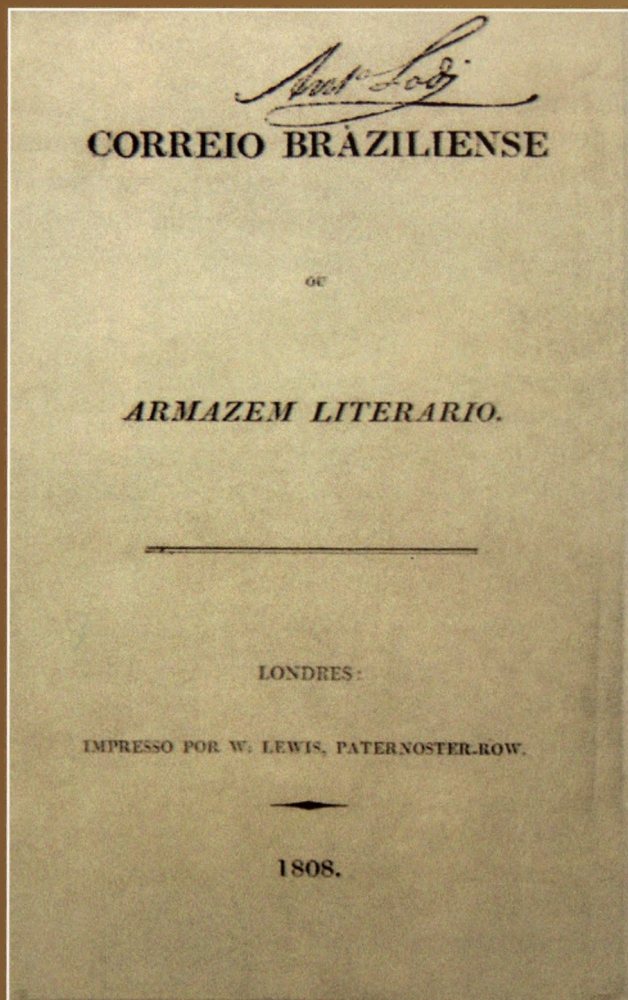
Inspiração iluminista

O estudo deste periódico permite constatar que ele difundiu muitos dos princípios de formação da esfera pública política brasileira, de inspiração iluminista e liberal. Surpreendem também os elementos estruturais da publicação, que antecipam em seis a sete décadas um padrão de jornalismo, por um lado, com ambições financeiras e empresariais e, por outro, com o desenvolvimento de gêneros não apenas opinativos, mas também informativos, publicitários e uma diversidade considerável de práticas editoriais no campo político e também no cultural (artístico, científico e filosófico).

Hipólito da Costa deu ampla cobertura às guerras napoleônicas, à ocupação francesa em Portugal, às negociações diplomáticas que se seguiram ao declínio do império napoleônico e acompanhou, durante doze anos, o curso das revoluções das colônias espanholas na América e a política de fronteiras entre Portugal e Espanha. Hipólito da Costa defendia reformas que garantissem a liberdade de funcionamento das instituições civis. Era favorável à monarquia constitucional, à divisão e autonomia dos poderes, à supremacia das leis sobre a face despótica do Estado e à presença das camadas esclarecidas nas decisões, estruturas e negócios deste.



Hipólito da Costa conclamava os leitores do *Correio Braziliense* a abrirem suas portas ao esclarecimento



Outro âmbito do seu noticiário concerniu às questões relativas à política econômica portuguesa no Brasil. Apoiou o livre-comércio, a abertura de mercados, o fim dos monopólios. Criticou a falta de manufaturas, de vias de transporte e de comunicações. Propôs políticas agrícolas e novas técnicas de cultivo e pecuária, acompanhou a evolução dos preços dos produtos brasileiros no mercado externo e criticou duramente a política fiscal portuguesa.

Há uma forte sintonia do ideário do jornal com a formação cultural e política das camadas que, apesar de desmobilizadas, integrariam as futuras esferas do debate político em Portugal e no Brasil;

parte delas familiarizadas com o iluminismo e a par do movimento revolucionário francês e de independência das colônias americanas.

Prática sedutora

O liberalismo da Carta de 1824 se estendeu à imprensa, desde cedo legitimada como instrumento indispensável da prática política, mas como agente nobilitado a serviço do processo de construção do Estado brasileiro, dado que ele foi conduzido, principalmente, por elementos oriundos da aristocracia rural, dos quadros estatais, das profissões liberais e do clérigo. Esses integrantes ativos do es-

paço público político elevaram a imprensa à condição de agente responsável pela projeção de partidos, movimentos, grupos e, até mesmo, de certos indivíduos em particular. Como afirmou Fernando de Azevedo, “era pelo jornal que se iniciava ou se fortalecia a carreira política e raros foram os homens públicos que conseguiram subtrair-se à sedução do jornalismo”.⁸

Essa confusão de fronteiras entre jornalismo e parlamento cresceu em função da atuação simultânea dos integrantes da esfera política nesses dois espaços. Na imprensa do Brasil imperial, os jornais mantiveram um profundo envolvimento com o processo de solidificação das instituições políticas e econômicas brasileiras. O texto jornalístico dominante no período imperial era de natureza político-partidária, mais ou menos explicitamente vinculado aos grupos liberal ou conservador. Esses legitimam o discurso jornalístico, atribuindo-lhe faculdades educativas, moralistas e um engajamento à causa nacional feito de um idealismo evolucionista e iluminista. Associavam à retórica oriunda do ambiente parlamentar, os critérios analíticos das emergentes ciências históricas e naturais e os atributos formais da imprensa como suposto lugar de convergência entre opinião e verdade.

A vertente panfletária manteve-se em torno de causas específicas e de jornalistas sustentados numa posição aparentemente intermediária entre sociedade e Estado. Alguns panfletaristas vinculavam-se a grupos políticos, mantendo, entretanto, uma margem de identidade própria.

A partir de meados do século 19, surgiram jornais fora do circuito político-partidário. Seus redatores não se confundiam com a elite política de origem rural. Apesar do privilégio ao temário político, vislumbra-se uma distinção institucional da prática jornalística em uma imprensa que se desenvolvia sustentada por recursos materiais próprios e por políticas editoriais internamente definidas. O que unifica o jornalismo do período imperial, em grande medida, é o esforço de pensar o país em sua totalidade.

Nomes como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva são exemplos desse empenho missionário de edificar a identidade nacional, num procedimento de auto-esclarecimento político global publicamente manifesto.

Imprensa como sacerdócio

O confronto deste padrão de discurso politicamente engajado com os novos formatos emergentes nas décadas de 1960 e 1970 se expressa na experiência jornalística de Ruy Barbosa. Defensor da imprensa como sacerdócio, foi-lhe particularmente penoso conviver, no início do período republicano, com o declínio do jornalismo de grandes causas, que já não correspondia às expectativas de debates sobre problemas mais imediatos da vida urbana. Foi-lhe também inaceitável admitir uma política editorial comandada por profissionais sem laços de deferência com os grandes feitos do jornalismo político do período imperial. Ruy Barbosa sentiu-se, ao fim de sua carreira, deslocado ao dividir espaço com gêneros informativos e publicitários, organizados numa paginação sustentada por manchetes chamativas, ilustrações e outros recursos voltados para a atração do público.

É importante ressaltar essa “experiência negativa” de Ruy Barbosa como fator demonstrativo da maturação de mudanças iniciadas já nas últimas décadas do século 19. Com a emergência e expansão de uma plural e movimentada esfera pública literária e artística na cidade do Rio de Janeiro,

O Correio Braziliense era um periódico mensal relativamente caro para o poder aquisitivo das populações urbanas livres da época, chegando ao Brasil até com quatro meses de atraso, mas compensava esses entraves com a novidade de um discurso informativo, analítico e opinativo. Foi o primeiro periódico a discutir publicamente questões até então particulares do Estado português, ancorado, em certa medida, nas premissas da liberdade de expressão e da igualdade.

A imprensa descobre, no início do século 20, o cidadão comum, seus desafios e passa a dialogar, em novos gêneros, com ele. Como exemplo marcante desse procedimento, chamou-se para primeiro plano o jornalismo praticado por João do Rio. Por seu intermédio é traçado o curso do profundo relacionamento entre imprensa, literatura e sociedade.

principalmente a partir de 1880, tem-se um quadro novo de formas jornalísticas derivado, em grande medida, da experimentação dessa pluralidade de discursos e práticas gerados nesse novo e moderno ambiente urbano.

Observa-se que o Estado republicano brasileiro reproduziu um modelo liberal de estruturação, propriedade e funcionamento da comunicação que, ao omitir-se de criar mecanismos asseguradores da representatividade política e cultural da sociedade, delega a ela a responsabilidade de gerenciar seu direito público à informação.

A extrema flexibilidade estatal quanto à atuação da imprensa, inspirada, a partir de então, no modelo norte-americano de empresariamento da prática jornalística, propiciou, no caso brasileiro, o surgimento de novas configurações relativamente autônomas na construção do perfil editorial de suas incursões públicas. Tal liberdade, entretanto, traduziu-se em tomadas de posição, que, apesar de internas à imprensa, não se desvincularam totalmente dos elementos herdados da tradição jornalística do período imperial, criaram alianças de novo tipo com o Estado e mantiveram, em grande medida, a supremacia do discurso político autorizado, como forma particular de tutela da “opinião pública”.

O que particularmente configura o dado novo nessa imprensa informativa e comercial em expansão é a descoberta da cidade, da vida urbana, de suas vicissitudes e regras de auto-reflexividade. Esse olhar que sai do horizonte abstrato das grandes metas nacionais para as causas imediatas da urbanidade carioca é revelador dos novos perímetros da discursividade pública.

A imprensa descobre, no início do século 20, o cidadão comum, seus desafios e passa a dialogar, em novos gêneros, com ele. Como exemplo marcante desse procedimento, chamou-se para primeiro plano o jornalismo praticado por João do Rio. Por seu intermédio é traçado o curso do profundo relacionamento entre imprensa, literatura e sociedade. Nele, as duas primeiras esferas alcançam o momento culminante de uma interação que, por aproximadamente quatro décadas, sustentou o avanço institucional de ambas. ✱

Notas

- 1 A Impressão Régia foi instituída em Portugal, em 1768, por decisão do marquês de Pombal. Conforme RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1880 - 1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. Ed. Fac. Similar. SP, Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- 2 Trecho da “Introdução” do primeiro exemplar do *Correio Brasileiro*, escrita por Hipólito da Costa, em junho de 1808. Reprodução feita por AQUILES, Aristeu. *Os jornais da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.
- 3 Esta é uma citação de um trecho do decreto real de 13 de maio de 1808, que cria a Impressão Régia e autoriza outras publicações no país, na íntegra, diz d. João VI: “Tendo-me constado, que os prelos que se acham nesta capital, eram destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo à necessidade que há da officina de impressão neste meus Estados: sou servido que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Régia onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas e quaisquer outras obras; ficando internamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria”. Decreto citado em VERÍSSIMO, José. *Livro do Centenário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- 4 A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi transformada, sucessivamente, em *Diário do Governo*, *Diário Fluminense*, *Correio Oficial*, *Gazeta Oficial do Brasil* até o atual *Diário Oficial da República*. Consultar BESSA, Alberto. *O jornalismo - esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até os nossos dias*. Lisboa: Livraria Editora Viúva

Tavares Cardoso, 1904, p.239. Também PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952, p. 29. A Impressão Régia, segundo Oliveira Belo, "conservou este título por poucos annos, sendo denominada, em documentos officiaes, Régia Officina Typographica, Imprensa Régia, Imprensa Nacional, Typographia Nacional e, de novo, Imprensa Nacional". BELLO, Oliveira. *Imprensa Nacional (1808-1908) - apontamentos históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.20.

5 RIZZINI, Carlos. Op. cit., p. 341.

6 Sobre as impressões de Hipólito da Costa em sua viagem aos Estados Unidos, ler PEREIRA, Hipólito da Costa. *Diário da minha viagem para a Filadélfia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1955.

7 De acordo com RIZZINI, "começou o *Correio* a ser publicado em junho de 1808, na oficina de W. Lewis, e continuou pontualmente todos os meses, até dezembro de 1822, num total de 175 números, de 72 a 140 e mais páginas in - 8º (o de agosto de 1812 tinha 236 páginas), perfazendo 29 volumes.(...) Custava o exemplar no Rio de Janeiro, ao tempo da Independência, a exorbitância de 1\$ 280 (o porte ficava em 110 réis, mais ou menos), segundo anunciava o negociante J. J. Dodsworth". Em RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957, p. 19.

7 AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 4a. ed., Brasília, Ed. UnB, 1963, p. 283.

Lavina Madeira Ribeiro é professora adjunta na Faculdade de Comunicação da UnB. É autora do livro *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil 1808 – 1964*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

lavinamadeira@yahoo.com.br

Leia Humanidades

Uma revista de idéias

Mídia e poder no Brasil depois de 1930

VENÍCIO A. DE LIMA

As relações da imprensa com o Estado brasileiro e, portanto, com o poder político, sempre foram estreitas, desde que os jornais começaram a ser publicados no país em 1808 e ao longo de toda a Colônia, do Império e da República.

O Estado foi uma das principais – ou a principal – fontes de recursos dos jornais, por financiamento direto ou pela publicidade oficial ou pelo controle das quotas de papel, isenções fiscais e subsídios diversos. Os jornais também foram espaços privilegiados da disputa política intra-elites e, na verdade, havia pouca diferença entre políticos e jornalistas. Muitas vezes a mesma pessoa apresentava e defendia posições ou atacava publicamente os adversários.

Excluída a excepcionalidade dos anos do Estado Novo (1937-1945), que atingiu tanto a imprensa quanto o rádio, nem mesmo as mudanças provocadas pelas “reformas modernizadoras” do jornalismo na década de 1950 alteraram as relações entre jornais e Estado, decisivas, inclusive, para a concentração da propriedade que ocorre a partir desse período. Estado e imprensa conviviam em situação de interdependência. Somente com a

formação de grandes conglomerados empresariais – já incluindo a televisão – e sua crescente centralidade nas sociedades contemporâneas, instala-se um equilíbrio precário na relação de poder com o Estado que, mais recentemente, tem pendido para o lado da mídia.

O aparecimento do rádio inaugura o ciclo da chamada comunicação eletrônica de massa. Ao contrário dos jornais, que podiam resultar apenas de uma iniciativa individual, o rádio – porque precisava das ondas eletromagnéticas para sua propagação – nasceu legalmente como um serviço público, cuja exploração comercial era concedida pela União a empresas privadas.

A opção brasileira, no início da década de 1930, foi pelo “*trusteeship model*” já adotado nos Estados Unidos. Feita por decreto, sem qualquer debate ou participação do público. Note-se que, nesse mesmo período histórico, vários países



Última Hora e Tribuna da Imprensa, exemplos de interferência da mídia no processo político brasileiro

escolheram outros modelos para a sua radiodifusão. Por exemplo, ser explorada pelo próprio Estado, como na Inglaterra.

A regulamentação do rádio vai também servir de referência para a televisão, que surgiria cerca de vinte anos depois (1950) e só seria regulada no início da década de 1960.

Ao omitir qualquer norma que proibisse ou limitasse a propriedade cruzada dos meios – o controle, pelo mesmo grupo, no mesmo mercado, de jornais e de emissoras de rádio e/ou televisão –, a regulação dos serviços públicos de rádio e televisão permitiu que os principais grupos privados de mídia se consolidassem no país como grupos multimídia. Foi assim com os Diários e Emissoras Associados de Assis Chateaubriand, até a década de 1960, e as Organizações Globo, de Roberto Marinho, dos anos 1970 até hoje. E também tem sido assim com os grupos regionais associados aos principais grupos nacionais.

Torna-se, portanto, irrelevante a diferença entre mídia impressa e mídia eletrônica, do ponto de vista do grupo empresarial controlador.

Os grandes grupos de mídia – nacionais e regionais – são proprietários de jornais e/ou revistas e são também concessionários de emissoras de rádio e/ou televisão.

Dessa forma, apesar de 2008 marcar os 200 anos da *imprensa*, não é necessário se restringir apenas aos jornais para falar da histórica relação entre a mídia e o poder no Brasil.

Interferência no processo político

Uma relação preliminar das *interferências* da mídia no processo político brasileiro desde a redemocratização de 1945 teria que incluir, por exemplo, a disputa entre a *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e a *Última Hora*, de Samuel Wainer, que culminaria com o suicídio de Vargas, em 1954; ou a participação e o apoio que alguns grupos de mídia deram ao golpe de 1964 e a sua função de legitimadores do regime militar (1964-1985). Haveria de se registrar também o importante papel de organização da resistência democrática desempenhado pela chamada “imprensa alternativa” nos anos de chumbo da ditadura.

Não se poderia excluir ainda a tentativa de fraude nas eleições para governador do Rio de Janeiro, em 1982; a autocensura interna na cobertura jornalística da primeira greve de petroleiros, setor considerado de segurança nacional, em 1983; o boicote parcial à campanha para a realização das eleições diretas, em 1984; a campanha de difamação contra o ex-ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, em 1985; a ação coordenada na Constituinte de 1987/1988; o apoio a Fernando Collor de Mello expresso, sobretudo, na reedição do último debate entre os candidatos no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e, depois, o apoio tardio ao movimento pelo seu *impeachment*, em 1992; a campanha de difamação contra o então Ministro da Saúde, Alcení Guerra em 1991/1992; o apoio (mais ou menos explícito) à eleição e à reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998; o papel de “fiel da balança” na crise política de 2005-2006 e o desequilíbrio da cobertura jornalística das eleições presidenciais de 2006.

Selecionei, no entanto, outros casos exemplares de *interferência* direta da mídia no processo político, ocorridos após o período autoritário, no pleno funcionamento de nossa democracia representativa. Essa interferência pode acontecer pela ação direta da mídia ou ser provocada por alguém em posição de poder ou com a expectativa de assumi-lo. Incluí um caso recente para salientar o espaço cada vez maior que a internet está ocupando na disputa política: a interferência no Poder Legislativo por meio de um *blog* vinculado ao jornal *O Globo*.

São quatro casos em que fica clara não só a atuação de um ator engajado no processo político, mas, sobretudo, a relação de quase-subordinação dos agentes do Estado para com grupos privados de mídia.

CASO UM: A nomeação do Ministro da Fazenda em 1988

A Emenda Constitucional nº 1 de 1969, em vigor no final de 1987, início de 1988, determina no item VI de seu artigo 81 que “*compete privativamente ao Presidente da República: nomear e exonerar os Ministros de Estado*”. As nomeações e exonerações, claro, são feitas de comum acordo com os partidos

Ao omitir qualquer norma que proibisse ou limitasse a propriedade cruzada dos meios – o controle, pelo mesmo grupo, no mesmo mercado, de jornais e de emissoras de rádio e/ou televisão –, a regulação dos serviços públicos de rádio e televisão permitiu que os principais grupos privados de mídia se consolidassem no país como grupos multimídia. Foi assim com os Diários e Emissoras Associados de Assis Chateaubriand, até a década de 1960, e as Organizações Globo, de Roberto Marinho, dos anos 1970 até hoje.

políticos que dão sustentação ao governo e com as preferências do próprio presidente.

A entrevista do ex-ministro Máílson da Nóbrega, publicada na revista *Playboy*, de março, de 1999, sugere, todavia, que o presidente Sarney, em 1988, submeteu a nomeação do seu ministro da Fazenda à aprovação prévia de Roberto Marinho, proprietário das Organizações Globo.

As relações entre Roberto Marinho e o ex-presidente José Sarney, por óbvio, não se resumiam apenas à amizade. As emissoras de televisão da família Sarney – que controla a mídia no Maranhão – são também afiliadas da Rede Globo. Vale dizer, Roberto Marinho e José Sarney eram sócios em um mesmo negócio, a televisão.

Reproduzo abaixo trechos da entrevista:

Playboy: Mas, voltando na história, que traz tantas dicas para o presente, como o Sr. se tornou ministro da Fazenda?

Mailson: Em dezembro de 1987 eu era o secretário-geral do Ministério da Fazenda e o ministro era o Bresser Pereira. Um belo dia ele se demitiu e o presidente José Sarney me convidou para assumir interinamente. Ele me disse: “Vai tocando enquanto decido o que fazer.” (...) Fui convidado pelo (jornalista) Paulo Henrique Amorim para fazer um pingue-pongue ao vivo no Jornal da Globo. A entrevista repercutiu pra burro. No outro dia o presidente me ligou dizendo que tinha gostado muito. (...) Conversei umas 6 horas com o presidente. Ele me convidou, mas disse que nada poderia ser anunciado ainda porque precisava aparar algumas arestas.

P: Disse quais eram?

M: Não, mas a aresta era o Roberto Marinho, que tinha outro candidato para o cargo (...).

P: Quem lhe contou?

M: Eu deduzi. Naquele dia, de volta a Brasília, fui ver os noticiários e não tinha saído nada no Jornal Nacional. Nada. (...)

P: O Sr. reagiu, se articulou?

M: Sinceramente, não. O presidente tinha dito que o problema era dele. Continuei tocando. No dia 5 de janeiro (de 1988), o presidente me ligou perguntando: “O Sr. teria algum problema em trocar umas idéias com o Roberto Marinho?” Respondi: “De jeito nenhum, sou um admirador dele, até gostaria de ter essa oportunidade.”

P: Nunca tinha conversado com ele até essa data?

M: Não. A Globo tinha um escritório em Brasília, no Setor Comercial Sul. Fui lá e fiquei mais de 2 horas com o doutor Roberto Marinho. Ele me perguntou sobre tudo, parecia que eu estava sendo sabatinado. Terminada a conversa, falou: “Gostei muito, estou impressionado.” De volta ao Ministério, entro no gabinete e aparece a secretária: “Parabéns, o senhor é o ministro da Fazenda”. Perguntei; “Como assim?” E ela: “Deu no plantão da Globo” (o Plantão do Jornal Nacional).

P: Quanto tempo o senhor levou da sede da Globo para o Ministério?

M: Uns 10 minutos. Ou seja, em 10 minutos o Roberto Marinho ligou para o presidente, estou supondo, porque o presidente nunca me contou nada. Imagino que conversaram e o presidente deve ter dito que então eu seria o ministro. E aí valeu o instinto jornalístico do Roberto Marinho e ele tocou no plantão.

P: O Sr. ainda não tinha a confirmação do próprio presidente?

M: Logo tocou o telefone e era o presidente me chamando ao Planalto. Cheguei lá e ele já estava com o ato de nomeação pronto. Assinou na minha frente. Daí foi tudo divulgado.

Na mesma entrevista da *Playboy*, o ex-ministro Mailson da Nóbrega também relata como “um belo dia, o jornal *O Globo* me demitiu. Deu na

manchete: ‘Inflação derruba Mailson – O interino que durou vinte meses’. E por que teria havido essa mudança por parte das Organizações Globo? Segundo o ex-ministro, “isso teve origem num projeto de exportação de casas pré-fabricadas, para pagamento com títulos da dívida externa, que o Ministério da Fazenda vetou. O doutor Roberto Marinho tinha participação no negócio. (...) E o fato é que *O Globo* começou a fazer editoriais contra o Ministério da Fazenda.”

Muitos anos depois, o ex-presidente José Sarney, na biografia *post mortem* que o jornalista Pedro Bial escreveu sobre Roberto Marinho, apresenta outra versão para o episódio descrito pelo ex-ministro. Para ele, tudo não passou de um “furo jornalístico”:

Eu nomeei o Mailson ministro da Fazenda. O Mailson até hoje tem uma interpretação errônea de que foi doutor Roberto quem o teria indicado para o Ministério. Não! Eu fui conversar com o dr. Roberto sobre o futuro ministro e disse que ia ser Mailson da Nóbrega. Ele então me perguntou: ‘*O Globo* pode dar esse furo?’ Eu disse: ‘Pode dar.’ Ele saiu correndo e deu o furo de que o Mailson seria o ministro da Fazenda.

CASO DOIS: A suspensão do horário gratuito de propaganda eleitoral em 2004 (São Paulo)

O fato se passou entre o primeiro e o segundo turnos das eleições municipais. Para garantir os seus interesses e os de seus patrocinadores, a Rede Globo fez um acordo, intermediado pela própria Justiça Eleitoral, com os dois partidos políticos envolvidos no segundo turno da eleição para prefeito de São Paulo. Esse acordo suspendeu a transmissão do horário gratuito de propaganda eleitoral na televisão – não só na Rede Globo, mas também nas demais concessionárias de televisão da cidade – nos dias de treino (isso mesmo, *treino*) do Grande Prêmio Brasil de Fórmula Um que seria realizado na cidade em 24 de outubro de 2004.

O episódio foi descrito – e comentado – com propriedade, em pequena matéria publicada por Nelson de Sá em sua coluna “Toda Mídia”, sob

o título “O acordo”, na *Folha de S. Paulo*, do dia 21/10/2004, página A-14. Reproduzo:

Entrou no final da tarde de ontem, no site da Globo Online, pequena nota informando, sob o curioso título “TVs não transmitirão propaganda eleitoral em dia de treino do Grande Prêmio do Brasil”:

- O acordo foi pedido pela Rede Globo de Televisão. Ele foi mediado pela Justiça Eleitoral com os partidos que concorrem no segundo turno, PT e PSDB.

É um acordo que “libera todas as emissoras de transmitir o horário eleitoral”, não apenas a Globo, insistiu a nota. SBT, Band e demais nem terão que veicular, como a Globo,” um vídeo de cinco minutos para cada candidato, entre 11h50 e 12h1”, é claro que ‘respeitando a ordem do horário eleitoral’. (...)

Na piada que corre: no Brasil, a televisão não é concessão do Estado, o Estado é que é uma concessão da televisão.

CASO TRÊS: A Carta ao Povo Brasileiro do candidato Lula em 2002

Em seu livro *Sobre formigas e cigarras* (Editora Objetiva, 2007), o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci, relata como consultou a *Globo*, durante a elaboração da *Carta ao Povo Brasileiro*, documento que o então candidato Lula publicou para tranquilizar o mercado financeiro em relação a um eventual governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, em junho de 2002.

No livro, o ex-ministro explica que, depois de preparar diferentes versões do documento, procurou empresários e formadores de opinião para dialogar sobre o assunto:

Um deles foi o João Roberto Marinho, das Organizações Globo, a quem eu fora apresentado semanas antes.

Peguei o telefone e liguei para ele.

- Estamos com um problema sério nesta eleição - iniciei. Há uma percepção de crise econômica e estamos preocupados com isso. Estamos pensando em editar um manifesto com os nossos compromissos.

Com seu radar bastante atento às mudanças de humor do mercado, João Roberto abordou o assunto de forma franca:

- A crise é muito maior do que vocês estão pensando - ele disse, sem esconder sua preocupação. Há muita insegurança sobre o futuro e, por isso, acho muito bom vocês fazerem, sim, um manifesto.

Comentei as linhas gerais do documento e paramos justamente no ponto sobre o superávit das contas públicas.

- Se vocês não forem falar sobre isso - advertiu ele - é melhor nem soltar o documento. Afinal, é este o ponto sobre o qual o mercado está mais preocupado.

- E qual você acha que deve ser o compromisso do novo governo? - perguntei.

Em minha opinião, deve ser algo um pouco acima de 4%, que é o que parece estar se tornando um consenso no mercado. O fato é que a dívida está ficando insustentável e se há algo que vocês devem criticar no atual governo é isso. O quadro fiscal é frágil.

Em seguida, Antonio Palocci lê trechos do documento para João Roberto Marinho.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar seus compromissos.

- O que você acha? - perguntei.

Um número forte poderia ser melhor - respondeu. Mas se há dificuldade para isso, o texto está bom. Acho que dá conta.

Depois de conversar com João Roberto Marinho, Antonio Palocci explica:

Achei melhor trocar a palavra “enquanto”, que dava noção de tempo, por “o quanto”, que dava noção de tamanho e da disposição de aumentá-lo, que era como o problema se colocava naquele momento.

CASO QUATRO: A reprimenda do jornalista/blogueiro Ricardo Noblat ao senador Pedro Simon em 2008

Artigo de Gilson Caroni Filho, publicado na Carta Maior (http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=3854, acesso em

22/4/2008), descreve duas postagens do jornalista Ricardo Noblat, no dia 28 de março de 2008. Noblat, como se sabe, é contratado do jornal *O Globo*, onde se hospeda seu blog (<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/>).

Na primeira postagem, que foi ao ar às 9h53m, o jornalista critica discurso do senador Pedro Simon que, segundo ele, fala da tribuna sem saber o que está acontecendo.

“O que faz Pedro Simon (PMDB-RS) que discursa na tribuna do Senado sobre a harmonia das relações entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e não diz uma palavra, uma palavrinha só sobre o escândalo do dossiê produzido pela secretária-executiva da Casa Civil da presidência da República contra o casal Fernando Henrique Cardoso e o governo anterior? Será que Simon não leu a reportagem publicada hoje pela Folha de São Paulo? Será que nenhum assessor dele o alertou a respeito? Ou será que ele considera a história mais uma invenção da mídia dita golpista? Ô Simon, atentai bem: não dá para bancar o senador combativo e na hora agá afinar a voz. Não dá para enganar os trouxas o tempo todo”

Menos de duas horas após a advertência, mais precisamente às 11h20m, o senador Pedro Simon volta à tribuna e o blog do Noblat registra:

“Há pouco, Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a discursar no Senado. Referiu-se à nota deste blog que cobrou sua omissão diante do fato denunciado hoje pela *Folha de S. Paulo* - o de que a Secretária-Executiva da Casa Civil encomendou o dossiê (ou “levantamento de dados”) contra o governo FHC no caso do uso de cartão corporativo. Simon alegou que o discurso que fizera pouco antes estava preparado há muito tempo. E que ele não lera a reportagem da *Folha*. Pediu desculpas ao blog. Tudo bem, Simon. Não há de ser nada. Foi erro de sua assessoria, que não o alertou há tempo. É muito raro um político pedir desculpas. Não caberia pedir desculpas ao blog, mas aos brasileiros que assistiam à sessão do Senado transmitida pela televisão. A adesão à humilde ordem dos franciscanos fez bem a Simon.”

Comenta Caroni:

O que temos aqui não é apenas a tutela da política pela imprensa. Mais que isso, fica evidente como se estrutura a hierarquia no campo conservador. Quem fugir da organização discursiva das oficinas de consenso deve ser advertido e, dependendo da relutância, silenciado.

Regulação democrática

O balanço que se pode fazer das relações entre a mídia e o poder na celebração dos 200 anos da imprensa no Brasil deixa claro que distorções históricas permitiram o afastamento da imprensa, do rádio e da televisão de seu papel de “quarto poder” na proteção dos interesses do cidadão. Nas últimas décadas, consolidaram-se grupos de poder que muitas vezes confundem seus interesses privados com o interesse público. Essas distorções precisam ser corrigidas com a regulação democrática do mercado de comunicações e das concessões dos serviços públicos de rádio e televisão.

Há que se criar condições para que se ampliem as experiências de mídia pública e de mídia comunitária, independentes da tutela tanto do mercado quanto do Estado. E há também o enorme potencial democratizador da inclusão digital que rompe com a natureza unidirecional da mídia tradicional e possibilita maior pluralidade e diversidade de informações e de opiniões.

Considerando-se a centralidade da mídia nas sociedades contemporâneas, quem ganhará com esses avanços é o interesse público e a democracia brasileira. ✱

Venício Arthur de Lima é professor titular de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília (aposentado), pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP).

vadelima@uol.com.br

Censura e liberdade de imprensa: uma alternância histórica

CARLOS CHAGAS

Existem democracias que têm Lei de Imprensa, como existem ditaduras que não têm. Com as exceções de sempre, países de ascendência latina costumam ter e países de origem saxônica não. A tradição brasileira é da existência de leis ora cerceando, ora concedendo a liberdade de expressão do pensamento, de acordo com os diversos regimes que nos assolaram.



De 1500 a 1808, do Descobrimento à chegada de d. João VI ao Brasil, éramos regidos pela vontade dos monarcas portugueses e pelos interesses econômicos da Metrópole, ainda que aqui e ali explosões de inconformismo se registrassem na nação que se formava. O absolutismo dos reis de Portugal não permitia a atividade jornalística entre nós, exceção para manifestos dos movimentos de rebeldia e fracassadas tentativas de independência, na medida em que cada um deles lançava as bases para o advento das seguintes. A primeira conclusão, assim, é de ter sido a nação brasileira formada sob a égide da censura.

Seria fascinante saber como um repórter descreveria a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, ou como um panfletário de 1567, se também existisse, reportaria a resistência de Mem de Sá e de Estácio de Sá à malograda incursão do corsário Nicolau de Villegaignon e à batalha no forte Cara de Cão. Bem mais densa seria nossa história caso, com imprensa, tivesse sido dada a palavra a cada um dos líderes aqui formados, bem como acompanhados jornalisticamente os movimentos libertários verificados através dos séculos em que fomos Colônia, do Bequimão, no Maranhão, em 1682, ao Zumbi do Quilombo dos Palmares em 1694, até os paulistas massacrados no Capão da Traição pelos emboabas, à margem do rio das Mortes, e aos pernambucanos indignados com os Mascates, em Olinda, 1714.

Felipe dos Santos, antes de esquartejado em Vila Velha, em 1720, deixou para a posteridade uma frase de esperança: “Morro sem me arrepender, porque a canalha do rei há de ser esmagada pelo patriotismo dos brasileiros”. Só que desse grito de revolta sabemos o mínimo, apenas por registros posteriores, quando, se houvesse imprensa, quem sabe algum repórter postado no meio da multidão desse notícia bem mais completa da felonía do Conde de Assumar? Faltou imprensa, também, em 1789, na Inconfidência Mineira, para investigar se Cláudio Manoel da Costa enforcou-se ou foi

enforcado, ou para acompanhar os últimos passos de Tiradentes, da cadeia Velha ao Largo da Lampadosa, no Rio de Janeiro.

História viva

Lamentar o passado é próprio dos sentimentais, mas eles também dispõem de um lugar cativo. Não é preciso provar a evidência de ser a imprensa a história viva, mesmo rudimentar, panfletária, eivada de opiniões desimportantes e de relatos incompletos ou parciais. Não obstante, um dia a imprensa começou, entre nós, e a história aprofundou-se. Sempre – vale enfatizar – sob a alternância entre censura e liberdade. Esta, até hoje devida à capacidade de resistência de uns poucos obstinados.

Vieram com a frota do príncipe regente, a bordo do navio “Medusa”, as primeiras máquinas impressoras autorizadas a funcionar no Brasil. Estavam encaixotadas desde que chegaram a Lisboa, da Inglaterra, e foram embarcadas à última hora, no meio da confusão no cais da capital portuguesa, por iniciativa de Antônio de Araújo, futuro Conde da Barca. Eram dois prelos e duas caixas de tipos, montadas por Rodrigo de Souza Coutinho.

Editava-se, na Metrópole, a *Gazeta de Lisboa*, único jornal a circular, uma espécie de “Diário Oficial”, do qual se dizia que, além de reportar os atos oficiais, informava tudo sobre as cortes européias, da saúde aos infortúnios dos príncipes, menos os de Portugal. Nada sobre a loucura da Rainha d. Maria I, muito menos sobre a gota do príncipe regente ou de suas desavenças com a princesa Carlota Joaquina.

D. João decidiu que a *Gazeta de Lisboa* passaria a ser editada no Brasil. Custou a convencer a corte de que o nome deveria mudar para *Gazeta do Rio de Janeiro*, distribuída a 10 de setembro de 1808. Coube a frei Tibúrcio Jorge da Costa mandar compor o primeiro número, com 27 páginas, ao contrário das quatro páginas geralmente editadas em Lisboa. Também, o jornal continha todos os atos de nomeação

de novos funcionários e de militares designados para o país. Passou a circular duas vezes por semana, subordinado de início à exclusividade antes vigente em Portugal, onde outros impressos estavam proibidos.

Primeiro jornal independente

Acontece que no dia 1 de junho daquele ano, quando a *Gazeta do Rio de Janeiro* não havia saído do prelo, surge o primeiro jornal independente do Brasil, ironicamente redigido e impresso em Londres. Era o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, brasileiro, gaúcho, nascido na Colônia do Sacramento, comerciante fugido de Portugal por conta das perseguições da Inquisição. Sequioso de aumentar sua renda, conhecendo nossas potencialidades econômicas, defendia ações mais livres para as atividades comerciais. Sua proposta era “preparar o Brasil para as instituições liberais e melhorar os costumes políticos”. Terá sido uma antecipada referência explícita à globalização e ao neoliberalismo dos tempos atuais, mas não pregava a independência nem o fim da monarquia. Apesar disso, continha críticas ao regente e à corte.

O número inaugural chegou, claro que com dois meses de atraso, vindo de navio, e foi logo mostrado a d. João, que relutantemente torceu o nariz e resolveu esperar o próximo. Quando um marinheiro inglês desembarcou com a segunda edição, ela foi confiscada, levada ao monarca e, em seguida, interdita. D. João enviou correspondência ao seu embaixador na Inglaterra, apresentando queixa formal ao governo de Sua Majestade, “por deixar imprimir aquelas páginas cheias de calúnias e atrozes falsidades”. Chamou Hipólito da Costa de “furioso e malévolo autor”, mas o rei Jorge mandou responder que a imprensa, em seu país, era livre.

Conseqüência, foi de censura a primeira lei de imprensa editada em nosso território. Uma Ordem do Paço à Alfândega proibiu a entrada no Brasil de todos os impressos que contivessem os solertes conceitos de liberdade, igualdade e

O pêndulo vai oscilar com a Constituição de 1824, que mesmo outorgada pelo já imperador, dispõe “que todos podem comunicar seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar”.

fraternidade. Apesar disso, o *Correio Braziliense* continuou a entrar clandestinamente até dezembro de 1822, somando 175 números, durante 14 anos. Corre que d. João sempre recebia o primeiro exemplar apreendido no cais, irritando-se com cada artigo, mas não deixando de mandar rebater cada crítica ou agressão, por meio da imprensa amiga, então autorizada a circular.

Imprensa amiga? Isso mesmo. Basta citar os títulos: *O Amigo do Rei e do Povo*, *O Patriota*, *A Idade de Ouro do Brasil*, *O Conciliador do Reino Unido*, *O Bem da Ordem* e outros. Mesmo assim, o racionalismo que ainda hoje caracteriza o povo português estava presente no príncipe regente. Se de Londres vinham aleivosias contra ele, era de Londres que deveria defender-se. Mandou à capital inglesa com um saco de dinheiro um nobre cujo nome se perdeu na crônica da época. Sua missão seria editar, lá, e enviar para o Brasil, um “anti-*Correio Braziliense*”. O espertalhão sumiu pelas vielas da *city*, mas d. João aprendeu a lição. Despachou, com outros sacos de dinheiro, três nobres. Cada um para vigiar os outros dois. Lá, eles editaram o *Investigador Português*, depois do segundo número rebatizado de *O Português*, com elogios à monarquia aqui estabelecida.

Um grito de liberdade ecoou em Pernambuco com a revolução de 1817. Enquanto durou a rebelião, circulou em toda a província manifesto impresso, intitulado *O Preciso*, explicando as razões do movimento. Por que o título? Por conta de sua primeira palavra: “Preciso do sucesso que tiveram em Pernambuco, desde a faustosíssima e gloriosíssima revolução operada felizmente na



Charge do caricaturista Rafael Bordallo Pinheiro, que considerava d. Pedro o primeiro caricaturista do reino, pois era ele quem criava todos os cargos e profissões legais “permitidas” no reino, sejam políticos, como ministros e deputados, sejam artesões, como sapateiros e artistas (publicada no jornal *O Besouro*, 1/6/1878)

Praça do Recife, em que o generoso esforço de nossos bravos patriotas...”

Doutrinas incendiárias

A 26 de abril de 1821, a contragosto, o já então rei d. João VI embarca de volta a Portugal, deixando o filho d. Pedro como regente. Antes mesmo de proclamar a Independência, cabe a ele reforçar a censura, baixando decreto de 18 de julho de 1822, no qual se lê: “Por motivos de salvação pública, evitar que pela imprensa ou verbalmente propagassem ou publicassem os inimigos da ordem, da tranquilidade e da união, doutrinas incendiárias e subversivas, princípios desorganizadores e dissociáveis que, promovendo a

anarquia e a licença, atacassem e destruíssem o sistema” – o corregedor do Crime da Corte é nomeado também juiz de Direito para coibir os casos de abuso da liberdade de imprensa.

O pêndulo vai oscilar com a Constituição de 1824, que mesmo outorgada pelo já imperador, dispõe “que todos podem comunicar seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar”.

Em vez de valer-se da lei, pois não enviou qualquer projeto à Câmara dos Deputados, d. Pedro preferiu combater fogo com fogo. Por meio de

pseudônimos, como “Um Ultrabrasileiro”, “O Filantropo”, o “Inimigo dos Marotos” e outros, o imperador assinava artigos na imprensa, atacando seus adversários.

Aprovada em 1826 pela Câmara, de autoria de Gonçalves Ledo, foi sancionada a Lei Contra Crimes por Abuso da Liberdade de Imprensa, rigorosa na punição a jornalistas e que, ironicamente, ficou em vigência durante todo o Império e até entrou pela República adentro, mas com uma peculiaridade: não era cumprida. Tratava, também, dos abusos do poder, quando praticados contra a imprensa...

Na realidade, excessos eram marca permanente dos panfletos e até dos jornais comerciais que começavam a surgir. Porém, as autoridades prendiam, batiam, exilavam e até mandavam matar jornalistas responsáveis por atacá-las. Na Guerra dos Farrapos, a partir de 1835, republicanos e monarquistas especializavam-se em queimar jornais adversários e aplicar surras monumentais em seus responsáveis.

Assim, transcorreram as décadas, da abdicação de d. Pedro I à ascensão de fato ao poder por d. Pedro II, que velava pela liberdade, regalava-se com as caricaturas que o representavam e fazia ouvidos moucos para as duríssimas críticas à sua pessoa. No reverso da medalha, porém, nas províncias e até na corte, inexistia segurança para a liberdade de imprensa.

Diz a crônica que a censura não demorou mais do que o tempo despendido por Deodoro da Fonseca para descer as escadas do Comando Militar, onde, na madrugada de 15 de novembro de 1889, depôs o ministro Ouro Preto e acabou depondo também o Império. Dois dias depois, composto o Ministério da República, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Quintino Bocaiúva, foi acusado de proibir a divulgação do manifesto com que d. Pedro II despedia-se do Brasil. A denúncia coube ao redator-chefe do *Jornal do Comércio*, João Carlos de Souza Ferreira. Jornais contrários a Deodoro são depredados, como *A Tribuna*, que circulava no Rio de Janeiro.

São Paulo se levanta em 1932, protestando diante de um país sem Constituição nem leis legítimas. Com *O Estado de S. Paulo* à frente, a imprensa paulista adere à revolução, procurando evitar o sentido separatista do movimento, que a maioria dos jornais do resto do Brasil enfatiza, sob inspiração do governo federal. Derrotados os paulistas, a censura passa a ser completa, com o exílio dos principais cabeças da revolta, inclusive Júlio de Mesquita Filho. Mais tarde, o governo se apropriará de *O Estado de S. Paulo*, devolvido à família apenas em 1946.

Métodos peculiares

Com a Constituição de 1891, imaginava-se interrompido o ciclo de arbitrariedades, lendo-se que “em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa e pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato”. Tratou-se de um grande avanço, em especial por conta da proibição do anonimato. Até então, os jornais não eram obrigados a estampar o nome de seus responsáveis, nem os artigos, o de seus autores, registrando-se durante todo o Império monumental sucessão de abusos, com virulentas incriminações e acusações à honra das pessoas, sem que os tribunais pudessem agir.

Mesmo assim, uma coisa era a teoria, outra, a prática. Floriano Peixoto, na presidência da República, proibia jornais de circular por métodos peculiares. Não só determinava à polícia a apreensão das edições como mandava jovens oficiais do Exército invadir, depredar e empastelar redações e tipografias das folhas que o atacavam. Não tinha limites o “marechal de ferro”, reconhecidamente o consolidador da República. Certa feita, mandou prender alguns deputados, prerrogativa que a Constituição não lhe concedia. Advogados, inclusive Rui Barbosa, impetra-

Em 1931, vitoriosa a Revolução de 30, havia sido criado no Ministério da Justiça o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), que, por ordem do ministro Osvaldo Aranha, recebeu a atribuição de censurar a imprensa. Era integrado por policiais e por alguns “jornalistas” desempregados. Depois, foi criado o Departamento Nacional de Propaganda, feito para exercer o controle e a censura nas emissoras de rádio. Em 10 de julho de 1934, é criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Como órgão subordinado, nasce a Agência Nacional, para distribuir noticiário oficial aos jornais e emissoras de rádio.

ram *habeas-corpus* no Supremo Tribunal Federal (STF). Às vésperas do julgamento, um auxiliar perguntou: “E se o Supremo conceder o *habeas-corpus*?” Resposta: “E quem dará *habeas-corpus* ao Supremo?”

Sucediam-se as revoluções. A Revolta da Armada, na baía da Guanabara, a Federalista, no Rio Grande do Sul, entre outras. O argumento do governo era de estar em perigo a sobrevivência do Brasil como nação, situação em que os direitos da pessoa humana deviam ser desprezados.

Com os governos civis, de Prudente de Moraes a Washington Luiz, na República Velha, o quadro pouco mudou. A truculência dos donos do poder sobrepunha-se às garantias constitucionais. Em especial no interior, dominado pelos “coronéis”, liberdade de imprensa era artigo raro. O Exército censurou os jornalistas encarregados de cobrir a Guerra de Canudos. Pior um pouco ficamos quando, no governo Epitácio Pessoa, também envolto em rebeliões, o Congresso aprovou a Lei Silva Gordo, de repressão às greves e movimentos sociais já eclodindo, porque no texto incluiu-se dispositivo, autorizando o Poder Executivo a censurar a imprensa, não apenas a imprensa sindical, “em nome do interesse nacional”.

Com a Revolução de 30, o povo do Rio de Janeiro encarregou-se de executar, pelas pró-

prias mãos, a mais antiga das leis de imprensa do planeta. Foram queimados, empastelados e proibidos de circular jornais, como *O Paiz*, o *Jornal do Brasil*, *A Notícia*, *A Crítica*, *A Gazeta de Notícias*, *A Vanguarda*, *A Noite* e até a Agência Americana, que distribuía notícias. Logo depois de o governo provisório começar a funcionar, aconteceu o mesmo com o *Diário Carioca*. A censura de fato, exercida por policiais, atinge *O Globo*, o *Correio da Manhã*, o *Estado de S. Paulo*, *O Jornal* e outros. Proíbe-se a circulação por alguns dias do *Correio do Povo*, *A Nação* e *O Dever*, em Porto Alegre. Waldemar Ripolli, redator de *O Estado do Rio Grande do Sul*, é assassinado a machadadas. Em Salvador, fecham *O Imparcial*. Em Vitória da Conquista, o *Avante*.

Antes da lei, a truculência

Em 1931, o novo ministro da Justiça, Antunes Maciel, prepara nova lei de imprensa permitindo ao governo censurar jornais, mas o que prevalece mesmo é a truculência. “A Revolução pode tudo, tem que ser radical” – dizem os revolucionários, a começar pelos interventores nos Estados. Não havia Congresso. Getúlio Vargas governa por decretos-leis. Quando Vicente Ráo assume o Ministério da Justiça, o arbítrio parece total.

São Paulo se levanta em 1932, protestando diante de um país sem Constituição nem leis legítimas. Com *O Estado de S. Paulo* à frente, a imprensa paulista adere à revolução, procurando evitar o sentido separatista do movimento, que a maioria dos jornais do resto do Brasil enfatiza, sob inspiração do governo federal. As folhas cariocas simpáticas a São Paulo são censuradas, como os *Diários Associados* e o *Diário Carioca*. Circulou, com treze números, *O Jornal das Trincheiras*, impresso nas oficinas do *Estadão*. Derrotados os paulistas, a censura passa a ser completa, com o exílio dos principais cabeças da revolta, inclusive Júlio de Mesquita Filho. Mais tarde, o governo se apro-

priará de *O Estado de S. Paulo*, devolvido à família apenas em 1946.

O singular na guerra constitucionalista foi que, derrotados militarmente, os paulistas encontram a vitória no gesto final. Vargas é obrigado a convocar eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1933. Promulgada em 16 de julho de 1934, a nova Constituição consagra a democracia e, em termos de liberdade de imprensa, suplanta a anterior. Lê-se:

Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos independe de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política e social.

Novas figuras enriquecem e limitam a liberdade excessiva, valendo prestar atenção no último postulado: proíbe-se a propaganda de processos violentos de subversão, mas não a divulgação de idéias, doutrinas e ideologias subversivas. Na teoria, era permitido sustentar as excelências do comunismo, do socialismo, do anarquismo ou de qualquer ditadura. Escrever “Operários de todo o mundo, uni-vos” não seria censurado, aconselhar que os operários tomassem as fábricas e enforcassem os patrões seria.

A Assembléia Nacional Constituinte elegera Getúlio Vargas para continuar no poder como presidente constitucional e os deputados não tiveram pressa em elaborar uma nova Lei de Imprensa. Depois da tentativa de revolução comunista, em novembro de 1935, foi aprovada emenda constitucional autorizando o presidente da República a suspender direitos e garantias individuais em casos de “comoção intestina grave, com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais”. Pouco depois, já em 1936, o Congresso aprova o Estado de Guerra e cria o Tribunal de Segurança Nacional,

corrente sinistra, a negar os princípios democráticos. Jornais são fechados e jornalistas presos aos montes, sob alegação de serem comunistas.

O Estado Novo

Um plano inclinado levava o débil regime democrático para as profundezas, culminando com o 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas e os militares decretam o Estado Novo, fechando o Congresso, extinguindo os partidos políticos, revogando a Constituição de 1934 e outorgando a de 1937, na qual pela primeira vez a censura é consagrada oficialmente em nossa lei maior.

Dispensam-se todos os comentários e as milhares de referências sobre os abusos cometidos pelos donos do Estado Novo à liberdade de imprensa e à integridade física dos jornalistas. Havia duas formas de comportamento para os jornais, diante da ditadura: curvar-se, acomodar-se e até tirar algum proveito financeiro do sabujismo ou, simplesmente, desaparecer. O público só tomaria conhecimento daquilo que o governo quisesse.

Em 1931, vitoriosa a Revolução de 30, havia sido criado no Ministério da Justiça o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), que, por ordem do ministro Osvaldo Aranha, recebeu a atribuição de censurar a imprensa. Era integrado por policiais e por alguns “jornalistas” desem-

Se um jornal conseguia burlar a censura, apesar da presença de censores em todas as redações, seu proprietário defrontava-se com a opção de demitir os responsáveis e receber afagos publicitários do DIP ou ficar sem papel para ser impresso na semana seguinte. Sofisticou-se tanto o DIP, pagando excelentes salários a seus redatores, que não raro enviava até editoriais para os jornais publicarem como se fossem de sua lavra, sempre elogiando o governo.

pregados. Depois, foi criado o Departamento Nacional de Propaganda, feito para exercer o controle e a censura nas emissoras de rádio. A 10 de julho de 1934, antes, portanto, da promulgação da nova Constituição, é criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, também no Ministério da Justiça. Como órgão subordinado nasce a Agência Nacional, para distribuir noticiário oficial aos jornais e emissoras de rádio, essencialmente sobre as atividades do presidente da República e seus ministros. Aparece ainda naquele ano a “Hora do Brasil”, transmitida obrigatoriamente por todas as rádios funcionando em território nacional.

Só em outubro de 1939, já em pleno Estado Novo é feita uma reorganização de todo o sistema. Por decreto de Vargas, nasce o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Tratava-se de um superministério, subordinado diretamente à Presidência da República. Por ironia, o DIP funcionava no palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados, que jamais se reuniu durante o Estado Novo. Sua finalidade era “a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira”. Na verdade, o DIP tinha três atribuições: censurar a imprensa, fazer a propaganda do governo e dispor do monopólio de importação do papel de imprensa, que não produzíamos. As técnicas haviam sido importadas do regime fascista de Mussolini, na Itália.

Se um jornal conseguia burlar a censura, apesar da presença de censores em todas as redações, seu proprietário defrontava-se com a opção de demitir os responsáveis e receber afagos publicitários do DIP ou ficar sem papel para ser impresso na semana seguinte. Sofisticou-se tanto o DIP, pagando excelentes salários a seus redatores, que não raro enviava até editoriais para os jornais publicarem como se fossem de sua lavra, sempre elogiando o governo, além de reportagens, crônicas e comentários – tudo recebido de graça.

No Brasil, ao contrário do que depois se difundiu, era pouca a resistência à ditadura, em especial na imprensa. Cada um se ajeitava como podia,

Getúlio Vargas detinha o poder quase absoluto, enquanto apoiado nas forças armadas. Era proibido discordar, criticar dava cadeia, mas as bases do desenvolvimento nacional haviam sido estabelecidas. O trabalhador e o assalariado de gravata estavam satisfeitos com as leis sociais, nas cidades o desemprego era mínimo. No interior, a mesma pasmaceira sob o comando dos donos da terra.

Inicia a resistência

Só que o mundo entrava em ebulição, nazismo e comunismo se digladiavam, e logo Adolf Hitler deflagraria a Segunda Guerra Mundial. De início, o Estado Novo inclinou-se pelos alemães, os jornais divulgavam discursos fascistas de Vargas, mas quando os Estados Unidos entraram na refrega e os russos demonstraram que não se renderiam, renasceu o sentimento liberal entre nós. A maioria da imprensa encontrou, então, um mecanismo sutil de protestar contra a ditadura: bastava noticiar e comentar a luta das democracias, às quais, meio a contragosto, o governo brasileiro havia aderido. Como nossos militares lutavam e morriam na Itália, lutando contra os nazistas e até aliados dos comunistas, e, aqui, Exército, Marinha e a recém-criada Aeronáutica sustentavam a ditadura?

Não houve jeito. À medida que os Aliados encurralavam os alemães, como censurar as vitórias da democracia? O próprio Vargas percebeu antes e iniciou pregação a respeito do que aconteceria com o fim da guerra. Falava em novos tempos, em outra Constituição e em eleições livres e diretas.

Em 22 de fevereiro de 1945, o jornalista Carlos Lacerda, ex-comunista, consegue que o *Correio da Manhã* publique entrevista por ele feita com José Américo de Almeida, candidato à Presidência da República, garfado por Vargas quando da decretação do Estado Novo, em novembro de 1937. É o primeiro grito de liberdade que a censura não conseguiu conter. Consultado de manhã cedo pelo DIP se deveriam recolher o jornal nas bancas, o ditador responde com um estimulante “deixa para lá...” Na mesma tarde, *O Globo* tam-

bém rompe a censura, publicando na primeira página que o brigadeiro Eduardo Gomes seria o candidato dos democratas, que as eleições eram inevitáveis. Seguiu-se denso noticiário político e até de críticas veladas ao passado recente.

A partir daquele dia, não houve mais censura. A Constituição continuava em vigor, mas muitos de seus artigos não valiam mais. O presidente da República ainda tentou continuar no poder usando o *slogan* “Constituinte com Vargas”, mas acabou deposto a 29 de outubro pelas Forças Armadas. Interinamente, assumiu o presidente do STF, José Linhares, porque não havia vice-presidente da República, nem presidente da Câmara e nem Senado. Um de seus primeiros atos foi dissolver o DIP.

Eleito o general Eurico Dutra, ele começa a administrar o país com o que restou da Constituição de 1937 e logo se reúne a Assembléia Nacional Constituinte, que em setembro de 1946 promulga a nova carta.

Mais uma vez, retornavam os princípios democráticos relativos à imprensa, no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais:

É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.

Sedimentou-se no Congresso, reunido logo depois, bem como na consciência liberal dos jornalistas e dos donos de jornal, a concepção de que pela primeira vez em nossa história deveríamos fazer a experiência de um período sem Lei de Imprensa. Para os abusos praticados, que se apelasse para o Código Penal.

É claro que, como sempre, a liberdade continuou sendo arranhada, principalmente no interior, quando pequenos jornais municipais não resistiam à sanha dos “coronéis”. A polícia também fazia das suas, no Rio.

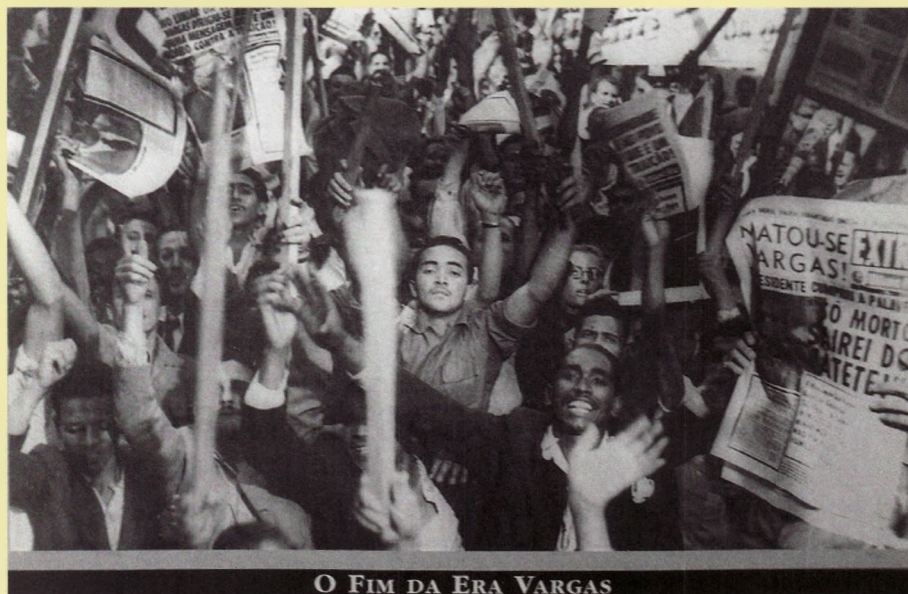
Estando o Partido Comunista Brasileiro para ser posto fora da lei, cassados seus parlamentares, as chamadas forças de segurança invadiram e depredaram jornais do partido, a começar pela *Imprensa Popular*. Mas o general Eurico Dutra não permitia excessos, pelo menos quando tinha notícia deles. Livre o pêndulo, logo foi para o outro lado. Abusos sem conta eram perpetrados por jornais e revistas, nascendo dali o epíteto de “imprensa marrom”. Ninguém era condenado na Justiça Comum, tendo em vista a multiplicidade de prazos.

Vargas voltou ao poder nos braços do povo, em meteórica campanha, em 1950. Era um novo Getúlio, mais velho, mais gordo e, agora, socialista. Havia fundado o PTB, tentou governar com um Ministério de união nacional, mas as cicatrizes deixadas pelo Estado Novo eram profundas. Não tinha imprensa, mesmo presidente da República, constantemente atacado pelos que maltratara antes, com a censura, e pelos que, agora, não admitiam o seu nacionalismo e a defesa dos interesses nacionais, cedeu à tentação de ajudar o jornalista Samuel Wainer, seu amigo, a fundar um jornal popular capaz de levar à sociedade a defesa de seu governo. Wainer valeu-se de favores dos bancos oficiais de crédito, como, aliás, a maioria dos seus adversários, e sofreu intensa campanha de descrédito. Desde 1949, Carlos Lacerda havia criado o seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, que não media palavras para espezinhar o presidente, chamando-o até de “ladrão”.

Mais uma vez, a Lei de Imprensa

No auge da ebulição política, em muito gerada pelos setores conservadores nacionais e estrangeiros, incomodado com a perda de benesses e favores, o Congresso decide voltar atrás e votar uma nova Lei de Imprensa, aprovada e sancionada em 1953. Era, porém, uma lei complacente, que favorecia os jornalistas, os maus e os bons.

A crise se acirra, Lacerda escapa de um atentado a bala, engendrado pelo chefe da Guarda Pessoal de Vargas, tenente Gregório Fortunato, e, em poucos dias, acuado, o presidente encontra-se às portas de



O FIM DA ERA VARGAS

O suicídio de Getúlio Vargas provocou um clamor popular e levou multidões às ruas

outra deposição. Dá a volta por cima com um tiro no peito e deixa um dos mais contundentes documentos políticos da história do Brasil. Não apenas os jornais e revistas, mas o rádio, encarregam-se de emocionalizar o país, divulgando inúmeras vezes o texto conhecido como “A Carta-Testamento”. “Aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Serenamente, dou o primeiro passo para sair da vida e entrar na história”.

A imprensa permanece livre nos governos subseqüentes de Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, apesar dos abusos. Registrem-se apenas dois interregnos de censura, o primeiro em novembro de 1955, ironicamente promovido pelo general que deu um golpe para evitar o golpe, Henrique Teixeira Lott. Quando os golpistas pretenderam impedir a posse de JK, democraticamente eleito, o seu ministro da Guerra não concordou, botou a tropa na rua e garantiu a democracia. Naquela semana conturbada, oficiais do Exército permaneceram nas redações impedindo comentários tidos como desairosos ao general Lott.

Os outros dias de censura vieram em agosto de 1961, correndo por conta do tresloucado Jânio

Quadros, que renunciou imaginando voltar como ditador, sem Congresso e sem Constituição. Os três ministros militares, marechal Odílio Denys, almirante Silvio Heck e brigadeiro Grunn Moss, não concordaram com a posse do vice-presidente João Goulart, a quem acusavam de comunista e de herdeiro de Getúlio Vargas. No Rio, onde era o governador, Carlos Lacerda, ex-jornalista, determinou à polícia severa censura nos

jornais, para impedir que noticiassem a resistência democrática do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, afinal o grande vencedor da Batalha da Legalidade.

O país, no entanto, dividiu-se de alto a baixo. De um lado, o presidente João Goulart, estimulando a luta por mais direitos sociais e reformas de base capazes de levar o Brasil para o socialismo. De outro, as elites, as multinacionais, os latifundiários, os liberais e a Igreja. O resultado não poderia ser outro. Bem engendrada campanha de descrédito do governo de Jango foi capitaneada pela grande imprensa, alinhada aos conservadores. O dinheiro rolou fácil, e logo a classe média tornou-se presa dos que regiam as reformas. As Forças Armadas também vão se integrar ao movimento de rebelião depois que o presidente da República admitiu intrometer-se em questões castrenses, como a hierarquia e a disciplina.

O golpe de 1964

Nos dias que antecederam e seguiram-se ao 31 de março de 1964, a imprensa parecia ensandecida. A maior parte apoiou o golpe, contribuindo para fazer dos militares as mãos do gato, com as quais as

elites tiraram as castanhas do fogo. Os poucos jornais que sustentavam o governo acabaram fechados e empastelados, como o *Última Hora*. De início, a confusão desaguou na formação do Comando Supremo da Revolução, integrado pelo general Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello. A maioria dos matutinos e vespertinos não precisava de censura, apoiavam a quartelada. Mesmo assim, no Rio e em São Paulo, oficiais do Exército foram despachados para suas redações, “apenas para fiscalizar”.

Com a tentativa de normalização institucional, o Congresso elegeu para presidente da República o marechal Humberto Castello Branco. Mas antes que tomasse posse, o Comando Supremo da Revolução editou o Ato Institucional, permitindo ao novo governo cassar mandatos parlamentares, afastar governadores estaduais e prefeitos, prender cidadãos sem culpa judicial formada, suspendendo o *habeas corpus*, determinando que seus atos de exceção seriam insusceptíveis de apreciação judicial. O autor foi o jurista Francisco Campos, de outras lembranças. Justiça se faça, o ato lembrava os piores tempos de outras ditaduras, mas respeitou a liberdade de imprensa. Pelo menos, não estabeleceu a censura.

O diabo foi que naqueles dias avolumou-se nos meios de comunicação do Brasil inteiro a abominável prática que levou décadas para arrefecer e que atingiu a nós, jornalistas, na moleira: a autocensura. Praticada pelos donos de jornal, é claro, mas ao menos pela metade dos profissionais da imprensa da época. Antes de escrever determinada matéria o repórter se indagava: “O texto vai agradar ou desagradar os donos do poder? Vou perder meu emprego, já que o patrão não admite críticas nem denúncias sobre abusos praticados pelo governo? Quem sabe até ficarei prestigiado pelas omissões?”

A Lei de Imprensa, ainda de 1953, era pífia e objeto de protestos dos militares, que acusavam os comunistas de dominarem as redações e de dirigirem o noticiário contra a gloriosa revolução... Quando ministro da Justiça, o general Juracy

O diabo foi que naqueles dias avolumou-se nos meios de comunicação do Brasil inteiro a abominável prática que levou décadas para arrefecer e que atingiu a nós, jornalistas, na moleira: a autocensura. Praticada pelos donos de jornal, é claro, mas ao menos pela metade dos profissionais da imprensa da época. Antes de escrever determinada matéria o repórter se indagava: “O texto vai agradar ou desagradar os donos do poder? Vou perder meu emprego, já que o patrão não admite críticas nem denúncias sobre abusos praticados pelo governo?”

Magalhães, revolucionário de 1930, distribuiu aos donos de jornais listas com os nomes de jornalistas que deveriam ser afastados porque estavam a serviço do comunismo. Roberto Marinho abandonou a reunião depois de, dedo em riste, dizer ao ministro: “Olha aqui, Juracy, dos meus comunistas cuido eu. Eles só escrevem o que eu quero!”

Castello Branco, apesar das boas intenções, viu-se obrigado a recrudescer o arbítrio para não ser deposto por seus companheiros de farda, quando insistiu em realizar eleições para governador. Teve que ceder e assinou o Ato Institucional nº 2, o recrudescimento do arbítrio e da prepotência. Os antigos partidos políticos foram extintos, retornaram as cassações de mandato, as eleições de presidente da República, de governador de Estado e de prefeito de capital não seriam mais diretas. Ficariam por conta do Congresso e das assembleias legislativas.

Costa e Silva foi escolhido sucessor de Castello, porque dispunha de mais tanques e canhões do que ele, tudo combinado educadamente. Ao término de seu mandato, por novo ato institucional, Castello Branco transformou um Congresso desfigurado em Assembleia Nacional Constituinte. Assim, nasceu a Constituição de 1967, razoável no texto, mas pobre na origem, porque às constituições não basta estabelecerem bons princípios; precisam dispor de legitimidade e de representatividade, requisitos que

apenas urnas livres conferem. “Promulgada” a 24 de janeiro daquele ano, preceituava no artigo 150:

É livre a manifestação do pensamento, de convicção política ou filosófica a prestação de informação sem sujeição a censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença de autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.

Atente-se para a supressão de “métodos violentos” que vinha desde a Constituição de 1934 na proibição dessas propagandas. A partir de então, qualquer artigo, comentário ou reportagem exaltando o comunismo ou até a monarquia seria passível de punição para o autor.

Nova Lei de Imprensa

Tão importante quanto a Constituição de 1967, porém, foi a derradeira oferta do presidente Castello Branco para tumultuar ainda mais o regime. Seu mandato terminaria em março de 1967 e em fevereiro ele arranca do Congresso, submetido ao fechamento, a nova Lei de Imprensa, vigente até hoje apesar de boa parte de seus artigos ter sido revogada pela Constituição de 1988.

Imposta a um Congresso que ainda poderia ser fechado ou ter seus parlamentares cassados por força do Ato Institucional nº 2, persiste até hoje a lei nº 5.250, sancionada em 9 de fevereiro de 1967, em vigência a partir de 14 de março daquele ano, um

Apesar de preceituar “a liberdade de manifestação de pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio e sem dependência de censura”, regulamentando e explicitando os princípios constantes da nova Constituição, a Lei de Imprensa continha instrumentos de censura.

dia antes da entrada em vigor da nova Constituição, ironicamente o dia da posse do segundo general-presidente, Costa e Silva, que passaria a governar sem a legislação autoritária. Era essa a grande contradição, porque além de conter dispositivos ditatoriais, a Lei de Imprensa tinha a seu lado sua “irmã maior”, Lei de Segurança Nacional, baixada por decreto e ainda mais truculenta.

Apesar de preceituar “a liberdade de manifestação de pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio e sem dependência de censura”, regulamentando e explicitando os princípios constantes da nova Constituição, a Lei de Imprensa continha instrumentos de censura. Era o choque entre a lei maior, a Constituição, e as leis menores, de Imprensa e de Segurança Nacional, que pela lógica não deveriam existir.

Logo nos artigos iniciais impõem-se as ressalvas, como a de que a liberdade de imprensa não se aplicaria durante o Estado de Sítio e a censura a espetáculos e diversões seria permitida. Pior ainda, o texto liberava a publicação e a circulação de livros e periódicos em todo o território nacional, mas proibia aqueles veículos que “atentassem contra a moral e os bons costumes”, sem estabelecer quem executaria a proibição e, mais importante, quem interpretaria os conceitos de moral e de bons costumes. O rádio e a televisão dependeriam de concessão ou permissão federal, nos termos da lei do Conselho de Telecomunicações, que permitia a intervenção e a censura das autoridades do setor na programação das emissoras.

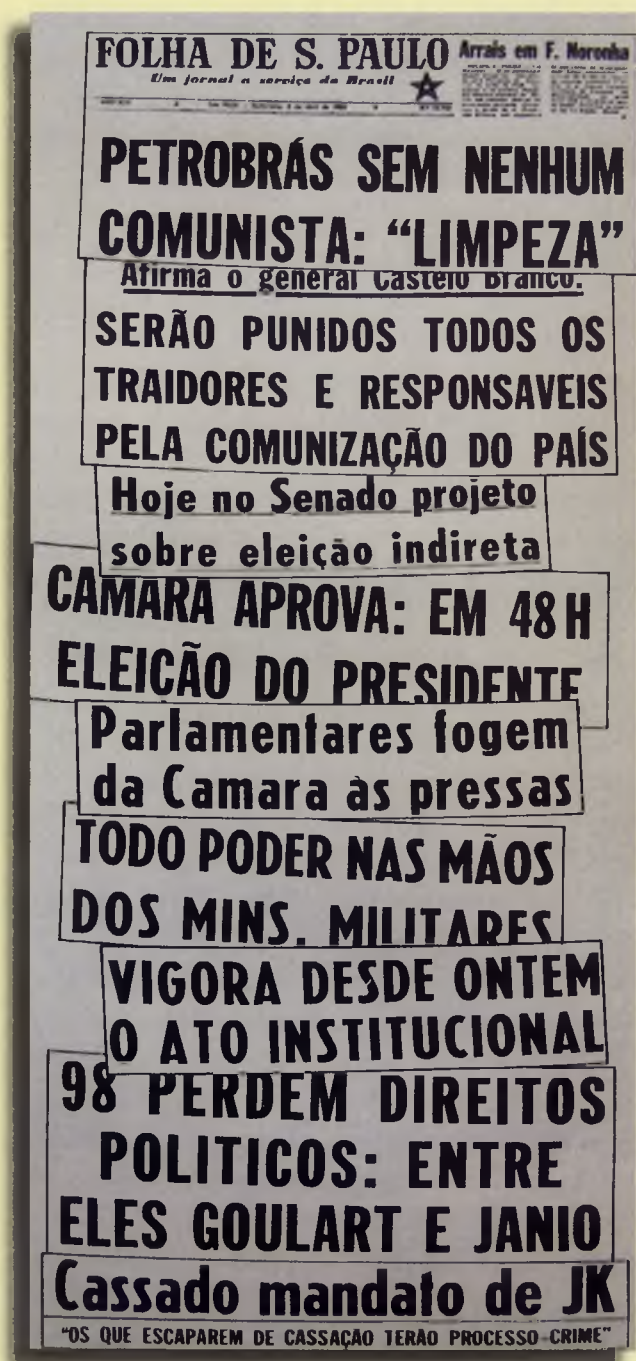
O principal capítulo da nova lei recebeu o título de “Dos Abusos ao Exercício da Liberdade de Manifestação do Pensamento e Informação”, começando por definir os crimes,

“como propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou de classe; publicar ou divulgar segredo de Estado, notícia ou informação relativa à preparação da defesa in-

terna ou externa do país, desde que o sigilo seja justificado como necessário; notícia ou informação sigilosa, de interesse da segurança nacional, desde que, igualmente, exista recomendação ou norma prévia determinando segredo, confidência ou reserva; publicar ou divulgar notícia falsa ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados que provoquem perturbação da ordem pública ou alarma social [...]”.

O que mais agredia a atividade jornalística, nesse capítulo, era que a prova da verdade em casos de calúnia não poderia ser feita se o ofendido fosse o presidente da República, os presidentes da Câmara e do Senado, os ministros do STF e chefes de Estado ou de nação estrangeira, bem como seus embaixadores no Brasil. Quer dizer, mesmo se um jornalista fotografasse um desses cidadãos saindo do cofre do Banco do Brasil, de madrugada, com um saco de dinheiro nas costas, nem assim poderia pedir ao juiz permissão para fazer a prova da verdade, ou, como a lei definia, a exceção da verdade. Estaria liminarmente condenado à cadeia...

A lei prevê os casos de retratação por parte do jornalista faltoso, estabelece a mecânica do direito de resposta e dedica capítulos aos processos civil e penal no caso de julgamento. Pode-se rotulá-la de draconiana, até de abusiva em muitos casos, mas ainda seria absorvível caso dela não constassem certos artigos das disposições transitórias, que davam ao ministro da Justiça a prerrogativa de apreender jornais e revistas ou retirar do ar emissoras de rádio e televisão, sem responder pelos seus atos perante tribunal algum, porque meses depois da vigência do texto, o governo suspendeu a exigência de o Tribunal Federal de Recursos pronunciar-se *a posteriori*.



As vítimas da lei

Durante os anos de 1967 e 1968, a Lei de Imprensa foi aplicada diversas vezes contra jornais e jornalistas, mas, menos mal, tendo em vista ainda ser possível esses profissionais defender-se e, não

raro, ser absolvidos pela Justiça. Cite-se o exemplo de Hélio Fernandes, jornalista e diretor da *Tribuna da Imprensa*, que ao longo dos primeiros anos de vigência da lei, sofreu duas centenas de processos, bem como, pela Lei de Segurança Nacional, haver sido confinado em Fernando de Noronha e em Campo Grande, Mato Grosso.

A Lei de Imprensa anterior, lei nº 2.083, de 1953, apenas se referia a jornais e periódicos, sendo que o rádio e a televisão então emergentes ficavam por conta de leis especiais, consolidadas, em 1962, no Código Brasileiro de Telecomunicações. Mesmo assim, Costa e Silva reagia quando ministros e assessores o aconselhavam a censurar jornais. Certa vez o ministro da Justiça, Gama e Silva, um radical, propôs-lhe censurar o *Correio da Manhã*. Em vez de responder, o velho marechal entregou-lhe um pedaço de papel em que se lia frase de Thomaz Jefferson, nesses termos: “Se fosse dado a mim dispor de um governo sem jornais, ou de jornais sem governo, ficaria com a segunda hipótese”.

No entanto, o pior estava por vir. Em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva, pressionado pelos radicais incrustados em seu governo, fez retornar o arbítrio absoluto, assinando o Ato Institucional nº 5. Tanto a Constituição quanto a parte sã da Lei de Imprensa foram submetidos à truculência do regime, que a partir daquele momento passou também a aplicar contra jornalistas e jornais a Lei de Segurança Nacional, cuja principal característica era o julgamento dos réus por tribunais militares, presididos por ma-

Costa e Silva, pressionado pelos radicais incrustados em seu governo, fez retornar o arbítrio absoluto, assinando o AI-5. Tanto a Constituição quanto a parte sã da Lei de Imprensa foram submetidos à truculência do regime, que a partir daquele momento passou também a aplicar contra jornalistas e jornais a Lei de Segurança Nacional, cuja principal característica era o julgamento dos réus por tribunais militares, ao invés de juízes togados, como acontecia no caso da Lei de Imprensa.

jores, coronéis e generais, ao invés de juízes togados, como acontecia no caso da Lei de Imprensa.

Todos os jornais do país sofreram censura. Censores policiais instalados nas redações, autorizavam ou vetavam matérias, naquelas empresas que reagiam a ordens telefônicas. A maioria, importa acentuar, contentava-se com instruções diárias transmitidas verbalmente, pelo telefone: “Nada sobre este ou aquele assunto”. Alguns diretores e editores-chefes ainda completavam: “Só isso? Não tem mais nada?...”

O AI-5 inovou tanto em matéria celerada que, ao contrário dos anteriores, trouxe artigo autorizando o governo, declaradamente, a censurar a imprensa. Talvez por pudor, lia-se no artigo 9 “que o presidente da República poderá adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas “d” e “e” do parágrafo 2º do artigo 152 da Constituição”. As alíneas não expressamente referidas eram as que permitiam, no capítulo do Estado de Sítio, “a suspensão da liberdade de reunião e de associação” e “a censura da correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas”...

Nos meses seguintes, o presidente Costa e Silva foi percebendo haver-se transformado no maior algoz, tanto quanto na maior vítima do AI-5. Debitava-se a ele tudo o que se perpetrava à sua volta contra as instituições e a pessoa humana em matéria de violência, tortura e censura. Qualquer policial de última qualificação, oficial subalterno ou superior das forças armadas, até funcionários públicos civis, detinham o poder do arbítrio, executado em nome do presidente da República. Era o presságio feito por Pedro Aleixo no dia da decretação do AI-5, quando declarou não ter receio das mãos honradas do presidente, mas do guarda da esquina...

O poder usurpado

Em maio de 1969, decidido “a não passar à história como mais um general que golpeou as institui-

ções”, segundo desabafou, Costa e Silva decidiu haver chegado o momento de acabar com o AI-5. Estimulado pelo vice-presidente Pedro Aleixo, único a insurgir-se contra a volta à ditadura escancarada, reuniu uma comissão de juristas e pediu-lhes a preparação de emenda constitucional capaz de permitir ao país o gradativo retorno ao leito democrático. Naqueles dias, o presidente determinou que a censura fosse atenuada, para que a imprensa pudesse noticiar suas intenções de constitucionalizar o país. O ministro da Justiça reagiu.

Sobrevém a tragédia, verificada a 30 de agosto. Faltando uma semana para o presidente assinar a reabertura do Congresso, então posto em recesso, encaminhando a emenda e considerando extinto o instrumento de arbítrio, Costa e Silva é acometido por uma trombose, fruto de sua determinação de virar a página truculenta. Deveria substituí-lo o vice-presidente Pedro Aleixo. Mas o que fazem os três ministros militares? O general Lira Tavares, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Márcio Mello prendem Pedro Aleixo e usurpam o poder.

Sequestro do embaixador dos EUA

As instituições chegaram ao fundo do poço, em especial depois que a esquerda radical seqüestra o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, exigindo em troca de sua vida a libertação de presos políticos. Exigiram também que o *Jornal Nacional* divulgasse manifesto depois reconhecido como de autoria do jovem jornalista Franklin Martins. O locutor aparece na tela suando frio e lendo documento que começava: “Brasileiros, o governo ditatorial e usurpador, a serviço do imperialismo americano (...)”. Em dado momento, o apresentador não agüentou, levantou o papel e disse: “É o manifesto que está dizendo, não sou eu...” A Rede Globo, até hoje, não liberou aquela gravação. Não existiam videoteipes familiares, o equipamento era imenso,

ninguém gravou. A informação é de que tudo se perdeu num incêndio anos depois...

A confusão alastrou-se. A Junta Militar cassou mandatos, permitiu as maiores arbitrariedades. Nunca a imprensa viu-se tão censurada. Nada podia ser publicado a respeito da convulsão institucional. Intervir nos jornais e na imprensa eletrônica ficou a cargo dos comandantes dos quatro Exércitos e dos comandantes da Amazônia e do Planalto. Censores militares voltaram às redações. Quando começou a luta pela sucessão, ficou ainda pior. Era proibido divulgar que generais disputavam o poder e, mais grave ainda, que uma eleição direta aconteceria para a escolha do novo presidente. O povo ficou de fora, pois só votaram os generais, almirantes e brigadeiros do serviço ativo. Para evitar a “eleição” do general Afonso Albuquerque Lima, vitorioso na Marinha e na Aeronáutica, criaram-se novos colégios eleitorais no Exército, advindo daí a solução.

Naqueles dias a *Tribuna da Imprensa* foi apreendida e o *Estado de S. Paulo* proibido de circular. Hélio Fernandes, mais uma vez, preso. O “vitorioso” foi o general Garrastazu Médici, comandante do III Exército, ex-chefe do SNI. Como último ato de sua pantomima, a Junta Militar decidiu cumprir a vontade do presidente Costa e Silva, reabrindo o Congresso para legitimar a posse de Médici, que na ocasião declarou: “Vamos abrir. Se precisar, fechamos logo depois”. Encaminhou-se ao Legislativo – impedido de modificá-la – a emenda constitucional preparada pela comissão de juristas e desfigurada no seu objetivo principal, por obra e graça do jurista Leitão de Abreu, cunhado do ministro do Exército. Assinado pelos ministros militares, o texto promovia centenas de alterações na Constituição de 1967, mas omitia a extinção do AI-5. Pelo contrário, ele era formalmente mantido. Era sinal de que a censura continuaria, como continuou.

O preâmbulo forneceu os limites de um regime posto em frangalhos. Todas as constituições

começavam com “Em nome da Santíssima Trindade” (1824), “A nação brasileira (...)” (1891), “Nós, representantes do povo, pondo nossa confiança em Deus” (1934), “O presidente da República, atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro (...)” (1937), “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus (...)” (1946), e “O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus (...)” (1967). Dessa vez, começava assim: “Os ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3 do AI- 16 (...)” (1969). Assim, o Congresso foi reaberto para coonestar a indicação do novo presidente, escolhido pelo Alto Comando das Forças Armadas.

No que diz respeito aos meios de comunicação, a emenda mantém os princípios de 1967, mas acrescenta uma outra proibição, além de propaganda de guerra, de subversão da ordem e de preconceitos de raça ou de classe, que também não serão toleradas “propaganda de religião e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”.

Liberdade só no discurso

Emílio Garrastazu Médici toma posse a 17 de outubro. Em seu primeiro discurso, promete “deixar a democracia definitivamente instaurada no país” e anuncia amplo diálogo: “Naturalmente, esse entendimento requer universidades livres, partidos livres, Igreja livre e imprensa livre”. E depois: “Estarei atento a esse esforço de libertação em cada dia do meu governo. Não me deixarei iludir nem iludir ao povo. Chegou a hora de fazermos o jogo da verdade!”

Ledo engano, para quem se enganou, porque aquele discurso, o novo presidente apenas leu. Havia sido preparado pelo então coronel Octávio Costa, um intelectual e um democrata. A reação dos Altos Comandos não se fez esperar e ficou o

dito pelo não dito. Logo depois, mesmo elevado à condição de chefe da Assessoria de Relações Públicas, o coronel Octávio Costa ficou proibido de redigir os discursos do presidente, tarefa que passou ao ministro Leitão de Abreu.

Nos quatro anos e quatro meses e dezessete dias do governo Médici, a liberdade passou longe. Tudo era proibido, por meio de ordens de censura que chegavam diariamente, transmitidas pela Polícia Federal, oriundas de fontes tão diversas quanto o SNI, o Itamaraty, os ministérios militares, os ministérios civis e todos os esbirros que se julgassem detentores de alguma parcela de poder.

Sucedem-se episódios que seriam cômicos se não fossem trágicos. No Rio, o então comandante da I Região Militar, general Silvio Frota, convoca ao seu gabinete alguns diretores de jornal e diz: “Não há mais censura!” Os presentes, esperançosos ou iludidos, agradecem. Mas um que chegou atrasado indaga: “General, parece-me não haver mais censura praticada pelo Exército, porque acabaram de chegar à minha redação censores da Polícia Federal...” A resposta foi digna de Kafka: “Minhas instruções terminam aqui. Boa tarde.”

Em novembro de 1970, os órgãos de segurança prendem toda a redação de *O Pasquim*, semanário empenhado na mais completa resistência ao regime. Ficarão incomunicáveis por meses, em quartéis da Vila Militar, Ziraldo, Jaguar, Fortuna, Tarso de Castro, Paulo Francis, Flávio Rangel, Sérgio Cabral, Luís Carlos Maciel e outros. O primeiro a ser posto em liberdade, dois meses depois, é Ziraldo, que não perde quinze minutos e vai para o bar do Antonio’s, na época templo da boemia carioca. Os amigos querem saber que crime tão grave haviam cometido, se mantinham armas na sede do jornal, e esse anjo do jornalismo explica. No primeiro número de setembro haviam decidido incorporar-se à campanha desenvolvida pelo governo, de exaltação da Independência do Brasil. Assim, publicaram

desenho a bico de pena, nas páginas centrais, onde se via d. Pedro I às margens do Ipiranga, espada desembainhada, mas em vez de gritando “Independência ou Morte!”, o monarca dizia: “Eu quero é mocotó!”

A 24 de agosto de 1972, novo retrocesso. A Polícia Federal convoca o editor-chefe de *O Estado de S. Paulo*, Oliveiros S. Ferreira, e avisa que a partir daquele dia o jornal só circularia com a aprovação de censores permanentes instalados em suas dependências. O pretexto era de que no dia seguinte seria publicado manifesto lançando a candidatura do general Ernesto Geisel à presidência da República. Armados de metralhadoras, revólveres e granadas, trinta policiais cercaram o quarteirão da rua Major Quedinho, enquanto um delegado e três censores subiam à redação. Em baixo, bloqueavam a saída da edição, já rodada, dedicando-se à paciente tarefa de ler todas as páginas, do editorial às reportagens políticas e às seções de esportes, cinema, teatro e outras. Procuravam o perigoso manifesto inexistente, que se existia deveria estar na casa do general Golbery do Couto e Silva. Lá, os censores permaneceram até 5 de janeiro de 1975, já em pleno governo Ernesto Geisel...

Em 19 de setembro de 1972, segundo nota lida pelos censores, mas proibida sequer de ser copiada na frente deles, a Polícia Federal proibia todo o noticiário “sobre abertura política,

Naqueles anos de chumbo, importa a repetição, a maioria dos jornais e revistas acomodava-se à censura, aceitando ordens telefônicas sobre assuntos proibidos. Uns poucos resistiram, recebendo assim a presença diária de censores, instalados nas redações ou nas oficinas. Com lápis vermelho na mão, nas provas de página, riscavam as matérias proibidas. Nos primeiros dias os jornais deixavam o espaço em branco, transmitindo ao leitor a evidência de que algo estava errado, desde as manchetes e chamadas de primeira página até os editoriais, colunas e simples reportagens.

democratização do país ou assuntos correlatos, além de críticas desfavoráveis à situação econômico-financeira ou referências ao problema sucessório”. Interditou-se qualquer entrevista do ex-ministro Roberto Campos, inspirador da política de alinhamento total aos Estados Unidos, no período Castelo Branco.

Um ridículo novo marco na história da censura vai acontecer na mesma semana. Policiais federais comparecem às redações dos principais jornais, levando notas escritas de proibição de temas variados, para serem copiadas pelos editores-chefes, sem que os originais pudessem ficar. Era a prova material do arbítrio, ainda que fugaz. O primeiro desses éditos, cuja autoria, na maior parte das vezes, era atribuída ao SNI, ainda que não provada, proibia a divulgação de “entrevistas ou alusões ao pensamento do marechal Cordeiro de Farias”, outro ex-ministro do governo Castelo Branco, que fizera conferência em Porto Alegre sustentando o caráter democrático e liberal da Revolução de 1964. Vale transcrever o texto:

Aos órgãos descentralizados, atendendo recomendação do Exmo. Sr. Ministro da Justiça: solicitem à imprensa evitar a divulgação de entrevistas cujo teor coloque em análise de forma crítica os governos revolucionários, ou exaltem os governos referidos nos moldes dos trechos da entrevista do marechal Cordeiro de Farias, publicada pelo *Jornal do Brasil* e pelo *O Estado de S. Paulo*.

Não se admitia, na verdade, deixar o governo Médici sob constrangimento, já que muitas de suas iniciativas contrariavam os governos dos antecessores. Enquanto durou essa fase escrita de proibições, a redação de *O Estado de S. Paulo* contou 270 ordens de censura, ainda que se acredite haver outro tanto se perdido nos descaminhos da memória do governo e dos jornais. Algumas chegavam a ser hilariantes, como a que se segue:

Por ordem do sr. Ministro da Justiça, é expressamente proibido: 1. Notícias, comentários e entrevistas de

qualquer natureza sobre abertura política, democratização e assuntos correlatos. 2. Anistia de cassados ou revisão parcial de suas penas e processos. 3. Críticas, comentários ou editoriais desfavoráveis sobre a situação econômico-financeira. 4. Problemas sucessórios ou suas implicações. 5. Qualquer noticiário sobre qualquer assunto, partido da Anistia Internacional ou a ela referente, que aborde problemas brasileiros. As ordens acima atingem a qualquer pessoa, inclusive as que foram ministros de Estado ou ocuparam altas funções em qualquer atividade pública.

O sistema em cascata continuou: “Não pode ser divulgada notícia de que um comandante da Marinha teve um acesso de loucura em um avião, em São Paulo, criando um sério problema.” “Sobre sucessão presidencial, nenhuma notícia pode ser divulgada.” “Nenhuma notícia sobre o pronunciamento de Júlio de Mesquita Neto na Sociedade Interamericana de Imprensa.” “Proibidos os discursos de ontem dos deputados Lysâneas Maciel e Fernando Lyra.” “Não se pode publicar nada sobre o possível seqüestro de D. Rosa Cardim Osório. Ou outra mulher de coronel.” “O recente abalo de terra ocorrido no Ceará só pode ser publicado discretamente, para não alarmar a opinião pública.” “Nenhuma referência, contra ou a favor, de D. Helder Câmara.” Os censores, em muitos casos, tornavam-se pauteiros, pois de muita coisa ocorrida a imprensa ignorava. Inclusive uma tentativa de seqüestro sofrida pelo general Ernesto Geisel, então presidente da Petrobrás, no Aterro do Flamengo, no Rio. Ficou proibido divulgar que “S. Exa. teve seu carro abalroado, foi ameaçado por metralhadoras e revólveres e apenas conseguiu escapar pela perícia de seu motorista.”

Conforme outra nota, “não ocorreu uma concentração de estudantes na Praia Vermelha”, no Rio, quando todos os jornais dispunham de fotografias dos protestos. Ainda sobre estudantes: “Minimizar a notícia sobre protesto feito por estudantes da Universidade de Brasília”.

As proibições também atingiram entrevistas de d. Yolanda Costa e Silva, viúva do ex-presidente, e a apreensão do jornal *Opinião* e a prisão de seus diretores. O jornal bateu às portas da Justiça, tendo o proprietário, Fernando Gasparian, constituído Adaucto Lúcio Cardoso como seu advogado, que lembrou dois exemplos hilariantes da ação da censura contra o semanário: a proibição da transcrição de artigo escrito por um psicólogo europeu a respeito das anomalias sexuais de Leonardo Da Vinci, porque o chefe de gabinete do ministro Buzaid chamava-se Leonardo, e a reprodução de um artigo sobre Freud, que abordava personalidades anômalas entre juízes, políticos, médicos e ... gerais. O TFR acolheu o recurso, por seis votos a cinco. Mas, menos de 24 horas depois, o presidente Médici assina decreto publicado no *Diário Oficial*, estranhamente datado de 30 de março de 1971, dois anos atrás, autorizando o ministro da Justiça a censurar o semanário *Opinião* com base no AI-5, ficando o mandado de segurança sem efeito.

Em 1973, a censura proibiu a divulgação de um encontro entre o presidente Médici e o general Ernesto Geisel, nome especulado para a sucessão. Notícias sobre greves, nenhuma, em especial quando o ABC começava a esquentar. Quando do golpe no Chile, proibiu-se “tudo o que enaltecesse o presidente deposto, Salvador Allende, assim como tudo o que pudesse parecer desairoso ao general Pinochet”. Outra censura no campo internacional: “Nada sobre moções de solidariedade a qualquer dos países envolvidos da guerra do Oriente Médio”. No plano interno, continuavam proibidas notícias sobre “a prisão de terroristas e subversivos”, muito menos sobre “a ação dos órgãos de segurança”.

O falso milagre brasileiro

A 15 de janeiro de 1974, o general Ernesto Geisel é eleito presidente da República, pelo Congresso. Ao anti-candidato Ulysses Guimarães havia sido

negado acesso ao rádio e à televisão durante a “campanha”. No dia da eleição, os jornais foram proibidos de noticiar quantos votos teria o opositor.

Promessas vinham do grupo do novo presidente de que, uma vez empossado, a censura seria levantada. Armando Falcão, ministro da Justiça, bem que tentou, nos primeiros dias, mas a barreira continuava firme, e nem se tratava, soube-se depois, de uma preocupação fundamental do novo presidente. Era para continuar daquele jeito mesmo.

Por excesso de otimismo, no primeiro dia do governo Geisel, como diretor da sucursal de *O Estado de S. Paulo*, em Brasília, preparei longo artigo sobre a situação econômica do país, porque enquanto o governo Médici proclamava o “milagre brasileiro”, a crise internacional do petróleo desarrumava a economia do mundo inteiro e fazia elevar a inflação entre nós. Incomodei amigos economistas, em longas conversas, porque até hoje o tema não atinge meus neurônios. De madrugada, sou acordado por telefonema de São Paulo, pelo editor-chefe, Oliveiros S. Ferreira, que com certa malícia participa continuar a censura na redação e, mais, ter sido meu artigo inteiramente censurado. O título era “O Falso Milagre Brasileiro”.

Tão indignado quanto frustrado, pela manhã coloquei ao lado da máquina de escrever a matéria cheia de números e refiz o texto. Onde se lia Brasil, troquei pela “Baldônia Interior”, um país que se for procurado nos mapas não será encontrado. Lá, por coincidência, tinha havido uma sucessão presidencial, e o novo presidente defrontava-se com o grave problema do falso milagre baldônico. Os números eram os mesmos. Quando o artigo chegou ao censor, ele comentou: “Até que enfim esse Carlos Chagas resolveu escrever sobre política externa. Pode publicar”. O infeliz perdeu o emprego, por ter sido nacional a gargalhada que se seguiu.

Estratégias para burlar a censura

Naqueles anos de chumbo, importa a repetição, a maioria dos jornais e revistas acomodava-se à censura, aceitando ordens telefônicas sobre assun-

A imprensa estava posta a nocaute, depois daqueles anos de censura total. Caíra aos piores níveis a circulação dos jornais. A publicidade privada não acreditava nos matutinos como forma de vender produtos. Como recuperar, senão a credibilidade, ao menos a vendagem? E sem falar da autocensura, que permanecia entranhada nas direções e nas redações. Jornalistas tinham sido processados aos montes, mais pela lei de Segurança Nacional do que pela Lei de Imprensa. Nos anos de censura, calcula-se em 280 editores, repórteres e comentaristas.

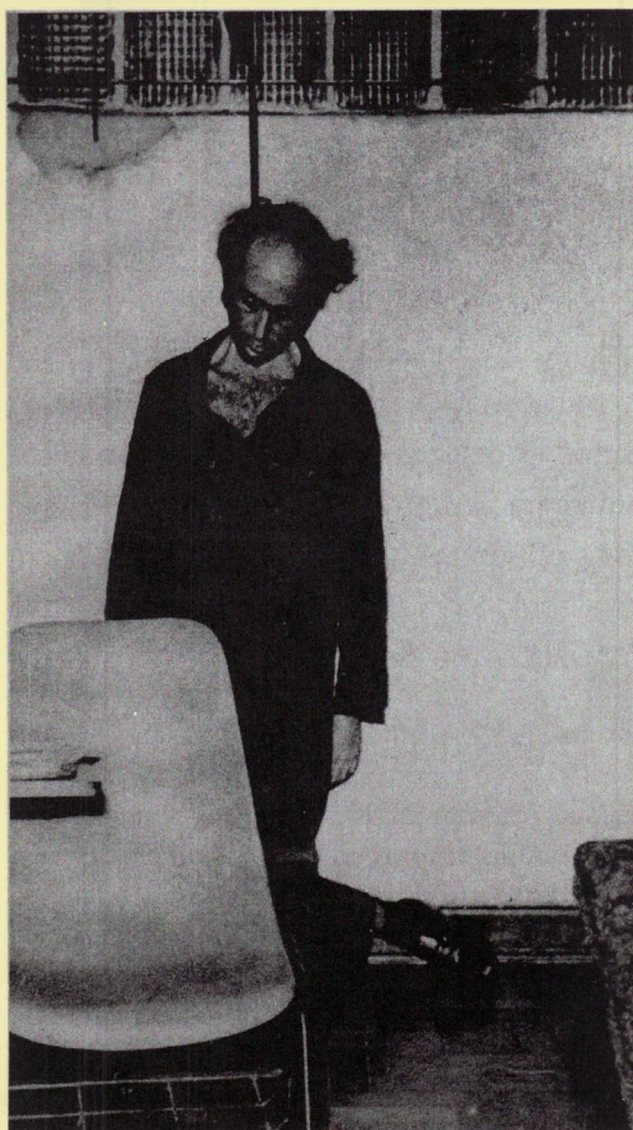
tos proibidos. Uns poucos resistiram, recebendo assim a presença diária de censores, instalados nas redações ou nas oficinas. Com lápis vermelho na mão, nas provas de página, riscavam as matérias proibidas. Nos primeiros dias os jornais deixavam o espaço em branco, transmitindo ao leitor a evidência de que algo estava errado, desde as manchetes e chamadas de primeira página até os editoriais, colunas e simples reportagens.

Em pouco tempo, a censura proibiu os espaços em branco. Se os jornais insistissem, seriam apreendidos ainda nas impressoras. Assim, cada folha tratou de encontrar suas soluções. A *Tribuna da Imprensa* publicava anúncios de página inteira ou em pequenas colunas, conforme o tamanho do material censurado, com os dizeres: “Leia a *Tribuna da Imprensa*, o jornal que melhor informa”.

O *Jornal do Brasil* colocava pequenos anúncios de oferta de domésticas e procura de empregos. No dia da decretação do AI-5 teve desfigurada toda a sua primeira página. Apenas, o censor esqueceu-se de fiscalizar a previsão do tempo, que, por iniciativa do editor-chefe, Alberto Dines, saiu assim: “Tempo negro, temperatura sufocante. Vendavais assolam o país de norte a sul. Temperatura máxima: 100 graus no palácio Laranjeiras. Mínima: o grau em Brasília.”

A revista *Veja* editava o logotipo da empresa, aquela árvore estilizada, nas colunas censuradas.

O *Estado de S. Paulo* começou, em 1972, a publicar fotografias de flores e de jardins, mas precisou abandonar aquele expediente de resistência quando senhoras quatrocentonas procuraram o prefeito Figueiredo Ferraz, pedindo-lhe solidarizar-se com aquela feliz campanha do *Estadão* para florir São Paulo. Outra alternativa foi a publicação de poesias libertárias, de Castro Alves a Cecília Meirelles, logo proibida. Assim, o jornal passou a apresentar *Os Luzíadas*, de Camões,



Diretor de jornalismo da TV Cultura-SP, Wladimir Herzog foi morto, aos 38 anos, nas dependências do DOI-CODI, em 25 de outubro de 1975

ora versos inteiros, ora uma ou duas linhas, de acordo com o tamanho do material censurado. Até o fim da truculência, *Os Luzíadas* foram publicados, no todo, 26 vezes.

Era permitido noticiar assaltos a bancos, mas proibido dizer a quantia roubada, para não estimular novos crimes. Logo, a proibição exacerbou-se e, certo dia, o jornal apresentou: “Ontem, na favela da Mangueira, no Rio, a lavadeira d. Maria de tal foi assaltada por um pivete, que levou de sua carteira as armas e os barões assinalados”...

O *Jornal da Tarde* encontrou sua reação nas receitas culinárias, mas com uma peculiaridade: recomendavam tudo errado, como, por exemplo, um bolo de chocolate, que exigia dois quilos de sal, um de pimenta, duas melancias e uma pitada de cimento. A redação caía na risada quando uma leitora telefonava reclamando da receita.

Em determinados episódios, naqueles anos, o governo Geisel foi pior do que o governo Médici. Quando da crise que redundou na exoneração do general Ednardo D’Avila Mello, depois do assassinato do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, nas masmorras de São Paulo, não havia como impedir o noticiário, mas a censura não se entregou: “Podem noticiar a exoneração do general, mas sem qualquer comentário sobre os motivos que levaram o presidente Geisel a exonerá-lo”.

Os extremos da censura

A censura chegou a um extremo tal na *Tribuna da Imprensa* que até palavras eram proibidas, como “liberdade”, “contestação” e “mordomia”. Nomes próprios também estavam banidos: “Getúlio Vargas”, “Juscelino Kubitschek”, “Ulysses Guimarães” e “Paulo Brossard”, entre outros. O jornalista Hélio Fernandes procurou o senador Daniel Krieger, relatando as proibições inexistentes em outros jornais. O velho liberal gaúcho escreveu carta ao presidente da República,



Líderes políticos comandam o processo de mobilização popular pelas eleições diretas

que o convocou ao seu gabinete. A conversa foi digna de Kafka: “– A *Tribuna* está sob censura? – Eu não sabia. Já mandei parar com essa coisa!” A censura na *Tribuna da Imprensa* continuou até junho de 1978...

Na *Veja*, a censura durou até junho de 1976, em *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, até novembro de 1975. O *São Paulo*, da Arquidiocese paulistana, recebeu censores até junho de 1978. Impedido de divulgar discurso do senador Franco Montoro, publicado em outros jornais, o semanário católico bateu às portas da Justiça. D. Evaristo Arns, por intermédio do advogado Sobral Pinto, impetrou mandado de segurança contra o presidente da República, no STF. Ao prestar, por escrito, informações pedidas pelo relator, ministro Bilac Pinto, o general Geisel repetiu o general Médici, anos antes. Disse que a censura continuava sendo feita no Brasil com base no AI-5, como se estivéssemos sob Estado de Sítio...

Deve-se reconhecer, nesse emaranhado de contradições, que foi graças ao presidente Geisel que a censura aos jornais viu-se gradativamente levantada. Os donos do poder perceberam ser melhor dispor de uma imprensa aparentemente livre, mas controlada por ameaças, do que arcar com o ônus internacional de constituir-se numa ditadura. Tan-

to que, em certas ocasiões, valeram-se da suposta liberdade concedida para a concretização de seus objetivos.

A 12 de dezembro de 1977, com parte dos jornais sem censores em suas redações, explode a crise do general Silvío Frota, ministro do Exército em franca rota de colisão com o palácio do Planalto. Incentivado pela linha-dura militar e por políticos oportunistas, ele vinha sendo apontado candidato à presidência da República, mais ou menos como Costa e Silva se impusera a Castello Branco. Só que Geisel aprendera a lição, naquela época chefe do Gabinete Militar de Castello. Não ia permitir imposições. Chamou o ministro do Exército para demiti-lo, naquela manhã. Vão aos palavrões, Frota não aceita a demissão e prepara-se para resistir militarmente, apoiado em algumas unidades do Distrito Federal. Só que Geisel havia se preparado dias antes, mandando cercar Brasília com uma brigada de sua confiança e deixando os paraquedistas, no Rio, dentro dos aviões, prontos para voar e saltar sobre a Praça dos Três Poderes. No fim do dia, Silvío Frota reconhece a inferioridade e a derrota. Passa o ministério a seu substituto designado por Geisel, o general Belford Bethlem, e distribui à imprensa virulento manifesto denunciando a infiltração comunista no governo,

até com referências ao chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva.

Nas redações, tinha-se a impressão de que o governo proibiria a publicação do manifesto e até mesmo o relato daquela quase guerra militar. Pois veio a surpresa: o chefe do Gabinete Militar, general Hugo Abreu, até forneceu à imprensa cópias do documento. Tratava-se de um bestialógico tão grande que o governo só teria a lucrar caso conhecido pela opinião pública.

As emissoras de rádio e televisão permaneceram censuradas até o último dia do mandato do general Geisel. Podiam divulgar greves, crises políticas e conturbações lá fora, mas, no Brasil, nada. Eram até mais drásticas as proibições chegadas aos vídeos e microfones. Os telejornais quase nada informavam do que realmente se passava no país, exceção quando os governos militares requisitavam cadeias nacionais para o pronunciamento de algum terrorista arrependido.

Contraditório, o general Ernesto Geisel chegou a exprimir por três vezes, em documentos oficiais, que não abriria mão dos instrumentos revolucionários postos ao seu dispor, mas a 13 de outubro de 1978, já decidida a eleição do sucessor pessoalmente por ele escolhido, o general João Baptista Figueiredo, o tonitruante Zeus de plantão no Olimpo do Planalto Central decide revogar os atos institucionais e complementares, ressaltados seus efeitos. Em compensação, exige do Congresso a aprovação da emenda constitucional nº 11, que cria as medidas de emergência e o estado de emergência, ampliando também o estado de sítio. As medidas de emergência poderiam ser adotadas pelo presidente da República sem prévia anuência, apenas com a participação ao Congresso, por sessenta dias, prorrogáveis por duas vezes. Permitiam a suspensão dos direitos individuais, inclusive a censura à imprensa. Os estados de emergência e de sítio, com as mesmas características, adquiriam gradação mais alta, ou seja, mais arbitrária, porque não

dependeriam sequer de apreciação parlamentar. Mesmo assim, tratava-se de um avanço.

Abertura política

Com a posse do general Figueiredo, ampliou-se a chamada abertura política. Perguntado sobre a censura no rádio e na televisão, nos primeiros dias de seu governo, ele respondeu com vigor: “Censura? Que censura? Não quero ver um censor nas rádios e televisões! Nem ordens de qualquer espécie a respeito de matérias proibidas! Agora, tomem cuidado, porque se exagerarem ou provocarem, eu chamo o Pires!” A referência era para o ministro do Exército, general Walter Pires, tido como linha-dura e partidário da volta ao regime discricionário. Era tudo combinado, mas Figueiredo defrontou-se com graves problemas referentes aos meios de comunicação. Com cautela, acostumados à censura e à autocensura, telejornais e noticiários radiofônicos foram aos poucos readquirindo certa independência.

Apesar disso, a imprensa estava posta a nocaute, depois daqueles anos de censura total. Caíra aos piores níveis a circulação dos jornais, proporcionalmente ao crescimento da população. Entre 1976 a 1978, quem editasse mais de 100 mil exemplares estaria mentindo. A publicidade privada não acreditava nos matutinos como forma de vender produtos. Valiam-se todos da publicidade oficial, antes farta, mas, aos poucos, reduzida por conta da crise econômica.

Como recuperar, senão a credibilidade, ao menos a vendagem? E sem falar da autocensura, que permanecia entranhada nas direções e, em grande intensidade, nas redações. Jornalistas tinham sido processados aos montes, mais pela lei de Segurança Nacional do que pela Lei de Imprensa. Nos anos de censura, calcula-se em 280 editores, repórteres e comentaristas.

Este que vos escreve sofreu três processos. Em 1971, por haver reunido em livro as reportagens pu-

blicadas em *O Globo* e no *Estado de S. Paulo*, vinte capítulos de página inteira contando os bastidores da luta pelo poder, com a doença do presidente Costa e Silva. Sob o título de *113 Dias de Angústia*, período que vai do primeiro dia da trombose até a morte do velho marechal, em 1969, o trabalho mereceu o Premio Esso de Jornalismo de 1970, naqueles dias em que o maior galardão da mídia brasileira ainda não havia sido retaliado em mil e um subprêmios, claro que para enfraquecer o principal, quase sempre um trabalho que expunha e até contestava o regime. Hoje, de ano para ano, todo mundo diz “que ganhou o Prêmio Esso”.

A 21 de dezembro daquele ano, em solenidade no Hotel Glória, no Rio, na presença de mais de 200 jornalistas, pronunciei o seguinte discurso:

“Quando se passa a dar às notícias responsabilidade maior do que aos atos e fatos delas geradores; quando se começa a culpar e incriminar as notícias como se fossem elas as responsáveis pelo atos e fatos; quando se censura, proíbe e obriga a retirada de notícias das páginas de jornais, dos vídeos e dos microfones, pretendendo-se pela simples proibição negar os atos e os fatos a que as notícias se referem; quando se chega a punir a própria notícia – e não estou falando do comentário, da crítica, do editorial e da opinião pessoal, mas simplesmente da notícia – quando tudo isso acontece, companheiros, está acontecendo também a subversão total do jornalismo. E subversão não apenas do jornalismo, mas dos princípios elementares da ética que deveriam reger a sociedade. Nos sistemas totalitários, nos regimes de exceção, da esquerda ou da direita, a notícia nada mais é do que um agente a serviço do Estado, ou melhor, dos interesses e das idiosincrasias dos homens ou dos grupos que em determinados momentos dirigem o Estado. Torna-se a antinotícia, pois quando lhe permitem aparecer nas manchetes, nas colunas, nos microfones ou nos vídeos, ela reflete o oposto da realidade dos fatos, ela invariavelmente traz a meia-verdade, ou até a mentira integral. No entanto, não situam-se apenas na extrema esquerda ou na extrema direita os algozes da notícia. Especialmente nos países em desenvolvimento, ainda sem estruturas sociais completas, notamos acentu-

ar-se um fenômeno que envolve, torce, viola e degrada a notícia: a influência de grupos que estabelecem a ditadura de seus interesses e, não raro, transformam os veículos de comunicação e as próprias notícias em trampolim para seus objetivos. Não necessito dar exemplo de nenhum dos casos. A realidade está à vista de todos. Assistimos, hoje, senão à morte, ao menos à enfermidade da notícia, por inanição. Nós, que somos cultores da notícia, que dela vivemos e para ela vivemos. Quando a notícia é reprimida, é a nós que estão reprimindo. Quando a notícia é sufocada, é a nós que estão sufocando. E não creio que nos caiba, como classe ou indivíduos, apenas o papel de sufocados e reprimidos. Cabe-nos, companheiros, agora mais do que nunca, lutar pela sobrevivência da notícia – a nossa própria sobrevivência e da sociedade, à qual servimos. Cabe-nos deixar bem claro que ofende a liberdade o fato de indivíduos, grupos ou classes pretenderem situar-se acima e além da sociedade, acima e além das notícias, imunes a elas mesmo quando as estão produzindo, e com fartura. Cabe-nos deixar bem claro que ofende a verdade a pretensão dos que, depois de chamarem a si a direção e os destinos da sociedade, julgam que seu atos, suas querelas, suas crises, seus erros e seus acertos, devem permanecer no limbo, sem divulgação, como se não dissessem respeito, também, à sociedade que passaram a dirigir. Esta festa que hoje nos reúne não será, propriamente, o momento para descermos às raízes do que acontece e do que poderá ser feito em defesa da notícia. São múltiplas e complexas as implicações da realidade. Uma palavra a deixar, no entanto, seria a da resistência pela notícia: que não caiba, pelo menos a nós, jornalistas, qualquer ônus pelo vilipêndio da notícia. Que outros assumam a tarefa de torcer, inverter, reduzir ou omitir. Uma referência, apenas, sobre o trabalho que para tanta honra minha se viu laureado pela comissão de jornalistas encarregada de selecionar e escolher o Prêmio Esso de Jornalismo – 1970: é antes de tudo um trabalho honesto. Antes de tudo, a notícia. Não me considero dono da verdade, sequer possuidor de todos os dados importantes ocorridos durante os 113 dias que foram da doença à morte do presidente Costa e Silva. Posso ter apresentado erros e imperfeições. Tive oportunidade de reconhecer isso no primeiro capítulo das

reportagens que escrevi. Mas pude apresentar um homem como realmente era, em sua verdadeira característica de democrata voltado contra a exceção e o arbítrio, disposto ao maior de seus esforços para restabelecer a democracia no país, a ponto de perder a própria vida na determinação de mudar os fatos. E os Atos. A ele, minhas homenagens.”

Fui convocado ao gabinete do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, que participou-me estar incurso na Lei de Segurança Nacional, por revelar documentos considerados sigilosos, mesmo que fossem para confirmar o que relatei. A Polícia Federal recolheu o livro já distribuído pelas livrarias, editado pela Agencia Image, de Yedo Mendonça. Sem poder negar os fatos, o ministro também implicou com o prefácio de Luiz Alberto Bahia, ficando o livro proibido de circular por dez anos, até 1981, quando uma segunda edição, revista e ampliada, então pela LPM, ficou vinte semanas na lista das obras mais vendidas.

O segundo processo aconteceu quando, já na direção de *O Estado de S. Paulo* em Brasília, assumi a responsabilidade de nota feita por um de meus repórteres, informando sobre o seqüestro e as sevícias contra um médico, na capital federal. Ainda que a autoria fosse atribuída a “elementos desconhecidos e encapuzados”, parece que os órgãos de repressão vestiram a carapuça. Em depoimento prestado altas horas da noite num IPM aberto no Ministério do Exército, depois de fotografado de frente e de perfil, segurando a data, como um criminoso comum, tive meu passaporte apreendido. Fui defendido no Superior Tribunal Militar pelo advogado Manoel Alceu, enviado por Júlio de Mesquita Filho, de São Paulo. O Tribunal optou pelo arquivamento da denúncia, depois de alguns meses.

A outra vez, já em 1977, aconteceu pelos mesmos motivos. Tinha havido mais uma invasão da UnB, pelas forças de segurança. Três repórteres e dois fotógrafos cobriram a invasão, inclusive agressões a estudantes e depredação das instalações. A repórter Carmem Coaracy, informada por um professor, escreveu sobre a truculência policial no laboratório de

biologia, inclusive com a quebra de um bujão onde se encontrariam mosquitos de febre amarela, para estudos. Dois dias depois da publicação da matéria, recebo intimação para depor e levar comigo o autor da reportagem dos mosquitos, num inquérito aberto na Polícia Federal. Como da vez anterior, fui sozinho, declarando ao delegado que se a matéria não estava assinada, era de minha responsabilidade. Novas fotografias de frente e de perfil, mais impressões digitais de todos os dedos. Eu estava acusado de indispor o povo com as autoridades constituídas e de criar alarma social, pena de quatro anos de detenção, conforme a Lei de Segurança Nacional. Não adiantou argumentar que o *Estado de S. Paulo*, naqueles idos, vendia apenas 1.500 exemplares por dia, em Brasília, ou que ninguém tinha notícia de multidões desesperadas percorrendo a avenida W-3 com medo dos mosquitos. Mesmo assim, fui indiciado, mas daquela vez a imprensa reagiu. *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil* publicaram editoriais de protesto e os demais jornais noticiaram amplamente o processo. Descobriu-se que aquela investida contra os meios de comunicação partia do grupo do general Silvio Frota, ainda ministro do Exército, interessado em reavivar o processo revolucionário e impor-se como candidato ao presidente Ernesto Geisel. Com aquele IPM aconteceu fato inédito. Quem buscar os autos nos porões da repressão não encontrará nada, fato singular e ilegal. Acontece que o presidente Geisel, irritado contra a ação que no fundo buscava atingi-lo, requisitou o processo e, conforme informação de seu Secretário de Imprensa, Humberto Barreto, à medida em que lia cada página da denúncia e do meu depoimento, rasgava o papel e o jogava no lixo... ✱

Carlos Chagas é jornalista e professor titular aposentado da UnB. Autor de *113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente*, *Resistir é preciso*, *A guerra das estrelas*, *Explosão no planalto*, *O Brasil sem retoque – a história contada por jornais e jornalistas*, *O índio sai da sombra* e *Castello Branco – um jornalista do Brasil*.

Da comunicação popular à imprensa alternativa no Brasil

CICILIA M. KROHLING PERUZZO

Em oposição à grande mídia, surgem os jornais alternativos e populares com uma proposta de transformação social. Fazem uso de interesses coletivos e comuns e procuram dar voz às forças sociais numa clara e definida linha editorial ideológica.

Como o próprio nome indica, a comunicação alternativa se baliza por uma proposta diferente: pretende ser uma opção como canal de expressão e de conteúdos infocomunicativos perante a grande mídia comercial e a pública de tendência conservadora. Partindo desse pressuposto, desenvolveu-se ao longo da história (e continua se desenvolvendo) uma prática comunicacional – teoria e prática – diversa e que se modifica em conformidade com o contexto histórico em que se realiza.

Suas diferenças são percebidas na direção político-ideológica, na proposta editorial – tanto pelo enfoque dado aos conteúdos quanto pelos assuntos abordados (aqueles que, normalmente, não tinham espaço na grande mídia, abordagem crítica etc.) –, nos modos de organização (de base

popular, coletiva, no fundo do quintal de militantes) e nas estratégias de produção/ação (vínculo local, participação ativa, liberdade de expressão, uso mobilizador), entre outros aspectos. Houve um tempo em que produzir e difundir boletins, panfletos etc. significava alto risco de prisão e condenação política. Nesse contexto, produzia-se comunicação popular e alternativa clandestinamente, pois havia controle estatal e censura.

No conjunto, a comunicação alternativa representa uma contracomunicação, ou uma outra comunicação, que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e assim democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, contribuindo, desse modo, para a transformação social.



Exemplos de comunicação vinculada a movimentos sociais em que fica evidente uma posição político-ideológica



Reproduções

Com o passar do tempo, o uso da palavra *alternativa* para qualificar uma modalidade de comunicação foi se tornando mais complicado, porque seu significado não é unívoco, diante das diferentes práticas que foram surgindo. Ela tanto pode se referir a jornais e outros canais comunicativos independentes, orgânicos ou não a movimentos sociais e organizações congêneres, como os jornais alternativos elaborados por segmentos da pequena burguesia¹ e vendidos em bancas, ou à comunicação popular e comunitária, propriamente dita, e ainda a de segmentos combativos da oposição sindical. Enfim, comunicação alternativa não se restringe a jornais ou boletins informativos, nem àquela do circuito dos movimentos sociais no sentido estrito.

Entendemos por comunicação alternativa uma comunicação livre.² Ou seja, aquela que se pauta pela desvinculação de aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial e/ou político-conservador. No entanto, não se trata unicamente de jornais, mas, também de outros meios de comunicação, como o rádio, o vídeo, a televisão, o alto-falante, a internet, o panfleto, a faixa, o cartaz, a poesia de cordel, o teatro popular etc.

Historicamente, a posição político-ideológica desse tipo de comunicação no Brasil é de caráter

contestador ao *status quo* e serve como canal de expressão de setores subalternos organizados da população com vistas a obter respostas para suas demandas ligadas às carências sociais e econômicas advindas das desigualdades sociais (condições de moradia, de saúde), bem como às lutas para democratizar a política e a sociedade, além daquelas do mundo do trabalho visando melhorar a distribuição de renda e as condições trabalhistas. Quanto a esse último aspecto, por exemplo, o movimento anarquista nos idos da década de 1920 tinha seus jornais alternativos, o mesmo acontecendo com o movimento das lutas operárias, principalmente ligadas à Pastoral Operária, desencadeadas no Brasil ainda durante a ditadura militar.

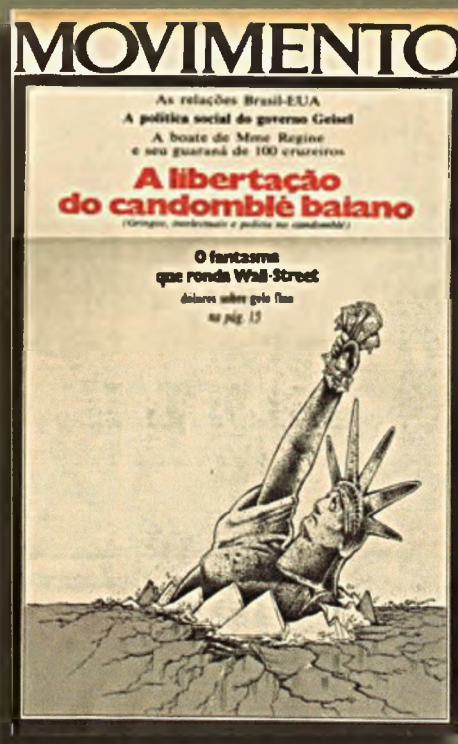
Popular, alternativa e comunitária

Apesar da diversidade de formas de comunicação alternativa é possível agrupá-las em duas grandes correntes que também têm seus desdobramentos: comunicação popular, alternativa e comunitária e imprensa alternativa.

A primeira corrente, à qual podemos chamar de *comunicação popular-alternativa*, é constituída



O jornal *A plebe*, fundado em 1917, por operários, de direcionamento anarco-sindicalista, era para os trabalhadores o principal disseminador de um ideal de emancipação social



Lançado em 1975, o jornal *Movimento* foi, junto com *Opinião* e *O Pasquim*, um dos mais importantes órgãos de imprensa alternativa na luta pela redemocratização do Brasil

por iniciativas populares (para além de jornais) e orgânicas aos movimentos sociais, segmentos populacionais organizados e/ou a organizações civis sem fins lucrativos. São experiências comumente denominadas comunicação popular, participativa, dialógica, educativa, comunitária ou radical,³ embora existam diferenças de perspectiva política (uns querem combater os governos, outros buscam solucionar problemas sociais, por exemplo) e no modo de produção de seus conteúdos (uns mais participativos, outros dirigidos por pequenos grupos etc.). Trata-se do alternativo-popular que também pode ser percebido a partir de outros ângulos, como do conteúdo, do formato, da propriedade e controle coletivos da gestão, do nível de par-

ticipação popular, público destinatário, finalidade, linguagem etc.⁴

Um aspecto a ser ressaltado é que se trata de uma comunicação cuja origem se vincula à ação dos movimentos populares desde os anos de 1970 e precedentes, portanto é típico do processo de reação aos ditames da ditadura militar, sem menosprezar o fato de que nas primeiras décadas do século passado também existiram jornais e outros meios de comunicação alternativa a serviço dos interesses dos trabalhadores.⁵

Estamos falando, pois, de uma comunicação que se vincula aos movimentos populares e outras formas de organização de segmentos populacionais mobilizados e articulados e que têm por finalidade contribuir para a mudança social e para a amplia-

ção dos direitos de cidadania. Assim sendo, um fator importante desse processo diz respeito à contextualização. Ou seja, são experiências inseridas nas dinâmicas mais amplas de mobilização social com vistas à consecução de direitos de cidadania, tanto sociais como econômicos e políticos.

Nesse sentido, são reconhecidos como válidos tanto os produtos de comunicação produzidos dentro dos movimentos como aqueles feitos fora, mas que de algum modo contribuem no processo de conscientização e ação. Nessa fase, a imprensa sindical gerada por fora das instâncias sindicais oficiais – na época, os sindicatos eram totalmente controlados pelo governo militar –, nomeadamente a Oposição Sindical, movimento que difundia seus boletins, panfletos, poesias, peças teatrais em frente a fábricas, numa linha contestadora à ordem estabelecida e reivindicativa de mudanças, também desempenhou um papel importante como meio alternativo de informação.

Novas experiências

Os anos passam. A ditadura se flexibiliza, agoniza e morre. Há avanços da democracia política. Os movimentos sociais crescem e depois alguns se refluem, muitos desaparecem e outros nascem ou se revigoram, dinâmica que a comunicação popular e alternativa parece acompanhar. Ultimamente, mais precisamente no início deste século, observa-se uma retomada crescente de iniciativas de comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil, e agora incorporando inovadores formatos e canais de difusão possibilitados pelas novas tecnologias de informações e comunicação.

São experiências ligadas a movimentos sociais, associações comunitárias e de vários outros tipos de organizações não-governamentais, segmentos comunitários autônomos (infanto-juvenil, estudantil etc.), projetos de extensão (e de outros tipos) de universidades, projetos de rádio-escola, que muitas vezes extrapola o espaço escolar e estabelece elos com a “comunidade” local e assim por diante. São pequenos jornais, alto-falantes,

jornal mural, carro de som, grupos de teatro, vídeos, rádios comunitárias, canais comunitários de televisão, fanzines, *blogs* etc.

Nas experiências de caráter popular-comunitário, a finalidade, em última instância, é favorecer a auto-emancipação humana e contribuir para a melhoria das condições de existência das populações empobrecidas de modo a reduzir a pobreza, a discriminação, a violência etc., bem como avançar na equidade social. Contudo, há que se dizer que a comunicação não faz nada sozinha. Trata-se de um processo de mobilização e de vínculo local sintonizado a programas mais amplos de organização-ação que privilegiam a Edu-comunicação e atendem às necessidades concretas de acordo com cada realidade.

Na verdade, conceitualmente, comunicação popular, alternativa, comunitária, radical etc. se confundem. A confusão ocorre, porque, apesar de denominações diferentes, na prática, em muitos casos os objetivos, processos desenvolvidos e a estratégia são os mesmos ou, no mínimo, semelhantes. Contudo, apesar das aproximações de sentido, no percurso da democratização do país, nos anos recentes (mais especificamente a partir de meados da década de 1990) algumas dessas denominações foram se configurando com perfis mais específicos. A principal razão dessa transformação está na mudança de contexto histórico em que as bandeiras de lutas se ampliam, tendo em vista não existir mais o caráter de oposição política – que unia as esquerdas – ao autoritarismo militar e seus desdobramentos.

Uma dessas denominações é comunicação comunitária, a qual acabou se configurando numa vertente mais específica em decorrência das práticas sociais desenvolvidas. A rádio comunitária, por exemplo, extrapola o cenário dos movimentos populares e se relaciona com públicos mais abrangentes. O boletim informativo, às vezes, assume características de jornal de bairro e assim por diante. Porém, neste texto não será possível tratar desse assunto. Outra vertente que também adquiriu feições



Embora tenha existido em outros momentos históricos, a imprensa alternativa marcou época durante o regime militar no Brasil e é representada por jornais, em geral com formato tablóide, que aspiravam por mudanças na sociedade. Ousaram oferecer conteúdos alternativos àqueles oferecidos por uma grande imprensa sob censura ou subserviente aos interesses do Estado de exceção.

diferenciadas ao longo do tempo foi a imprensa alternativa, como veremos no final do item a seguir.

Corrente imprensa alternativa

A corrente *imprensa alternativa* engloba o jornalismo alternativo praticado no contexto dos movimentos populares;⁶ a imprensa “popular”⁷ ligada a organismos comprometidos com as causas sociais, mas, com publicações de porte mais bem elaborado e com tiragens maiores;⁸ a imprensa político-partidária;⁹ a imprensa sindical combativa;¹⁰ e o jornal alternativo¹¹ propriamente dito, caracterizado como de informação geral, à semelhança dos diários, semanários ou mensários. Este último modelo se constitui num tipo especial de jornal caracterizado como independente e não alinhado a governos e modo de operar da grande mídia, o qual inclui o funcionamento do meio enquanto empresa privada e conseqüente submissão à lógica do mercado

como forma de gerar lucros, sistema de gestão burocrático e alinhamento estratégico aos interesses ideológicos e políticos das classes dominantes.

Ao jornalismo alternativo de base popular cabem as características mencionadas na primeira parte do texto. Ao jornalismo político-partidário e ao sindical compete tratar de assuntos de seus campos de atuação. Já o jornalismo alternativo de informação geral, importante segmento da imprensa brasileira, tanto pela ousadia como pela forte perseguição que acabou contribuindo para sua extinção durante a ditadura militar, abarca dimensões amplas do campo da governança.

Embora tenha existido em outros momentos históricos, a imprensa alternativa marcou época durante o regime militar no Brasil e é representada por jornais, em geral com formato tablóide, que aspiravam por mudanças na sociedade. Ousaram oferecer conteúdos alternativos àqueles oferecidos por uma grande im-

prensa sob censura ou subserviente aos interesses do Estado de exceção. Em suma, analisavam criticamente os acontecimentos e, no fundo, propunham um tipo de desenvolvimento¹² diferente daquele em vigor.

Entre os mais famosos estão a revista *Pif-Paf*, lançada em 1964; os jornais *Pasquim* (1969); *Posição* (1969); *Opinião* (1972); *Movimento* (1975); *Coojornal* (1975); *Versus* (1974); *De Fato* (1975) e *Extra* (1984), entre outros. Eram jornais dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda, alguns ligados à pequena burguesia, que, cansados do autoritarismo, aspiravam a um novo projeto social e se preocupavam em informar a população sobre temas de interesse nacional numa abordagem crítica (Kucinski, 1991, p.XVI).¹³

Esse tipo de jornal alternativo representava, de fato, uma alternativa de leitura aos grandes jornais então existentes, embora tratando basicamente de temas do mesmo âmbito do deles, além, é claro, daqueles então proibitivos a quem estava sob os efeitos da censura. Os alternativos também eram vendidos em bancas ou por assinaturas. Tinham forte penetração entre as correntes progressistas.

Desse modo, o que caracteriza esse tipo de jornal como alternativo é o fato de representar uma opção como fonte de informação, pela cobertura de temas ausentes da grande mídia e abordagem crítica dos conteúdos que oferece. Já os pequenos jornais, boletins informativos e outras formas de jornalismo popular também conhecidos como alternativos, do nosso ponto de vista, não dispensam o acesso aos jornais convencionais, pois, os conteúdos são mais específicos e relacionados a problemáticas locais ou a determinados segmentos sociais.

O jornalismo alternativo se recria

Passados os anos em que a imprensa alternativa desapareceu do cenário brasileiro por conta da ditadura militar, bem como aqueles de reorganização das forças sociais em um processo de democratização que se aperfeiçoa, possibilitando mais liberdade e conseqüentemente diversas formas alternativas de expressão, nos anos recentes – com mais vigor no início do século 21

– ela se revigora de forma extraordinária. Reedita canais de expressão impressos e audiovisuais, cria novos canais e, ao mesmo tempo, se recria por meio de novos formatos digitais que o avanço tecnológico favorece. Mas permanece seu caráter alternativo tal como já explicitado.

Entre as várias iniciativas recentes de imprensa alternativa no Brasil apontamos apenas alguns exemplos:

a) *Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (ADITAL)*¹⁴, que disponibiliza notícias da América Latina e do caribe numa linha crítico-progressista;

b) *Revista Caros Amigos*.¹⁵ Oferece abordagens crítico-reflexivas de esquerda sobre temas da atualidade. Revista mensal de responsabilidade da Editora Casa Amarela;

c) *Agência Brasil de Fato* e o jornal *Brasil de Fato*. Sua proposta é oferecer “uma visão popular do Brasil e do mundo”. Ambos são ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O jornal é um “semanário político, de circulação nacional, que visa contribuir no debate de idéias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais no Brasil”.¹⁶

d) *Le Monde Diplomatique Brasil*. É uma iniciativa conjunta do Instituto Paulo Freire e Instituto Pólis. Com edições eletrônica e impressa em português, analisa criticamente e em profundidade os mais importantes acontecimentos. Lançado em 1954, na França, e publicado hoje em 23 idiomas e 34 países, publicou sua primeira versão em português em 2007.¹⁷

e) *Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI)*. Trabalha com “comunicação para os direitos da criança e do adolescente”. Fundada em 1992, a ANDI desenvolve um trabalho que ultrapassa o de uma simples agência de notícias. Desenvolve pesquisas e relações dirigidas a jornalistas e universidades, visando à conscientização, qualificação e mobilização na área dos direitos da criança e do adolescente.¹⁸

f) *Agência de Notícias Carta Maior*. É uma publicação eletrônica multimídia que nasceu em 2001 que tem entre seu ideário o compromisso de contribuir para “desenvolver um sistema de mídia democráti-

ca no Brasil e, de modo mais amplo, trabalhar pela democratização do Estado brasileiro, pelo fortalecimento da integração sul-americana e de todos os movimentos que lutam pela construção de uma globalização solidária”.¹⁹

g) *Revista OCAS*. A revista OCAS (Organização Civil de Ação Social)²⁰ é produzida com a finalidade de ser vendida exclusivamente por pessoas em situação de rua. Torna-se uma fonte de renda e de novos relacionamentos, possibilitando novo rumo na direção de superar a situação de rua.

h) *Centro de Mídia Independente (CMI) / CMI Brasil*. O CMI está organizado internacionalmente e tem redes em vários países. É constituído de voluntários que militam tanto por meio da rede mundial de computadores – cada um pode postar suas matérias no site, participar de discussões etc. – como em projetos concretos ligados a movimentos sociais. O CMI Brasil se autodenomina como “uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. [...] Quer dar voz a quem não têm voz constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial” [...].²¹

i) *Overmundo*. “O Overmundo é um site colaborativo. Um coletivo virtual. Seu objetivo é servir de canal de expressão para a produção cultural do Brasil e de comunidades de brasileiros espalhadas pelo mundo”,²² sobretudo a que não tem acesso aos grandes meios de difusão. Adota como política de publicação uma licença *Creative Commons* de modo que toda a sociedade pode livremente compartilhar o que está no site, desde que seja para fins não-comerciais. O *Overmundo* contribui para difundir o acúmulo de informação cultural de forma descentralizada.

i) *Observatório do Direito à Comunicação*. É uma iniciativa do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, “cujo objetivo central é criar um ambiente



de acompanhamento, fiscalização e reflexão sobre as políticas públicas do campo da comunicação. [...] Pretende reunir, organizar e oferecer [...] referências concretas”²³ sobre acontecimentos e reflexões relativos aos direitos à comunicação.²⁴

j) *Blog*. É uma página eletrônica na qual se postam mensagens a critério de seu responsável. Exemplos: *Comunidade em Ação*²⁵ e *Helipa Informa*²⁶ são blogs criados pelos estudantes do II Curso Correspondentes da Cidadania²⁷, desenvolvido para alunos de escolas públicas de Heliópolis (São Paulo, capital). Trata-se de um curso de formação em comunicação relacionado à *Rádio Comunitária Heliópolis* visando colaborar para incrementar o seu jornalismo com informações locais.

Invertendo a lógica

Como se vê, há confluência de diferentes meios e propostas editoriais. A internet, ao inverter a lógica de produção centrada num emissor e dirigida a todos (um-todos) para aquela em que todos podem se tornar emissores e serem vistos-ouvidos por todos (todos-todos), amplia as possibilidades comunicativas e de participação social. A facilidade com que cada cidadão pode se tornar “jornalista” é incomparável a de períodos anteriores.

A construção de *blogs* e *sites* cada vez mais acessível é uma evidência.

Nesse cenário, agências alternativas de notícias são criadas. Produtos editoriais assumem formatos impresso e on-line. Surgem coletivos de comunicação como o CMI. Novos canais de comunicação como os sítios colaborativos e outras formas de redes sociais são criados. Os *blogs* se proliferam...

No entanto, há que se ter cuidado, pois, existem diferenças substanciais, principalmente, no que se refere aos blogs. Todo *blog* pode ser independente ou autônomo, mas nem todos são alternativos. Tanto há meios que têm por finalidade oferecer conteúdos condizentes a ampliação dos direitos de cidadania e a estabelecer a justiça social, como outros que representam mais o interesse individual de auto-expressão, o qual pode ser de diferentes matizes. Historicamente, no Brasil, a imprensa alternativa se pauta por uma linha editorial crítico-progressista.

As manifestações da comunicação alternativa são multifacetadas. Há confluências inseparáveis colocadas no seu percurso histórico e em manifestações contemporâneas, mas ao mesmo tempo há especificidades. Uma delas está entre comunicação alternativa e imprensa alternativa. Porém, tal diferenciação é mais visível quando as manifestações jornalísticas se distanciam, ou melhor, não estão no contexto das práticas dos movimentos populares, assumindo, por exemplo, características de imprensa diária.

Outro aspecto a ressaltar é o fato da comunicação mediada por computador (CMC) estar revolucionando os processos de comunicação alternativa. As possibilidades de novos formatos e feições lhe dão novo ânimo e novas caras. *

Notas

- 1 Raimundo Rodrigues Pereira (1986, p.55-56) chega a dizer que “a imprensa alternativa foi expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendeu interesses nacionais e populares, portanto, condenava o regime militar”.
- 2 Referimo-nos aqui à imprensa livre na perspectiva da comunicação alternativa. Portanto, não estamos generalizando para outros tipos de imprensa livre, também possível e desejável, como no caso de grandes jornais comerciais e outros canais de comunicação quando exercem a liberdade de expressão mesmo contrariando interesses de governos e de outras forças sociais.
- 3 John Downing (2002) prefere chamar os variados tipos de comunicação alternativa de mídia radical.
- 4 Máximo Simpson Grinberg, já nos anos de 1980, chamava a atenção para as diferentes perspectivas do alternativo. O texto “Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades” que faz parte da coletânea *A comunicação alternativa na América Latina*, organizada por ele mesmo e publicada pela Editora Vozes, em 1987, detalha o assunto. Regina Festa também deu uma contribuição muito grande nesse sentido na coletânea *Comunicação popular e alternativa* (1986) ao documentar experiências populares e analisar o jornalismo alternativo e a comunicação popular de então.
- 5 Ver Peruzzo (2004).
- 6 Ver Peruzzo (2006).
- 7 Na expressão de Regina Festa (1986).
- 8 Como por exemplo o jornal *Mulherio* (produzido por um grupo de mulheres), o *Porantin* (do Conselho Indigenista Missionário -CIMI) sobre a questão indígena, e o *Jornal livro* (produzido por entidades e grupos voltados ao trabalho de educação de base (FESTA, 1986, p.25) que existiram nos anos 1970 e 80.
- 9 Expressa em jornais como *Voz da Unidade*, *Tribuna da Luta Operária*, *Companheiros* e *Em Tempo* (FESTA, 1986, p.25)
- 10 Que editou importantes jornais como a *Tribuna Metalúrgica* e *Folha Bancária*, ainda existentes.
- 11 Sobre este tipo de jornal alternativo recomendamos: CHINEM (1995); KUCINSKI (1991); VOZES DA CIDADANIA (2006); FESTA; SILVA (1986).
- 12 Bernardo Kucinski (1991) trata claramente desta questão, além de dizer que os jornalistas também queriam desenvolver sua produção profissional-intelectual com liberdade.
- 13 Ver também Pereira (1986).
- 14 www.adital.org.br
- 15 www.carosamigos.terra.com.br
- 16 O jornal foi criado por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, a Consulta Popular e pastorais sociais, e lançado em 25 de janeiro de 2003, por

entenderem que, "na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental". Fonte: www.brsildefato.com.br

17 Fonte: www.diplo.com.br

18 Fonte: <http://www.redeandibrasil.org.br/>

19 <http://www.cartamaior.com.br>

20 Fonte: www.ocas.org.br

21 Fonte: www.midiaindependente.org

22 Fonte: www.overmundo.org.br

23 <http://www.direitoacomunicacao.org.br>

24 Há laboratórios similares em funcionamento em outras cidades, a exemplo do Observatório da Mídia Regional, na cidade do Recife, por meio da Universidade Federal de Pernambuco. O precursor é o Observatório da Imprensa, um veículo jornalístico presente na internet desde 1996, mas que enfatiza apenas a crítica da mídia. É mantido pelo Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo e projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>

25 <http://heliopoliscomunidadeemacao.blogspot.com/>

26 <http://helipainforma.blogspot.com/>

27 Coordenado por: Oboré Projetos Especiais, Núcleo de Pesquisa de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI/Methodista) e Projeto Redigir.

Referências

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

DOWNING, John. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, R.; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.9-30.

FUSER, Bruno (Org.). *Comunicação alternativa: cenários e perspectivas*. Campinas: CMU-PUC, 2005.

KAPLÚN, Mário. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

GOMES, Pedro Gilberto. *O jornalismo alternativo no projeto popular*. São Paulo: Paulinas, 1990.

MARTINEZ TERRERRO, José. *Comunicação grupal libertadora*. São Paulo: Paulinas, 1988.

MELO, José Marques de (Org.). *Comunicação e classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1980.

PEREIRA, Raimundo R. Viva a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa. In: FESTA, R. ; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.53-79.

PERUZZO, C.M.K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Mídia comunitária. *Comunicação e Sociedade: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social*. São Bernardo do Campo: UMEP, n. 30, p.141-156, 1998.

_____. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa "Comunicação para Cidadania" do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006.

PUNTEL, Joana T. *A Igreja e a democratização da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1994.

REYES MATTA, Fernando. *Comunicación alternativa y búsquedas democráticas*. México: Friedrich Ebert Stiftung/ILET, 1983.

SIMPSON GRINBERG, Máximo (Org.). *A comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1987.

VOZES DA CIDADANIA: história da comunicação na redemocratização do Brasil. Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social. São Paulo: Intervozes/Imprensa Oficial, 2006.

Cicilia M. K. Peruzzo é doutora em Ciências da Comunicação pela USP. É professora titular da Universidade Metodista de São Paulo cicilia.peruzzo@pq.cnpq.br

Da linotipia à era digital

FERNANDO TOLENTINO

Depois de quase ser extinta, a Imprensa Nacional, responsável pela publicação dos atos oficiais, vive momentos de reconstrução. A antiga Impressão Régia foi o embrião da moderna indústria gráfica brasileira.

Há seis anos, a Imprensa Nacional esteve próxima da extinção. É que era vista pelo governo da época como uma coisa antiga. Tentava implantar o estado mínimo e a via como desnecessária. Doou sua sede administrativa e o acervo da Biblioteca Machado de Assis à Advocacia Geral da União e mais de R\$ 10 milhões em insumos e equipamentos gráficos ao Senado Federal. Metade dos servidores foi transferida para órgãos federais que deles não precisavam. Os salários foram abruptamente rebaixados em cerca de 70%. Orçamento e missão foram retirados.

No entanto, cabe à Imprensa Nacional nada menos do que assegurar o cumprimento do princípio da publicidade inscrito no artigo 37 da Constituição, colocar à disposição da sociedade as informações essenciais sobre as decisões tomadas pelos Poderes da República e as de instituições privadas em que as suas repercussões possam afetar os interesses da própria sociedade. Como as sociedades anônimas.

A Imprensa Nacional foi criada em 13 de maio de 1808, pelo príncipe regente, junto com o Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas, os Dragões da Independência. A Corte Portuguesa acabara de se transferir para o Brasil, driblando Napoleão, que pretendia submeter toda a Europa. A única instituição pública criada antes por dom João foi a Faculdade de Medicina da Bahia.

Hoje, a Imprensa Nacional recebe inúmeras homenagens pelo seu bicentenário. Em Sergipe, por meio do governador Marcelo Deda. No Porto (Portugal), onde a Companhia de Correios e Telégrafos e o Museu Nacional da Imprensa lançaram uma peça filatélica. Com a emissão de um selo comemorativo pela Empresa de Correios e Telégrafos brasileira e a doação de um busto de dom João pelo Instituto Camões, da Embaixada de Portugal. O bilhete de loteria lançado pela Caixa Econômica Federal. Até o Papa Bento XVI mandou uma mensagem saudando o seu bicentenário. A Câmara Legislativa do Distrito

Federal, por iniciativa da deputada Érika Kokay, realizou uma sessão solene em sua homenagem, evento repetido pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Essas solenidades não podem ser apenas para homenagear aquele órgão antigo que estava para ser extinto. É claro que se lembra o órgão que dotou de livros os primeiros cursos superiores e bibliotecas do país, editou e imprimiu o primeiro jornal impresso no Brasil (*Gazeta do Rio de Janeiro*) e garantiria, ao longo de dois séculos, a informação à população sobre todos os atos oficiais, tarefa hoje cumprida pelo *Diário Oficial*.

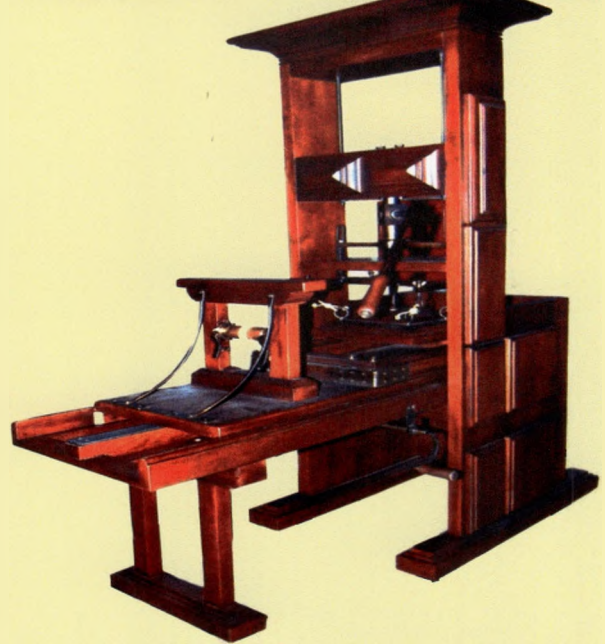
Mas o que está sendo homenageado não é, de maneira nenhuma, uma instituição ultrapassada. Se a versão impressa do *Diário Oficial da União*, atualmente, continua formal, sisuda, isso é apenas um retrato da burocracia brasileira. Isso é também uma garantia da sua seriedade, assim como da inalterabilidade e da perenidade das informações disponibilizadas.

Mas essa é somente uma publicação eletrônica com uma versão impressa. Uma publicação moderna, com os recursos, processos e sistemas usados nos grandes jornais brasileiros.

Imaginem que, para fazer o *Diário Oficial*, há nada menos que 7.500 “sucursais”! Todos os dias, cerca de duas mil dessas fontes enviam mensagens, algumas com várias matérias. Pouquíssimas são entregues em nossos balcões. Nenhuma, em papel. Há um sistema próprio de recebimento, com todos os requisitos de sofisticação e segurança. No dia seguinte, antes que o sol ameace nascer, a versão impressa está sendo despachada para todo o Brasil.

Matérias como os anexos do Orçamento Federal têm cerca de quatro mil páginas de tabelas. Com múltiplas origens, alteradas por emendas parlamentares (milhares delas). É preciso reduzi-las às mesmas fontes tipográficas, ao mesmo corpo, homogeneizar a estética. Tudo eletronicamente.

Pela manhã, uma multidão abre nossa página, colocando o sítio da Imprensa Nacional entre os mais acessados do Brasil. As pesquisas, agora, são feitas por palavras, chegando o leitor à matéria de seu interesse



Réplica do prelo trazido por d. João VI, em exposição no Museu da Imprensa Nacional

em frações de segundos. Desde abril deste ano, cerca de 550 *e-mails* são enviados por dia, informando aos assinantes se há na edição do dia atos com os termos que eles mesmos escolheram. Um total de 13.898 assinantes já utilizou e está cadastrado no sistema.

A concepção da página é atrativa, moderna e tem os requisitos de acessibilidade necessários para que os cegos possam ter acesso às informações oficiais.

Os critérios de segurança são rigorosos. Não podemos, por exemplo, ter a pachorra de outras instituições que simplesmente contam com a hipótese de ter suas informações adulteradas, assumindo (ou repassando) os custos financeiros. Atos oficiais não são cobertos por apólices de seguros.

É sempre bom lembrar que, se não se pode estudar a história de um país e seu povo sem recorrer aos jornais privados, pois é neles que se retratam os fatos sociais, a luta política, a confrontação das forças conservadoras e progressistas, é ali que se pode identificar as causas, porque houve uma determinada decisão transformada em um ato oficial, não é possível recorrer a eles para conhecer o que eram exatamente esses atos. Sob pena de os historiadores ficarem restritos às versões construídas pelos seus editores, mesmo assim dos atos, para eles, mereciam, naquele momento, tornar-se notícias.

Fernando Tolentino é diretor da Imprensa Nacional
tolentino.vieira@terra.com.br

Jornalismo na internet: uma década de mutações

ZÉLIA LEAL ADGHIRNI

O cenário e as tendências do jornalismo on-line no Brasil completam uma década. O primeiro jornal na web foi o Jornal do Brasil (1995), iniciando um processo de mutação sem precedentes na história do jornalismo. Fronteiras de tempo e de espaço se diluem na rede. Texto, som, imagem, programas e bancos de dados podem ser lidos, ouvidos, copiados ou transferidos de qualquer lugar do planeta. Todos esses novos suportes modificam o tratamento da informação e alteram o modo de produção da notícia. Paradoxalmente, a mídia do instantâneo e do anonimato ressuscita o gênero opinativo por meio dos blogs como espaço de visibilidade e de identidade autoral. Nesse contexto, discute-se também a sociologia profissional do jornalista em face de novos desafios.

Por mais que os pesquisadores nas ciências da comunicação e da informação tenham tentado esboçar perspectivas e estratégias para o futuro do profissional do jornalismo na internet, é praticamente impossível estabelecer, no momento presente, um diagnóstico confiável sobre a questão. Entre as alternativas colocadas para o futuro do jornalismo digital, assistimos ao delineamento de dois perfis distintamente opostos: de um lado, o jornalismo banal do “cópia-cola”, estabelecido na última década, so-

bretudo a partir do ano 2000, e, de outro, o jornalismo de autor revelado nos *blogs*.

Vimos surgir na internet uma espécie de jornalismo nivelado por baixo, por meio de um princípio de vasos comunicantes, em que a tendência

Este artigo é parte de uma pesquisa, com o apoio do CNPq, que envolve meus orientandos de mestrado e doutorado na UnB em um projeto internacional com a França e o Canadá. Agradeço a colaboração de Thaís de Mendonça Jorge, Fábio Henrique Pereira e Francilaine de Moraes.

era diluir o conteúdo informativo numa série de recipientes que receberiam quantidades iguais do produto. Sem distinção de qualidade, o jornalismo adquiria as propriedades da água: inodoro, insípido e incolor. Desprovidos de singularidade, o canal e o conteúdo, a mídia e o mediador, a empresa e o profissional, estavam destinados a desaparecer no cristal líquido da telinha do computador.

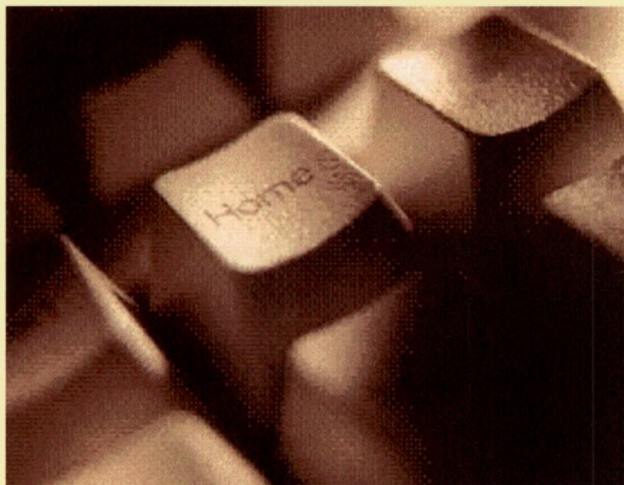
A segunda alternativa para o jornalismo na *web* é a do jornalismo de autor. Em reação ao anonimato dos *sites* de notícias, os jornalistas lançaram seus *blogs*, dentro ou fora dos esquemas empresariais. Raros são hoje os jornais impressos que não tenham seus *blogs* na internet.

Jornalismo autoral

Tornou-se, então, importante, discutir a utilização dos *blogs* como espaços de produção de um jornalismo mais “autoral”. Ou ainda, sobre a forma como certos jornalistas integraram à sua atividade de blogueiros um conjunto de práticas e uma legitimidade que lhes permitem se afirmar como produtores de um discurso opinativo, interpretativo, intelectual. Trata-se, portanto, de compreender em que sentido a identidade profissional no jornalismo – construída e transformada a partir de uma oposição entre atividade técnica e intelectual – se materializa nesse espaço singular dos “*blogs* jornalísticos”.

Trabalhamos com a idéia do *blog* como uma das transformações ou mutações mais importantes do jornalismo contemporâneo, um processo de experimentação com efeitos potenciais sobre a profissão de jornalista. Basta ver o número de *blogs* que se agregam todo dia aos *sites* tradicionais com o apoio e o estímulo das empresas.

A chegada da internet trazendo notícias em tempo real na telinha do computador obrigou as empresas jornalísticas a se adequarem à mais nova mídia no mercado. Enquanto o público descobria a interatividade, os acadêmicos se perguntavam se aquilo era mesmo uma mídia. Dominique Wolton,



Reprodução

O jornalismo na Web é um processo em contínua mutação

intelectual francês, afirmava que a internet era apenas um conjunto de tubos e canos por onde circulava a informação. Apesar das controvérsias, atualmente ninguém mais nega que a internet é um meio de comunicação legítimo dentro de um universo virtual em expansão.

A internet levou quatro anos para chegar onde a televisão levou treze e o rádio 35. Nenhuma empresa de mídia pode ignorá-la sem colocar em risco sua própria sobrevivência no planeta das comunicações. O ano de 1995 foi o marco inicial da implantação do jornalismo brasileiro na internet. De lá para cá a rede cresceu exponencialmente e continua em ritmo de expansão acelerada.

O *Jornal do Brasil* foi o primeiro a oferecer uma versão eletrônica, que, apesar de limitada, foi considerada uma “revolução” para a época. Tratava-se de uma versão em PDF, ou seja, da simples transposição do jornal-papel para a tela do computador. Mas já era uma revolução. Foi preciso um certo tempo para o jornalismo *on-line* encontrar sua forma e seu fundo. Hoje, existem jornais exclusivamente na tela, dispensando totalmente o papel. Mas quase todos os veículos de comunicação, impressos e audiovisuais, têm suas versões eletrônicas diferenciadas. Para cada suporte, uma linguagem e um público. Podemos dizer que a internet primeiro encontrou seu



A internet traz notícias em tempo real na tela do computador

público para depois encontrar sua linguagem, processo ainda em fase de construção.

Nos turbulentos anos que marcaram a explosão das tecnologias digitais, entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000, outros jornais, nas grandes capitais e também no interior, faziam suas experiências. Os *sites* eram bastante simples em termos de *design* e exploravam muito pouco os recursos de hipertexto, interatividade e multimídia, limitando-se basicamente a transpor o conteúdo da edição impressa para a versão eletrônica.

Atualmente, todos os jornais têm *sites* diferenciados, com equipes exclusivas e *links* para outros *sites*, portais, áudio, vídeos, animações e outros elementos de multimídia. Os leitores também podem acessar bancos de dados, arquivos eletrônicos de edições passadas, fóruns de discussões e sistemas de bate-papo em tempo real, mecanismos de busca em classificados *on-line*, notícias atualizadas a todo instante e uma série de outros serviços, só possíveis graças ao suporte digital.

Desde a introdução da internet, muitos investimentos foram feitos nessa área, principalmente depois que houve a privatização das telecomunicações no Brasil e as empresas de telefonia passaram a operar, por meio de parcerias, na área de produção e distribuição da notícia em rede. As mídias tradicionais transformaram-se e se multiplicaram na *web*.

Processo em mutação

Em pouco mais de dez anos de jornalismo na *web*, observamos que esse é um processo em contínua mutação e que estamos longe de chegar “ao fim da história”. Como todo processo em construção, a produção e a distribuição da notícia em rede vem se aperfeiçoando em termos de qualidade, interatividade, velocidade e credibilidade. O modelo se experimenta e se reinventa em permanência. Mas a prática do jornalismo *on-line* continua marcada por uma série de expectativas e de promessas não realizadas. Dentro de uma perspectiva otimista, a internet possibilitaria maior agilidade na apuração e na publicação de notícias, graças à sua arquitetura multifacetada e a variedade de informações disponíveis *on-line*.

Livre dos constrangimentos de espaço e tempo comuns na mídia tradicional, o webjornalista seria responsável por elaborar matérias mais aprofundadas do ponto de vista da análise e contextualização dos fatos. Ao incorporar todas as potencialidades oferecidas pela tecnologia, o fazer jornalístico se transformaria e, com ele, as noções que fundamentam a identidade profissional do jornalista, responsável pela organização e difusão da informação digital.

Mas, se a tecnologia possibilitou pensar num jornalismo livre de certas amarras profissionais/organizacionais, também deu margem a interpretações apocalípticas sobre o fenômeno. A organização de web-redações enxutas, produzindo a partir de um sistema de cópia e cola de informações externas, a transformação do webjornalista num operário das “turbinas da informação”, a produção de notícias curtas, marcadas pelo fetiche da velo-

cidade, introduziram uma onda de pessimismo em torno do que era produzido no meio *on-line*. Mas se a conquista desse mercado pelos jornalistas está ainda cercada de questionamentos, parece haver indícios mais seguros de que as práticas profissionais no jornalismo *on-line* começam a se consolidar. A produção de notícias para a internet já possui suas especificidades, embora continue intrinsecamente jornalística.

Noção de atualidade

Trabalhar com o tempo ou contra o tempo representa um dos maiores desafios tanto para os jornalistas na área profissional como para os pesquisadores em comunicação, na área acadêmica. A relação com o tempo foi uma das primeiras questões suscitadas com o surgimento da internet, tanto é que uma das primeiras metáforas sobre a rede das redes se referia às auto-estradas da informação. Ou seja, uma metáfora que articulava as noções de quantidade, de espaço e de rapidez.

Segundo Roselyne Ringoot, as representações temporais são uma das maiores revoluções da imprensa *on-line*. A pesquisadora francesa destaca dois aspectos que considera fundamentais na relação de temporalidade entre o jornal de papel e o jornal digital: a periodicidade e a historicidade. Combinados entre si no suporte internet, esses dois paradigmas constituem uma nova forma de temporalidade midiática que é a informação permanente. Ou em “tempo real”, como é chamada nos meios profissionais, mas que preferimos chamar de informação em fluxo contínuo, porque, matematicamente falando, é impossível transmitir uma informação via internet no exato momento em que o acontecimento se produz. É preciso tempo para elaborar, digitar e disparar o mecanismo tecnológico que vai distribuir a informação, mesmo que seja segundos depois do fato ocorrido.

No caso do jornalismo na internet, a periodicidade, uma das leis de jornalismo definidas por Otto Groth,¹ condiciona a noção de atualidade a

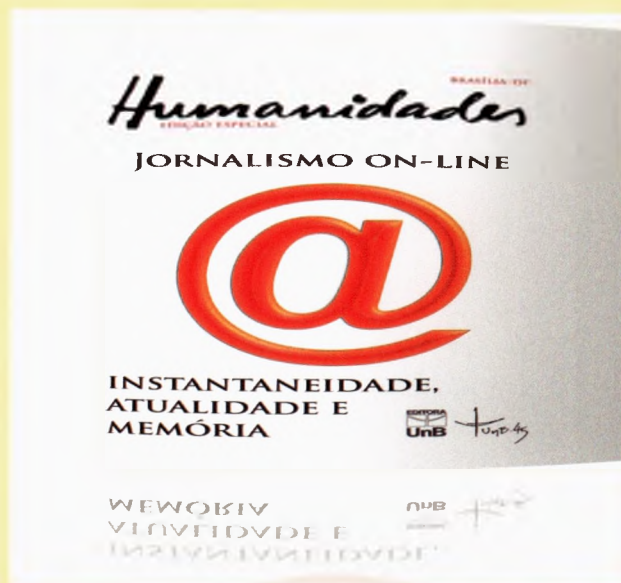


Ilustração: © 2008 Ivanise C. de Brito

dois planos distintos: do ponto de vista dos fatos novos em destaque (notícias) e do ponto de vista da validade dos enunciados. A atualidade jornalística é um artefato cultural que fala do que é construído e não de um estado que seria comparável à contemporaneidade. A atualidade não concerne a noção do tempo presente, mas da “presentificação” na medida em que se pode definir a atualidade como “o que se torna presente” (Mouillaud e Tetu, 1989). Para Ringoot, a atualidade se inscreve em um dispositivo de “verdadeirização” subentendido pela periodicidade.

Conforme lembra Fidalgo,² para Groth, o ideal de periodicidade jornalística não é constituído por intervalos perfeitamente iguais entre os números de um jornal, mas, sim, pela sucessão de novas edições. A periodicidade tem como ideal atingir o objetivo da simultaneidade do acontecimento e da notícia. Portanto, para Fidalgo, de acordo com Groth, a lei da periodicidade aplica-se ao jornalismo *on-line*, porque “o jornalismo *on-line* tem a capacidade de preservar e de disponibilizar de uma forma única as edições anteriores mantendo viva a memória”. Marcos Palácios³ também considera a memória uma das características específicas do jornalismo *on-line*.

Ao estudar a temporalidade na internet, o pesquisador deve ficar atento para exposição do tempo explícito. Como num jornal de papel, a data aparece na página de abertura, mas é preciso levar em conta um novo elemento essencial: a hora indicada no relógio do computador. No suporte digital, a referência temporal que importa é da hora que aparece na tela, qualquer que seja o documento exposto.

Ao estudar a temporalidade na internet, o pesquisador deve ficar atento para a exposição do tempo explícito. Como num jornal de papel, a data aparece na página de abertura, mas é preciso levar em conta um novo elemento essencial: a hora indicada no relógio do computador. No suporte digital, a referência temporal que importa é da hora que aparece na tela, qualquer que seja o documento exposto. O relógio determina todas as temporalidades dos produtos culturais acessíveis na tela e torna-se um componente indicador irredutível porque é inerente ao dispositivo global (o “agora” do enunciado no suporte digital).

Mídia da instantaneidade

A leitura de um site, portanto, pode ser feita em dois tempos, ou em duas camadas. A inerente e a subjacente. Uma leitura de superfície e uma de imersão. Ou, melhor explicando, vamos recorrer à classificação de Bruno Patino, que fala de mídia de instantaneidade e mídia de memória.⁴ Em relação ao mecanismo da periodicidade do suporte papel, a internet representa uma nova configuração do tratamento do tempo. Ou seja, na internet, a informação é permanente.

Esse novo paradigma reencontra o modelo do arquivo e da informação em fluxo contínuo já explorado no rádio e na TV (tipo CNN, rádio CBN, “a rádio que toca notícia”, segundo o *slogan*). Com a informação em fluxo contínuo, estamos em permanência num sistema interativo. Um mesmo produto informativo é reiterado em diferentes ritmos aproximados, dando a impressão de renovação de conteúdos nem sempre verdadeira.

Pode se tratar, em alguns sites noticiosos, de uma ilusão de fluxo contínuo. A mesma notícia pode voltar no decorrer de uma hora com um novo título, como se fosse uma informação nova.

Esse ritmo de notícias em “torneira aberta”, sem interrupção, trabalha simultaneamente com a novidade e com a repetição para manter os públicos atentos (tanto no rádio quanto na internet em tempo real). Há uma fabricação artificial da novidade, num ritmo de ondas marítimas, como num vai-e-vem de vagas na praia, sem que se possa definir exatamente onde começa uma nova notícia e onde termina a notícia velha.

A única referência de princípio está na indicação da hora, minuto, segundo na tela, ao lado do título da notícia que desfila numa sucessão permanente de acontecimentos num fluxo interminável. Ou seja, a internet inaugura uma nova periodicidade, entre o efêmero (tempo real) e a estocagem (arquivo de velhas matérias guardadas para consulta posterior, muitas vezes mediante pagamento, ou em forma de banco de dados atualizados regularmente pelos documentaristas das empresas).

Para Ryngoot, a diluição da periodicidade nos sites de notícias faz com que a internet imobilize o tempo em vez de acelerá-lo pela extensão do presente em direção do passado (embaralhamento dos arquivos e bancos de dados) e pela extensão do presente em direção do futuro (a lógica do relógio na tela).

Segundo o pesquisador francês Bruno Patino,⁵ a internet não é apenas a mídia da instantaneidade, mas é também a mídia da memória. Ele salienta que os sites são consultados de maneira crescente para efetuar a recuperação de notícias que não acompanhamos. A possibilidade de se consultar arquivos recapitulativos, cronologias, biografias, bibliografias etc., hoje possíveis graças ao espaço infinito disponibilizado pela rede, significa que a ausência de limites físicos (paginação na mídia impressa, tempo cronometrado

A internet cumpre a primeira lei da “ciência do jornalismo”. Ou seja, satisfaz o princípio da periodicidade ao mesmo tempo que a potencializa em dois tempos simultâneos: instantaneidade e memória. O desafio reside, para o pesquisador, em capturar o duplo fenômeno do fluxo, armazená-lo em sua fugacidade e perenizá-lo em sua interpretação.

no rádio e televisão) ressalta uma outra característica da mídia internet: a apresentação de matérias de uma dupla temporalidade: instantânea e recapitulativa (fluxo e indexação).

Divulgar, reagir e se lembrar é um exercício difícil e oneroso que deve ser realizado por redações, muitas vezes, pequenas e que estão ainda em fase de aprendizado. Mas supõe-se que o jornalista *on-line* seja capaz de modificar o foco entre uma atualização permanente e uma perspectiva do passado numa abordagem global. Na verdade, o jornalista multimídia ainda tem como referência a mídia de origem.

Quanto ao modelo de Groth, a internet cumpre a primeira lei da “ciência do jornalismo”. Ou seja, satisfaz o princípio da periodicidade ao mesmo tempo que a potencializa em dois tempos simultâneos: instantaneidade e memória. O desafio reside, para o pesquisador, em capturar o duplo fenômeno do fluxo, armazená-lo em sua fugacidade e perenizá-lo em sua interpretação.

Uma posição mais cautelosa, contudo, nos permite ver a internet para além dessas visões dicotômicas. “Nem utopia nem distopia, a internet é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar nossa realidade” (Castells, 2003: 11).

Blogs: opinião e identidade

Vemos os *blogs* como espaços de produção de um jornalismo mais “autoral”. Acreditamos que certos jornalistas integraram a sua atividade de blogueiros um conjunto de práticas e uma legitimidade que lhes permite se afirmar como produtores de um discurso opinativo, interpre-

tativo, intelectual. Trata-se, portanto, de compreender em que sentido a identidade profissional no jornalismo – construída e transformada a partir de uma oposição entre atividade técnica e intelectual – se materializa nesse espaço singular dos “*blogs* jornalísticos”.

Mas o que é um *blog*? Das comunidades virtuais aos desabafos dos adolescentes, o espaço dos *blogs* ainda se mostra como algo a ser definido e ocupado, cuja fronteira ainda não parece ter sido estabilizada. Dificilmente ele virá a se constituir como um monopólio profissional dos jornalistas. Mas, semelhante a outras práticas situadas no limite de diferentes espaços – a crônica, por exemplo, disputada por jornalistas e escritores (Ferenczy, 1993), o *blog* parece agrupar um certo grupo de atores que buscam situá-lo como prática jornalística.

Existem várias definições de *blogs*, mas descartamos desde o início aqueles que se referem a relações pessoais, tipo diário íntimo. Chamamos de *blogs* jornalísticos aqueles que se identificam a *sites* noticiosos porque publicam notícias obtidas a partir de rotinas produtivas de jornalismo: pauta, apuração, redação, divulgação, com equipes próprias (ou individuais) e trazem ao público fatos realmente novos (“furos”, eventualmente), que são comentados pelos jornalistas que os produzem e pelos leitores que reagem. Mas a característica principal é que se trata de *blogs* que trazem no título o nome do jornalista responsável, em geral um nome famoso que confere um “label” ao espaço na *web*.

Esses *blogs* criam uma sinergia entre os dois pontos de comunicação, emissor e receptor. Tipo Blog do Noblat (*O Globo*) e Blog do Josias de Sousa (*Folha de S. Paulo*) como dois exemplos significativos do modelo a ser analisado.

O nome “*blog jornalístico*” remete a um conjunto de publicações *on-line*, atualizadas por jornalistas e recorrem a um formato e a ferramentas partilhada pelo universo dos *web-blogs*. Quer dizer, o adjetivo “jornalístico” está ligado aqui à identidade e

à legitimidade do produtor. Ele serve para excluir do seu universo outros tipos de *blogs*, produzidos por adolescentes ou ligados a comunidades virtuais, por exemplo.

O *blog* jornalístico se distancia de outros objetos mais legítimos do ponto de vista da profissão, como os *sites* de notícias. Nesses casos, a associação à prática do jornalismo parece mais evidente, seja do ponto de vista da narrativa (Moraes, 2004), das rotinas produtivas (Pereira, 2004) ou da legitimidade atribuída aos jornalistas como “produtores de conteúdo” (Adghirni, 2002a; 2002b; 2002c). O *blog*, pelo contrário, se constrói no limite entre diferentes práticas, ora se assemelhando à definição canônica do que seria o “jornalismo”, mas frequentemente escapando para outros domínios, o que nos leva a questionar a própria legitimidade dos jornalistas-blogueiros.

Novo território

Assim, implícito à construção do que podemos considerar como um “*blog* jornalístico” está o próprio processo de apropriação/legitimação de um novo território profissional por um grupo social (Ruellan, 1993; 1998). Dizer que um *blog* é jornalístico não é o mesmo que remeter uma identidade jornalística atemporal. Como afirma Stuart Hall (2000), a noção de identidade escapa a uma definição inteiriça, sem costuras. Ela materializa processos históricos concretos, que produzem crenças e definições partilhadas pelos atores. No caso do jornalismo, Ruellan (1993) explica como a definição de profissão se articula às dinâmicas de conquista e monopólio de um novo espaço de atuação.

Nosso interesse está justamente em discutir em que sentido o universo dos *blogs* representa uma *fronteira* profissional para certos jornalistas. Fronteira, não como um limite formal, mas como um novo espaço que deve ser ocupado e conquistado, segundo a concepção do pesquisador francês Denis Ruellan que afirma: “A emergência de uma profissão e seu reconhecimento pela coletividade deve-se, em primeiro lugar, à sua capacidade de definir um território”. No caso da

internet, a forma como certos profissionais decidiram ocupar esse novo espaço pode explicar o processo de construção de um conjunto de práticas e de uma identidade própria ao webjornalismo.

Se analisarmos, por exemplo, o caso dos *sites* de notícia, o próprio movimento das empresas tradicionais de comunicação em direção a esse novo meio, o recrutamento de jornalistas como produtores responsáveis pelos principais *sites* e portais no Brasil, explica essa institucionalização de um novo território profissional.

O interessante é que esse tipo de atividade nasce com o próprio interesse de certos grupos em desafiar o monopólio dos jornalistas como produtores de informações. De fato, as primeiras plataformas de alojamento dos *blogs* foram construídas e utilizadas por atores externos ao universo jornalístico (programadores e tecnófilos em geral), contaminados pela crença numa horizontalidade da produção e difusão de informações, no mito de uma “inteligência coletiva”. Mito que se apoiou em exemplos paradigmáticos, sobretudo na forma como alguns indivíduos buscaram romper a censura das mídias tradicionais durante alguns eventos particulares (a guerra no Iraque, por exemplo), para se afirmarem como produtores independentes de informação. E também na forma como esses relatos personalizados serão reconhecidos como um movimento de renovação/revalorização da produção de informações. Assim, é no seio de um jornalismo independente, não-profissional, contra-hegemônico, que surgem os primeiros *blogs*.

Ora, o que parece interessante notar é que, num segundo momento, os próprios jornalistas buscaram esse espaço de produção de uma informação contra-hegemônica e personalizada. É nesse espaço que se insere o *blog* jornalístico, como um *savoir-faire* típico de profissionais renomados que surgem para se consolidar na *web*.

A explosão dos *blogging* pode ser explicada, pelo fato de que muitos blogueiros já eram conhecidos da grande mídia. Exemplo: Andrew Sullivan, ex-

editor da revista *The New Republic* e Mickey Kaus, da *Slate*, a revista *on-line* que a Microsoft vendeu à empresa The Washington Post Company. Para os pesquisadores do tema, os *blogs* não teriam tido tanto sucesso se estivessem nas mãos de *outsiders*. Essa é a mesma conclusão que chegamos em nossos trabalhos anteriores sobre os *sites* jornalísticos no passado.⁶

Só ganharam notoriedade e credibilidade os sites de notícias ligados a estruturas confiáveis de comunicação. Os primeiros “aventureiros” que jogaram suas notícias na rede não colheram os resultados esperados. Entre um *site* de notícias da *Folha/Online* ou do *Correioweb* e um *site* recém-criado por um “João Ninguém”, os internautas preferiram os primeiros. Assim como surgiram, os *sites* de notícias sem tradição consolidada na mídia convencional desapareceram no ciberespaço.

No Brasil, durante a CPI do Mensalão, foi o “Blog do Noblat” que antecipou informações divulgadas depois pela grande mídia. Em muitos outros momentos, o *blog* deu “furos” sensacionais na grande mídia, fato que poderia ser explicado pela rede de relações e fontes que o jornalista Ricardo Noblat construiu ao longo de mais de trinta anos de profissão. Em entrevista para este trabalho, Noblat reconhece que muitas vezes é procurado para receber “revelações”, mas afirma que é sempre cauteloso e procura averiguar se é fato ou boato o que lhe contam.

Os *blogs* jornalísticos representam hoje o espaço de refúgio do jornalismo de opinião e análise. A tal ponto que Trevor Butterworth⁷ chama isso de “a pornografia da opinião”, referindo-se a saturação de informações misturadas a opiniões na

web. Na nossa visão, o fenômeno dos *blogs* representa a volta do jornalismo de autor. A ousadia da assinatura, da “griffe” da alta costura do jornalismo, da *plume dans la plaie* (a caneta na ferida).

Sucesso imediato

Mas quem pode se refugiar nesse espaço paradoxal de “refúgio de visibilidade”? O paradoxo justamente é que migram para os *blogs* os profissionais que já desfrutavam de visibilidade, que já adquiriram notoriedade por meio da mídia convencional. São eles que emprestam o nome para o sucesso midiático da página *web* de determinada empresa e não o contrário como acontecia na tradição do jornalismo impresso. Falamos de jornalistas como Ricardo Noblat, mas poderíamos falar de Millor Fernandes, Josias de Sousa e outros.

Para os jornalistas, o discurso da interatividade da comunicação com um público, cuja opinião ele desconhecia antes, se ajusta também às transformações sociopolíticas (crise dos jornais, crescimento do papel dos técnicos na cadeia de operações midiática etc.). O blogueiro assume uma posição de líder, de difusor de idéias, de formador de opinião, que ele havia perdido como indivíduo no processo de industrialização da informação.

Segundo Valerie Jeanne, pesquisadora na Universidade de Sorbonne, os *blogs* revelam também as lógicas dos atores institucionais que desejam se projetar na cena pública para defender um ideal, para estabelecer redes, para tomar posição em áreas onde a competição econômica e simbólica é atualmente muito forte.

Trata-se de uma construção de identidade profissional também nos meios jornalísticos. Sabemos que os jornalistas escrevem para o público, mas também, por se tratar de uma profissão auto-referenciada, escrevem para serem lidos pelos próprios pares. O que pretendemos é elaborar uma tentativa de interpretação dos fenômenos de mutações no jornalismo que se inventa e se recria conforme o momento histó-

Das comunidades virtuais aos desabafos dos adolescentes, o espaço dos *blogs* ainda se mostra como algo a ser definido e ocupado, cuja fronteira ainda não parece ter sido estabilizada. Difícilmente ele virá a se constituir como um monopólio profissional dos jornalistas.

rico que vivemos, submetidos a desafios sociais, políticos e tecnológicos. *

Notas

- 1 Otto Groth (1875-1965), pesquisador alemão que estudou o jornalismo como ciência, deixando uma enciclopédia de quatro volumes, ainda não traduzida para o português. Groth estabeleceu quatro leis para o jornalismo: periodicidade, universalidade, atualidade e difusão.
- 2 "Jornalismo on-line segundo o modelo de Otto Groth", in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-groth-jornalismo-online.pdf>.
- 3 "Jornalismo on-line, informação, memória e apontamentos para um debate" em Antônio Fidalgo e Paulo Serra (orgs). *Jornalismo on-line*. Vol. 1 de Informação e Comunicação on-line. Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003- 75-90.
- 4 Os termos "mídia de memória e mídia de instantaneidade" foram adotados como categorias para a dissertação de mestrado de Francilaine de Moraes: "Discurso Jornalístico on-line: a perspectiva crítica da narratividade". UnB, 2004.
- 5 "Transmettre, réagir, se souvenir: le journalisme sur internet" – Bibliothèque Centre Pompidou . www.bpi.fr
- 6 Ver Leal Adghirni, Zélia. "Informação on-line: jornalista ou produtor de conteúdos?". In Contracampo. Rio de Janeiro - UFF, v. 6, p. 137-152, 2002.
- 7 "A pornografia da opinião", artigo publicado do Financial Time na *Folha de S. Paulo*, caderno Mais, em 14 de maio de 2006.

Referências

ADGHIRNI, Zélia Leal e PEREIRA, Fábio Henrique. Dez anos de jornalismo on-line: consolidação de um modelo de produção de notícias para a Web. *SBPJOR*, Florianópolis 2005.

ADGHIRNI, Zélia Leal e MORAES Francilaine. Instantaneidade e memória na pesquisa sobre jornalismo on-line (texto inédito a ser publicado em obra sobre pesquisa na web).

ADGHIRNI, Zélia Leal, *Informação online: jornalista ou produtor de conteúdos*. Contracampo, Rio de Janeiro: UFF, v. 6, p. 137-152, 2002a.

ADGHIRNI, Zélia Leal. Jornalismo on-line e identidade profissional do jornalista. In MOTTA, Luis Gonzaga (Org.). *Imprensa e Poder*. Brasília, 2002b v. , p. 151-166.

ADGHIRNI, Zélia Leal, La presse en ligne au Brésil: temps réel et réalité. *INA. Mediarmorphoses*. Paris, nº 4, p. 75-82, 2002c

BERGER, Peter et al. *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro, 1999.

BRETON, Philippe. *Le culte de l'Internet: une menace pour le lien social ?* Paris: La Découverte, 2000.

CHARRON, Jean et DE BONVILLE, Jean. Les mutations du journalisme: modèle explicatif et orientations méthodologiques. In BRIN, C., CHARRON, J. et DE BONVILLE, J. *Nature et transformation du journalisme: théorie et recherches empiriques*. Québec: Presses de l'Université Laval, 2004c. P. 87-120.

NEVEU, Erik, *Sociologie du journalisme*. Paris : La Decouverte, 2001.

PATINO, Bruno. Transmettre, réagir, se souvenir: le journalisme sur internet. Bibliothèque Centre George Pompidou.

PERRIER, Valerie-Jeanne. Les blogs, comme laboratoires de fertilisations croisées dans l'écriture et la documentation pour les chercheurs et les journalistes? CELSA Paris IV/Sorbonne - EHESS, les 27 et 28 juin 2006 – Journées d'études organisées par l'atelier de doctorants et jeunes chercheurs « Journalistes et publics ». Journalistes et sociologues. Entre reconnaissance, méconnaissance, concurrence et collaboration.

RINGOOT, R. e UTARD, J.-M. (Orgs.). *Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2005, p. 21-47 p.

RUELLAN, Denis. *Le professionnalisme du flou – identité et savoir-faire des journalistes français*, Grenoble, PUG, 1993.

WOLTON, Dominique. *Pensar a Comunicação*. Brasília: Editora UnB, 2004.

Zélia Leal Adghirni é jornalista, doutora pela Universidade de Stendhal, Grenoble, França. Professora na Faculdade de Comunicação da UnB.

zelialeal@voila.fr

Ágora nova: imprensa, estado e cultura no Brasil e na América hispânica

SEBASTIÃO GUILHERME ALBANO

A construção e modernização de um país se dá pelas manifestações culturais, principalmente pela imprensa. A figura do escritor-jornalista-político foi de grande relevância para o desempenho dessa tarefa, notadamente na América Latina.

A história da modernização *ocidentalista* na América Latina pode ser traçada a partir da colonização, com a criação das universidades, centros educacionais ou instâncias de disseminação dos conteúdos necessários para o equilíbrio da administração pública, e mais precisamente a partir do advento da imprensa. Tendo em vista o incremento da associação instrumental entre Igreja e Estado dos séculos 15 ao 18 em partes da Europa, em geral as escolas de ensino superior criadas nas possessões coloniais mantinham cursos de filosofia (teologia) juntamente com os de direito canônico, direito civil, medicina e artes.

De igual maneira, a pronta existência de máquinas tipográficas em algumas áreas da América supõe o estatuto outorgado pelas metrópoles às

colônias e encerra em si mesmo as diversas modalidades de colonização. Ao se observar esses dados com certa atenção, pode-se até adivinhar os contornos do modelo hegemônico de civilização daquele período, embasado numa espécie de razão católica, retórica e iconográfica, mas também se intui a etapa de transição para o império do chamado pragmatismo de cunho protestante.

Britânicos e portugueses, por exemplo, não criaram universidades e proibiram a impressão de qualquer folheto em suas terras de além-mar, ao passo que os espanhóis, logo em 1538, fundaram a *Universidad de Santo Domingo*, na ilha *La Hispaniola*, em cujo território atualmente estão o Haiti e a República Dominicana, e, em 1551, inauguraram as suas instituições mais importantes, a *Real Universidad de México* e a *Universidad*

de San Marcos de Lima, todas financiadas diretamente pela coroa de Castela e pelos *reyes católicos*. No México, ademais, o primeiro bispo da *Nueva España*, Frei Juan de Zumáraga, e o vice-rei, Dom Antonio de Mendoza, fizeram as gestões necessárias para que de imediato fosse introduzida a imprensa na região e, mesmo havendo um estrito controle sobre os conteúdos reproduzidos, propiciaram o meio de disseminação do conhecimento formal.¹

Os vínculos entre universidade e reprodução da cultura letrada tornam-se, portanto, bastante claros, malgrado os conteúdos sociais que prevaleceriam tempos depois se reportassem, também, às habilidades favoráveis ao pensamento lógico-numérico. Não por acaso *nulius in verba* foi o epíteto da *Royal Society of London*, primeira instituição científica moderna, fundada em 1660.

Em terra brasiliis

No Brasil, o primeiro estabelecimento educativo foi construído pelos jesuítas na Bahia em 1550. Porém, assim como as dezessete escolas posteriores, esta também não obteve a designação de universidade, muito embora em algumas delas houvesse cursos superiores de artes e teologia.

Com o traslado da coroa portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, dom João VI trouxe consigo cerca de onze mil cortesãos, muitos deles alfabetizados, junto com o acervo da Biblioteca Nacional e uma máquina tipográfica para a impressão de documentos e textos no Brasil. Pouco depois de chegar, criou escolas de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, e as faculdades de Direito de São Paulo e Pernambuco. Não obstante, a primeira universidade brasileira apenas seria construída em Manaus, capital do Estado do Amazonas, em 1909, com capital de grupos privados beneficiados pelo auge da borracha na região. Todavia, a mais importante e duradoura instituição de educação pública foi fundada no Rio de Janeiro em 1920.

Quanto aos jornais, o conde da Barca, ministro de dom João, criou aqui, em 10 de setembro de 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, uma folha colaboracionista

CORREIO BRAZILIENSE

DE JUNHO, 1808.

Na quarta parte nova os campos ara,
E se unia quando houvera la chegara.

CAMÕES, c. vii. e. 14.

Introdução.

O PRIMEIRO dever do homem em sociedade he ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo, que abrange o bem geral d'uma sociedade, vem a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, tiram das trevas, ou da illuzão, aquellos, que a ignorancia precipitou no labyrintho da apathia, da inepticia, e do engano. Ninguem mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada, representam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as solidas conjecturas sobre o futuro.

Devem-se à Nação Portugueza as primeiras luzes destas obras, que excitam a curiosidade publica. Foi em Lisboa, na imprensa de Craesbeck, em 1649, que este Reductor traçou, com evidencia, debaixo do nome do Boletim os acontecimentos da guerra da aclamação de D. João o Quarta. Neste folheto se viam os factos, taes quaes a verdade os devia pintar, e desta obra interessante se valco, ao depois, o Conde da Ericeira, para escrever a historia da aclamação com tanta censura, e acertada critica, como fez.

Primeiro jornal no Brasil, fundado em Londres, por Hipólito da Costa

que servia como contra-partida ao *Correio Braziliense*, considerado o primeiro periódico brasileiro, fundado meses antes em Londres por Hipólito da Costa, um degredado contrário à monarquia absoluta. Nelson Werneck Sodré comenta:

[...] eram os colégios dos jesuítas os únicos centros de ensino. Neles se concentrava a atenção da Companhia. É nesses colégios e nas casas dos jesuítas [...] em que se instalaram as primeiras bibliotecas do país e, por um largo período, os únicos focos de irradiação de cultura, no litoral e no planalto. Neles se educaram, ainda no século 16, entre outros, Bento Teixeira, autor da *Prosopopéia*, Frei Vicente do Salvador, a que se deve a primeira história do Brasil, e Jerônimo de Albuquerque Maranhão; no século 17, Antônio Vieira, Eusébio e Gregório de Matos, e a seguir, até o século 18, em que foram alunos de jesuítas os poetas Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Alvarenga Peixoto. [...] Nesses três séculos que abrangem o período colonial, o ensino, abandonado

inteiramente ao clero, esteve a cargo exclusivo dos jesuítas [...] A confusão inevitável entre o ensino e a religião não seria dos aspectos menos importantes da unilateralidade com que era ministrado aquele: pode-se, pois, dizer, sem nenhuma ênfase, que a cultura no Brasil, elaborada pela Igreja, ao longo de nossa história colonial, foi tributária da religião.²

Isso posto, acresça-se a opinião de Ángel Rama sobre os incentivos públicos à cultura na região que, segundo ele, sempre foram dirigidos e resguardados por uma certa parcela da população localizada na *ciudad* letrada,³ espaço habitado pelos peninsulares ou *criollos*, que até os primeiros decênios do século 19 reproduziram aqui a visão de mundo europeia e norte-americana, inclusive na formação do Estado. E na América Latina, muito mais do que na Europa e nos Estados Unidos, coube ao Estado a tarefa de construir a nação e modernizá-la. Portanto, as zonas urbanas são o *locus* natural de produção das manifestações culturais de maior prestígio no ocidente (imprensa, teatro, literatura), pois é ali que são administrados os assuntos políticos, econômicos e jurídicos do Estado e da sociedade que produz e consome tais manifestações.

Retratos sociais

Com efeito, essas tarefas implicaram o registro escrito das relações sociais (leis, artigos, memorandos, reportagens, críticas etc.) e um exercício de gestão que favoreceu a habilidade reflexiva, o que significou, ademais, que tal espaço e tais aptidões (cidade e alfabetização) ganhassem grande relevância em comparação com o campo, em que a oralidade, as práticas artesanais e as

Na América Latina, muito mais do que na Europa e nos Estados Unidos, coube ao Estado a tarefa de construir a nação e modernizá-la. Portanto, as zonas urbanas são o *locus* natural de produção das manifestações culturais de maior prestígio no ocidente (imprensa, teatro, literatura), pois é ali que são administrados os assuntos políticos, econômicos e jurídicos do Estado e da sociedade que produz e consome tais manifestações.

festas religiosas compunham o panorama do que se conhece agora como cultura popular ou folclore, mas que à época era até certo ponto desdenhado pela elite. Sendo assim, no Brasil, onde as cidades se desenvolveram mais lentamente do que na América espanhola, essa forja de uma série cultural comum e articulada pelo Estado também foi retardatária, muito embora já na metade do século 19 essa desvantagem fora sanada pelo êxito econômico das matérias-primas locais no mercado externo e a abertura dos portos.

Vale recordar que o poder dos símbolos citadinos entre os latino-americanos foi bem traduzido na Argentina por Domingo Faustino Sarmiento em *Civilización y barbarie: Vida de Juan Facundo Quiroga*, 1845, uma glosa do imaginário pós-colonial da região. Também vale recordar que a região do Prata estava em ascensão como *potência* hispano-americana, deslocando o eixo México-Lima.

Em realidade, na Argentina, no Brasil e no México, com alguma discrepância nos conteúdos, ocorreram formulações folhetinescas do mesmo feitio e concomitantemente, sinalizando o advento de um tipo social comum, o escritor-jornalista-político, que tanto representava a nossa própria maneira de elaborar as sugestões da modernidade como dava conta de especificidades e pugnas internas. O primeiro romance mexicano foi escrito por Joaquín Fernández de Lizardi, *El periquillo sarniento*, 1816, e retrata um pícaro que relata as calamidades da sociedade colonial, levantando uma crítica aos costumes corruptos dos políticos peninsulares ou *criollos*, em um país com tradição urbana arraigada. Como já foi referido no caso de Sarmiento, que aliás foi um importante adversário político do ditador Juan Manuel Rosas (1829-1832 e 1835-1852), na Argentina a preocupação dos intelectuais era com a dicotomia cidade-campo, o que se constata também no *Martín Fierro*, 1872, de José Hernández, obra que consagra a figura do gaúcho como o personagem por antonomásia da região do Pampa, e delata a ascensão de figuras populares anti-heróicas como protagonistas.

No Brasil, a construção dos primeiros retratos sociais em romances ocorreu com *O guarani*, 1857,

de José de Alencar, também uma figura marginal, mas já enquadrada na imaginação européia em relação ao Novo Mundo. Esses dois últimos textos foram publicados pela primeira vez nos espaços dos jornais dedicados aos folhetins.

O romance no jornal

A incorporação de romances no corpo dos jornais foi algo que teve repercussões importantes nas sociedades pós-coloniais. Redundou não apenas na popularização do gênero, mas o tornou vigorosa ferramenta de apresentação de costumes e de reforço dos traços da imaginação nacional. Nelson Werneck Sodré acredita que o surgimento do romance “e a sua vulgarização, com o romantismo, no Brasil, assinala a conquista do público para a literatura.” De outro lado, diz que a penetração da “imprensa foi de caráter diverso”, pois “possibilitou o livro, em seu estágio nacional primário”, de vez que nas oficinas dos jornais “foram feitos os livros de nossos escritores, quase sempre depois de ter o jornal publicado os mesmos em folhetins”.⁴

Mesmo sendo criado na França em 1836,⁵ o romance de folhetim, por exemplo, teve de recondicionar os temas e a ambiência da ação à geografia local, prova dessa naturalização da técnica aos interesses mais imediatos que de alguma maneira estavam conformados pelo *ethos* regional. Nesse caminho à convergência formal de conteúdos díspares, o jornalismo de metade e fins do século 19 se encarregou de aglutinar grande parte dos componentes que conformariam um campo intelectual latino-americano.⁶ A incidência de romancistas que publicaram suas primeiras obras em folhetins foi determinante para a confirmação da vocação de algumas gerações de escritores argentinos, brasileiros, mexicanos etc.

Cabe ressaltar que ainda almejando a incorporação do povo, ou do *popular*, mediante a dramatização do que se acreditava serem suas características constitutivas como nação, em princípio mesmo a literatura de folhetim, como os romances dos brasileiros Joaquim Manuel de Macedo (*A moreninha*, 1844) e de José de Alencar (*O guarani*, 1857) e dos mexicanos José

Joaquín Fernández de Lizardi (*El periquillo Sarniento*, 1816, uma *novela por entregas*, quase no formato do folhetim), Justo Sierra O'Reilly (*Un año en el hospital de San Lázaro*, 1841 ou 1845-46) e Manuel Payno com *Los bandidos de Rio Frio* (1892 e 93), ou de outro autor que publicasse ditos melodramas em diários, podiam ser considerados, em nosso contexto, como obras de alta cultura, ou pelo menos de gosto burguês, aqui uma figura diferente da denominação européia.

Segundo Ángel Rama, pouco a pouco a ascendência das massas sobre o sistema cultural se tornou algo incontornável nas discussões políticas sobre o destino dos países,⁷ mas parece que ainda assim havia uma desproporção entre forma (romance, letrado), conteúdo (sublimação dos personagens populares) e público (mais de 90% da população analfabeta), difícil de ser franqueada. Renato Ortiz, por exemplo, recorda que algumas obras do romantismo que visavam a conformar um sentimento nacional se encontravam com entraves para se solidificar, tanto porque tinham um público reduzido numa sociedade de iletrados, como, no caso do Brasil, porque excluía do cenário de representação o homem negro, um componente importante da constituição nacional. Para ele, “*O Guarani* é um livro restritivo.”⁸

De qualquer maneira, estudos de Carlos Monsiváis e Belém Clark no México e de Brito Broca e Sérgio Miceli no Brasil dão conta da gestação de uma espécie de esfera pública burguesa que propiciava o debate de idéias já em meados do século 19. Sociedades maçônicas, arcádias, cafés, grupúsculos e salões foram criados para a discussão *sem compromissos* e tenderam a engendrar reflexão e produção de conhecimento formal. A despeito de sua difusão limitada aos letrados, os romances e os jornais foram lastros importantes para a forja de uma imaginação simbólica nas regiões em que se desenvolveram, de vez que se deve levar em conta o caráter multiplicador dos signos, que tendem a não permanecer confinados ao suporte em que são gerados e se reproduzem em outros canais expressivos. Mas as comparações com as nações européias mais desenvolvidas não deixa dúvida do nosso atraso ao banquete

ocidental. Na França, por exemplo, já em 1860, publicaram-se 500 jornais, mais de 8 mil títulos de livros e cerca de 60% da população já estava alfabetizada.⁹

No Brasil, um estudo que o historiador Alcântara Machado publicou em 1929, *Vida e morte do bandeirante*, esclarece o desinteresse pela reflexão sistêmica na colônia ao enfeixar inventários *post-mortem* e testamentos das famílias paulistas entre 1578 e 1700 e notar a ausência de livros entre seus bens.¹⁰ Esse fato se explica pela origem humilde desses povoadores europeus da região americana, homens simples que vieram buscar aqui algum modo de vida. Note-se que mesmo com as prerrogativas que lhes conferia o fato de serem brancos e falarem o idioma reinol, a terra e sua dinâmica não lhes permitiu polir as maneiras.

Jornais e leitores

Mas em meados do século 19 em toda a América Latina o jornalismo era já uma prática trivial, muito embora sem comparação com o que ocorria na França, que entre 1836 e 1899 passou de um total de exemplares de jornais impressos diários de 75 mil para uma tiragem de *Le petit parisien*, ao dia, de 775 mil. Na Inglaterra, em 1860, o *Daily Telegraph* tinha uma tiragem diária de 141 mil exemplares. Mesmo que a máquina tipográfica tenha chegado a *Nueva España* (que compreendia o México, o Sul dos Estados Unidos e a América Central) em 1532, *El diario de México* (1805-1817) foi o primeiro cotidiano registrado na região. Apareceu um pouco antes da guerra de Independência e funcionou com certa autonomia da coroa espanhola. Nesse jornal não houve

discussão política explícita até 1812, nem alusões à hegemonia da metrópole, mas sempre foi um meio de ventilar opiniões variadas, tornando-se um produto da incipiente esfera pública mexicana. Quando Miguel Hidalgo se levantou contra a coroa, o jornal começou a discutir temas políticos. Igualmente carbonário foi o primeiro jornal argentino, *La Gaceta de Buenos Aires*, 1810.

Muito embora em um século tão conturbado na América hispânica, o fim das pugnas pela Independência em torno a 1821 marcou o deslanche da atividade jornalística no México e o número de publicações cotidianas entre 1822 e 1855 foi de 276, sendo que 55 delas já eram informativos diários. Como foi dito, entre

1821 e 1835, entre a Regência e o Império, gozou de popularidade o jornalismo político em que as facções ideológicas,



Reprodução

Em meados do século 19 em toda a América Latina o jornalismo era já uma prática trivial, muito embora sem comparação com o que ocorria na França, que entre 1836 e 1899 passou de um total de exemplares de jornais impressos diários de 75 mil para uma tiragem de *Le petit parisien*, ao dia, de 775 mil.

repartidas em iturbidistas, republicanos e borbonistas, redigiam suas próprias folhas. Na Argentina, de viés claramente revolucionário, os proscritos periódicos, *El iniciador* e *El grito argentino*, eram editados no exílio por Domingo Faustino Sarmiento e Esteban Echeverría, entre outros, para divulgar idéias contrárias ao ditador Juan Manoel de Rosas.

A divulgação de idéias libertárias e partidárias pela imprensa latino-americana alcançou um auge circunstancial. Não tardou para que no corpo dos periódicos fossem mesclando-se conteúdos de propagação comercial, o que supunha uma lógica de incorporação de mais leitores pela via da persuasão. *O Diário de Pernambuco*, 1925, *El Mercurio*, 1927, de Valparaíso, no Chile, mais tarde *La Nación* e *La Prensa*, na Argentina, bem como *El tiempo* na Colômbia, entre muitos outros, são exemplos de jornais de transição entre um tipo e outro.

A invenção das rotativas modernas e as possibilidades da xilogravura franquearam, no sentido da técnica, o surgimento do romance de folhetim e das charges, dois gêneros que se acomodaram funcionalmente a esse espaço com propósitos diversos. Em pouco tempo, havia já periódicos dedicados unicamente à caricatura política ilustrada, isto é, com desenhos que alvejavam as inconsistências do regime, como foi o caso do agressivo *El hijo del Azhuizote* (1885-1902), interdito pelo governo de Porfírio Díaz e, antes, em 1955, do *O Brasil Ilustrado*.

Como suporte discursivo, os jornais prestaram-se aos poucos para inscrever proposições políticas e comerciais mediante uma elaboração estética, iniciando uma convergência discursiva típica dos meios, a saber, a combinação da infor-

mação e a propaganda política, o entretenimento via textos de ficção e publicidade de produtos, e na maioria dos casos tudo com uma roupagem nacionalista. Segundo Jesús Timoteo Álvarez e Ascensión Martínez, em *Historia de la prensa en Hispanoamérica*, à semelhança do que ocorria na Europa e nos Estados Unidos, na América Latina houve uma evolução no formato da imprensa em direção à empresa e, na maior parte dos casos, deixando o proselitismo de oposição para trás. Para os autores, muitos dos diários do século 19 tiveram vida curta devido a suas posições políticas, o que fez com que se abortassem projetos conforme iam se modificando as tendências no poder.¹¹

Esse processo é motivado pela entrada de vastas camadas da população ao jogo político, mesmo que na América Latina esse expediente haja sido realizado apenas de maneira formal, nas constituições, e depois funcional, sancionado pelas leis de mercado. De qualquer maneira, surge então a consciência de que esses atores políticos cobram identidade e, portanto, já atuam sob certos parâmetros de intersubjetividade ocidentalizada. Ora, almejar um apelo às maiorias por via escrita era uma posição quase delirante.

Sabe-se que tanto as primeiras Cartas Constitucionais como os modelos de formação da esfera pública, ou seja, do advento do jornalismo político, foram moldados entre nós de acordo com o que ocorria na França e no Reino Unido. É sobejamente estudado o fato de esses países contarem já com um contingente de alfabetizados, não eruditos, que favorecia o surgimento dessa modalidade de jornais que ofereciam entretenimento e informação a um preço cômodo para profissionais liberais e para operários. A Revolução Francesa impôs uma política de alfabetização que fez com que em 1860 cerca de 60% da população estivesse alfabetizada, cifra que cresceu para 90% ao final do século, mesmo período em que no Brasil 84% eram analfabetos. Na Inglaterra, em 1841 o número de alfabetizados é de 59% e em 1900, 90%.¹² Mesmo entre nós, sem embargo da incipiente parcela de letrados que parecia não justificar

A invenção das rotativas modernas e as possibilidades da xilogravura franquearam, no sentido da técnica, o surgimento do romance de folhetim e das charges, dois gêneros que se acomodaram funcionalmente a esse espaço com propósitos diversos. Em pouco tempo, havia já periódicos dedicados unicamente à caricatura política ilustrada, isto é, com desenhos que alvejavam as inconsistências do regime, como foi o caso de *O Brasil Ilustrado*.

a emulação do paradigma europeu, entre outras coisas essa circulação funcionou para convocar interesses de grupos de poder, o que em princípio bastou aos produtores de conteúdo.

De outro lado, como foi observado por Jesús Martín Barbero, acabamos apreendendo os conteúdos da modernidade por via alternas, que ele qualificou de escandalosas.¹³ De fato, no Brasil apenas percebeu-se a insensatez de alguns projetos quando se tornou premente a necessidade de legitimação política, especialmente depois da Constituição de 1891, que instituiu o sufrágio direto e estendeu o direito a voto a todos os cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos, e não mais apenas a brancos e abonados. Cumpre ressaltar que essa Carta foi inspirada na Constituição norte-americana e revisada por Rui Barbosa. *

Nota:

- 1 *Origen, desarrollo y proyección de la imprenta en México*, Universidad Nacional Autónoma de México/Palacio de Minería, 1981, p.71. De acordo com o estudo, a primeira oficina tipográfica das Américas foi estabelecida na Cidade do México, pelo italiano Juan Pablos, em 1539, quem já realizava este ofício em Sevilha.
- 2 Nelson Werneck Sodré, *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 77.
- 3 Ángel Rama, *La ciudad letrada*, Hanover, Ediciones del Norte, 1984.
- 4 Nelson Werneck Sodré, *Historia...op.cit.*, p.319 e 321.
- 5 O aparecimento na França do romance de folhetim deveu-se, ademais dos fatores políticos e estéticos, à invenção das rotativas que incrementaram sobremaneira a tiragem das edições.

A rigor, o primeiro romance de folhetim original publicou-se no *Journal des Debats*, a 28 de setembro e chamou-se *As memórias do diabo*.

- 6 Sérgio Miceli, *Poder, sexo e letras na República Velha*, São Paulo, Perspectiva, 1977, p. 15: "Toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais".
- 7 Ángel Rama, *La ciudad letrada*, *op.cit.* p.142-145.
- 8 Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1994 [1984], p.37: "O movimento romântico tentou construir um Ser nacional; no entanto, faltaram-lhe condições sociais que lhe possibilitassem discutir de forma mais abrangente a problemática proposta".
- 9 Renato Ortiz, *A moderna tradição...op.cit.* p.24.
- 10 Alcântara Machado, *Morte e vida do bandeirante*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- 11 Jesús Timoteo Álvarez e Ascensión Martínez, em *Historia de la prensa en Hispanoamérica*, Espanha, Riiza, 1992, pp. 179 e 180: "No significa ello que no tengan una línea política definida, aunque casi siempre se manifiestan como "independientes" y suelen ser moderadamente progubernamentales, sino que sus objetivos primeros tiene que ver con la obtención de beneficios, con la rentabilidad. Son *empresas* y en la misma medida que cualquier empresa, deben cuidar sus relaciones con la administración, la política, la justicia, etcétera. [...] Naturalmente, esa creación de periódicos-empresa da pie al desarrollo de poderosos grupos de prensa. No fue un fenómeno local, sino común a todo el continente. La familia Edwards poseía en Chile *El Mercurio*, de Valparaíso, que es el decano de la prensa hispanoamericana (1827), *El Mercurio*, de Santiago, *Últimas Noticias* y *El Mercurio*, de Antofagasta. *Diários Asociados* (grupo Assis Chateaubriand) controlaba en Brasil 15 diários (entre ellos el decano de toda la prensa iberoamericana: *El Diario* de Pernambuco, de 1825), tres revistas, dos estaciones de radio y una agencia de noticias. El coronel José García Vlasca, en México, inició, en 1926, su actividad como empresario periodístico que le permitió crear una tupida red de publicações por toda la República reconocibles, muchas de ellas, por el título de *El Sol*. [...] Otros países contaron con periódicos que podemos considerar como auténticas instituciones. Es el caso de *El Espectador* y *El Tiempo*, de Bogotá; de *El Colombiano*, de Medellín; de los

diários bonoarense *La Prensa* y *La Nación*; de *El comercio*, de Lima; de *El Comercio*, de Quito; de *El Telégrafo* y *El Universo*, de Guayaquil. Entre estos diários algunos procuraron ser periódicos de opinión sin un compromiso explícito con un partido, como les ocurrió a *La Prensa* y *La Nación*, de Buenos Aires. Con buena información y un elenco de colaboradores de calidad, se situaron en un nivel aceptable de difusión por encima de los 200.000 ejemplares de media en el caso de *La Prensa*.”

12 Ver Renato Ortiz, *A moderna...op. cit.* p. 24.

13 Jesús Martín Barbero e Germán Rey em *Los ejercicios del ver. Hegemonía audiovisual y ficción televisiva*, Barcelona, Gedisa, 1999.

Referências

Álvarez, Jesús Timoteo e Ascensión Martínez. *Historia de la prensa en Hispanoamérica*. Espanha: Riaza, 1992.

Barbero, Jesús Martín e Germán Rey. *Los ejercicios del ver. Hegemonía audiovisual y ficción televisiva*. Barcelona: Gedisa, 1999.

Machado, Alcântara. *Morte e vida do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

Miceli, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

Ortiz, Renato. *A moderna tradição brasileira - Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Origen, desarrollo y proyección de la imprenta en México*. Universidad Nacional Autónoma de México/Palacio de Minería, 1981.

Rama, Ángel. *La ciudad letrada*. Hanover: Ediciones del Norte, 1984.

Sodré, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Sebastião Guilherme Albano é doutor em Comunicação pela UnB. zoroastro@uol.com.br



Reprodução

Memória da imprensa: o legado paradigmático de Alfredo de Carvalho

JOSÉ MARQUES DE MELO

Alfredo de Carvalho é o historiador que se dedicou à preservação da memória da imprensa nacional, assumindo a liderança do mutirão intelectual responsável pela catalogação dos jornais e revistas publicados no Brasil, no período 1808-1908. Desde então, nenhuma providência foi tomada para dar continuidade a esse inventário emblemático, com exceção de atos isolados e projetos individuais. Um século depois, ele foi escolhido como paradigma da Rede Nacional de Pesquisa destinada a construir a história da mídia, fortalecendo a preservação da memória para servir como fonte de pesquisa. Pretende-se, aqui, recompor o perfil intelectual e descrever criticamente a trajetória da rede que nele se inspirou para celebrar o bicentenário da fundação da nossa imprensa.

Pertencente à aristocracia pernambucana, Alfredo Ferreira de Carvalho nasceu em 27 de junho de 1870, na cidade do Recife, onde teve sua educação básica, inclusive o aprendizado de línguas estrangeiras. Tornou-se poliglota, adquirindo fluência em alemão, inglês, holandês, francês, italiano e espanhol. Isso o habilitou a realizar os estudos superiores no exterior, na área de engenharia, inicialmente em Hamburgo,

Alemanha, e finalmente em Philadelphia, Estados Unidos da América.

Muito jovem, enveredou pela carreira militar, abandonada em função do seu envolvimento na revolta da fortaleza de Santa Cruz, Rio de Janeiro. Diplomado, trabalhou como engenheiro nas ferrovias Central do Brasil e Central de Pernambuco. Tentou ingressar no magistério, prestando concurso para o Ginásio Pernambucano; classificado

em primeiro lugar, frustrou-se com a anulação do resultado. Decidiu, então, fazer excursões pelo país; mas adoeceu, no Amazonas, retornando a Pernambuco.

Convidado para redigir o jornal *Cidade de Santos*, viu o século 19 terminar no litoral paulista. Essa jornada encurtou-se com o falecimento da mãe, o que determinou seu regresso a Recife, em 1900, onde permanece definitivamente, administrando o patrimônio familiar. Casou-se com Marieta Siqueira, não havendo menção a filhos nos seus lacônicos registros biográficos. Chegou a trabalhar como engenheiro fiscal de usinas de açúcar, embora suas energias fossem canalizadas para as atividades intelectuais, principalmente o jornalismo.

Faleceu precocemente, em 1916, enfrentando situação de penúria, privações e debilidade, após exaurir-se o legado patrimonial investido na aquisição de uma valiosa biblioteca de obras raras sobre o Brasil.

O intelectual

Depois de percorrer os principais centros do mundo ocidental e de excursionar pelo seu país, Alfredo de Carvalho recolheu-se à pacata vida provinciana, tendo participação ativa na dinâmica intelectual de Pernambuco. Sua principal tribuna foi a imprensa, publicando regularmente artigos, ensaios e comentários, sobretudo no *Jornal do Recife* e *Diário de Pernambuco*, bem como em revistas acadêmicas.

Perfilou adequadamente o papel de “intelectual orgânico” da aristocracia regional, participando da geração que restaurou o sentimento de pernambucanidade. A esse contingente pertenceram figuras emblemáticas como José Higinio Duarte Pereira e Francisco Augusto Pereira da Costa, a quem sucedeu na liderança institucional, presidindo a Academia Pernambucana de Letras e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Mesmo vivendo na província, nunca assumiu a condição de literato “provinciano”, isolando-se do país e do mundo. Ao contrário, manteve-se

sintonizado com a vanguarda do seu tempo, associando-se a entidades como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro) e a Anthropological Society (Washington).

Esse seu mérito foi reconhecido publicamente pelo crítico José Veríssimo:¹

“... dezenas de literatos (...) imitam ou simplesmente macaqueiam o Rio de Janeiro, que para eles continua a ser a “Corte” das suas ambições... (...) não é felizmente raro surja de vez em quando algum espírito de melhor qualidade, menos provinciano de índole... (...) Daqueles homens de letras a que me referi, que por mais capazes forcem outras atenções que as da sua terra (...) é um, e dos melhores, o Sr. Alfredo de Carvalho. (...) Razões históricas (...) como um forte sentimento de orgulho local (...) explicam a parte de Pernambuco em nossa vida espiritual (...) O Sr. Alfredo de Carvalho (...) é essencialmente um erudito, ocupado da história nacional, particularmente da sua terra. É o que eu chamaria um brasileiro...”

Sua obra contém livros valiosos para a compreensão da singularidade pernambucana, como *Frases e palavras: problemas histórico-etimológicos* (1906); *Estudos Pernambucanos* (1907), mas também para o entendimento do *ethos* brasileiro, como *O tupi na corografia pernambucana: elucidário etimológico* (1907); a *Biblioteca Exótico-Brasileira* (1929) e *Aventuras e aventureiros no Brasil* (1930),

Fez diversas traduções para o português de obras em alemão, holandês e francês, entre as quais *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais*, do alemão Ambrosio Richshoffer (1897); *Olinda conquistada*, do holandês padre João Baers (1898); *O Diário de expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1840* (holandês, 1903); *Notas dominicais*, do francês L. F. Tollenare (1904).

Esse filão historiográfico foi enaltecido por Oliveira Lima como nossa *petite histoire*, em virtude da valorização que o autor concede à vida cotidiana, refluindo aos quadros panorâmicos então vigentes. Trata-se da “nossa história anedótica, a nossa história dramática, cômica, picaresca e trágica, considerada nos

A grande contribuição de Alfredo de Carvalho à história da imprensa brasileira se dá em dois momentos distintos. Como pesquisador ele desvenda a hipótese lendária da tipografia holandesa do século 17. E como líder intelectual, comanda o mutirão que faz o inventário da imprensa brasileira no século 19.

seus aspectos pessoais, extravagantes, humorísticos e laneiros”. Não obstante essa virtude metodológica, o grande intelectual acusava Alfredo de Carvalho de claudicar estilisticamente, recomendando simplicidade, elegância e alacridade no texto.

Contra esse taxativo e impiedoso juízo de valor insurge-se o crítico Humberto de Campos. Mesmo considerando que Alfredo de Carvalho “não era (...) um escritor metuculoso e cuidadoso”, proclamava que ele “é (...) mais legível que Oliveira Lima”.²

Divergente também era a apreciação de José Veríssimo, que reconhecia outros méritos nem sempre perceptíveis pelos críticos de plantão.

“...o Sr. Alfredo de Carvalho é um dos raros que não é gongórico, que possui mesmo uma forma desafetada e sóbria, forma geralmente estranha, e ao que parece antipática aos seus compatriotas literários. (...) Sobretudo (...) me parece um estudioso sincero e honesto, cousa mais rara do que se pensa...”³

O historiador

Se a natureza do seu trabalho como intérprete da sociedade brasileira causava polêmica, num ponto ele suscita unanimidade. “Alfredo de Carvalho é hoje porventura o brasileiro que melhor conhece a história da imprensa no Brasil”, afirmava alto e bom som o crítico José Veríssimo.⁴

O interesse pelo objeto resulta da vivência permanente com o mundo da imprensa. Foi colaborador de jornais e revistas, como os já citados *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife*, mas também da *Revista Brasileira*, *Revista Pernambucana*, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*; *Revistas dos Institutos Geográficos e*

Históricos da Bahia e do Rio Grande do Norte, *Almanaque de Pernambuco*. Escrevia sob os pseudônimos de Robur, Aldecar, Philoclio, P. Pacífico, Heraldus.

É autor, nesse campo, das seguintes obras: *Jornais pernambucanos, 1831-98* (1899); *A imprensa baiana, 1811-98* (1899); *Diário de Pernambuco, 1825-1908* (1908); *Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821 a 1908* (1908).

Contudo, sua grande contribuição à história da imprensa brasileira se dá em dois momentos distintos. Como pesquisador, ele desvenda a hipótese lendária da tipografia holandesa do século 17. E como líder intelectual, comanda o mutirão que faz o inventário da imprensa brasileira no século 19. Tais episódios estão devidamente relatados em meu livro *História do pensamento comunicacional* (São Paulo, Paulus, 2003), do qual sintetizo ou transcrevo a seqüência dos referidos eventos.

A questão da imprensa batava é suscitada em 1859, pelo Cônego Fernandes Pinheiro,⁵ que publica, no Rio de Janeiro, numa revista cultural, um artigo atribuindo aos holandeses, colonizadores de porções do território nordestino no século 17, a primazia da implantação da imprensa no Brasil. Ao destacar esse detalhe, o autor punha lenha na fogueira dos que criticavam o “obscurantismo” da colonização portuguesa no Brasil e exaltavam a ousadia “progressista” do conde Maurício de Nassau. A ausência da imprensa em nossa história colonial constituía, portanto, indicador expressivo dessa defasagem entre os dois projetos coloniais.

Incomodados pela tese, os historiadores pernambucanos criam o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, cuja motivação era justamente a de valorizar o “nativismo” da Restauração Pernambucana que culminou com a Batalha dos Guararapes.

Os debates sobre a controvérsia relativa à imprensa induzem os intelectuais pernambucanos a desqualificá-la, taxando-a de “inverdade histórica”. Para comprovar a hipótese, encorajam José Higino Duarte Pereira a empreender uma missão científica nos arquivos holandeses, o que efetivamente foi

realizado a partir de 1873. Seu desafio era dirimir a polêmica histórica sobre a “mítica” tipografia holandesa de 1642.

As evidências coletadas foram suficientes para refutar a tese sobre a existência da imprensa no Brasil holandês. Mas os dados disponíveis não foram suficientes para esclarecer completamente a questão.

Anos depois, Alfredo de Carvalho⁶ retomaria a questão da imprensa holandesa. Ele refaz o itinerário interrompido por Duarte Pereira nos arquivos holandeses, esclarecendo definitivamente o episódio. Robustece a tese de que, durante o governo de Maurício de Nassau, em Pernambuco, não funcionou nenhuma tipografia no Recife. Elucidou de forma convincente a origem do equívoco histórico, ou seja, a circunstância de haver Nassau solicitado um tipógrafo e um prelo a Amsterdam.

Consultando a correspondência oficial trocada entre os governantes holandeses no Brasil e a direção da Companhia das Índias Ocidentais, conservada no Arquivo Real de Haia, o jornalista/historiador encontrou inúmeras referências ao pedido, às respostas, bem como às reiteraões para o envio do prelo, mesmo depois da viagem do tipógrafo Pieter Janszoon e do anúncio da sua morte durante o trajeto marítimo. Não há qualquer comprovação de que Amsterdam tenha atendido ao pleito, apesar de os dirigentes holandeses no Brasil continuarem reclamando a tipografia. Esta nunca chegou ao Brasil. No entanto, circularam folhetos na Europa supostamente impressos no Recife, datados de 1645. Esses haviam sido originalmente escritos no Brasil, mas concluídos na Holanda, onde foram impressos. A indicação do Recife como local de publicação representou estratégia para evitar sanções legais aos autores pelo caráter denunciativo dos opúsculos.

Ao concluir seu artigo, diz Carvalho: “...cremos haver encerrado o debate sobre a tão disputada questão do estabelecimento da imprensa em Pernambuco pelos holandeses, tendo provado que realmente foi tentado, mas não chegou a se realizar”.

Liquidada essa fatura, dedicou-se Alfredo de Carvalho⁷ a inventariar os progressos da imprensa brasileira, mobilizando pesquisadores nas diversas unidades da Federação para apresentar seus resultados durante a efeméride comemorativa da introdução *oficial* da imprensa no Brasil pela Corte de d. João VI, que aqui aporta em 1808. Trata-se do primeiro projeto de “pesquisa integrada” realizada no Brasil, repertoriando informações sobre a imprensa de todo o país, no século passado e primeira década deste século. Na condição de líder da equipe, Alfredo de Carvalho⁸ escreve alentada monografia sobre a trajetória histórica da imprensa brasileira, incentivando seus colaboradores a produzir perfis regionais.

Um século depois, esse projeto arrojado inspirou a constituição de uma rede de pesquisa que adotou seu artífice como patrono.

Desafio utópico

A Rede Alfredo de Carvalho é um mutirão intelectual de novo tipo que pretende estabelecer nexos entre a Galáxia de McLuhan e a Galáxia de Bill Gates. Constituída para sensibilizar a sociedade brasileira em relação ao papel que a imprensa pode desempenhar como fator civilizatório, a iniciativa convergiu naturalmente para a formação de um organismo sintonizado com o espírito do tempo.

Sua proposta cultural é a celebração do bicentário da implantação da imprensa no Brasil. Mas

Dedicou-se Alfredo de Carvalho a inventariar os progressos da imprensa brasileira, mobilizando pesquisadores nas diversas unidades da Federação para apresentar seus resultados durante a efeméride comemorativa da introdução oficial da imprensa no Brasil pelo Corte de D. João VI, que aqui aporta em 1808. Trata-se do primeiro projeto de “pesquisa integrada” realizada no Brasil, repertoriando informações sobre a imprensa de todo o país, no século passado e primeira década deste século.

A Rede Alfredo de Carvalho é um mutirão intelectual de novo tipo que pretende estabelecer nexos entre a Galáxia de McLuhan e a Galáxia de Bill Gates. Constituída para sensibilizar a sociedade brasileira em relação ao papel que a imprensa pode desempenhar como fator civilizatório, a iniciativa convergiu naturalmente para a formação de um organismo sintonizado com o espírito do tempo.

sua aspiração política é na verdade a conscientização nacional em torno de uma evidência incômoda: 200 anos depois de funcionamento regular em nosso território, a imprensa ainda representa um privilégio das elites, excluindo vastos contingentes populacionais dos seus benefícios cognitivos.⁹

Inspirando-se na campanha protagonizada por intelectual engajado numa instituição da sua época, mas antenado no porvir, a Rede Alcar vem sendo robustecida e dinamizada na medida em que tem sido capaz de otimizar as oportunidades típicas da emergente sociedade digital. Dessa maneira, conquista adesões e projeta-se no cenário contemporâneo, acalentando utopias que convertem o emblemático 2008 em ponto de partida e não em ponto de chegada.

Está justamente aí o diferencial entre a nossa cruzada e a iniciativa liderada pelo nosso patrono, há um século.

Inventário emblemático

Quando Alfredo de Carvalho sugeriu ao secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Max Fleuiss, que fosse conclamada a plêiade de historiadores responsáveis pela sistematização da memória da imprensa brasileira no século 19, sua intenção era construir um patrimônio referencial. Ou seja, um acervo destinado a pavimentar o caminho dos historiadores dedicados à reconstrução do itinerário percorrido pela cultura gutembergiana no continente incorporado à história por Pedro Álvares Cabral, quando aqui aportou em 1500, e atrelado à modernidade por d. João VI, quando também aqui se auto-exilou em 1808.

A peculiaridade do projeto idealizado pelo ilustre pernambucano e implementado pela equipe supervisionada por Max Fleuiss¹⁰ é o seu caráter coletivo, comprometendo cidadãos de boa vontade que exercitavam ofícios burocráticos, mas foram gratificados em função das veleidades intelectuais que acalentavam. Seus colaboradores foram principalmente funcionários públicos atuantes nos institutos históricos estaduais, bibliotecas públicas e organismos congêneres. Dessa forma, ele capitalizou o tempo ocioso desses intelectuais agregados à máquina governamental, convencendo-os a se engajar voluntariamente numa obra de interesse público.

O trabalho resultante deu origem a dois produtos de divulgação cultural: os “Anaes da Imprensa Periódica Brasileira”, reunindo o inventário hemerográfico efetuado nos vinte Estados que formavam a federação brasileira no período 1808-1907; e a “Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil”, instalada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro e aberta para visitação pública no período de 13 de maio a 30 de setembro de 1908.

A glória dessas atividades coube naturalmente a Max Fleuiss, que detinha o poder de acionamento da engrenagem administrativa condizente com a operacionalidade de tais eventos. Mas, sem dúvida nenhuma, o mérito intelectual pertence a Alfredo de Carvalho. Além de haver inspirado a concepção do projeto de pesquisa, persuadindo Fleuiss a obter o beneplácito do IHGB para a sua realização e publicação dos resultados, ele testou a metodologia, encarregando-se do inventário pernambucano e orientando o catálogo baiano. Mais do que isso, assumiu a consolidação dos dados reunidos pela equipe de vinte pesquisadores estaduais, generalizando as tendências observadas e produzindo o relatório final, contido no magnífico ensaio *Gênese e progressos da imprensa periódica no Brasil*.

Se fosse possível traduzir o significado da contribuição de Alfredo de Carvalho em linguagem da atualida-



Redação do *Jornal do Brasil*, em 1958: Odylo Costa, Jânio de Freitas e Ferreira Gullar

de, diríamos que ele realizou o primeiro “projeto integrado” de pesquisa em nossa área, em “rede nacional”.

Memória mapeada

A idéia de Alfredo de Carvalho, acolhida pelo IHGB,¹¹ transforma-se em projeto respaldado pelo governo nacional, gerando uma exposição jornalística, aberta ao público, na capital republicana e em outros Estados da federação brasileira, em 1908.

Como resultado desse esforço incomensurável, do qual participaram ilustres historiadores e hemerógrafos de várias províncias, são editados dois volumes da *Revista do IHGB*, reproduzindo os catálogos elaborados pelos pesquisadores estaduais das regiões norte-nordeste, bem como o ensaio monográfico escrito magnificamente por Alfredo de Carvalho.¹²

Infelizmente os catálogos referentes às regiões situadas ao sul do território nacional, tendo como divisor geopolítico a Bahia, desapareceram em função do incêndio que, naquela ocasião, destruiu preciosos originais depositados nos prelos da Imprensa Nacional. Esse episódio sinaliza a maldição que se projetaria sobre a memória da nossa imprensa, penalizada pela

incúria institucional e desprezada pelas nossas vanguardas intelectuais.

Não fosse a ação preservacionista da Biblioteca Nacional e de algumas bibliotecas estaduais/municipais ou a dedicação laboriosa de alguns colecionadores particulares, o itinerário percorrido pela nossa imprensa no século 20 teria sido apagado definitivamente da memória brasileira. Todo esse acervo mapeado foi microfilmado graças à cruzada documental liderada quixotescamente por Esther Bertoletti,¹³ que acalenta o sonho de ver instalado em nosso país uma Hemeroteca Nacional, a exemplo do que ocorre em outros países europeus ou americanos.

Esse descaso em relação à memória da imprensa traduz em certo sentido a atitude pátria referente à própria memória nacional, principalmente no âmbito da cultura não erudita, condenando ao esquecimento as instituições, os fatos e os personagens que fizeram história. Tanto assim que as novas gerações de profissionais midiáticos – jornalistas, publicitários, radialistas ou teledifusores – formados pelas nossas universidades possuem escasso conhecimento sobre a trajetória midiática brasileira.

Isso os transforma em reféns involuntários dos gêneros e formatos alienígenas, reproduzindo con-

O descaso em relação à memória da imprensa traduz em certo sentido a atitude pátria referente à própria memória nacional, principalmente no âmbito da cultura não erudita, condenando ao esquecimento as instituições, os fatos e os personagens que fizeram história. Tanto assim que as novas gerações de profissionais midiáticos – jornalistas, publicitários, radialistas ou teledifusores – formados pelas nossas universidades possuem escasso conhecimento sobre a trajetória midiática brasileira.

tinuamente modelos oriundos das matrizes geradoras da cultura pós-moderna, quase sempre descolados da nossa realidade. Trata-se de fenômeno determinado pela ignorância em relação aos padrões midiáticos já testados em território nacional, ausentes das lições que tiveram dos seus mestres, tanto na academia quanto na indústria.

Foi precisamente com a intenção de neutralizar essa lacuna cognitiva que tomamos a iniciativa de encetar um novo movimento cultural, buscando ao mesmo tempo preservar a memória da imprensa e construir a história midiática nacional. Nossa meta é desenvolver ações voluntárias e independentes, embora metodologicamente articuladas, no sentido de completar o inventário desencadeado há um século e ao mesmo tempo tecer a malha que dá sentido ao complexo midiático brasileiro.¹⁴

Contribuição à memória

A Rede Alfredo de Carvalho para o Resgate da Memória da Imprensa e para a Construção da História da Mídia no Brasil (Rede Alcar) já acumulou um acervo de 745 monografias e publicou vinte livros sobre a história das indústrias midiáticas no Brasil. Nossa meta era chegar, em 2008, ao Rio de Janeiro, onde, há dois séculos, o regente da Coroa Portuguesa autorizou o funcionamento da nossa primeira imprensa oficial, mas ao mesmo tempo a submeteu ao regime da censura prévia.

Entretanto, 2008 não é a nossa meta de chegada, mas o nosso ponto de partida. A utopia acalentada

pela Rede Alfredo de Carvalho é a de pavimentar o caminho, neste início de século, para que a imprensa deixe de ser um privilégio das elites.

Não me canso de repetir que, nestes dois primeiros séculos de existência, a imprensa brasileira tem excluído ostensivamente os maiores contingentes da nossa população. Basta lembrar que num país de 180 milhões de habitantes os nossos jornais diários alcançam tiragens ridículas, hoje estimadas em 7 milhões de exemplares.

Uma nação constituída por habitantes que não sabem ler, ou que têm fome de leitura e sede de cultura, está condenada historicamente a permanecer na periferia da sociedade que se avizinha, a chamada sociedade do conhecimento. Superar essa situação vexatória é o desafio que se antepõe aos integrantes da Rede Alfredo de Carvalho na reta final para a nossa institucionalização como entidade não-governamental.

Notas

- 1 VERÍSSIMO, José. Um estudioso pernambucano. *Kosmos*, Rio de Janeiro, 1907.
- 2 CAMPOS, Humberto de. Alfredo de Carvalho. In: *Crítica* (terceira série), obra póstuma, Rio, Jackson, 1962, p.319-323.
- 3 VERÍSSIMO, José. Op.cit., p. 126-127.
- 4 VERÍSSIMO, José. Op.cit., p. 122.
- 5 FERNANDES PINHEIRO, J. C. A imprensa no Brasil. *Jornal Ilustrado* (revista popular noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, anedótica, musical etc.), Rio de Janeiro, 1(4): 217-224, 1859.
- 6 CARVALHO, Alfredo. Da introdução da imprensa em Pernambuco pelos holandeses, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. 53, Recife, 1899, p. 710-716.
- 7 CARVALHO, Alfredo. Gênese e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2 vols.
- 8 Ele também assumiu a tarefa de inventariar a imprensa pernambucana, divulgando o conjunto da pesquisa no livro *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana (1801-1908)*, Recife, Typografia do Jornal do Recife, 1908.
- 9 Esta argumentação está melhor desenvolvida no ensaio publicado em coletânea internacional sobre as relações entre redes e cidadania. Vide: MARQUES DE MELO, José. El pragmatismo

utópico de la Red Alfredo de Carvalho, In: *Redes, Gestión y Ciudadania*, Quito, OCLACC, 2002, p.199-208.

10 FLEUISS, Max. Prólogo, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, Rio de Janeiro, IHGB, 1908, p. V-XIII

11 A comunicação desse projeto foi efetuada aos sócios do IHGB pelo secretário perpétuo em sessão realizada na 13a. sessão ordinária da instituição, no dia 29 de julho de 1907. FLEUISS, Max. Apresentação, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, Tomo I, Rio de Janeiro, 1908, p. V-XIII.

12 CARVALHO, Alfredo de. Gênese e progressos da imprensa periódica no Brasil, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, Tomo I, Rio de Janeiro, 1908, p.1-89.

13 BERTOLETTI, Esther. *Nota Prévia, Periódicos Brasileiros em Microforma, Catálogo Coletivo*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1985, p. 13-16.

14 MARQUES DE MELO, José. O pragmatismo utópico da Rede Alfredo de Carvalho, In: PONTES TAVARES, Luis Guilherme (Org.) *Rumo ao Bicentenário da Imprensa Brasileira*. Salvador: NEHIB / Editora da UFBA, 2002, p. 9-32

15 CARVALHO, Alfredo. Gênese e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2 vols.

José Marques de Melo é professor emérito da USP, diretor da Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional e autor dos livros *História social da imprensa*, *História do pensamento comunicacional* e *Imprensa Brasileira: personagens que fizeram história*.



Editora Universidade de Brasília

Livrarias

Universidade de Brasília
campus Universitário Darcy Ribeiro
Centro de Vivência

Horário de funcionamento:
De segunda a sexta-feira: das 8 às 19h30
livrariacampus@editora.unb.br
(61) 3307-2221

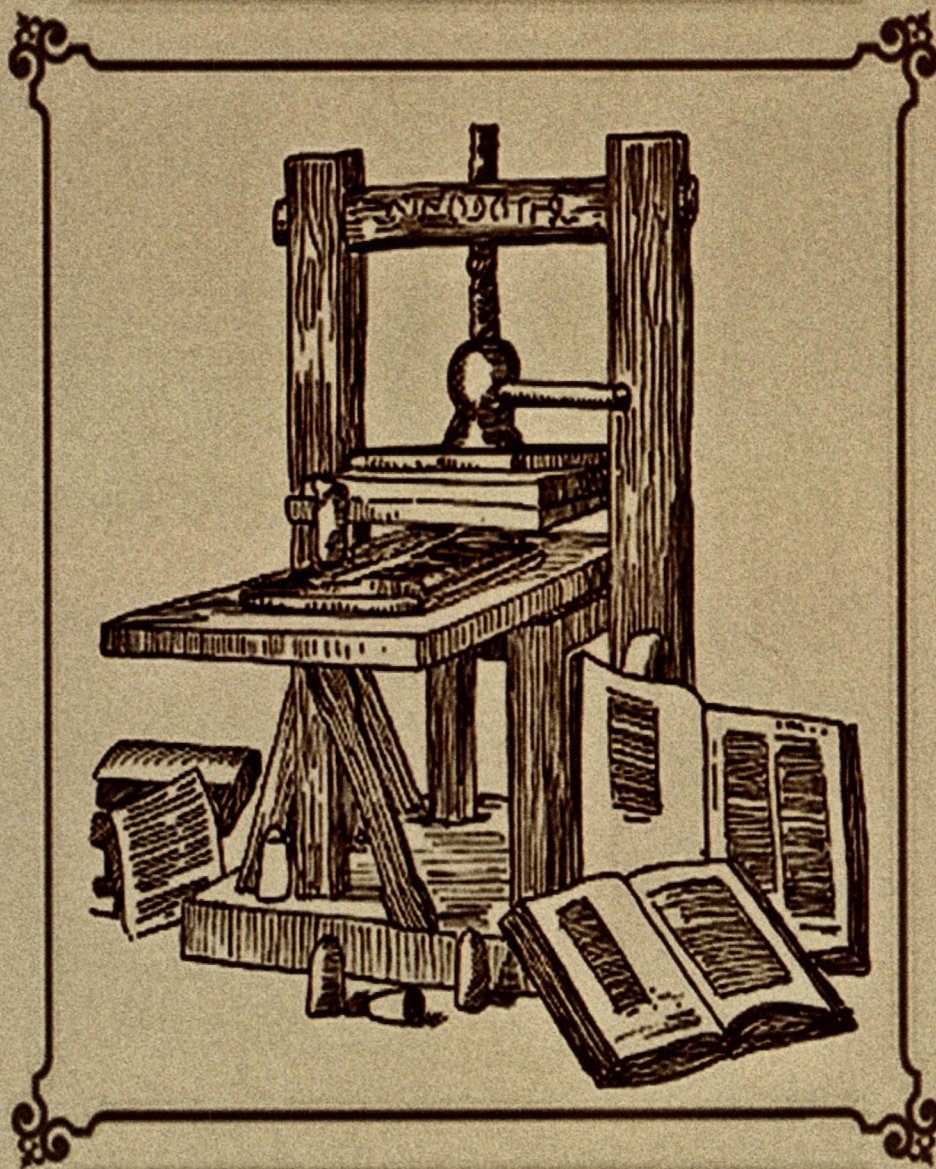
Aeroporto Internacional de Brasília - Juscelino Kubitschek

Horário de funcionamento:
De segunda a sábado: das 7 às 22h. Domingo: das 7 às 21h
livrariaaero@editora.unb.br
(61) 3364-9145



www.editora.unb.br

livros



Reprodução

Ação política e liberdade

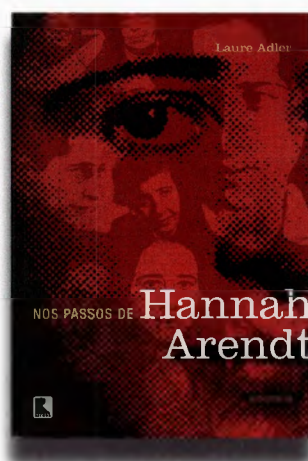
INÊS ULHÔA

Nos passos de Hannah Arendt é biografia obrigatória para quem deseja conhecer o pensamento de uma das mais importantes teóricas políticas do século 20.

Vítima do totalitarismo, exilada e sem pátria durante uma boa parte de sua vida, Hannah Arendt muito revelou sobre as atrocidades do mundo. A sua própria condição, paradoxalmente, foi o fator de determinação de suas análises e investigações no campo do pensamento político. Fez tudo o que foi possível, para não sucumbir diante de um destino adverso.

Importante conhecer a obra de Laure Adler, *Nos passos de Hannah Arendt*, para entender a dimensão e a importância do pensamento dessa filósofa, cuja vida foi dedicada a pensar e a agir no mundo contemporâneo.

Arendt sempre se pautou pela emergência da verdade, qualquer que seja ela. Desenvolveu muito cedo o gosto pela reflexão, logo notada pelos seus professores Martin Heidegger e Karl Jaspers. Aliás, é com Jaspers que ela partilha o pensamento de que enquanto houver seres com capacidade crítica, a garra exterminadora da força totalitária encontrará resistências. Para ela, Rosa Luxemburgo era um desses seres de espírito revolucionário, “apaixonadamente engajada na vida pública, nos assuntos civis e nos destinos do mundo” (in ARENDT, *Homens em*



Nos passos de Hannah Arendt, de Laure Adler (tradução de Tatiana Salem Levy e Marcelo Jacques). Editora Record Ltda, 2007, 644 p.

tempos sombrios, 1987, p. 52). Como Rosa, ela recusa categoricamente a ver na guerra, em qualquer guerra, apenas o mais terrível dos desastres. Levará Hannah Arendt para o resto de seus dias aquilo que aprendeu com Rosa Luxemburgo de que as revoluções não são feitas por ninguém, mas explodem espontaneamente, transformadas por

forças que vêm sempre de baixo.

Tentar seguir o caminho que ela traçou para poder entender e amar o mundo nos leva inextricavelmente à reflexão de que “o mundo está cheio de histórias, de acontecimentos e ocorrências e eventos estranhos, que só esperam ser contados...” (idem, p.88).

Hannah Arendt escreveu sobre os assuntos mais variados, mas em todos os seus textos está adjacente a dimensão da liberdade e da ação política. Em 1955, em carta a Karl Jaspers, seu professor, orientador e amigo, revela suas intenções para dar o título *Amor mundi* a um livro seu que seria publicado em breve nos Estados Unidos. “Sim, eu gostaria, desta vez, de lhe trazer a amplitude do

mundo. Comecei tão tarde, na verdade somente nos últimos anos, a amar realmente o mundo... Por gratidão, quero intitular meu livro sobre teorias políticas *Amor mundi*". Publicado em 1958, o livro surgiu com o título *A condição humana*, talvez a sua obra mais importante.

O livro de Laure Adler aborda desde a infância de Arendt, na Alemanha, até o último de seus dias, nos Estados Unidos, vítima de um ataque cardíaco. A autora foi muito precisa em contar a vida dessa importante pensadora. De uma pesquisa exaustiva, com acesso a documentos inéditos, a Adler não escapou detalhes importantes, até então desconhecidos, da vida de Hannah Arendt.

Nos passos de Hannah Arendt traça um retrato sem retoques e não exime Arendt de nada, como o episódio que lhe rendeu a ira de Raul Hilberg, autor de *A destruição dos judeus na Europa*. Segundo ele, Arendt, em seu livro *Eichmann em Jerusalém*, louva a publicação e faz onze citações da sua obra. O inusitado disso é que a própria Arendt havia desaconselhado a publicação um ano antes pela Universidade de Princeton, alegando que se tratava de uma obra inútil sobre um assunto esgotado.

Instrumento do mal – Ao publicar *Eichmann em Jerusalém* (1963), Arendt sustentava que a banalidade, que é a indiferença diante das coisas e diante do bem e do mal, acontece porque as pessoas perdem a capacidade de julgar. Em certos momentos, oprimir, subjugar, humilhar e matar podem se tornar banais, porque o modo como se vive não permite julgar a gravidade das ações. Tudo se torna igualmente natural e indiferenciado. Foi o que ela entendeu que acontecera com Eichmann. Em vez de uma mente perversa, ela encontra apenas um funcionário burocrático que cumpria ordens e nada mais. Uma completa ausência de reflexão, simplesmente uma incapacidade para pensar. Ela descreve Eichmann como um instrumento da monstruosa máquina

administrativa do regime nazista. Apenas um pequeno funcionário da ideologia dentro dessa banalidade do mal. Essa interpretação levou muitos de seus amigos sionistas a acusarem-na de ter pouco amor pelo povo judeu e "de ser anti-Israel, anti-sionista, uma judia que se odiava".

A sua decepção foi enorme ao constatar, como relatado em *Eichmann em Jerusalém*, como os próprios judeus se comportaram durante o holocausto, "envolvidos nos crimes efetivos dos SS... mandando seus amigos para a morte ou assassinar pessoas que não conheciam". Isso tudo aliado ao fato de que Arendt era contrária à idéia da formação de um Estado soberano judeu. Arendt defendia a idéia de uma pátria judia assentada na divisão federativa do poder com a comunidade palestina. O ideal seria a formação de um Estado palestino binacional. Para ela, o judaísmo era um modo de pertencer ao mundo e não uma espiritualidade.

Arendt foi uma menina precoce. Desde cedo, destacou-se pela inteligência. Foi na Universidade, durante seu doutorado que ela conheceu Martin Heidegger, seu orientador, com quem inicia um complicado romance. Ele era casado e muitos anos mais velho que ela. Em 1933, para decepção de Hannah, Heidegger adere ao nazismo. Ela, judia, foge da perseguição nazista. Depois de passar por Paris, onde foi mandada para um campo de internação, parte em 1941 para os Estados Unidos, acompanhada de seu segundo marido, Henrich Blucher. Em 1951, naturaliza-se americana.

Fábricas de morte – A biografia escrita por Laure Adler revela ainda a persistência do pensamento de Hannah Arendt sobre o direito de cada indivíduo e de cada povo de ser parte de uma sociedade organizada, o que a levou a denunciar os crimes contra a humanidade que, para ela, se tornaram um tipo de solidariedade dos regimes totalitários e seus métodos de "fabricar a mor-

te”. Ela considerava ignóbil como esses regimes cometiam crimes, tais como a injustiça e exploração, a privação da liberdade e a opressão política. Em Arendt, essa questão é discutida em seu ensaio “Da violência”, no qual ela ressalta que existe um consenso entre teóricos políticos tanto de esquerda quanto de direita no sentido de que “a violência nada mais é que uma flagrante manifestação de poder”.

Entretanto, ela diferencia os termos e ressalta que, em se tratando de política, não basta dizer que violência e poder não são a mesma coisa. “Poder e violência se opõem, onde um deles domina totalmente o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em perigo (...). A violência pode destruir o poder, mas é totalmente incapaz de criá-lo” (*A condição humana*, p. 132).

O que pretende Hannah Arendt? Dizer que o poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido. “Poder e violência, ainda que fenômenos distintos, quase sempre aparecem juntos. Onde quer que estejam associados, o poder é o fator principal e predominante.” (Ib. p.129). Mas quando a violência substitui o poder, o resultado é drástico. E o expediente utilizado para essa vitória da violência sobre o poder é o uso do terror para sustentar a dominação. Nos regimes totalitários, abole-se radicalmente a liberdade e recorre-se ao terror, “pois é preciso dominar os seres humanos até o ponto em que eles percam, junto com sua *espontaneidade*, também a *imprevisibilidade* especificamente humana do pensamento e da ação” (id., p. 65). O terror constitui-se no elemento pelo qual se elimina pela raiz a liberdade humana. É, portanto, a “essência das formas totalitárias de dominação; e os campos de concentração sua máxima e mais importante instituição” (ib. p. 67). Segundo ela, o terror totalitário nos campos de concentração demoliu todos os espaços que tornam possí-

veis o movimento e a interação humanos. Tanto a liberdade de pensamento como a liberdade de ação desapareceram. Era coisa que “nunca deveria ter sido permitida que acontecesse”, disse ela em entrevista a Gunter Gaus. Essa visão, em nome da afirmação da liberdade de pensamento, é que a leva a proferir que “há crimes que os homens não podem punir nem perdoar”. Em sua obra mais contundente, *Origens do totalitarismo*, ela é implacável na crítica a essa estranha forma de governar baseada no emprego do terror e da ideologia.

Liberdade e vida pública – Para Laure Adler, Hannah Arendt, em nome de suas próprias idéias, “escolheu, durante 60 anos, questionar-se sobre o que produz o mal, sobre o que vai mal: as violências políticas, os totalitarismos, o conflito israelense-palestino, o crescimento incessante da sociedade de consumo, o aumento do número de refugiados no mundo, a redução do espaço público, a degradação de nossas liberdades”. Segundo Arendt, o homem só alcança o mais alto nível de desenvolvimento na ação. A ação está na esfera pública e é “a única atividade executada diretamente entre os homens, sem o intermédio das coisas ou da matéria (*A condição...* p. 15)”. A ação é autenticamente humana e superior, portanto, ao labor e ao trabalho. E é somente na esfera pública que os homens liberados das *necessidades da vida* encontram seus iguais e podem verdadeiramente ser livres. A liberdade é, pois, concebida como um atributo da vida pública. A liberdade é decorrente da ação, ou seja, da capacidade de os homens, por meio de feitos e palavras, se apresentarem uns aos outros em sua singularidade. É o espaço da pluralidade. Seus produtos não são nem consumíveis, nem sólidos e duráveis. Eles são constituídos pelas ações e pelas palavras e sua duração é determinada pelo tempo mesmo dos discursos e dos feitos humanos.

Muito crítica dos defeitos da humanidade, Hannah Arendt defendia que a esfera pública era o espaço da ação e somente nela o interesse público está acima do interesse privado. O pensamento e a ação representam esferas distintas. No espaço público, o ser humano, agindo em consonância com os demais, pode gerar poder político e ser livre. A política é isso. É a forma mais elevada de ação. “A arte política ensina os homens a produzir o que é grande e luminoso” (ib., p. 218).

Engajamento político – *Nos passos de Hannah Arendt* descreve como ela entendia a questão da liberdade, que está no engajamento político. Isso porque o sentido da existência encontra-se na própria ação. Ao agir, o homem transforma sua essência. Os homens somente são livres enquanto agem, “pois ser livre e agir são uma mesma coisa” (ib., p.199). Para Arendt, é a manutenção de uma esfera política que garante que o ser humano possa manter sua capacidade de ser livre. “O campo em que a liberdade sempre foi conhecida é o âmbito da política” (ib., p.191). É necessário que cada cidadão assuma sua responsabilidade pelos acontecimentos de seu mundo e se posicione nele. Melhor, é necessário que cada cidadão exerça em plenitude seu papel de membro da esfera política. A política é a esfera em que se dá o encontro dos homens, é o estar-junto. Assim, a política é muito mais do que o domínio restrito dos governos, das eleições, das leis... A política é o viver junto. E Laure Adler complementa: “Para Hannah a questão é: *como ou por que nos tornamos uma pessoa engajada. Mas: como pode acontecer de não o sermos?*”

Uma das grandes expoentes do pensamento político contemporâneo, Arendt produziu uma obra polêmica, porém de extraordinária contribuição à reflexão diante dos conflitos e das necessidades do homem. A irradiação dos temas com os quais trabalhou, como a liberdade, a dignidade humana, a verdade, a violência, o totalitarismo, o racismo, o imperialismo, o autoritarismo, a revolução, insere-a entre os maiores pensadores do século 20. O tema da liberdade foi tratado em sua

obra quase que de forma obsessiva. E da forma com que ela conduziu essa reflexão torna quase que obrigatória a sua leitura, principalmente nessa era, em que os idealismos estão colocados em cheque. Revolucionou conceitos com o seu modo próprio de ver o mundo. Por isso, é essencial conhecer a sua vida para compreender a sua obra. O que a distingue essencialmente de outros filósofos políticos contemporâneos é, segundo A. de Crespigny, “um entusiasmo tão grande por esse mundo que chega a ultrapassar o de Maquiavel”.

As reflexões de Hannah Arendt permitem um amplo e rico debate que não se esgota tão facilmente. Portanto, não comportam resultados conclusivos, pois o valor e o sentido de suas idéias residem na perenidade do brilho da luz que lançou sobre os acontecimentos de seu tempo.

Inês Ulhôa é jornalista.

Causa libertária

MARIA JANDYRA CAVALCANTI CUNHA

Premiado na categoria ensaio social do prêmio Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Biblioteca Nacional, o livro descreve trajetória de José Genoíno, ex-guerrilheiro do Araguaia.

Ao lembrar que a maioria dos homens pertence a uma determinada corrente de seu tempo, o sociólogo Karl Mannheim criticou a abordagem de geração como noção apenas de tempo cronológico e de espaço. O autor de *Ideologia e utopia* circunscreveu o conceito de geração a um conjunto de fatores de ordem qualitativa, como o tempo interior vivenciado, a contemporaneidade e o destino coletivo. O jornalista Zuenir Ventura – que contou a saga de uma geração em seu livro 1968: *o ano que não terminou* – traduziu, de forma clara e direta,

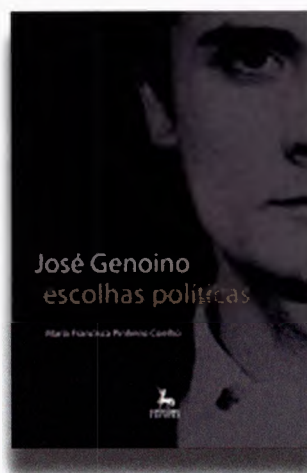
esse conceito: “Uma geração não é feita de idades, e sim de afinidades”.

Ao falar a pesquisadores do Núcleo de Estudos em Mídia e Política da Universidade de Brasília, em maio de 2007, o deputado federal José Genoíno (PT-SP) se identificou como sendo da Geração de 1968, a geração que nasceu depois da Segunda Guerra Mundial e se politizou nos movimentos estudantis do final dos anos 1960. Era uma geração que, marcada pela rebeldia e imbuída de valores libertários, caminhava contra o vento. No Brasil, os jovens cobravam de seus pais resistência e, inconformados, assumiam eles próprios o papel que a História oferecera à geração anterior. Muitos deles caminharam – sem lenço, nem documento – militando em organizações políticas clandestinas durante a ditadura militar.

Geração 68 – Quatro décadas depois, podemos encontrar representantes da Geração 68 atuando no cenário político nacional. Muitos deles estavam no emblemático 30º Congresso da UNE – a então proscrita União Nacional dos Estudantes (UNE), que se reuniu em Ibiúna, São Paulo, em outubro de 1968, antes de ser surpreendida pela repressão policial. Só para citar três nomes, todos José, lá estavam: Dirceu (PT), Thomas Nonô (PFL) e José Genoíno (PT).

Genoíno era o presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFCE e levou para Ibiúna uma delegação de trinta estudantes cearenses. Entre eles, Maria Francisca Pinheiro Coelho, ainda caloura do curso de Ciências Sociais da UFCE. Hoje, na condição de pesquisadora associada da UnB e com bolsa do CNPq, a socióloga está estudando o pensamento político da geração de 1968 e acaba de publicar o livro *José Genoíno: escolhas políticas*, editado pela Centauro Editora, de São Paulo.

O livro começou a ser escrito em 1997 como um dos volumes da série *Contemporâneos do*



José Genoíno: escolhas políticas, Maria Francisca Pinheiro Coelho. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

Futuro, da Editora Universidade de Brasília. O objetivo era traçar o pensamento de alguns dos principais políticos brasileiros da atualidade, identificando seu papel na redemocratização do país. Foram lançados os dois primeiros volumes – um sobre Roberto Freire, outro sobre Cristovam Buarque. Escrito por Maria Francisca, o terceiro volume seria sobre José Genoíno. A série não teve continuidade, porém Maria Francisca, que já tinha começado sua tarefa, decidiu abraçar a obra como um projeto individual à obra, no decorrer da qual entrelaçaria a história de vida com o pensamento político de Genoíno. Para isso, a socióloga pesquisou a trajetória de Genoíno desde a infância, no pequeno distrito de São José do Encantado, no sertão cearense, passando por sua participação no movimento estudantil, a militância no Araguaia, sua prisão política, sua atuação nos anos de transição e, finalmente, no parlamento, como representante do Partido dos Trabalhadores (PT), que ajudou a fundar.

As entrevistas começaram em maio de 1997 e se estenderam até outubro de 2005, depois de deflagrada a crise no PT. Só com o retratado, foram 16 entrevistas com 32 horas de gravação no total. Houve ainda entrevistas com seus pais e professora primária no Encantado; com João Salmito Neto, o ex-padre, ex-pároco da vizinha Senador Pompeu, que lhe deu a oportunidade de sair do lugar de origem para cursar o ginásio e, mais tarde, se transferir para Fortaleza; e, ainda, com seus colegas de movimento estudantil na capital cearense.

Período de arbítrio – Maria Francisca leu as 142 páginas dos autos dos diversos processos da Justiça Militar contra Genoino – sendo o principal deles o que o condenou como guerrilheiro do Araguaia durante os anos de arbítrio – e todas as entrevistas por ele concedidas à imprensa livre depois da redemocratização. Consultou documentos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), primeira agremiação política de Genoino; examinou seus projetos de lei e emendas parlamentares; e acompanhou seus artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Foram dez anos de pesquisa. O livro já estava pronto quando Genoino, então à presidência do PT, foi responsabilizado pelos desmandos administrativos em sua gestão. Maria Francisca decidiu não prolongar o trabalho, que, cobrindo as muitas reviravoltas na vida do político, já se estendia por mais de trezentas páginas. Sua escolha foi não incluir o episódio da crise no PT como objeto de análise, mas anexar na íntegra as três entrevistas que fez com Genoino nesse período. A primeira delas foi concedida, em 2002, logo após a derrota no segundo turno da eleição para o governo de São Paulo. A segunda, em maio de 2005, um mês antes das denúncias contra o PT. A terceira, em outubro de 2005, depois da crise política deflagrada.

No corpo do trabalho, a pesquisadora manteve intacto o registro das afinidades que Genoino teve com sua contemporaneidade, na qual – como ele própria identifica – “a rebeldia era valor intrínseco”. Assim, *José Genoino: escolhas políticas* chega ao mercado editorial como uma contribuição para aqueles que querem entender o pensamento político da Geração 68.

Maria Jandyra Cavalcanti Cunha é doutora em Lingüística e membro do Núcleo de Estudos em Mídia e Política da UnB.

Conservação de recursos naturais

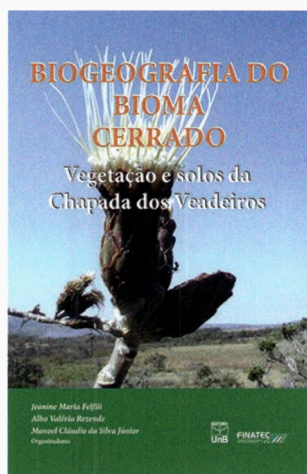
KÁTIA MARSICANO

Estudo de vegetação e solo confirma riscos e sugere formas de manejo adequado do bioma.

A iminência do desaparecimento do bioma cerrado, consequência, entre outros fatores, da falta de medidas de proteção efetivas e da implantação de unidades de conservação que garantam a integridade desse rico patrimônio genético, é uma das principais conclusões do estudo organizado pelos engenheiros florestais Jeanini Felfili, Alba Valéria Rezende e Manoel Cláudio da Silva Júnior, da Universidade de Brasília.

No livro *Biogeografia do bioma cerrado – Vegetação e solos da Chapada dos Veadeiros*, – nome do projeto desenvolvido desde 1988 na região –, está a consolidação do relatório que chama a atenção para o processo que, incontrolavelmente, tem substituído a vegetação original por culturas exóticas, sob o interesse da expansão econômica. Dados comprovam que 37% da área do bioma já se perderam – uma perda, que, segundo os especialistas, é irreversível, uma vez que cada espécie extinta poderia significar a manutenção do equilíbrio ecossistêmico.

O estudo, resultado do Programa de Fomento da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), priorizou três localidades no Estado de Goiás: Vila Propício, em Goianésia, o município de Alto Paraíso de Goiás e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Com a participação de pesquisadores da Embrapa Recursos Genéticos, em parceria com técnicos de Furnas, também foram feitas amostragens em áreas da Serra da Mesa (municípios de Minaçu, Campinaçu e Colinas do Sul) e Serra Negra, em Niquelândia.



Biogeografia do Bioma Cerrado – Vegetação e solos da Chapada dos Veadeiros, de Jeanine Maria Felfili, Alba Valéria Rezende e Manoel Cláudio da Silva Júnior (org.), Editora Universidade de Brasília e Finatec, 254 p.

Além da avaliação geral da região da Chapada dos Veadeiros, características de solo, fitossociologia da vegetação arbórea, análise florística e recomendações de manejo, *Biogeografia do Bioma Cerrado* adverte sobre as limitações da única unidade de conservação federal, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no que diz respeito à preservação da diversidade biótica. Os 65 mil hectares de área representam pouco diante do que ainda está sem proteção.

A partir de análises em todas as áreas selecionadas, o estudo oferece ainda subsídios para a tomada de decisões na definição de estratégias para a conservação e manejo dos recursos naturais. Comparações foram feitas entre pontos diferentes dentro de um mesmo sistema de terras e entre sistemas variados da Chapada dos Veadeiros, porém de igual valor ecossistêmico.

Duas mil 661 espécies foram citadas, pertencentes a 731 gêneros e 150 famílias, entre as quais nove táxons novos, além do destaque dado ao levantamento florístico, considerado excepcional, inclusive por também ter diagnosticado espécies ainda não identificadas. A metodologia padrão utilizada foi a de amostragem de vegetação (árvores, ervas e arbustos) nas fitofisionomias de cerrado *strictu sensu*, cerradão e mata de galeria.

Biogeografia do Cerrado finaliza com a urgência de questões relacionadas à criação e implantação de unidades de conservação ao longo da Chapada

dos Veadeiros e à adoção de áreas de cultivo intercaladas com faixas de vegetação natural, que funcionem como corredores ecológicos. O ecoturismo, atividade já consolidada na região, também é citado como importante instrumento de consolidação das políticas de conservação, desde que orientado tecnicamente sob o risco de transformar-se apenas em mais uma fonte geradora de lucros e muitos prejuízos ambientais.

Kátia Marsicano é jornalista, mestra em Planejamento e Gestão Ambiental.

História feita de muitas histórias

ADEMIR E. SANTANA

Obra de ex-professor narra a criação, as inovações e a perseguição de que foi vítima a Universidade de Brasília.

A discussão está e permanecerá na ordem do dia, pois há uma demanda nacional para a construção de uma agenda política efetiva para a educação e para a pesquisa. Alguns efeitos de uma agenda assim são perceptíveis a todos e podem se prestar à solução de diversos problemas sociais que enfrentamos, além de ter como desdobramento uma nova inserção do país no contexto geopolítico regional da América Latina e mundial. É necessário, para essa construção, o entendimento da etapa atual em que a universidade brasileira se encontra e da trajetória que seguiu para chegar a esse estágio. Nesse sentido, o livro do professor Roberto Salmeron, *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*, 2a. edição



A universidade interrompida: Brasília 1964-1965, de Roberto A. Salmeron, Editora UnB, 2007, segunda edição revista, 486 p.

organização administrativa, a carreira docente, as relações discentes e investindo na competência científica. Essa proposta foi conduzida por intelectuais como Anísio Teixeira, o então ministro da Educação; Darci Ribeiro, primeiro reitor; e Oscar Niemeyer, primeiro diretor da Faculdade de Arquitetura. A criação da UnB refletiu o amadurecimento das diversas forças políticas do país, quanto ao significado de universidade para aquele momento. Cabe lembrar que um projeto similar e anterior, em 1935, também de Anísio Teixeira, fora interrompido: a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, que funcionou por cinco anos. Mesmo sofrendo agressões violentas, o projeto da UnB saiu-se vitorioso, pelo menos em parte, e serviu de modelo para outras novas universidades no país, como a Universidade de Campinas (Unicamp), assim como passou a ser adotado no devir dos anos pelas outras já existentes.

A universidade interrompida descreve o equívoco da fragilidade institucional, ao mesmo tempo em que denuncia as armas do regime de exceção forjadas na infâmia, no obscurantismo,

revista, é uma preciosidade.

Projeto vitorioso – O livro de Salmeron enfatiza dois momentos cruciais na história da universidade no país. Um deles, a criação da Universidade de São Paulo, a primeira das nossas universidades. O outro foi a criação da Universidade de Brasília, rompendo com a cátedra, redefinindo a or-

na violência, no apadrinhamento, na corrupção. Sem falar nas atitudes deprimentes daqueles que se aproveitam das migalhas do poder. A descrição do processo que levou ao pedido de dispensa voluntária de 223 professores da UnB, depois da demissão arbitrária de 29 docentes, em 1965, se mostra como uma alegoria daquele período.

A atitude daqueles professores transformou-se em um dos fatos mais marcantes na história da universidade brasileira e, devido à repercussão nacional e internacional, chamou a atenção da sociedade para o que acontecia nas nossas universidades. Forçou então a nação, por intermédio do Congresso Nacional, a discutir em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) os problemas da Universidade de Brasília, e de certa forma a viabilizar um salto qualitativo da instituição universitária.

Ação dramática – O livro do professor Salmeron é, até agora, a melhor fonte para se compreender esses acontecimentos, e o que levou aqueles professores àquela ação dramática, com imensas perdas pessoais. Além de ser um documento importante para aqueles que discutem o papel das universidades, o texto é valioso para aqueles outros interessados em história política e universitária do país, por ser amplamente documentado.

Destaca-se a seleção cuidadosa dos depoimentos da CPI sobre a UnB, apontando as contradições e as inverdades perpetradas por agentes do regime militar, como na figura do reitor Laerte Ramos de Carvalho e na dubiedade de ações do reitor Zeferino Vaz. O acirramento da questão na imprensa está também documentado, e de onde se constata o uso amplo da prática midiática de transfiguração e difamação. A despeito disso, não encontramos no texto tratamento das informações por um viés panfletário; apenas análise histórica.

O livro levanta a questão vocacional de nossas instituições e a necessidade de investimentos na

construção de universidades tecnológicas, como o Massachusetts Institute of Technology (MIT), entre outros. Isto é importante, pois esse tipo de universidade não está sendo contemplado satisfatoriamente no debate atual. Podemos citar um exemplo que incomoda. Atualmente, enquanto muitos países já criaram seus institutos de nanotecnologia (os institutos onde a engenharia advinda da mecânica quântica está sendo desenvolvida, incluindo a biotecnologia), o Brasil não consegue fazer a opção política desse investimento. O prejuízo pode ser sem medida ao se perder esta grande possibilidade histórica, pois já possuímos competência técnica para tanto.

O professor Salmeron escreve como um físico, um dos mais importantes e atuantes do país, e relata, na condição de um dos principais articuladores, que foi no processo de construção da UnB, na posição de coordenador (primeiro diretor) do Instituto Central de Ciência e o de Tecnologia, fundador e primeiro diretor do Instituto de Física Pura e Aplicada (hoje, Instituto de Física) e primeiro diretor da Faculdade de Tecnologia. Os fatos e análises são apresentados e documentados em estilo preciso e elegante, de modo tranquilo, sereno e com a distância de quem vê os acontecimentos sociais sob a perspectiva histórica. Isso não significa a tentativa ingênua de ser imparcial na descrição. Guiado por uma perspectiva humanista, Salmeron coloca-se a favor do fortalecimento das instituições democráticas e contra a usurpação da verdade dos fatos. É sob essa ótica que escreve *A Universidade Interrompida*, vislumbrando uma universidade que possui como ingrediente basilar a produção de conhecimento, seguido das atividades de ensino e extensão, em alto grau criativo e inovador. Ademais, vemos também registrado as atitudes de devoção e entusiasmo, essenciais na execução de projetos que possam ajudar o país a se desenvolver.

Ao trazer todos esses elementos para a discussão sobre uma reforma da universidade que possa aten-

der às necessidades da nação, é que *A Universidade Interrompida* passa a ser leitura obrigatória.

O professor Roberto Salmeron vive hoje na França. Após sua demissão da UnB, reassumiu a posição de pesquisador no CERN – *European Organization for Nuclear Research*, o laboratório de física de alta energia organizado por um conglomerado de países europeus. O CERN é a maior referência mundial na pesquisa em física de partículas elementares; e como subproduto, é liderança na produção de novas tecnologias. Vale lembrar a importância desse laboratório do ponto de vista cultural: foi no CERN que nasceu a internet (para outras informações, consultar www.cern.ch).

Mesmo vivendo fora do país, Salmeron sempre manteve laços estreitos com o Brasil e com a física no país. Dado seu prestígio e permanente atividade, influenciou ou colaborou diretamente para a formação de vários grupos de pesquisa nessa área. Foi membro do Comitê para o Prêmio Nobel em Física e atualmente, como aposentado, é consultor científico do governo francês. Entre as diversas homenagens e prêmios, em 2005, foi consagrado com o título de doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Brasília.

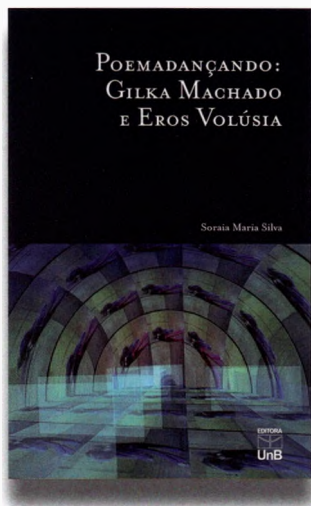
Ademir E. Santana é professor no Instituto de Física da UnB.
asantana@fis.lunb.br

Inter-relação poesia-dança

EUSÉBIO LÔBO

Pesquisa de Soraia Silva busca os paradigmas da dança e da poesia em Gilka Machado e Eros Volússia.

O livro *Poemadançando: Gilka Machado e Eros Volússia*, de Soraia Silva, recentemente editado pela Editora Universidade de Brasília,



Poemadancando Gilka Machado: e Eros Volúcia, de Soraia Silva, Editora UnB, 2007, 264 p.

é um livro que chamaríamos inusitado, como apontado pelo saudoso professor Danilo Lôbo, o qual abre um novo caminho para os pesquisadores interessados na inter-relação poesia-dança e cujo principal objetivo é aproximar, prática e teoricamente, a literatura da dança e vice-versa. Mas, conhecendo a trajetória de Soraia Silva, um espírito inquieto em busca dos paradigmas expressivos,

seja na dança, seja na poesia, seja na pintura, não nos parece absurda ou desconectada essa busca de uma abordagem estrutural da poesia e da dança, na qual a ligação mãe-filha ultrapassou o espaço familiar para projetar-se no artístico.

Os aspectos formais da dança simbolista volusiana, com forte influência de Isadora Duncan, são apontados pela autora como um ponto de síntese mediadora de poemas gilbianos, assim como no texto modernista de Gilka Machado são reconhecidas as temáticas mais brasileiras, nos quais se evidenciam de forma clara as pesquisas da filha. Sabe-se que, para compor as suas danças, Eros Volúcia percorreu o país e pesquisou os ritmos brasileiros de origem indígena e africana, esse fato lhe valeu o título de Criadora do Balé Brasileiro. Tal feito nos parece muito interessante, mesmo não tendo chegado a cabo, mas o livro de Soraia vem novamente trazer à tona essa discussão tão polêmica e necessária sobre a criação do espaço de preservação, registro e laboração contemporânea do que seria a identidade de uma dança nacional, mas essa é uma outra discussão...

Exercício raro – Realmente podemos perceber, com a leitura do livro, a intenção da autora. Ou seja, a poesia que serpenteia nos gestos da bailarina, cuja ação poemadancando é retirada dos textos poéticos da mãe poeta, esse realmente é um exercício raro, o “do abraço fraterno do corpo e da alma na experiência do belo”.

Como resultado de seu doutorado e de sua experiência acadêmica na Unicamp e mais recentemente na Universidade de Brasília, Soraia teve a possibilidade de resgatar a memória viva das danças e dos textos volusianos, buscando reunir todo o material que sobreviveu à bailarina, falecida em 2004. Entre esse material, destaca-se uma seqüência do filme hollywoodiano *Rio Rita* (1942), em que ela aparece dançando o “Tico-Tico no Fubá”, de Zequinha de Abreu. Tecnicamente, essas talvez sejam as melhores imagens de Eros Volúcia dançando. Graças a elas, podemos, 62 anos mais tarde, ter uma pálida idéia de sua arte. Todo o material coletado por Soraia Silva durante a pesquisa integra atualmente acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em Dança Eros Volúcia/CEN/IdA/UnB.

O percurso da autora, nesse livro, vai do dansintersemiotizar, verbo que designa a criação na dança, a partir das outras artes, pelo princípio da analogia e cujo resultado da transposição parte do ponto de vista da síntese do bailarino, termo desenvolvido pela pesquisadora em seu livro anterior *Profetas em movimento* (Edusp, 2001), para o poemadancando que surge da mediação entre linguagens, da transposição criativa, nesse caminho, rompendo a intraduzível poesia com a transmutação de valores nos gestos de criação poética, em investigações sobre a tradução além dos limites lingüísticos.

Como aponta a autora, embora exista muita documentação sobre Eros Volúcia, ela se encontra dispersa. A bailarina, assim como Gilka Machado, tem sido objeto de recentes investigações, estando as suas respectivas obras ainda para serem resgatadas e analisadas sob perspectivas

contemporâneas. A bailarina brasileira desenvolveu um trabalho que lhe confere perfeitamente o epíteto de *a precursora de todas as precursoras*, conforme apontou Maria Stella Orsini, em seu artigo publicado na revista *Comunicarte*, em 1987, ressaltando “a extrema sensibilidade e a magnífica estética expressiva” dessa “brasileira notável, que foi o repositório vivo da mais alta sabedoria no campo da dança”.

Da entrevista que Silva realizou com a bailarina constam depoimentos reveladores sobre seu relacionamento artístico com a mãe, como quando diz que ela era a sua melhor amiga, conselheira e incentivadora de todas as realizações artísticas, assim como a sua principal crítica, por sinal muito exigente, e que sem ela, não poderia ter realizado sua obra.

Filosofia poética – As duas artistas tratadas no livro *Poemadancando* seguem, conforme a autora, os caminhos “do homem que cria além de si mesmo e nesse caminho perece”. Ou seja, uma filosofia poética desdobrada de Nietzsche. Alguns versos destacam-se aos nossos olhos, como quando Gilka dispara: *O homem anda esquecido do caminho da fé que a poesia sempre lhe ensinou*. Mas Soraia polemicamente ressalta o parentesco de afinidades entre a poeta e o filósofo: “cantar e dançar, no caminho da fé da poesia, essa é a linguagem que Gilka e Nietzsche indicam para a transcendência de si mesmos, para o despertar do indivíduo na multidão insensibilizada e enferma. Nietzsche fala das capacidades que o dançarino tem para enfrentar experiências e transcender as limitações do comum”.

Sem dúvida, afirmações como essa não tiram o mérito do trabalho como um todo, e até mesmo os argumentos da autora chegam a nos convencer, quando diz que a poesia de Gilka Machado tem sido resgatada por estudiosos como uma voz feminina de alta categoria poética no início do século 20, bem como nos seus aspectos antinômicos da

ousada temática do desejo erótico e de uma profunda ânsia de pureza. Também Eros dança saltitante por essa filosofia, como pode ser percebido no depoimento destacado por Soraia:

Eu venho de longe, subindo da gleba. Meus olhos de sonho ficam profundos de olhar os abismos. (...) Meu corpo afinou-se no esforço contínuo de ser a minh'alma. (...) Não me procures deter: levo dançando minha raça ao encontro da humanidade, para o bailado universal do futuro em que serei a Bem-Amada. Não me procures deter: há na minha inquietação um louco anseio de eternidade.

A leitura do trabalho é no mínimo voluptuosa, assim como quer a poesia amorosa e sensual de Gilka Machado. Mas esse erótico é realmente produzido pelo viés da natureza, assim como a volúpia é marcada nas imagens sonoras, visuais, olfativas e táteis oferecidas em seus versos. Isso é o resultado, como aponta Soraia Silva, da expressão sensorial mística da poeta bailarina, que, com sua grande liberdade imaginativa, transcende o seu desejo feminino, e expressionisticamente se materializa na conjugação do seu fazer artístico, na sua laboração de ritmos, rimas, palavras poéticas.

Algumas curiosidades ressaltam do texto, como o fato de os gestos híbridos criados por Eros, síntese de suas pesquisas na dança brasileira, também terem sido utilizados por outra atriz/cantora/bailarina famosa no cinema, Carmem Miranda, que ficou conhecida em sua dança por usar uma movimentação característica das mãos, em volteios barrocos pelo ar, ao lado dos ombros.

Dança das palavras – Mas o eixo metodológico de Soraia, em seu estudo do poemadancando, está na dança das palavras e na poesia do movimento, no princípio do híbrido como intensificação da mensagem poética. Ou seja, nesse ponto de vista, a função poética como portal de vida própria provoca novas dimensões de percepção no

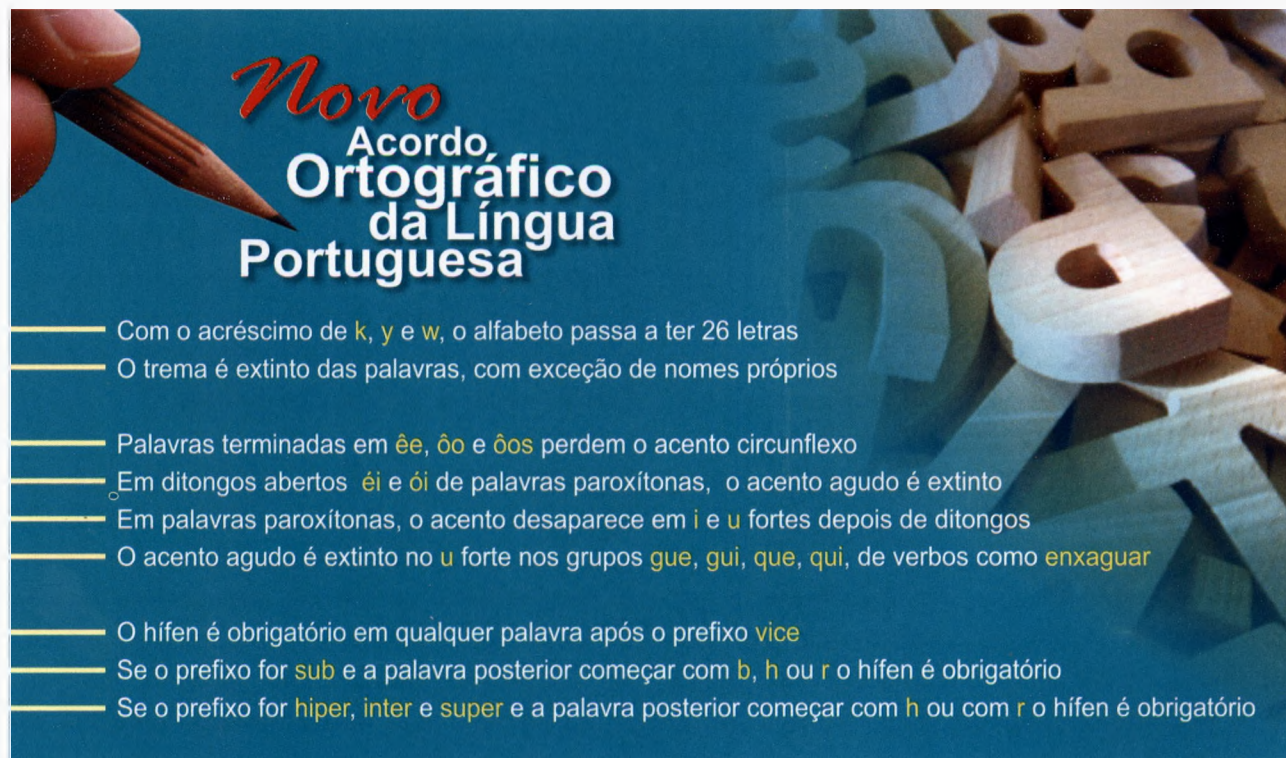
qual há a sobreposição dos eixos paradigmáticos e sintagmáticos no híbrido poema/dança. Para isso, Silva esboça o início de um pensamento dialógico entre os vetores de Orientação do Movimento e os Vetores de Orientação Lingüística. Como exemplo do dialogismo proposto, tem-se dos primeiros vetores o alfabeto infinito do movimento: conjunto ordenado de gestos de que nos servimos para transcrever, com o nosso instrumento corpo, no espaço/tempo, as variações expressivas e comunicativas de necessidades emocionais, fisiológicas, mentais, espirituais e utilitárias que nos impulsionam a uma determinada ação de caráter mais semântico ou mais estético.

Esses vetores teriam, conforme a autora, seus correlatos lingüísticos na fonologia e na fonética com o estudo dos sons da linguagem, expressão sonora, assim como o alfabeto fonético internacional de 87 signos vocais e também a ortografia: qual seja na expressão escrita, letra e alfabeto.

Mas, da leitura total, o que nos fica mesmo é a impressão de que existem certas pessoas, mulheres e homens, assim como Eros e Gilka, preocupados com uma expressão que, além dos seus limites lingüísticos e artísticos, seja a poesia de um povo, de um fazer poético em busca de uma ancestralidade e uma identidade possíveis no terreno da liberdade e do imaginário, realizados no pleno exercício de uma identidade nacional do ser brasileiro. E isso Gilka dançou em seus versos abaixo, retirados do poema-samba, os quais Eros poemadançou em seus gestos, como analisado por Soraia:

Mexendo com as ancas, batendo com os pés, trementes os seios, virados os olhos, os dentes espiando a todos e a tudo, brilhantes, brilhantes, por dentro dos lábios; – crioula ou cafuza, cabocla ou mulata, mestiça ou morena – não te ama somente quem nunca te viu dançando, sambando – nas noites de lua, mulher do Brasil!

Eusébio Lôbo é coordenador dos cursos de Pós-Graduação do Instituto de Artes (Unicamp).

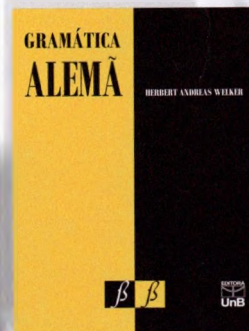
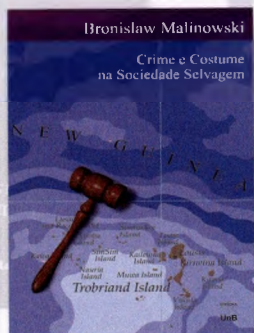
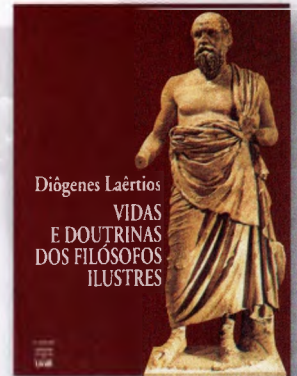


Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

- Com o acréscimo de **k**, **y** e **w**, o alfabeto passa a ter 26 letras
- O trema é extinto das palavras, com exceção de nomes próprios
- Palavras terminadas em **êe**, **ôo** e **ôos** perdem o acento circunflexo
- Em ditongos abertos **êi** e **ôi** de palavras paroxítonas, o acento agudo é extinto
- Em palavras paroxítonas, o acento desaparece em **i** e **u** fortes depois de ditongos
- O acento agudo é extinto no **u** forte nos grupos **gue**, **gui**, **que**, **qui**, de verbos como **enxaguar**
- O hífen é obrigatório em qualquer palavra após o prefixo **vice**
- Se o prefixo for **sub** e a palavra posterior começar com **b**, **h** ou **r** o hífen é obrigatório
- Se o prefixo for **hiper**, **inter** e **super** e a palavra posterior começar com **h** ou com **r** o hífen é obrigatório

Editora Universidade de Brasília

RELANÇAMENTOS



... em face da imprensa exaltada, a existência de um freio legal, isto é, de um processo eficaz de responsabilidade, não evita, mas forçosamente atenua a violência. Existe sempre operação mental que leva o indivíduo a comparar o receio dos perigos a que arrisca e a incitação que o arrasta à violência. (...) acrescentar o temor de uma responsabilidade efetiva vale por argumentar, naquela balança, a parte das causas de inibição. Se cruzarmos os braços diante do jornalismo imoderado, aceitando paciente fatalismo, caímos num círculo vicioso, porque a imprensa virulenta influi sobre o espírito público, perturba a difusão da cultura equilibrada, estorva a existência de políticos serenos. Para elevar o espírito público, causa da boa imprensa, é preciso criar medidas que ajam sobre o jornalismo agressivo, esforçando-se por lhe dar a possível moderação (p.58).

Barbosa Lima Sobrinho, em O problema da Imprensa (Edusp)